

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

MARCOS FIORENTIN

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, OUTUBRO DE 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**UMA PERSPECTIVA DE TERRITÓRIO INTEGRADOR NO CONSAD EXTREMO
OESTE DE SANTA CATARINA**

MARCOS FIORENTIN

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (POSGea/UFRGS)
Prof. Dr. Antônio Carlos Moreira (URI)
Prof. Dr. Carmen Rejane Flores Wizniewsky (UFSM)
Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel (PGDR/UFRGS)**

**Tese apresentada ao
Programa de Pós-graduação
em Geografia como requisito
para obtenção do título de
Doutor em Geografia.**

PORTO ALEGRE, OUTUBRO DE 2012.

Fiorentin, Marcos

Uma perspectiva de território integrador no Consad Extremo Oeste de Santa Catarina./Marcos Fiorentin.- Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2012.

[313 f.] il.

Tese de Doutorado. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Doutorado em Geografia. Porto Alegre, RS - BR, 2012.

Orientador: Rosa Maria Vieira Medeiros

1. Consads.. 2. Segurança alimentar. 3. Território. 4. Cooperação intermunicipal. 5. Economia Solidária I. Título.

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências – UFRGS

Alexandre Ribas Semeler CRB 10/1900

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os consadianos deste Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública e gratuita;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e a todos os seus funcionários, em especial à Zélia, pela sua prestatividade;

Ao CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

À Rosa Maria Vieira Medeiros, minha orientadora e amiga;

Aos professores do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Aos colegas de aula do Programa de Pós-Graduação em Geografia;

Aos funcionários e colaboradores do CONSAD - Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, e Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local do Extremo Oeste de Santa Catarina, em especial ao primeiro presidente Prefeito, Sadi Inácio Bonamigo, e ao coordenador Silvio Antônio Dihel;

Ao Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento – CEADES, em especial ao Ronaldo G. Martins, Sinval Goulart e Vânia Terezinha Dihel.

À Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC.

AO NEAG – Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS.

À Mariane Jungbluth Fiorentin, minha esposa e também Geógrafa, que esteve muito presente durante a realização da pesquisa, seja me liberando das tarefas domésticas (às vezes) e refletindo junto sobre o tema da segurança alimentar.

À Sueli Krupp Fiorentin, minha mãe, que sempre me acolheu novamente em sua casa quando eu fazia as viagens para Porto Alegre.

Ao Carlito Fiorentin, meu pai, por ter possibilitado a realização desta pesquisa.

Ao Nestor, à Lediane e à Giovana Fiorentin, meus irmãos, que sempre me incentivaram nos estudos.

Definir a questão social como elemento estruturador do governo não constitui apenas um imperativo moral. As conquistas sociais são, também, uma grande alavanca para o progresso. Esse é o significado do Programa Fome Zero. Daí seu aposto técnico: uma política de segurança alimentar para o Brasil. Daí também sua alavanca estratégica: a reordenação das políticas sociais de Estado no nível municipal, estabelecendo sinergias voltadas para a dinamização da economia local, juntamente com a participação comunitária.

(Graziano da Silva, 2004).

RESUMO

Esta tese estuda a perspectiva integradora de território associado aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs. Para compreender as implicações teóricas e práticas desta abordagem, escolheu-se a experiência do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local do Extremo Oeste de Santa Catarina, por preservar ainda uma característica essencialmente rural, com forte presença da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, uma desarticulação do processo de produção e distribuição de alimentos, que começou a ser revertido a partir de 2004, com as políticas do CONSAD. O objetivo da pesquisa é compreender a experiência CONSAD Extremo enquanto política de segurança alimentar e desenvolvimento local, dentro de uma perspectiva integradora de território. O território, na perspectiva integradora, é entendido como a capacidade do consórcio desenvolver políticas de segurança alimentar de forma intermunicipal e, ao mesmo tempo, construir projetos e ações que integrem as dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais. Para atingir este objetivo, buscou-se: compreender o processo de territorialização do CONSAD Extremo enquanto Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local; compreender a economia solidária como instrumento necessário para reduzir a pobreza e garantir a soberania alimentar no território; destacar o processo de cooperação intermunicipal para agenciar as políticas públicas de segurança alimentar, de forma integrada, no território, na perspectiva dos agentes sociais; identificar a percepção dos agentes sociais sobre as estratégias de inclusão alimentar para construir processos de transformação territorial de forma integrada. Os sujeitos pesquisados foram pessoas do poder público municipal e da sociedade civil (movimentos sociais, sindicatos rurais, entidades de apoio à agricultura familiar, grupos agroecológicos) dos 19 municípios do Extremo Oeste Catarinense. Para tanto, escolheu-se uma abordagem qualitativa, através de entrevistas com questionário composto por perguntas abertas e fechadas, aplicados junto aos agentes sociais do território. Também foram consultados documentos de constituição do consórcio e registros escritos sobre a execução dos projetos, bem como o acompanhamento das atividades do consórcio. Neste sentido, ocorreu uma nova dinâmica, com intervenção, através de projetos de cooperação intermunicipais, que resultou na construção das redes de comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária, tornando o consórcio uma referência para o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Desenvolvimento Agrário na elaboração e execução de políticas públicas de segurança alimentar e desenvolvimento local, com caráter intermunicipal.

Palavras-chave: Consads, Segurança alimentar, Território, Cooperação intermunicipal, Economia Solidária.

ABSTRACT

This thesis studies the integrative perspective of territory consortia associated with food security and local development - CONSADs. To understand the theoretical and practical implications of this approach was chosen to experience the Consortium for Food Security, Agriculture and Livestock Health Care and Local Development in the Far West of Santa Catarina, for preserving a feature still essentially rural, with a strong presence of family farming and while a disarticulation of the process of production and distribution of food, which began to be reversed by 2004 with policies CONSAD. The objective of the research is to understand the experience Consad Far as food security policy and local development within an integrative perspective of territory. The territory, the integrative perspective, is understood as the ability of the consortium to develop food safety policies so intermunicipal and at the same time, building projects and actions that integrate the political, economic, social and environmental. To achieve this goal we seek to understand the process of territorialization CONSAD Far intermunicipal consortium as food security and local development; understand the solidarity economy as a necessary tool to reduce poverty and ensure food sovereignty in the territory; Highlight the process of intermunicipal cooperation to broker public policy of food security in an integrated manner within the perspective of social agents; identify the perception of social agents on inclusion strategies to build food territorial transformation processes seamlessly. Study subjects were persons of municipal government and civil society (social movements, rural unions, entities that support family farmers, agroecological groups), the 19 municipalities of the Far West Catarinense. Therefore, we chose a qualitative approach by interviewing questionnaire consisting of open and closed questions, applied together social actors of the territory. Were also consulted constitutional documents of the consortium and written records on project execution and monitoring of the activities of the consortium. In this sense, there was a new dynamic intermunicipal with intervention through intermunicipal cooperation projects, which resulted in the construction of network marketing of family farming and solidarity economy, the consortium making a reference to the Ministry of Social Development and the Ministry of Agrarian Development in developing and implementing public policies for food security and local development of intermunicipal character.

Keywords: Consads, Food Security, Territory, intermunicipal cooperation, Solidarity Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.....	36
MAPA 2 - MAPA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.....	90
MAPA 3: MAPA DAS FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS ASSENTADAS NO BRASIL DE 1988 – 2006.....	107
MAPA 4 – MAPA DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E ASSALARIAMENTO NO BRASIL - 2006.....	109
MAPA 5 – MAPA DO NÚMERO DE EMPREGOS, SEGUNDO A CATEGORIA, NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2001.....	117
FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO CONSAD EXTREMO OESTE	143
CATARINENSE.....	143
FOTOGRAFIA 1 - ENCONTRO DE FORMALIZAÇÃO DO FÓRUM EXTREMO OESTE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FAOES, 2005.....	1711
MAPA 6 - MAPA DA CONCENTRAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2008.	1722
FIGURA 2 - FACE E VERSO DA MOEDA SOCIAL – SOLIDÁRIOS - UTILIZADA NAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2005.	1744
FIGURA 3 - ORGANOGRAMA DA CARTEIRA DE PROJETOS DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2009.	1766
MAPA 7 - MAPA DAS COOPERATIVAS E FEIRAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2010.....	1800
FIGURA 4 - MAPA DO SISTEMA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2008.....	1844
FOTOGRAFIA 2 - CAMINHÃO FURGÃO ADQUIRIDO ATRAVÉS DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	

PARA APOIAR O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010.....	1855
FIGURA 5 - INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL FRAGMENTADA, COMPOSTA POR DISTINTOS ÂMBITOS DE COESÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE, EM UM MESMO EIXO LOCAL.....	2011
MAPA 8 - MAPA DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.	2066
MAPA 9 – MAPA DAS CAUSAS DE MORTALIDADE POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, NEUPLASIAS (TUMORES) E SUICÍDIO NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO DE 1996 – 2010.	2277
MAPA 10 – MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PER CAPTA (MÉDIA) RURAL E URBANA NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2003.	2466
MAPA 11 – MAPA DO EFETIVO DO REBANHO (EM CABEÇAS) NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2003.	2500
MAPA 12 – MAPA DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS (HA) NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE (PRANCHA A), 2002.....	2533
MAPA 13 – MAPA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS (HA) NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE (PRANCHA B), 2002.....	2544
MAPA 14 – MAPA DOS RESPECTIVOS NÚMEROS (EM%) DE REDE PÚBLICA DE ÁGUA, ESGOTO E COLETA DE LIXO NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2003.....	2577
MAPA 15 - POPULAÇÃO SEM RENDA SUFICIENTE (- OU = A R\$ 90,00 PER CAPITA/MÊS) NOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE (2000).	2600

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REDUÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA EM 2008 E PROJETADA EM 2016 (EM %).	23
GRÁFICO 2 – PREVALÊNCIA DE SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES NO BRASIL(EM %). ..	80
GRÁFICO 3 – PREVALÊNCIA DE SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SUTUAÇÃO DO DOMICÍLIO NO BRASIL (EM %).	82
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE EMPREGOS, SEGUNDO A CATEGORIA – 2001.....	116
GRÁFICO 5 – QUANTIDADE DE AGROTÓXICOS VENDIDOS EM SÃO MIGUEL DO OESTE, NO ANO DE 2001.....	122
GRAFICO 6 - BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE (EM%).	1600
GRÁFICO 7 - AGENTES SOCIAIS QUE CONTRIBUEM ATUALMENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO EXTREMO OESTE CATARINENSE. ..	2077
GRÁFICO 8 - PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS QUE ATINGEM OU ATINGIRAM O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO EXTREMO OESTE CATARINENSE (EM%).	2100
GRÁFICO 9 - ELEMENTOS POSITIVOS CITADOS PARA O CONSAD EXTREMO NA APLICAÇÃO DO QUADRO SOBRE O SIGNIFICADO DA COR DOS ALIMENTOS (EM %).	2144
GRÁFICO 10 - ESTIMATIVA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE CARNES DE 2008/09 A 2018/19.	2211
GRÁFICO 11 - MEIOS EMPREGADOS PARA O SUICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO DE 1996 – 2008.	22929
GRÁFICO 12 - DIETA VEGETARIANA PODE ALIMENTAR BILHÕES DE PESSOAS DO QUE UMA DIETA CENTRALIZADA NA CARNE.	2329
GRÁFICO 13 - ELEMENTOS NEGATIVOS CITADOS PARA O CONSAD EXTREMO (EM %).	2344
GRÁFICO 14 - OPINIÃO DOS AGENTES SOCIAIS REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO DO CONSAD EXTREMO COM O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO (EM %).	2355

GRÁFICO 15 - OPINIÃO DOS AGENTES SOCIAIS SOBRE A FORMA JURÍDICA DO CONSAD EXTREMO (EM %).	2366
GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE POR SETOR (EM%).	2433
GRÁFICO 17 – POPULAÇÃO SEM RENDA SUFICIENTE E POBRE NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.	2455
GRÁFICO 18 – LINHAS TELEFÔNICAS INSTALADAS, POR DOMICÍLIOS, NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.	2477
GRÁFICO 19 – COMPARATIVO ENTRE O TOTAL DA POPULAÇÃO E REBANHOS NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.	2488
GRÁFICO 20 – ÁREA PLANTADA (HA) – LAVOURA TEMPORÁRIA E PERMANENTE NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE – 2003.	2522
GRÁFICO 21 – NÚMERO DE PRODUTORES QUE TRABALHAM COM A PRODUÇÃO ORGÂNICA NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE E POR SETOR.	2555
GRÁFICO 22 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS, ÁGUA ENCANADA, ESGOTO E COLETA DE LIXO NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.	2566
GRÁFICO 23 - OPINIÃO DOS AGENTES SOCIAIS SOBRE AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS EA ORDEM DE IMPORTÂNCIA COM RELAÇÃO AOS EIXOS TEMÁTICOS PARA PROMOVER A SEGURANÇA ALIMENTAR.	2644
GRÁFICO 24 - DIRETRIZES OU ESTRATÉGIAS INDICADAS PELOS AGENTES SOCIAIS PARA PROMOVER A SEGURANÇA ALIMENTAR.	2688

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CONCEITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	79
QUADRO 2 - FLUXOGRAMA DE CONSTRUÇÃO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE PROPOSTO PELO PROGRAMA FOME ZERO, 2004.	140
QUADRO 3: NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS E VALORES EM REAIS MOVIMENTADOS PELA MERENDA ESCOLAR NO EXTREMO OESTE CATARINENSE (2006).....	167
QUADRO 4 - PERFIL DO SISTEMA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (SECAFES), 2008.	1822
QUADRO 5 - COMPONENTES DO SISTEMA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (SECAFES), 2008. ..	1833
QUADRO 6 - TRABALHADORES LESIONADOS EM TRABALHOS EM FRIGORIFICOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA.....	2300
QUADRO 7 - RITMO DAS ATIVIDADES DOS TRABALHADORES NOS FRIGORIFICOS DE CHAPECÓ/SC.....	2311

LISTA DE SIGLAS

- AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina.
- ADEOSC – Agência de Desenvolvimento do Extremo Oeste de Santa Catarina.
- BSCs – Bases de Serviços de Apoio à Comercialização e Transporte dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
- CEADES – Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento.
- CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.
- CONSEAS - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
- CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.
- CONDELIS - Consórcios de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável.
- FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- MESA - Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Serviço Social do Comércio.
- SDT – Secretária de Desenvolvimento Territorial.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
- SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.
- SAN – Segurança Alimentar e Nutricional.
- SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	VIII
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
LISTA DE QUADROS.....	XII
LISTA DE SIGLAS.....	XIII
INTRODUÇÃO	17
AS JUSTIFICATIVAS E A CONTEXTUALIZAÇÃO DESTA TESE.....	22
OBJETIVO GERAL.....	30
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	30
METODOLOGIA	311
1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM INTEGRADORA ..	41
1.1 INTRODUÇÃO	41
1.2 TERRITÓRIO COMO RECURSO.....	42
1.3 O SISTEMA LOCAL TERRITORIAL	50
1.4 A PRECARIZAÇÃO ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL	53
1.5 A PERSPECTIVA INTEGRADORA DE TERRITÓRIO.....	60
2 CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM INSTRUMENTO PARA FORTALECER A FEDERAÇÃO E A SOBERANIA ALIMENTAR	66
2.1 INTRODUÇÃO: DO FARAÓ DO EGITO AO CONSÓRCIO PÚBLICO	66
2.2 AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL	69
2.3 A SEGURANÇA ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS	82
2.4 OS CONSADS E A NOVA LEI DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	87
3 TERRITORIALIZAÇÃO DO “CONSAD EXTREMO”	100
3.1 INTRODUÇÃO: A PROBLEMÁTICA HISTÓRICA E RELACIONAL.....	100

3.2 MEIO NATURAL	102
3.3 O MEIO TÉCNICO CIENTIFICO E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO.....	105
3.4 MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO	123
3.5 ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA PROMOVER A SEGURANÇA ALIMENTAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	129
3.6 CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM NOVO OLHAR PARA A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO EXTREMO OESTE CATARINENSE	136
4 IDENTIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: COMO A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODE AJUDAR A PROMOVER O ESPAÇO RURAL E A SEGURANÇA ALIMENTAR?	1466
4.1 INTRODUÇÃO	1466
4.2 NOVAS RURALIDADES: DO QUE ESTAMOS FALANDO?	1477
4.3 TERRITÓRIO E SUBDESENVOLVIMENTO	1533
4.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A POTENCIALIDADE PARA SUPERAÇÃO DA POBREZA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE	1577
4.4.1 Economia solidária: das compras públicas às redes de cooperação ...	1666
4.4.2 CONSAD Extremo: A constituição do Fórum Extremo Oeste de Economia Solidária - FEOES.....	1700
4.4.3 CONSAD Extremo: Organização de processos de produção e consumo solidários	1755
5.5 CONCLUSÃO	1877
5 COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS.....	1900
5.1 INTRODUÇÃO	1900
5.2 O TERRITÓRIO E AS REDES NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: OS DIFERENTES USOS DA TÉCNICA A PARTIR DAS REDES VERTICAL E HORIZONTAL	1933
5.3 A REDE LOCAL DE SUJEITOS	2044
5.4 A COR DOS ALIMENTOS: O CONSAD EXTREMO NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS	2122
5.4.1 CONSAD Extremo: Um caminho diferente.....	2144
5.4.2 CONSAD Extremo: A segurança alimentar na perspectiva da qualidade dos alimentos	2200
5.5 DO CONSÓRCIO PÚBLICO E COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL	2366
5.6 CONCLUSÃO	23939

6 A PERCEPÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO ALIMENTAR PARA CONSTRUIR PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL DE FORMA INTEGRADA.....	2411
6.1 INTRODUÇÃO	2411
6.2 A PRODUÇÃO DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS E SUAS POTENCIALIDADES.....	2422
6.3 A PRODUÇÃO TERRITORIAL E A SEGURANÇA ALIMENTAR: AS ESTRATÉGIAS DOS ATORES SOCIAIS PARA CONSTRUIR PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL DE FORMA INTEGRADA.....	25959
6.4 CONCLUSÃO.....	2744
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	2766
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	2811
APÊNDICE.....	2966
APÊNDICE A – Lista dos atores sociais por setor sorteadas para as entrevistas.	2977
APÊNDICE B – Questionário para coleta de dados.....	299
ANEXOS.....	3022
ANEXO A – Mapa de localização dos CONSADs no Brasil em 2004	3033
ANEXO B - Municípios e respectiva incidência de etnia e religião no território do CONSAD Extremo Oeste-Catarinense.....	3044
ANEXO C – Mapa de localização das terras indígenas no Brasil.....	3055
ANEXO D – Mapa de localização da concentração população natural da região sul distribuída no Brasil – 2000.....	3066
ANEXO E – Número de estabelecimentos por condição do produtor e por grupos de área total.	3077
ANEXO F – Mapa de localização da área dos imóveis rurais pequenos, médios e grandes no Brasil – 2003.	3088
ANEXO G – Mapa de localização do rebanho brasileiro – 2006.....	30909
ANEXO H – Slogan do “CONSAD Extremo”	3100
ANEXO I – Banco de projetos do CONSAD Extremo Oeste-Catarinense que compreende o período de 2004/2010.....	3111
ANEXO J – Consumo de carne mundial, em quilos por ano.....	3122
ANEXO L – Principais causas de mortalidade nos municípios do Extremo Oeste-Catarinense no período de 2006 – 2008.	3133

INTRODUÇÃO

Com a pesquisa busca-se fazer uma reflexão sobre a questão que envolve a segurança alimentar, relacionada com a ideia de território dentro de uma perspectiva integradora. “Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-político.” (HAESBAERT, 2004, p. 112).

A questão que norteia a busca pela segurança alimentar decorre de uma situação onde parece existir uma fronteira de contenção que impede uma maioria de ter acesso à alimentação em quantidade e qualidade. O alimento, junto com água, constitui talvez os dois elementos principais que o homem necessita para se manter vivo. O não acesso de determinada população ao alimento significa perda de soberania. Esta é uma questão de poder e controle sobre a alimentação.

As estratégias utilizadas para melhorar o acesso das pessoas à alimentação nem sempre são aceitáveis do ponto de vista humano, como podemos observar nos países Africanos, Asiáticos e América latina. Podem-se gerar muitos pontos de vista sobre as causas e consequências que conduzem em nossos dias a insegurança alimentar.

Assim, o processo territorial que se desenvolveu no tempo - tempo que também não é igual para todos - de um presente que é resultado de formas e coisas que o precedeu, de outro estado de natureza, de outros lugares, de outros territórios. Neste caso, quem faz a mediação entre o homem e a exterioridade? Um ponto de partida seria reconhecer a materialidade e imaterialidade como mediadores, e a geografia permite uma abordagem, a partir do território, para pensar a exclusão alimentar.

Heidrich (2009) destaca a importância do território para ajudar a entender melhor as relações sociais, principalmente as questões de exclusão e de minorias trabalhando com produção, circulação, ação e fluxos, e também mostra que nem sempre as relações políticas são preponderantes como dado explicativo.

Na prática, a sociedade moderna se organiza em torno de instituições que, por sua vez, são ocupadas por segmentos diferentes que compõe a sociedade, e estas diferenças acabam marcando uma situação de conflito, que vai desde pontos

de vista divergentes até situações de rompimento de relações – corta-se o diálogo. Para Ortiz (1999), esta situação pode ser entendida como um espaço transglóssico:

Um mesmo idioma atravessa, de forma diferenciada, o espaço linguístico. Eu diria, retomando meu objeto, que o “lugar” pode ser definido como um “espaço transglóssico” no qual se entrecruzam diferentes espacialidades. Para compreendê-lo, deveríamos nos debruçar sobre as situações concretas desse entrelaçamento (ORTIZ, 1999, p. 67).

“Portanto, a situação dos lugares implica acomodações e conflitos” (ORTIZ, 1999, p. 68). Um sujeito social que ocupa um determinado lugar está permanentemente construindo a territorialidade mediada por conflitos, que podem ser de ordem econômica, social, cultural etc. Mas este sujeito não consegue se dividir entre o econômico e cultural, porque ele é um sujeito inteiro. “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem, ao mesmo tempo, inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” (HAESBAERT, 2004, p. 20).

Ainda neste sentido Haesbaert (2004) destaca que a abordagem sobre o território pode ter diferentes perspectivas, como materialista, relacional e integradora. Para fins de desenvolvimento desta pesquisa abordaremos a perspectiva integradora de território.

O conceito de território, nos últimos anos, tem assumido certa centralidade nos estudos geográficos. Contudo, é importante dizer que este conceito assumiu diferentes significados para a geografia, em função dos próprios problemas pelos quais a sociedade moderna tem atravessado, principalmente aqueles relacionados a governança.

As grandes alterações na natureza e as desigualdades sociais condicionam um grande desafio para a geografia no sentido de buscar respostas a estes problemas, que são decorrentes de um modelo de desenvolvimento estrutural e globalizado. O desafio é justamente como trabalhar o território enquanto conceito teórico e metodológico da disciplina de Geografia e, ao mesmo tempo, fazer com que este conceito converse com a realidade.

A construção de um sistema teórico, com base no território e sua adaptação à realidade, exige um grande esforço do pensamento geográfico, que já não pode mais ficar preso às concepções do passado. A abordagem do território deve

reconhecer os agentes sociais que compõe a territorialidade (ativa e positiva) como atores de um projeto de ações do seu desenvolvimento local.

A interação entre os atores e a forma como estes interagem com a materialidade do ecossistema local produz diferentes formas de pensar e agir política e culturalmente:

Território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo (MEDEIROS, 2009, p. 217).

A materialidade é a parte visível das relações sociais com os seus modos de produção, que também estabelecem relação, em diferentes escalas. A necessidade e o desejo de sobrevivência têm estimulado cada vez mais os sujeitos sociais a alterar a materialidade e o ambiente no seu entorno.

As alterações na materialidade e no ambiente provocam também conflitos dentro da própria comunidade, provocando assim mudanças na própria organização da sociedade, sendo geradora de conflitos. Isso demonstra que “[...] a dificuldade em desencadear processos de desenvolvimento está nas divergências internas da comunidade, que, apesar de ser rotulada com esse conceito unificador: comunidade, na verdade representa um grande mosaico de interesses e projetos individuais que dificultam o consenso sobre propostas de ação” (BROSE, 2001, p. 138).

Para promover a segurança alimentar os atores locais devem ter autonomia e liberdade para gerenciar o seu desenvolvimento local, para diminuir a dependência de alimentos de fora do território. Programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, são importantes para as famílias que não têm renda suficiente para comprar os alimentos; todavia, isso isoladamente não diminui a dependência externa de alimentos.

Um programa de desenvolvimento local precisa ter certa liberdade para a população fazer suas escolhas no sentido de obter a maior autonomia possível com relação à segurança alimentar, e isso se faz com programas de inclusão social. A inclusão social acontece quando o sistema local territorial é ativado, ou seja, quando as capacidades locais são transformadas em recursos, sejam eles ecológicos,

humanos, cognitivos, simbólicos ou culturais, para potencializar a produção de alimentos para a população local e fora do território.

A construção de um sistema local de produção de alimentos com liberdade e autonomia parece ser um discurso aceito pelos atores locais, porém, sua aplicação na prática é extremamente complexa, não apenas porque existem muitos conflitos dentro do território, mas principalmente porque toda a forma de produção atual é controlada por um sistema econômico-financeiro globalizado.

Neste contexto, o Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – Consad Extremo Oeste Catarinense tem desenvolvido iniciativas na direção de integrar diferentes dimensões sociais nos projetos de organização do território para fins de segurança alimentar.

Os governos e instituições governamentais e não governamentais têm ampliado e colocado em pauta o problema de grande parte da população mundial, que é a questão de acabar com a fome e a miséria, ou seja, a insegurança alimentar. Esta questão é contraditória, no sentido de que, no mundo atual, as condições tecnológicas são dadas para promover a segurança alimentar, o que pressupõe a necessidade de fazer um novo uso das técnicas em benefício de todas as pessoas, e isto exige um novo olhar para as geografias dos alimentos.

Neste sentido, apresenta-se como alternativa a criação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. Estes consórcios têm como característica a construção de um arranjo territorial institucionalmente formalizado para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, com geração de trabalho e renda, condição esta fundamental para a saída da pobreza.

A configuração do “CONSAD Extremo” começou a partir da articulação de um colegiado, constituído por atores sociais interessados em discutir iniciativas para o desenvolvimento do Extremo Oeste Catarinense. Após amplo processo de mobilização, planejamento e consolidação, um Fórum de discussão e deliberação foi constitucionalizado como uma Associação intermunicipal, sem fins lucrativos, envolvendo necessariamente 1/3 de representantes do poder público municipal e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município.

Dentro dessa área de abrangência, os municípios destinam orçamento ao consórcio para desenvolver projetos de construção de centrais de comercialização de produtos da agricultura familiar e empreendimentos de economia solidária, com desenvolvimento de programas de doação de alimentos e também garantir a compra de produtos da agricultura familiar para as escolas, promovendo capacitação para agentes de segurança alimentar, como as merendeiras das escolas, e outras ações apontadas pelo diagnóstico, que visam atender os princípios da Carta da Terra, onde a técnica apresenta condições de estar a serviço da política, e não o contrário.

AS JUSTIFICATIVAS E A CONTEXTUALIZAÇÃO DESTA TESE

Qual é o custo do desperdício de um (01) grão de arroz? No mundo existem aproximadamente sete bilhões de pessoas. Se, durante uma refeição, cada pessoa desperdiçar um (01) grão de arroz, no fim da refeição terão sido desperdiçados aproximadamente um (01) milhão de quilos de arroz, que poderiam ser utilizados para alimentar um (01) milhão de pessoas num único dia, ou trinta e seis bilhões e seiscentos milhões de pessoas durante um ano.

O desperdício de arroz apresenta uma questão de escala. A atitude de desperdiçar um (01) grão de arroz pode parecer um ato insignificante, mas, quando multiplicamos este ato pelo número de pessoas no mundo, o desperdício se torna uma calamidade social planetária. Neste sentido, qualquer iniciativa para promover a segurança alimentar é sempre uma ação simples, de escala menor, mas seus resultados para a sociedade são extremamente significativos, porque faz relação direta com a sobrevivência de sua população e com a redução dos conflitos sociais.

No Brasil, as primeiras conquistas sociais vieram antes da constituição de 1988, durante governos autoritários. Já na democracia, os primeiros esforços para melhorar o acesso aos alimentos tiveram como ideia central ampliar a produção de alimentos sem distribuição de renda. Em 2003, o governo brasileiro tomou a decisão de investir no mercado interno de produção e comercialização de alimentos, com a descentralização da produção nas regiões e entre regiões, através do acesso facilitado aos bancos, assistência técnica e programas de incentivo à produção e comercialização familiar.

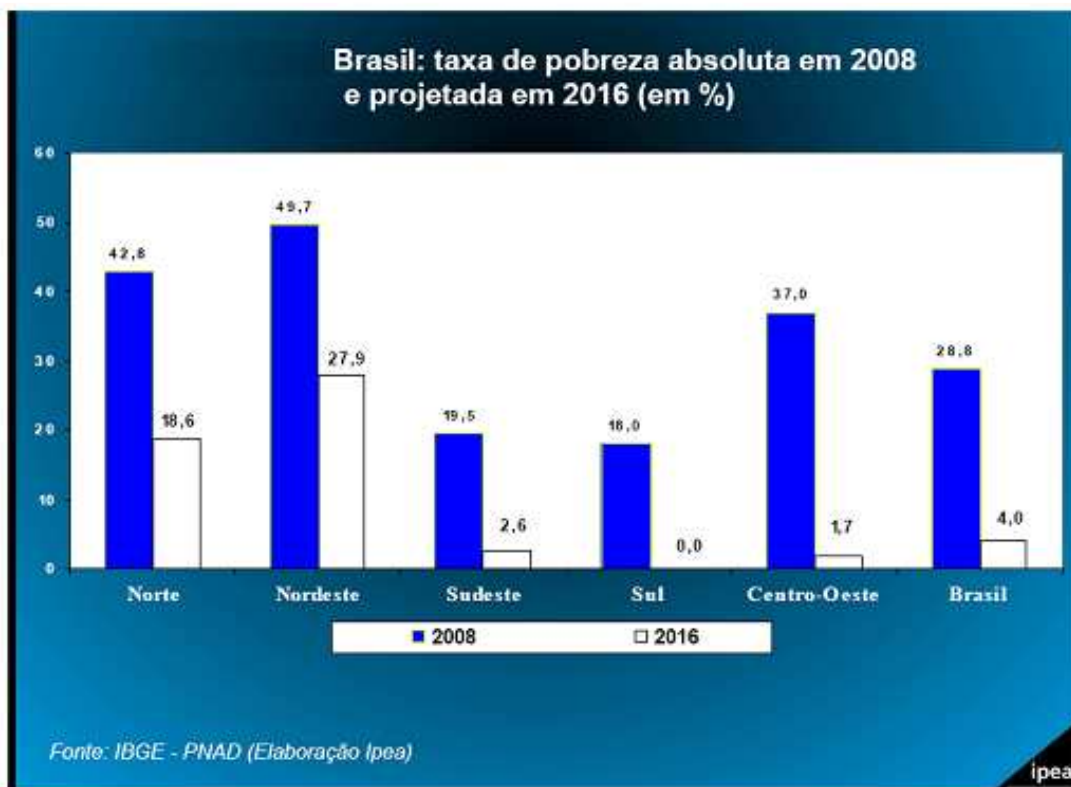


GRÁFICO 1 - REDUÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA EM 2008 E PROJETADA EM 2016 (EM %).
 Fonte: IBGE – PENAD (Elaborado pelo IPEA)

O gráfico 1 apresenta uma projeção de redução da pobreza absoluta para 2016. A Região Sul do Brasil será a primeira a eliminar a pobreza absoluta. Essa região tem se destacado na implementação de programas sociais de transferência de renda. Neste sentido, tem construído experiências inovadoras em termos de organização de produção de alimentos e nos processos de comercialização em rede. Os resultados destas ações têm se traduzido em processos de cooperação intermunicipal, resultando no aparecimento de novas expressões territoriais.

Durante a realização do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFRGS, teve-se a oportunidade de compreender melhor o funcionamento das dinâmicas territoriais, principalmente a identificação das novas expressões territoriais. Neste contexto, trabalhou-se a questão do desenvolvimento local a partir da experiência de reconhecimento internacional do “Assentamento Conquista na Fronteira”/SC, como forma de demonstrar o impacto do assentamento na economia do Município de Dionísio Cerqueira/SC, e principalmente a organização interna do assentamento a partir do trabalho coletivo na organização política, produção e comercialização.

As discussões em torno deste tema foram relevantes e importantes no sentido de nos aproximar de uma experiência territorial pouco conhecida até 2004, ou seja, a Experiência do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Extremo Oeste de Santa Catarina – CONSAD, que abrange 19 municípios localizados no Extremo Oeste de Santa Catarina e que, a partir deste momento, passamos a denominá-lo de “CONSAD Extremo”.

O tema Segurança Alimentar no Extremo Oeste Catarinense historicamente foi abordado, principalmente pelos agentes públicos, como algo fora do território. A ausência da dinâmica territorial restringiu e aprofundou os problemas relacionados à produção e distribuição de alimentos, assim como a construção de políticas públicas de segurança alimentar e uma articulação maior com o projeto da federação.

O debate, assim como as soluções de caráter estrutural para a segurança alimentar, sempre seguiu modelos estrangeiros, ou seja, foi administrada por agentes locais que olharam o Extremo Oeste com ideias de fora, na mesma direção que nos induz a pensar Santos (2002) com a sua expressão “país distorcido”, como sendo resultado de um olhar distorcido da realidade. Este olhar distorcido no Extremo Oeste pode ser percebido com a introdução da modernização na agricultura no período da Revolução Verde. Rambo (2005) faz uma crítica:

A difusão de novas tecnologias e produtos do pacote da Revolução Verde, principalmente em países periféricos, feita por milionários (e empresários) norte-americanos passou a ser compartilhada com os governos dos diversos países interessados e surgiram instituições destinadas a difundirem essas ideias. Em Santa Catarina, o exemplo de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina/ ACARESC (hoje substituída pela EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural), através da qual o Estado promovia o Serviço de Extensão Rural que, in loco, persuadia os agricultores a aderirem à “modernização”. Além disso, havia ainda os “representantes” (aqueles que vendiam produtos de casa em casa). O que se observa em Itapiranga, decorrente desse processo, é uma alienação, uma expropriação, uma subordinação (aos ditames das agroindústrias e ao mercado mundial) e, em vários momentos, uma exclusão. (RAMBO, 2005, p. 39).

A alienação do território se traduz pela incorporação de modelos de desenvolvimento importados de outros países. Ainda hoje, as soluções para os problemas de insegurança alimentar são pensadas dentro de uma visão tradicional do passado, como se o presente fosse uma repetição do que foi feito no passado quando não existia uma preocupação maior com a construção de um conjunto de

ações integradas, coordenadas e orientadas para perceber a realidade, avaliar os caminhos e construir um referencial de futuro para atingir a soberania alimentar.

Quando novas formas de perceber a realidade surgem por parte da sociedade, que não segue necessariamente o modelo do passado, estas são tratadas com preconceitos. Para as autoridades públicas parece ser mais fácil dar continuidade ao que vinha sendo feito no passado, pois a adoção do novo geralmente exige novas ideias e abertura para a superação de conflitos.

As novas ideias, as novas formas de fazer as coisas não necessariamente precisam ser inventadas; basta se utilizar dos conhecimentos que a história já forneceu através das experiências de organização e produção que os movimentos sociais na agricultura já produziram, mas que foram esquecidos, sendo que nunca deixaram de estar presentes. As ações do poder público sempre são intervenções sobre as coisas – disponibilizam o terreno e incentivos fiscais, pequenos programas para auxiliar o agricultor na entrega do produto para a grande agroindústria que se instala e a política para a geração de alimentos está pronta.

Este modelo simplista de política pública para geração de alimentos concentrou a renda, produziu impactos irreparáveis sobre o meio ambiente e excluiu muitas famílias de seu local tradicional de trabalho com a terra, para, num segundo momento, migrar para a cidade, agravando ainda mais os problemas do crescimento urbano desordenado. Por isso, a adoção de modelos estratégicos de desenvolvimento que vem de fora do território sem maiores questionamentos acaba por não utilizar as potencialidades locais para produzir alimentos. Logo, esta forma de pensar as coisas deixa de ser estratégico, porque perde a função, pois não produz resultados sociais.

Os resultados sociais dificilmente aparecem ou estão na agenda do poder público em segundo plano no que se refere à implementação das políticas públicas para promover a produção de alimentos. Isto equivale a não debater o direito à cidadania do agricultor, de poder escolher os meios mais adequados para enfrentar as contradições do cotidiano.

A preocupação maior sempre está relacionada à questão do desenvolvimento sustentável e da qualidade dos alimentos, que são questões terminativas, pois tratam apenas do produto final. O Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Extremo Oeste Catarinense, quando discutiu o desenvolvimento sustentável, se

resumiu a fazer oficinas para o agricultor aprender a lavar as embalagens de veneno. O sustentável, neste caso, foi remendar o velho.

Por outro lado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento de Mulheres Agricultoras e os Movimentos Ecológicos no Extremo Oeste de Santa Catarina, nestes últimos 20 anos, têm construído experiências para superar as formas velhas de produzir alimentos centrados no capital, na exploração do homem pelo homem e na degradação dos recursos naturais e sociais. Muitas vezes, estes movimentos promoveram ações incorretas ou de conflito, mas que fazem parte de uma proposta de vida e de produção que ainda está incompleta.

Os conflitos são a parte primeira que a sociedade muitas vezes enxerga, pois não está habituada a enxergar e, ao mesmo tempo, aceitar o novo. O olhar de preconceito sobre o novo ocorre porque ele faz parte daquilo que Milton Santos chamou de circuito inferior, um lugar de liberdade, da inventabilidade e de originalidade em função da escassez:

No fundo, a questão da escassez aparece outra vez como central. Os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massa. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações. Tal cultura realiza-se segundo níveis mais baixos de técnica, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação. Isto seria, aparentemente, uma fraqueza, mas na realidade é uma força já que se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas. E tudo isso evolui de modo inseparável, o que assegura a permanência do movimento (SANTOS, 2002, p.144-45).

Os conflitos não são apenas conflitos; eles apresentam outro lado, que são as diferentes formas de solidariedade. No Extremo Oeste Catarinense estas formas de solidariedade têm brotado de maneira espontânea, devido seu contexto territorial ser marcado pela pequena propriedade, que faz parte de outro tipo de economia – a Economia Solidária:

As chamadas “economias solidárias” baseadas em trocas, têm os sistemas coletivos e de produção local como sua forma político-econômica preferida. Eles normalmente se opõem à ideia de que qualquer direção central possa ser necessária e rejeitam as relações sociais hierárquicas ou estruturas de poder político hierárquico, juntamente com os partidos políticos tradicionais. (HARVEY, 2010, p. 20).

“O objetivo fundamental deste movimento é assumir o comando social sobre a produção e distribuição de excedentes” (HARVEY, 2010, p. 12). Na economia solidária o foco do trabalho não está nas coisas, mas no trabalho das pessoas com as coisas. Neste contexto, outra economia acontece paralelamente à economia do interesse das grandes empresas de escala internacional, que emite uma nova ideia do fazer as coisas, de trabalhar com as coisas, que diante das dificuldades de ser pequeno num mundo tão grande produziu no território ações possíveis e positivas, que passaram a ganhar visibilidade com a implantação do “CONSAD Extremo”.

O “CONSAD Extremo” apresenta um recorte territorial que segue as fronteiras administrativas dos 19 municípios de sua abrangência. O Extremo Oeste sempre é citado como ponto de referência pela sua população quando em viagem por outras partes do território nacional. No entanto esta delimitação, que é geográfica, indicada pela população, apresenta um conteúdo intraterritorial, ou seja, o berço dos movimentos sociais que compartilharam experiências entre os municípios em uma clara demonstração de que:

[...] o território é um lugar antes de ser uma fronteira, identificado por uma rede de lugares sagrados cujas fronteiras não são linhas, mas muitas vezes são construídas por espaços vazios, sem lugares e sem habitantes. A fronteira delimita o território, marca o espaço de sobrevivência, o espaço de força. É este o espaço defendido, negociado, cobiçado, perdido, sonhado cuja força efetiva e simbólica é forte (MEDEIROS, 2009, p. 218).

“De fato, o lugar é feito pelas ações dos homens. Devemos pensar as transformações do território através das migrações dos homens e dos outros seres vivos, animais e, sobretudo, das plantas [...]” (RAFFESTIN, 2009, p. 32). Ações que os movimentos sociais construíram ao longo do tempo, fazendo usos diferentes do ecossistema dentro de uma percepção mais solidária desta relação entre os homens e destes com a materialidade do território.

Os movimentos sociais realizaram momentos de intercâmbio, trocas de experiências que permitiram uma maior compreensão da precarização das políticas

de segurança alimentar no território e, ao mesmo tempo, conservaram a tradição dos antepassados de fazer uso do trabalho com a terra mais solidário com o ecossistema, tornando-se, assim, os guardiões da cultura e do saber popular na produção de alimentos.

Por outro lado, do ponto de vista político-administrativo, pouco contribui para o desenvolvimento de uma política de segurança alimentar integrada entre os municípios, seja pelos motivos anteriormente mencionados ou pelos limites jurídicos advindos do pacto federativo, retificados na Constituição de 1988, que pouco avançou na construção de uma política de cooperação entre os entes federados, além de deixar ausente o debate sobre o território da Nação.

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional enviada ao Congresso Nacional, que alterou a redação do artigo 241 da Constituição Federal, que passou a prever os consórcios públicos e a gestão associada de serviços públicos, ofereceu a possibilidade do “CONSAD Extremo” fazer a migração para consórcio público, possibilitando, na prática, a construção de projetos intermunicipais de segurança alimentar com o foco territorial, na mesma perspectiva que apontou RAMBO (2006) ao investigar a contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional a partir da experiência da Coopercana – Porto Xavier/RS:

Não se trata aqui de apontar formas de tornar um território periférico em um território central, em como torná-lo competitivo, ou como atingir um crescimento espetacular dos índices econômicos. Trata-se sim, de buscar apontar, através de um exemplo empírico, como os atores de um território periférico, distantes dos grandes centros, sustentado pela agricultura familiar, tem assumido maior protagonismo no desencadeamento de ações, que têm atendido suas demandas, suas necessidades e mesmos e mesmo seus interesses, promovendo um desenvolvimento não apenas setorial, mas sim de caráter territorial (RAMBO, 2006, p. 288).

A partir da instalação do “CONSAD Extremo”, em 2004, as políticas de segurança alimentar passaram a ter o foco no território. O Fórum do “CONSAD Extremo” foi formado com a presença majoritária da sociedade civil, através de organizações, entidades e dos movimentos organizados do meio rural e do meio urbano dos 19 municípios. Foi elaborado um diagnóstico da insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, construindo o Plano de Ações do consórcio que, inicialmente, se

viabilizou através de projetos, onde o consórcio era um mero interveniente e, num segundo momento, com a migração para o consórcio público, se tornou proponente.

As ações do CONSAD, com o foco no território, se apresentam para os municípios do Extremo Oeste Catarinense como solução para as políticas de segurança alimentar trabalhadas até 2004, de forma isolada, entre os municípios. A desarticulação ou a falta de cooperação intermunicipal está diretamente relacionada à desarticulação do processo produtivo com a comercialização, associado à falta de renda para o agricultor e à destruição dos ecossistemas locais.

Neste sentido a política de segurança alimentar e desenvolvimento local, do “CONSAD Extremo” construída a partir dos princípios da economia solidária, reforçando o compromisso com a identidade da agricultura familiar na execução de projetos de cooperação intermunicipal, para constatar a perspectiva integradora de território na construção e execução das políticas de segurança alimentar.

Esta perspectiva integradora não pretende abordar o território como experiência total do espaço ligado ao controle e a sua apropriação, mas sim a sua perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais, ou seja, da sociedade com a própria natureza para “[...] trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada” (HAESBAERT, 2004, p. 114).

Neste contexto busca-se, como objetivo geral, compreender a experiência Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento local enquanto política de segurança alimentar e desenvolvimento local dentro de uma perspectiva integradora de território. O território, na perspectiva integradora, é entendido como a capacidade do consórcio desenvolver políticas de segurança alimentar de forma intermunicipal e, ao mesmo tempo, construir projetos e ações que integre as dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais. Desta forma explica-se a seguir os temas e o eixo principal da tese.

OBJETIVO GERAL

Compreender a experiência do “CONSAD Extremo” enquanto política de segurança alimentar e desenvolvimento local dentro de uma perspectiva integradora de território.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o processo de territorialização do CONSAD Extremo enquanto Consórcio intermunicipal de segurança alimentar e desenvolvimento local;
- Compreender a economia solidária como instrumento necessário para reduzir a pobreza e garantir a soberania alimentar no território;
- Destacar o processo de cooperação intermunicipal para agenciar as políticas públicas de segurança alimentar de forma integrada no território na perspectiva dos agentes sociais.
- Identificar a percepção dos agentes sociais sobre as estratégias de inclusão alimentar para construir processos de transformação territorial de forma integrada.

Neste sentido busca-se entender o processo de territorialização do “CONSAD Extremo”, compreender a economia solidária como eixo estratégico para promover o desenvolvimento local e constatar se de fato o impulso das ações através de projeto está de acordo com o plano de ação construído pelas organizações sociais e pelos representantes do poder público dos municípios dentro de um perfil integrador de pensar a dinâmica intermunicipal, e identificar a percepção dos agentes sociais

sobre as estratégias de inclusão alimentar para construir processos de transformação territorial de forma integrada.

METODOLOGIA

O caminho a ser utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa consiste na interpretação das entrevistas e do levantamento de dados. Assim, a interpretação da realidade será feita com a participação deste pesquisador imerso no contexto territorial do objeto de pesquisa desde a constitucionalização do “CONSAD Extremo”, em 2004.

Apesar de serem utilizados dados, principalmente secundários, que são quantificáveis, a abordagem da pesquisa será qualitativa. “Em algum ponto, as mudanças quantitativas levarão às mudanças qualitativas e precisamos levar a sério a ideia de que estejamos exatamente neste ponto de inflexão na história do capitalismo” (HARVEY, 2010, p. 5).

Fez-se a escolha pelo método dedutivo. Busca-se, a partir das observações contidas na experiência do “CONSAD Extremo” e nos depoimentos dos agentes sociais do território, compreender a perspectiva de território integrador contido na elaboração das políticas de segurança alimentar. Isto não significa a ausência de procedimentos dedutivos, podendo serem utilizados de forma complementar:

[...] tratamos a sociedade como algo que se faz através do movimento conjunto e indissolúvel do sistema de objetos e do sistema de ações, descobrimos que dedução e indução são movimentos que se dão de forma comum; que a universalidade e a particularidade se reconhecem no mesmo movimento; que a velha oposição sociedade e natureza é um equívoco que o marxismo agravou e que o movimento ecológico, mantém. [...] Não há como separar dedução e indução e, tampouco, essa oposição entre universalidade e particularidade pode parecer, mas apenas como uma regra de método. Como, a partir desse quadro, produzir um saber particular que não se desgarre de todo. Eu creio que a solução é a de buscar ver as coisas se realizando porque a verdade não está no resultado, que é o grande equívoco deste fim de século. A verdade está, e apenas está, no processo. (SANTOS, 2001, P. 3) (o grifo é nosso).

A valorização do processo significa o reconhecimento, segundo Santos (1985), de que cada situação é formada a partir da estrutura, organização e

tendência. Neste sentido as políticas de segurança alimentar são constituídas de diferentes elementos que interagem de forma relacional e, na medida em que seus elementos se modificam é porque as relações também se modificam. No entanto, as ações realizadas para movimentar a estrutura da produção de alimentos no Extremo Oeste Catarinense historicamente não ocorreram de forma espontânea.

A forma de produzir alimentos foi organizada no Extremo Oeste Catarinense para impor certas regras de organização, que beneficiaram o grande capital na figura das grandes agroindústrias que atuam sobre a agricultura familiar, como uma camisa de força, para seguir uma organização burocrática, que não lhes proporcionava autonomia e muito menos liberdade, apenas uma sobrevivência temporária.

Esta organização forçada aceita pelos municípios não foi capaz de impedir o surgimento de uma tendência a partir dos diferentes movimentos sociais, de construir um novo sentido para a estrutura, através de um novo uso mais solidário nas relações. Esse uso reflete uma organização espontânea de colocar a segurança alimentar a serviço de todos, que se tornou possível com a experiência do consórcio de segurança alimentar, mas que ainda não tem seu reconhecimento pelas universidades de atuação no território. “Por isso mesmo o trabalho universitário é cada vez mais dominado por programas que buscam evitar a descoberta. Mas, a despeito disso, a descoberta se faz, quando se reconhece o movimento social e a gente, então, vê funcionando, de uma só vez, a estrutura, a organização e tendência” (SANTOS, 1985, p. 12).

A tendência permite uma antevisão de um futuro mais solidário para a segurança alimentar e indica um novo sentido para a história da produção de alimentos no Extremo Oeste Catarinense. Para o pleno conhecimento desta realidade vivenciada nos 19 municípios, se faz necessário a compreensão deste contexto territorial, que tem sua história construída e influenciada pelas escalas estadual, nacional e internacional através de seus segmentos, o poder público, sociedade civil e o mercado.

A observação das escalas contribui significativamente para analisar principalmente o processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária no Extremo Oeste Catarinense, através das constituições das cooperativas municipais de comercialização, da central regional de comercialização

e da integração no Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – SECAFES. É uma forma de potencializar os agentes sociais a promover ações para garantir a segurança alimentar do território e, ao mesmo tempo, para além do território.

A pesquisa trabalha numa escala temporal, que compreende o período da institucionalização do “CONSAD Extremo”, ou seja, a partir de 2004. Embora este período possa parecer recente, é importante destacar que a transformação territorial tem ocorrido cada vez mais rapidamente; portanto a ciência, enquanto pesquisadora do real, deve se preocupar mais com os processos e contribuir com suas análises para a sociedade fazer mudanças nos caminhos escolhidos, quando necessário.

Pensar apenas no resultado final da experiência seria como defender algo que já nasce morto no futuro; daí a importância de se fazer correções ainda no início desta proposta de segurança alimentar e desenvolvimento local. Assim, pode-se garantir, ao mesmo tempo, mudanças qualitativas e quantitativas. Mas, para fundamentar o processo de territorialização do “CONSAD Extremo”, retrocedeu-se no tempo, mais precisamente em 1926, quando se deu o início do processo de colonização deste território.

O universo pesquisado abrange os 19 municípios. Em função da abrangência da área de estudo, as análises serão realizadas nos documentos e arquivos do “CONSAD Extremo”, onde é possível constatar os relatórios das reuniões e dos projetos executados, e em execução que trazem a fala das pessoas que participaram do processo em diferentes momentos.

As técnicas de coleta de dados utilizados foram a observação do processo de territorialização do “CONSAD Extremo”, já vivenciada por este pesquisador, levantamento documental de todo o processo histórico; projetos e pesquisa de campo que pudessem atender aos objetivos propostos na pesquisa.

Após o detalhamento da área de pesquisa e o aprofundamento das questões teóricas, principalmente aquelas relacionadas ao conceito de território e sua aplicabilidade à realidade do consórcio, foi elaborado um roteiro para realizar as entrevistas de campo. As entrevistas tiveram como objetivo ouvir um relato com descrições, situações e acontecimentos vivenciados pelos entrevistados.

Os entrevistados fazem parte da rede local de sujeitos¹ que participaram do Conselho Gestor do consórcio e instituições regionais que se fizeram representar no fórum do consórcio, ou seja, são pessoas do poder público da sociedade civil e dos beneficiários das ações, e que estiveram na linha de frente do dia-dia desta experiência.

O procedimento para a escolha dos sujeitos sociais ocorreu da seguinte forma: foram selecionadas três pessoas do poder público e três pessoas da sociedade civil de cada município. Na sequência, os municípios foram divididos por setores. No setor norte: Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, Palma Sola, Anchieta, Guarujá do Sul e Princesa. No setor centro: São Miguel do Oeste, Guaraciaba, Descanso, Paraíso, Bandeirante, Belmonte e Barra Bonita. No setor sul: Itapiranga, Mondaí, Iporã do Oeste, São João do Oeste, Tunápolis e Santa Helena. A localização da área de estudo esta no mapa 1.

Este recorte em setores segue o modelo administrativo do Estado de Santa Catarina, com as chamadas Secretarias de Desenvolvimento Regionais – SDR's, procedimento este também utilizado no capítulo 6.2, que trata das estruturas territoriais. Neste momento foram retirados alguns nomes da listagem em função da entidade ser representada em todos os municípios, para evitar repetição de instituição ou entidade. Com o auxílio dos funcionários do consórcio foi realizado o sorteio dos 21 nomes escolhidos (APÊNDICE A). Os agentes sociais foram identificados como agentes sociais [P1, P2, P3,...] para o poder público e agentes social [C1, C2, C3,...] para a sociedade civil.

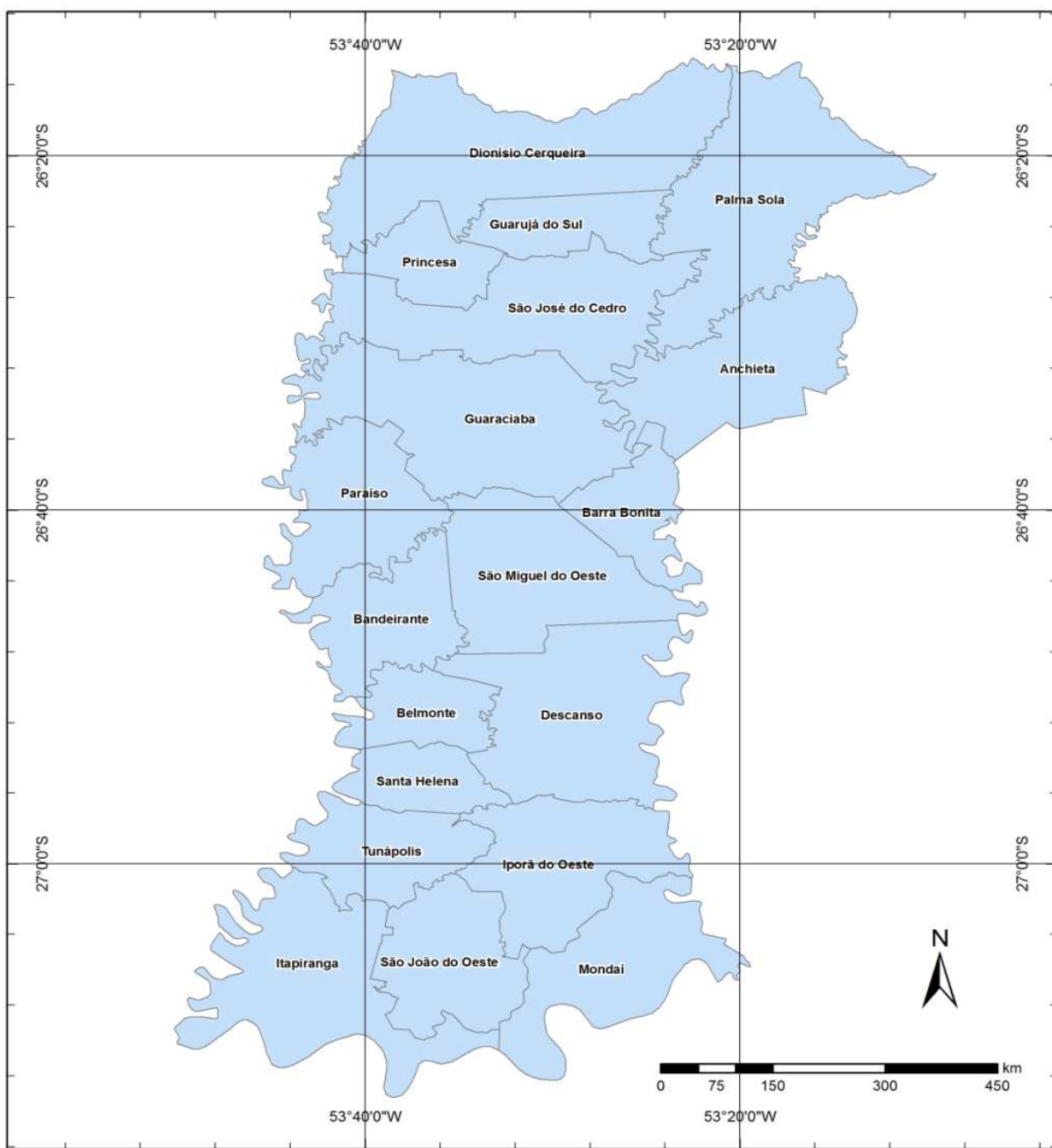
As entrevistas foram realizadas durante o mês de setembro de 2010. O tempo de duração transcorreu entre o mínimo de 30 minutos e o máximo de 01h30min. Utilizou-se, nas entrevistas, um questionário semiestruturado (APÊNDICE B) com perguntas fechadas e perguntas abertas. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. De posse das entrevistas já transcritas, foi sistematizado todo o material coletado, de forma coerente, com o referencial teórico para poder escrever, sempre destacando que, “De modo geral, durante a realização de uma pesquisa algumas

¹ A rede local de sujeitos: formada pelo conjunto de relações e interações entre os sujeitos (individuais e coletivos, públicos e privados, locais e globais), presentes ou ativáveis em um certo território local. Aqui, por local, entende-se a escala geográfica que permite interações típicas de proximidade física: relações baseadas no conhecimento e na comunicação direta (face-to-face), na confiança, na reciprocidade, na experiência comum e prática de um certo contexto ou milieu territorial. (DEMATTEIS, 2008, p. 36).

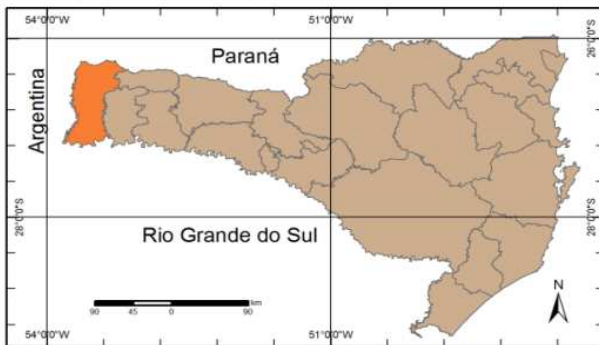
questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho de campo” (DUARTE, 2002, p. 140).

Neste contexto, com a pesquisa busca-se fazer reflexões sobre a questão da segurança alimentar tendo como objeto de estudo um consórcio intermunicipal de segurança alimentar e desenvolvimento local de caráter público, que é uma experiência nova em termos de política de segurança alimentar e de cooperação intermunicipal mais segura do ponto de vista jurídico. Neste sentido, a pesquisa tem uma grande contribuição para oferecer na medida em que serve de referência para o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e os demais consórcios distribuídos pelo Brasil.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa quer contribuir para os estudos geográficos sobre o território enquanto perspectiva integradora, como propõem



Mapa de Localização e Situação Geográfica do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local (CONSAD EXTREMO OESTE-CATARINENSE)



MAPA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: Marcos Fiorentin, 2011.

Rogério Haesbaert, para avançar no entendimento do argumento de que ser humano no cotidiano não se divide entre econômico, político, ambiental e cultural, pelo menos não deveria, para o próprio equilíbrio do sistema.

A seguir destaca-se a estrutura da tese.

No primeiro capítulo **Território e Desenvolvimento: Uma abordagem integradora**, o território será abordado primeiramente como recurso na promoção do desenvolvimento para promover o que Dematteis (2008) chamou de Sistema Local Territorial², a partir de uma territorialidade ativa e positiva para a consolidação de um processo de desenvolvimento local com autonomia e liberdade.

Na segunda parte é realizada uma reflexão sobre o que chamamos de precarização das condições alimentares e do próprio território. A desterritorialização é analisada nas perspectivas econômica, política e cultural de território, como propõe Haesbaert (2004), para demonstrar o equívoco dos que percebem o fim do território com a globalização, quando na verdade o que ocorre é uma situação de precarização do território, que, por sua vez, conduz a uma precarização das condições de segurança alimentar, em função da estagnação do processo de desenvolvimento local de produção e distribuição dos alimentos, que somente poderia ser equacionado a partir de uma perspectiva integradora de território.

Com o capítulo **Consórcios Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional: Um instrumento para fortalecer a federação e a soberania alimentar**, a questão do território é abordada como uma ferramenta de governo para promover políticas de segurança alimentar. É dado destaque às políticas de segurança alimentar aplicadas em diferentes momentos da história da política institucional no Brasil, especialmente a partir do Programa Fome Zero, em 2003, com a utilização do conceito de território para promover ações direcionadas ao público específico da agricultura familiar.

Neste sentido, são enfatizadas as políticas territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário com os Territórios da Cidadania e, principalmente, as experiências dos Consórcios de

² De fato, nosso sistema local territorial não é um sistema já existente que funciona com atores sociais coletivos territoriais, mas uma série de indícios (atitudes, experiências etc.) e de pré-condições subjetivas e objetivas que, com a interação de estímulos oportunos e com ações de governança, pode render construção, em certa área geográfica, de um sistema territorial capaz de contribuir autonomamente para o desenvolvimento. Enfim, o sistema territorial mais apropriado é o território onde seja possível fazer boas políticas e ações eficazes para o desenvolvimento. (DEMATTEIS, 2008, p. 37).

Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs e suas fases de implantação promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e as mudanças que esta política passou a ter com a aprovação da nova lei dos consórcios públicos, que disciplina sobre a cooperação entre os entes federados, agora de forma mais segura.

São examinadas as vantagens e desvantagens dos CONSADs enquanto consórcio de economia mista, de fazer a migração para os consórcios públicos que, ao mesmo tempo em que favorece a cooperação intermunicipal de forma mais segura, pode trazer restrições à participação da sociedade civil enquanto definidora das políticas de segurança alimentar e também a possibilidade de os CONSADs se tornarem um importante instrumento na execução das políticas territoriais promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e outros ministérios.

No capítulo **A territorialização do "CONSAD Extremo"**, a experiência é avaliada como processo em seu movimento dentro de um espaço de relações, que dificilmente podemos constatar quando começou e quando vai terminar. Mas é feito um esforço para compreender este movimento a partir de três períodos, os quais Milton Santos chamou de período natural, período técnico-científico e o período técnico-científico-informacional.

Em seguida é destacado o processo de alienação do território do Extremo Oeste Catarinense diante do processo de globalização e seus impactos na promoção do desenvolvimento local e, principalmente, seus efeitos sobre a agricultura familiar e na questão da segurança alimentar, que ganhou novos contornos com a institucionalização do "CONSAD Extremo", em 2004.

Com o capítulo **Identidade e Economia Solidária: Como a Economia Solidária pode ajudar a promover o espaço rural e a segurança alimentar** procura-se estimular o debate sobre as relações entre o rural/urbano diante do atual meio técnico - científico- informacional, procurando destacar a importância do espaço rural e, principalmente, a diversidade de modos de vida que estão contidos neste espaço, o qual podemos chamar de *novas ruralidades*, que surgem diante do agravamento da pobreza na cidade e no meio rural de forma combinada, com um perfil econômico solidário.

Neste sentido, busca-se avaliar as estratégias adotadas pelo "CONSAD Extremo" no sentido de valorizar o espaço rural, como forma de produzir alimentos, a

partir da construção de uma identidade econômica solidária no território. A economia solidária é uma nova maneira de analisar a realidade local e, ao mesmo tempo, uma estratégia de intervenção sobre a realidade, com o objetivo de fazer a sua transformação, reduzir ou eliminar a pobreza, fortalecendo a produção e a comercialização dos alimentos para construir a autonomia alimentar com justiça social.

É analisada também a dinâmica intermunicipal dos projetos a partir da construção das redes de comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária, principalmente com a incorporação dos serviços do Sistema Estadual de Sanidade Agropecuário – SUASA ao consórcio e o Projeto Organização dos Processos e Consumo Solidário – a central regional de comercialização, a implantação do Banco Popular junto a esta central de comercialização, a adoção da moeda social como sistema de câmbio e sua integração com o Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

No capítulo **Cooperação intermunicipal e as políticas públicas de segurança alimentar na percepção dos agentes sociais** é destacado como o Extremo Oeste Catarinense foi se integrando com as demais partes do território brasileiro, com ênfase nos diferentes usos das técnicas em diferentes períodos de sua história, com o surgimento das redes vertical e horizontal. Depois, são identificados os principais atores sociais e seu papel na construção da rede horizontal, para, posteriormente, conhecer a visão destes mesmos atores sobre o que representa o “CONSAD Extremo” na elaboração das políticas de segurança alimentar de forma intermunicipal, na produção de alimentos de qualidade nutricional e seus efeitos sobre a saúde humana e o bem estar animal. Na última parte é conhecida a percepção que os atores sociais possuem sobre a migração para o modelo de consórcio público.

No capítulo **A percepção dos agentes sociais sobre as estratégias de inclusão alimentar para construir processos de transformação territorial de forma integrada**, a segurança alimentar é analisada enquanto política pública capaz de promover, de forma satisfatória, a produção de alimento em quantidade e qualidade, através do diagnóstico para orientar o planejamento e as ações estratégicas, de acordo com a realidade do território.

Primeiramente, é dado destaque ao cenário político, social e ambiental, com seus problemas e desafios encontrados pelo consórcio no início de sua atuação, bem como o horizonte sobre o qual foi construído o Plano Desenvolvimento Estratégico Integrado para, no segundo momento, identificar as opções estratégicas dos atores sociais para construir as políticas de segurança alimentar de forma a promover a inclusão social e, ao mesmo tempo, a integração do território.

Ao final das investigações, são realizadas as considerações finais sobre o tema proposto pela pesquisa mediante os resultados alcançados e a sua contribuição para a elaboração de estudos posteriores.

1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM INTEGRADORA

1.1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo o desenvolvimento foi sinônimo de crescimento econômico por não considerar o elemento território como instrumento de percepção da realidade. “Nesse sentido o desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico, mas consiste na articulação dos atores em atender também suas demandas e necessidades sociais, culturais e ambientais” (RUCKERT, 2007, p. 247).

Neste sentido abordaremos a noção do desenvolvimento numa perspectiva de território integrador. O território será abordado como um recurso na promoção do desenvolvimento a partir do que Dematteis (2008) chamou de sistema local territorial:

É necessário ter em mente que o nosso modelo não serve para estudar a subdivisão racional de um território em unidades geográficas de nível local, mas para explorar e descrever a geografia referente a um recurso particular, que corresponde à capacidade de auto-organização local e de agregação territorial voluntária, vista como interface necessária para ativar, em uma certa medida, e também produzir recursos específicos nos processos de desenvolvimento (DEMATTEIS, 2008, p. 38).

O sistema local territorial é utilizado como forma de tentar explicar a realidade do CONSAD Extremo, que abrange os 19 municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, marcado por um contexto territorial histórico e relacional com forte presença da agricultura familiar, que sofreu com os modelos economicistas e de especialização produtiva.

A partir do sistema local territorial será discutida a importância do território para a geografia, as diferentes perspectivas sob as quais este conceito pode ser analisado, destacando a perspectiva integradora do território como forma de resposta à precarização das condições alimentares de produção e distribuição dos alimentos.

1.2 TERRITÓRIO COMO RECURSO

O território pode ser considerado um recurso na produção de políticas de segurança alimentar por uma determinada sociedade? O que seriam os recursos numa perspectiva relacional? A resposta a estas duas questões parte do princípio de que a abordagem territorial pode ajudar a promover o desenvolvimento quando desvincula o poder centralizado unicamente no Estado, como ocorreu com a geografia política clássica.

Os problemas que conduziram à insegurança alimentar, assim como sua resolução, não decorrem exclusivamente das ações do Estado, mas fazem parte do conjunto da sociedade, em que os agentes sociais é que produzem o território. Por isso, “[...] em toda relação circula o poder, que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido (RAFFESTIN, 1980, p. 7).

Quem exerce o poder é a população. “A população deve ser analisada em primeiro lugar, porque considera esta a fonte do poder” (RAFFESTIN, 1993). A população é formada por um conjunto de atores sociais que, através do trabalho, produzem o território, partindo de uma realidade inicial, que é o espaço.

O território acaba sendo o produto das relações sociais construídas ao longo do tempo e é utilizado como meio para desenvolver certas práticas e estratégias a fim de promover sua segurança alimentar, de forma a garantir a sobrevivência.

Portanto, uma determinada sociedade pode-se utilizar dos recursos que compõem o território para promover o seu desenvolvimento:

Por esse motivo, qualquer política econômica, social e cultural que objetiva ser eficaz deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e, sobretudo, como meio e matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida. Isso equivale a dizer que, para melhorar a qualidade do ambiente e da sociedade, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a territorialidade, entendida como as relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde as habita, se vive e se produz (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

“Um recurso não é uma coisa, é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades” (RAFFESTIN, 1993, p. 8).

O recurso é um valor que uma sociedade atribui ou deixa de atribuir a certas coisas, é uma representação das coisas que acaba tendo um valor, que não serve apenas para produzir riquezas materiais, mas para promover a condição humana no cotidiano.

O recurso emana das relações sociais entre os sujeitos com certas coisas (materiais e imateriais) que, através de uma determinada prática, transforma a matéria:

Assim, uma mudança de prática constitui uma nova relação para com a matéria, donde resulta a probabilidade de evidenciar novas propriedades. Estando entendido que uma prática, sempre complexa, mesmo a mais rudimentar, é uma seqüência que apela a um ou a vários conhecimentos, dos quais alguns surgem na ação, mas outros resultam de uma acumulação anterior atualizada pela memória. Portanto, uma prática não é estável; evolui, ao mesmo tempo, no espaço e no tempo (RAFFESTIN, 1993, p. 224).

Um exemplo da transformação pode ser percebido através da evolução na produção de alimentos, como mostra Moreira (2007) em seu livro: *Pensar e ser em Geografia: Ensaio de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*, quando analisa a sociedade e suas formas de espaço no tempo.

No passado o poder estava na produção dos alimentos, ou seja, com o agricultor. A organização territorial era dada pelo agricultor em relação ao meio natural, através da prática da agricultura. A agricultura que integrava o cotidiano do agricultor, através da arrumação do espaço, onde ele projetava os cultivos com a preparação dos solos e da água, plantava, realizava a colheita dos grãos e armazenava junto ao celeiro.

Com o maior acúmulo de conhecimento sobre as plantações, os agricultores conseguiram aumentar a produção e gerar maior excedente. O aumento do excedente fez com que parte da população fosse liberada para realizar tarefas não agrícolas, como servir ao exército. Desta forma, gradualmente começava a acontecer uma divisão social do trabalho, que, ao mesmo tempo, dava início ao surgimento de uma classe dominante, e também a cidade.

A existência de uma classe dirigente – nobreza, clã, sacerdotes, guerreiros etc. – destacada das tarefas de produção e com funções de administração só foi possível pela organização de um aparato extrativo, isto é, de uma organização capaz de extrair excedentes suficientes para manter uma classe não produtiva e de garantir, por meios simbólicos, a legitimidade da

extração e, por meios materiais, o exercício da coerção. (CASTRO, 2005, p. 124-5).

O surgimento da cidade veio favorecer o intercâmbio dos produtos agrícolas. A organização em torno da cidade respeitava o ritmo sazonal do calendário agrícola. A cidade permanecia subordinada ao espaço rural, mas começava a desenvolver, de forma irreversível, os meios de transporte e comunicação, acelerando cada vez mais os meios de circulação.

Com o aprofundamento da divisão social do trabalho associado à ampliação do excedente, a propriedade da terra se tornava essencial. Assim como hoje, diferentes formas de apropriação de terras aconteciam, diferenciando ainda mais a população dentro da comunidade. Começava a acontecer uma divisão de classes sociais entre os que detinham a terra e os não tinham a terra, que implicava numa situação de conflito, a qual Fernandes (2009) chamou de 'conflitudo', com a seguinte definição:

A conflitualidade é um processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (Fernandes, 2008). As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos gerando conflitudo. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de produção socioterritoriais. A conflitudo é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizando com uno- diverso; consenso – crítica; regra – conflito; padronização – variedade; centralização – centralidades; território – territórios (FERNANDES, 2009, p. 203).

Para equalizar os conflitos entre classes, surge a instituição do Estado. Quando surge, o Estado une a coletividade humana e a parcela do espaço em que expressa sua soberania. "Trata-se de uma organização do poder voltada para o domínio territorial que engloba habitantes, riquezas, uma estrutura voltada para a produção, etc" (HEIDRICH, 2004, p. 41).

O Estado, além de mediador de conflito, vai ordenar e dar função à cidade como meio de circulação da produção e de pessoas, ditando regras, padronizando as trocas comerciais com a *introdução da moeda*, assim como as diferenças étnicas, religiosas e linguísticas, de modo a unificar a população em torno de um território nacional.

A introdução da moeda como parâmetro para as trocas comerciais favoreceu o desenvolvimento do comércio, mas implicou em desequilíbrios nos sistemas de trocas. Para o economista Giannetti (2005), a passagem do escambo para a moeda estabeleceu diferenças entre aqueles que produzem o produto no presente e aqueles que deixam de produzir produtos para se dedicar à prestação de serviço para prover o futuro.

A moeda descentralizou o planejamento sobre a produção, trazendo desequilíbrios na organização social, e implicou desafios para o futuro.

No final do “dia” cada indivíduo se dirige até um enorme galpão central onde deposita o resultado do seu trabalho naquela jornada: alimentos, roupas, remédios, sapatos, cosméticos, cortes de cabelo etc. Na outra ponta. Esses mesmos cidadãos retiram dali os bens e serviços de que carecem e que foram trazidos pelos demais. O que entra sai: tudo o que é levado ao galpão acaba sendo trocado, de modo que cada um obtenha para si, como contrapartida da sua contribuição ao produto social, aquilo de que precisa para viver, trabalhar e criar os filhos. Diariamente o ciclo se repete. O sistema está em equilíbrio.

[...] A partir desse momento uma parte da força de trabalho é destacada do resto e passa a dedicar todo o seu dia de trabalho a duas atividades complementares entre si: a fabricação de bens de produção (máquinas, tratores, computadores, hidrelétricas etc) e a geração de conhecimento (educação básica, formação de técnicos, inovações e pesquisas etc.). No final do dia, como de costume, todos os indivíduos retornam ao galpão central para entregar de um lado o que produziram e apanhar, do outro, o que necessitam. O que se verifica agora, entretanto, é que o equilíbrio do sistema foi rompido. Pois o que deu entrada no galpão no final do dia não mais coincide como o que vinha entrando e saindo nos dias anteriores. Um novo equilíbrio terá de ser buscado (GIANNETTI, 2005, 252-3).

É a partir da padronização das trocas comerciais que vai surgir com mais intensidade o espaço moderno, modernizando a produção e os meios de circulação para produzir excedente, só que agora com o objetivo principal de acumular capital. Isso significa que o espaço é capitalizado, com o surgimento de áreas especializadas em cultivos de legumes, frutas e cereais, e criação de animais para atender ao consumo do homem urbano.

O crescimento da população urbana não implicou apenas na demanda por mais alimentos de origem vegetal, mas também no aumento da demanda por produtos de origem animal como fonte de alimento (carne) e a lã de ovelha para a confecção de roupas. Esta passagem das culturas de cereais para a criação de ovelhas provocou graves problemas sociais para os territórios rurais, como nos mostra Raffestin (2009):

Outro fenômeno importante na modificação dos territórios foi a crise agrícola, ocorrida entre os séculos XIV e XV, provocando graves consequências. Na Inglaterra, por exemplo, a depressão agrícola provocou a passagem das culturas de cereais à criação de ovelhas, em virtude dos altos preços da lã. Como resultado, as pastagens ocuparam o lugar das áreas cultivadas provocando o desaparecimento de vilas inteiras, destruídas para a criação de extensas áreas de pastagens para as ovelhas... É, pois, evidente como a construção dos territórios foi muito influenciada, não somente pelas atividades agrícolas, mas também pelas políticas, pelas transformações das cidades e pelas mudanças dos hábitos de consumo (RAFFESTIN, 2009, p. 22).

Este processo foi intensificado e se aprofundou com a revolução nos meios de transporte, com a melhoria das estradas e a evolução do transporte marítimo, permitindo alcançar maiores distâncias oceânicas, se articulando em forma de rede. “O surto das trocas à longa distância leva a um contínuo intercâmbio de plantas e animais entre os diferentes continentes do mundo” (MOREIRA, 2007, p. 48).

As trocas comerciais entre países iniciavam o processo de globalização, que ganhava ímpeto com a revolução industrial do século XVIII. A produção de bens de forma artesanal, onde o camponês se organizava, sedia espaço para o surgimento da fábrica. As fábricas se diferenciavam da produção artesanal por produzir produtos em escala industrial. A demanda por mão de obra para trabalhar nas fábricas concentrou a população em torno das mesmas e concentrou as políticas públicas nesta atividade econômica.

O agricultor abandonava a atividade agrícola para se juntar a outros agricultores na cidade, trabalhando nas fábricas ou nas minas para retirada do carvão mineral, que era utilizado como energia para impulsionar o trem. A ferrovia começava a se destacar como sistema de transporte em relação a estradas e rios, e fazia circular a produção, ligando os entrepostos de produção e comercialização a áreas portuárias e, finalmente, os produtos atravessavam o oceano.

Este processo contribuiu para aumentar, de forma nítida, a diferenciação da paisagem urbana da paisagem rural. “A vida urbana passa a distinguir-se mais e mais na monotonia rural em razão da complexa rede institucional que abrigava [...] das funções terciárias que incorporava e da enorme estratificação social que adquire sua população” (MOREIRA, 2007, p. 51).

Nestas condições, o campo passa a ser sinônimo de agricultura e pecuária, e a cidade passa a ser sinônimo de indústria e serviços, destacando dois modos de vida bem distintos. Sobre este assunto voltaremos a falar no capítulo 4.2.

Com o advento da segunda revolução industrial, no século XIX, a paisagem industrial se generaliza em todo mundo, favorecendo, pela primeira vez na história da humanidade, o surgimento de uma economia mundial. Para mover todas essas alterações, o carvão mineral foi substituído pelo petróleo e pela eletricidade, que podiam ser levados a qualquer ponto do território.

A mudança do padrão energético somente foi possível graças à aliança da ciência com a técnica, tendo o Estado como grande financiador, através dos recursos públicos. Assim, as estruturas territoriais modernas contribuíram para a aceleração dos meios de transporte, interligando as cidades num espaço mais amplo, ou seja, o espaço regional, com a flexibilização das fronteiras, aumentando os fluxos comerciais, organizando o espaço em rede:

O caminhão estabelece o transporte porta a porta, impossível de ser realizado pela ferrovia. O avião, por sua vez, encurta o tempo dos percursos e dá um novo sentido à distância física. E assim rodovia, ferrovia, navegação marítima e aerovia se integram em rede, com o transporte rodoviário cumprindo em nível terrestre o papel de ordenador (MOREIRA, 2007, p. 53).

Com a articulação em rede, o poder se concentra nos fluxos. Agora, mais importante que produzir, é fazer circular a produção. A relação que os sujeitos sociais estabeleceram com a matéria, através do uso da técnica em diferentes períodos da história, permitiu uma transformação radical na transformação da matéria e nas relações sociais. Mas não significou o desaparecimento das técnicas que antecederam este período da sociedade em rede, pois “Ao surgir uma nova família de técnicas, as outras não desaparecem” (SANTOS, 2000, p. 25).

Portanto, a materialidade e a imaterialidade dos territórios foram sendo alteradas pela forma como os sujeitos sociais utilizavam seus recursos. O futuro de cada território depende das escolhas que os sujeitos sociais fazem dos seus recursos, que pode mudar no tempo em função dos usos, como no caso do excedente. “Afim, vale indagar, quem ousaria supor que os homens algum dia deixariam de oferecer o excedente aos seus deuses e fariam da própria geração de excedente, cada vez maiores, o seu novo deus?” (GIANNETTI, 2005, p. 242-3)

Retornando à questão inicial, pode-se afirmar que o território tem um valor estratégico na promoção do desenvolvimento, em função dos seus recursos. Para projetar e garantir a soberania do território, a questão alimentar é um recurso

necessário. “Fala-se de recursos como de uma arma: “O alimento é uma arma.”, constatou Earl Butz, em 1974, quando era Secretário da Agricultura dos Estados Unidos” (RAFFESTIN, 1993, p. 252).

A garantia de alimentação para a população de um território pode e deve se converter num recurso estratégico para promover o desenvolvimento. Apesar da evolução tecnológica na produção de alimentos, existe uma grande demanda por cereais no mundo, seja pelas sucessivas perdas por questões climáticas, pela transferência de cereais para alimentação animal, concentração da terra ou falta de dinheiro para comprar alimentos.

Os cereais são considerados alimentos de grande qualidade nutricional, tidos como alimentos completos, sendo, segundo Raffestin (1994), essenciais para a sobrevivência nos países menos desenvolvidos:

Essas poucas observações muito simples já dão indicações suficientes para compreender que os cereais são um instrumento de poder potencial muito eficaz. Alguns menos do que outros, é verdade. O arroz é pouco, no plano internacional, pois os grandes produtores são também os grandes consumidores. Por outro lado, o trigo é um instrumento de poder incrivelmente eficaz no plano internacional, pois os grandes produtores não são os maiores consumidores. O trigo é, portanto, um dos cereais que mais viaja. Sua parte no comércio internacional é muito importante, não somente em tonelagem como também em valor (RAFFESTIN, 1993, p 254).

A estratégia para ficar menos dependente de cereais seria garantir o abastecimento interno do território, através de investimentos em políticas de produção. A transformação de cereais em recursos não se faz pensando nas potencialidades do território, mas em investimento em conhecimento.

O conhecimento é a mediação que transforma a matérias primas em alimentos. Dematteis (2009) aponta para a necessidade de construir o conhecimento considerando os recursos móveis e imóveis do território. Os recursos imóveis são específicos do território, dos quais derivam os recursos fixos, utilizados localmente, como solos e construções. Os recursos móveis são aqueles que podem ser transportados de um lugar para outro, como as pessoas, o dinheiro, as informações, os conhecimentos científicos e tecnológicos, as mercadorias e a energia.

É o conjunto de recursos móveis e imóveis que pode oferecer vantagens coletivas para uma população produzir alimentos em quantidade e qualidade, o que dificilmente se conseguiria fazer de forma individual. O território constitui-se, assim,

num recurso importante para o desenvolvimento das práticas alimentares. Portanto, “O desenvolvimento é sempre territorial, em virtude das práticas que o caracterizam” (SAQUET, 2007, p. 119).

O que caracteriza o funcionamento de uma territorialidade na construção alimentar é o conjunto de relações sociais estabelecidas pela sociedade no espaço, e que evolui ao longo do tempo, com o objetivo de conquistar sua soberania alimentar utilizando seus próprios recursos móveis e imóveis. A utilização dos recursos depende da construção de determinados comportamentos humanos sobre o território, caracterizados mediante um conjunto de práticas e da utilização do conhecimento dos homens em relação à realidade material, que determina as relações dos sujeitos no território e com outros sujeitos fora do território.

A conquista da soberania alimentar dependerá sempre da satisfação dos desejos dos sujeitos sociais nos processos de mediação para fazer as escolhas que definirão as propostas para atingir tal objetivo. O resultado constitui o projeto que dependerá, segundo Dematteis (2008), de uma territorialidade ativa e “positiva” e de uma territorialidade passiva e “negativa”, e considera que uma:

[...] Territorialidade ativa e “positiva” deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão. Nestes territórios vistos como “ativos”, a territorialidade corresponde às mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação territorial e de desenvolvimento local (DEMATTEIS, 2008, p. 35).

A territorialidade ativa corresponde às estratégias para inclusão da população ao acesso aos alimentos, onde os atores sociais fazem parte do processo. Na territorialidade passiva é construída uma coerção da população local com relação aos alimentos. Mesmo que na territorialidade passiva exista o acesso da população aos alimentos, estes são controlados pelos dominadores e obedecem a uma perspectiva externa. Isso pode ser percebido em locais onde existe uma fatura de alimentos, mas estes são controlados por agentes de fora do território, servindo para exportação. A população local, nestes casos, serve de mão de obra barata, e não consegue fazer valer seus interesses como sistema local territorial.

1.3 O SISTEMA LOCAL TERRITORIAL

Para que o processo de desenvolvimento possa ser operacionalizado com produção de alimentos e sua distribuição ocorrer de forma igualitária no território, é preciso trabalhar a partir da concepção ativa e positiva da territorialidade. É necessário partir da realidade e das potencialidades sociais e territoriais já existentes para começar a construir um sistema local territorial de produção, circulação e distribuição dos alimentos, permitindo um entrelaçamento entre as políticas de segurança alimentar municipal, estadual e nacional.

A concretização de um projeto de desenvolvimento sustentado pela busca da segurança alimentar deve considerar os problemas que dificultam o desenvolvimento local. A dificuldade da construção e consolidação de um sistema local de produção e comercialização tem relação com a falta de articulação entre as entidades públicas nas suas diferentes esferas de atuação. “Um sistema local territorial é construído a partir do que já existe, e isso pode garantir a eficácia de projeção do que será edificado” (DEMATTEIS, 2008, p. 36).

A projeção do futuro para um projeto de desenvolvimento territorial depende do conjunto de relações e interações de uma rede local de sujeitos individuais e coletivos, que pertencem às esferas públicas ou privadas e que estabelecem relações de proximidade e reciprocidade dentro do território para gerar o desenvolvimento local. O desenvolvimento local aqui apresentado refere-se à escalas mais amplas que as fronteiras do município; envolve um conjunto de municípios que apresentam características de proximidade física, confiança e experiências comuns de contexto territorial, no sentido de que:

Es evidente que la función de promover el empleo se entiende hoy como una función muy apropiada a la escala local, pero es igualmente evidente que una función como la promoción de La investigación científica y tecnológica (parte importante de la Idea de desarrollo), altamente dependiente del funcionamiento de un sistema de ciência y tecnologia, no podría ser considerada una función local, sino **regional**, que sería la escala funcionalmente adecuada (y con no pocas dificultades habría que añadir!). (BOISIER, 2000, p. 168).

Neste sentido é importante que os atores públicos e privados de um território se comportem como atores coletivos, articulando espaços de mediação para

elaboração e execução de projetos comuns, atribuindo novos usos para as estruturas territoriais, valorizando os recursos específicos de um milieuo local³.

O sistema local territorial faz referência aos objetivos de utilização dos recursos territoriais, que somente podem ser efetivados quando os sujeitos locais expressam um valor aos seus recursos, como forma de transformar a partir de mudanças técnicas e gestão compartilhada do ambiente onde se encontra inserida.

O esforço no sentido de promover a melhoria do seu ambiente de vida estabelece um estreitamento das relações das redes locais com os ecossistemas locais. É neste momento que as potencialidades de um ecossistema local podem ser transformadas em valor para uma rede local de sujeitos. As potencialidades resultam de um agregado de conhecimento sobre o ecossistema local, atribuindo um valor para questões como a ambiental, cultural, social e econômica.

O uso de potencialidades como forma de promover o desenvolvimento local se apresenta contraditório mediante as ações globalizantes. Ocorre que o fenômeno da globalização tem um grande efeito sobre os lugares. Estes efeitos podem ser percebidos mediante as modificações da composição da rede local e a forma como esta utiliza seus recursos.

A interação local com as redes globais geralmente funciona como uma pressão para que os lugares se normatizem com as mesmas regras das relações comerciais globais, implicando sempre num desajuste do sistema local. Esta pressão somente pode ser diminuída mediante a consolidação de uma identidade com base no sistema local. “Antes de tudo, a identidade do Slot é definida não somente com relação ao sentido de pertencimento e à memória do passado, mas também, sobretudo, em termos de *organização do sistema*, isto é, como coesão para o planejamento do futuro” (DEMATTEIS, 2008, p. 37).

A coesão territorial em torno do planejamento do futuro é fundamental para organizar um sistema local. Um sistema de organização local somente pode funcionar com a proximidade física entre as pessoas e o milieuo local na medida em que permite relações formais e informais diretas entre os sujeitos. Esta proximidade traz a noção de respeito através do compartilhamento de experiências e do saber

³ O milieuo local: indica o conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento específico do contexto territorial no qual operam uma certa rede local de sujeitos, da forma como estes percebem estas condições. Há um referimento objetivo aos “recursos potenciais imóveis” (o “capital territorial”) próprios do território local, isto é, ao conjunto de recursos materiais e imateriais, que estão sedimentados localmente como resultado de um longo processo co-evolutivo entre a sociedade local e o território. (DEMATTEIS, 2008, p. 36).

local. As experiências compartilhadas entre os sujeitos ao longo do tempo possibilitam a formação de uma identidade coletiva com base na confiança.

Se os conhecimentos são recíprocos entre os sujeitos existe uma grande possibilidade de construção de uma coesão social para trabalhar em cooperação e em defesa de um projeto de futuro compartilhado, mais apropriado para resistir à pressão para a unificação com o global e obter vantagens nesta relação com o global. Cada sistema local com sua organização e ecossistema são únicos no mundo, não existindo dois iguais.

Por isso, o nível local apresenta as condições para a formação de redes locais de sujeitos que se fazem representar dentro de um projeto coletivo, com autonomia para gerenciar o sistema local territorial como ator local territorial.

Isto pode ser mais bem compreendido quando as relações sociais locais obedecem a uma lógica particular no que diz respeito ao funcionamento do conjunto de elementos materiais e imateriais. São relações que não podem ser reproduzidas num curto período de tempo e são estáveis, pois se acumulam e permanecem no tempo, atribuindo uma característica específica ao local, onde principalmente os elementos imóveis do território não podem ser transferidos para outro território.

Se um sistema local territorial fizer a opção de uma territorialidade ativa e positiva, certamente as redes locais conseguirão mobilizar os recursos potenciais tanto na produção como na comercialização dos alimentos, de forma a promover o desenvolvimento do território de forma integrada.

A formação de uma rede local integrada é importante para potencializar os valores específicos do território. O conjunto de relações estabelecidas entre os grupos sociais permite uma intensificação dos contatos com a exterioridade, ou seja, com a natureza, com outros grupos de pessoas e com objetos diferentes que compõem o mesmo território e que fazem parte de cada grupo social.

Neste contexto os consórcios intermunicipais de segurança alimentar e desenvolvimento local devem funcionar como um mediador entre os grupos sociais, com a finalidade de atingir a maior autonomia possível de segurança alimentar. Através da mediação e da aplicação do conhecimento cria-se os instrumentos necessários para potencializar os recursos do sistema local, com agregação de novos instrumentos de organização e gestão em rede de atores locais e na

descoberta de novas formas de garantir a produção dos alimentos em quantidade e qualidade, o que antes, de forma individual, não era possível.

Os consórcios intermunicipais possuem as condições de promover o desenvolvimento com base na territorialidade ativa e positiva, quando consegue envolver os municípios na construção de projetos territoriais que tenham continuidade, independente da alternância das gestões municipais, garantindo, assim, certa estabilidade ao território.

Um sistema local territorial se consolida quando existe uma acumulação de experiências de organização social e uma maior capacidade institucional, de forma a garantir o funcionamento das redes locais e dos seus projetos de forma autônoma, consolidando uma identidade territorial coletiva com a construção de redes de infraestruturas e a dinamização dos serviços e do trabalho no território.

O território pode ser considerado um recurso para promover o desenvolvimento sobre novas perspectivas que favoreçam o processo de inclusão das pessoas ao acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, bem como os nutrientes necessários para manter o equilíbrio físico e espiritual, tendo o direito de poder escolher seus alimentos, de escolher seu modelo de produção, que naturalmente implica numa forma de organização social sempre particular.

Ao mesmo tempo em que produz aquilo que vamos chamar de precarização alimentar, processo pelo qual uma população local é impedida de ter acesso aos alimentos, num segundo momento esta mesma população encontra outros meios para assegurar o acesso aos alimentos, seja através da territorialização de conteúdo social, que pode ser na forma de políticas públicas, como a dos Consórcios de Segurança Alimentar, ou por iniciativa própria, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.4 A PRECARIZAÇÃO ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL

O processo de desterritorialização provoca concomitantemente a territorialização de novas formas de reprodução social com acesso a uma base

alimentar de suas necessidades antes não atendidas. Fontana (1999), Fiorentin (2006) e Moreira (2009) destacam que, no início das atividades no Assentamento Conquista na Fronteira, localizado no Município de Dionísio Cerqueira/SC, em 1988, os assentados passavam fome e privação do acesso aos bens mais essenciais para sobrevivência humana.

Porém, com a organização coletiva na forma de cooperativa, as questões políticas, de produção e de consumo foram trabalhadas de forma integrada na área do assentamento. Diante do novo formato de organização ocorreu a reversão das condições, que antes eram precárias, para uma situação de acesso aos bens materiais e imateriais, melhorando a quantidade e a qualidade da alimentação das famílias assentadas.

O desenvolvimento na área do assentamento promoveu concomitantemente o desenvolvimento do Município de Dionísio Cerqueira, que passou a ser beneficiado pela renda dos assentados e a influência destes na elaboração das políticas públicas para a agricultura familiar, estabelecendo uma nova maneira de fazer política no município, que resultou no reconhecimento internacional do assentamento.

Por isso se faz necessário construir um entendimento de que território se está falando quando se faz referência à desterritorialização, pois os conceitos de território e territorialidade, por fazerem referência à espacialidade humana, são objetos de debate em outras áreas do conhecimento, cada qual com uma perspectiva:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve [ria] incluir a interação sociedade natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia que prefere a noção de espaço à de território percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Assim, pode-se perceber que existe uma grande panaceia em torno do uso do conceito de território nas mais diversas áreas do conhecimento. Para HAESBAERT (2004), esta situação não é muito tranquila na geografia, como mostra o verbete do

dicionário *Les mots de La Géographie*, onde se pode encontrar pelo menos três definições de território: econômica, política e cultural.

A perspectiva econômica de território faz referência às questões que envolvem a economia, com o predomínio do pensamento dos economistas. A economia dedica-se a interpretar os problemas inerentes à produção e as relações de trabalho que se fragilizaram, principalmente nas últimas décadas, em detrimento da chamada globalização econômica.

A globalização como conhecemos teve origem na aliança da ciência com a técnica, que teve como resultado a intensificação de objetos técnicos adensados aos territórios como verdadeiras próteses. O uso de tecnologias cada vez mais avançadas sobre o território promoveram dois setores – transporte e comunicação que, ao longo do processo, se tornaram muito importantes.

Com a melhoria nos meios de transporte foi possível reduzir as distâncias entre os países e continentes, afinal, o tempo de transporte de um produto entre os continentes foi reduzido drasticamente. As comunicações, através do telegrafo, telefone, televisão por satélite, e mais recentemente a internet, permitiram um compartilhamento dos modos de produção, convergindo também os momentos vividos.

A convergência dos momentos e o compartilhamento da informação e do conhecimento promoveram a integração entre os países, forçando-os a adotar condutas e modelos de desenvolvimento parecidos, de modo que as regras do sistema econômico ou do jogo econômico fossem os mesmos nos mais diversos lugares, funcionando como pressão pela unificação.

A informação possibilitou ao homem um conhecimento mais profundo e extensivo do nosso planeta neste período, fato nunca alcançado em períodos anteriores. A condução da informação de forma instantânea por todo o planeta possibilitou a circulação do dinheiro com mais rapidez entre os lugares, formando um “[...] mercado mundial com fluxos comerciais, financeiros e de informações cada vez mais independentes de bases territoriais bem definidas, como as dos Estados-Nações” (HAESBAERT, 2004, p. 173).

Assim o dinheiro passou a ocupar um lugar de destaque na vida econômica e social. A quem serve a fluidez da informação e do dinheiro? Para Santos (2000), a informação e o dinheiro são duas formas de violência, porque servem de alicerce

para promover um sistema de ideologia que prega que a globalização está a serviço de toda a humanidade, quando na verdade atende aos interesses apenas do sistema financeiro na figura dos atores hegemônicos que podem se utilizar desta fluidez.

Os atores hegemônicos são as grandes empresas transnacionais, que têm a liberdade de se deslocar entre os países. A desterritorialização, na perspectiva econômica, seria, então, devido ao fato das empresas não se fixarem mais em um único país, onde o Estado-Nação não tem mais controle sobre elas. Parece que as empresas ganharam vida própria, pois são elas que determinam a política dos Estados, levando-os a uma fragmentação das economias internas.

A deslocalização das atividades produtivas, por outro lado, tem causado problemas relacionados ao mercado de trabalho, que se deve ao fato dos desajustes das economias internas serem tratados apenas do ponto de vista econômico. Cada vez mais os trabalhadores perdem os empregos devido às políticas de modernização produtiva, a flexibilização da jornada de trabalho, beneficiando o empregador.

As políticas estruturais que deveriam beneficiar o trabalhador como forma de estimular a economia interna é tratada pelos governos de forma residual, pois estes concentram as políticas na atração do grande capital internacional, que, por sua vez, trabalha na lógica de acumulação de capital, e o lucro é destinado para investimento no sistema financeiro.

O sistema financeiro atual nada mais é que um espaço para obtenção de lucros astronômicos pelas empresas transnacionais e investidores com os ganhos dos juros da dívida, principalmente dos países mais pobres, configurando o mercado especulativo. Grande parte dos recursos utilizados para manter este mercado especulativo vem dos pagadores de impostos, leia-se o trabalhador.

Esta é uma situação que tem se agravado com as políticas de cunho neoliberal, do Estado forte para as empresas transnacionais através de incentivo fiscal e flexibilização das barreiras alfandegárias, e um Estado fraco para as questões sociais, resultando na precarização do trabalho e da vida a nível global. É esta visão estritamente econômica que predomina sobre as outras dimensões da vida que está produzindo o chamado discurso único – só considera o que vem da economia.

É importante destacar que, no século XVIII, marcado pelo iluminismo e pelo início da revolução industrial, e consecutivamente a emergência da burguesia como classe dominante, a geografia enquanto ciência teve colaboração na formação dos grandes espaços econômicos, principalmente na construção de teorias relacionadas às localizações das empresas.

Esta perspectiva mais econômica foi predominante nos debates sobre o desenvolvimento regional promovido pelo Fórum de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste Catarinense. A discussão sobre o desenvolvimento regional sempre esteve mais centrada em como melhorar a estrutura regional para atrair investimentos externos do que propriamente satisfazer as demandas internas da população.

Se a perspectiva econômica de território tem nos economistas sua base de sustentação, a perspectiva política de território predomina a ciência política e também a geografia política. “De forma ainda mais restrita, o conceito mais tradicional de território é aquele que vincula espaço de soberania estatal, ou seja, território como a área ou o espaço de exercício da soberania de um Estado (HAESBAERT, 2004, p. 194).

Na medida em que o processo de globalização, que se encontra em curso, se intensifica através do aumento considerável da circulação de mercadorias, das operações financeiras e da migração de pessoas, as fronteiras dos Estados estariam perdendo significado e se fragilizando, resultando no fim dos territórios e, conseqüentemente, até mesmo da geografia.

Badie (1995) parte do princípio de que o único território existente é o do Estado-Nação, com suas fronteiras rígidas e bem delimitadas, que se encontra em via de dissolução com a mundialização do capital e da circulação de pessoas. Caminhando na mesma direção, Castells (1999), ao analisar as transformações históricas da sociedade a partir das novas tecnologias, principalmente a internet, destaca o papel das redes no funcionamento das relações comerciais e pessoais.

Com as relações sendo dominadas pelas redes, não haveria mais localização diante da fluidez. “Quando a rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação e exclusão social” (CASTELLS, 1999, p. 60). A desterritorialização estaria vinculada

ao fim das fronteiras e do próprio Estado-Nação, como fonte reguladora da ordem e da vida.

Por outro lado, Haesbaert (2004), fazendo referência a Deleuze e Guattari, considera que o Estado-Nação, desde sua criação, promoveu processos de desterritorialização, e não apenas agora, com a flexibilização das fronteiras, como parece indicar Badie (1995). “O aparecimento do Estado-Nação seria responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime a divisão de terra pela organização administrativa, fundiária e residencial” (HAESBAERT 2004, p. 194-5).

A ideia de que as fronteiras nacionais, a partir de sua flexibilização, estão desaparecendo, é contraditória, diante dos fatos da realidade. Se as fronteiras estão cada vez menos rígidas para a entrada e saída dos fluxos financeiros, para a circulação de pessoas ocorre um efeito contrário, através das restrições à entrada de imigrantes. Tanto nos Estados Unidos como em países europeus existe uma grande restrição à entrada de imigrantes que se deslocam para estes países buscando trabalho.

Os Estados Unidos construíram uma grande cerca na parte sul do seu território para impedir a entrada de imigrantes através do México. Neste caso, parece haver um fortalecimento das fronteiras e a afirmação do território, da territorialidade e da identidade nacional.

A perspectiva cultural de território destaca as questões culturais e subjetivas do território, embora seja menos estudada que a econômica e a política. A cultura ajuda na compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os homens, tratando de grupos bem definidos.

“Prioritária ou não, antecedendo ou não a política, a dimensão cultural sempre esteve presente nos processos de formação territorial” (HAESBAERT, 2004, p. 215). A desterritorialização, nesta perspectiva cultural de território, seria vista a partir de que o mundo estaria se desculturalizando, não havendo mais culturas próprias.

As culturas próprias da comunidade até a nacional, que possuía fronteiras bem definidas e, no máximo, um sistema de idioma, estaria hoje sendo dissolvida diante do aparecimento das redes de informação e comercial, flexibilizando as fronteiras, com vários sistemas de idiomas invadindo o território, dando lugar a uma cultura mais geral, numa espécie de hibridismo cultural.

O hibridismo cultural estaria se generalizando na medida em que a cultura passa a se difundir quando os que compartilham se deslocam de um lugar para outro. Augé (1994) destaca o hibridismo cultural como uma norma cultural que estaria se tornando dominante, sendo responsável pelo aparecimento do que chamou de “não-lugares” para enfatizar a desterritorialização contemporânea.

Os “não-lugares” se caracterizam pela oposição ao lugar identitário, relacional e histórico. Seria uma expressão espacial da modernidade atual, denominada “sobremodernidade”, fazendo referência ao espaço do viajante, como as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e de bens (vias rápidas, entroncamentos, aeroportos, centros comerciais e acampamentos), onde são colocados os refugiados do planeta numa completa desterritorialização.

Pensando nos acampamentos de refugiados, poderíamos argumentar se seria possível uma desterritorialização em termos absolutos. “A desterritorialização tem a virtude de afastar o espaço do meio físico que o aprisionava, a reterritorialização o atualiza como uma dimensão social. Ela o localiza (ORTIZ, 1999, p. 65). Assim, pode-se perceber que a desterritorialização é sempre acompanhada de uma reterritorialização, que, no caso dos refugiados, as relações cotidianas no acampamento com o tempo evoluem para novos comportamentos, novos meios de identificação e de reprodução social, ou até mesmo como nos induz a pensar (ORTIZ, 1999, p. 70) “O desenraizamento é uma condição de nossa época, a expressão de um outro território”:

Discutida a relevância de tratarmos o território e a desterritorialização a partir de uma dimensão cultural, entendida como cultura política, podemos propor um tratamento da des-territorialização a partir dos diferentes níveis de interação cultural que ela envolve. Assim, teríamos territórios culturalmente mais fechados – cujos grupos poderiam ser vistos, ao mesmo tempo, como territorializados (internamente) e desterritorializantes (na relação com grupos de outros territórios, deles excluídos), e territórios culturalmente mais híbridos, no sentido de permitirem/facilitarem o diálogo intercultural, quem sabe até possibilitando a emergência de novas formas, múltiplas, de identificação cultural (HAESBAERT, 2004, p. 229).

O Município de Dioniso Cerqueira, localizado no Extremo Oeste de Santa Catarina, faz divisa com o país vizinho Argentina, e toda vez que ocorre desvalorização cambial entre Brasil e Argentina, a população dos dois lados acaba se deslocando de um lado para outro da fronteira, num completo processo de des(re)territorialização permanente, produzindo “neoterritorialidades” [...]” já não

ajuda tanto dizer que o espaço “se esvaziou”, importa entender sua nova configuração, como ele é “preenchido” (ORTIZ, 1999, p. 55).

1.5 A PERSPECTIVA INTEGRADORA DE TERRITÓRIO

Como podemos perceber, o processo de desterritorialização pode ser compreendido sobre diferentes perspectivas, econômica, política e cultural, para definir processos de exclusão associado ao território. Todavia, a desterritorialização não é um processo que acaba em si mesmo, como nos induz a pensar Deleuze e Guattari (1976), onde o capitalismo é analisado como um processo desterritorializador e, ao mesmo tempo, re-territorializador:

Simultaneamente à des-territorialização dá-se a re-territorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a *supressão dos limites, das fronteiras*, como afirma Raffestin (1984) e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O *velho* é re-criado no *novo*, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a re-territorialização, acontecida com os italianos no Brasil e com as migrações internas (SAQUET, 2003, p. 39).

A desterritorialização associada à re-territorialização do território nos instiga a pensar mais no conteúdo do território com suas características e, sobretudo, de seus usos, como destaca Santos (2001), como forma de perceber o processo de renovação do território. Haesbaert (2004) propõe definir o território para entender a desterritorialização. Propõe duas linhas de construção de território, uma mais materialista e predominante e outra idealista, e propõe ainda uma terceira, mais relacional e uma menos difundida, que é a perspectiva integradora de território que mais nos interessa.

As perspectivas mais materialistas são, sem dúvida, as mais difundidas e aceitas. “Para muitos, pode parecer um contrassenso falar em “concepção idealista de território”, tamanha a carga de materialidade que parece estar “naturalmente” incorporada [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 42) ao território. O predomínio da

materialidade sobre o mundo das ideias se deve ao fato do território, desde a origem, ser fortemente vinculado ao espaço físico, ou seja, a terra:

Etimologicamente, a palavra território, territorium em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado jus terrendi (no Digeste, do século VI, segundo Di Méo, 1998:47), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição política-administrativa. Di Méo comenta que o jus terrendi se confundia com o “direito de aterrorizar (terrifier, em francês), [...] percebe-se a grande proximidade etimológica existente entre terra-territorium e terreo-territor (aterrorizar aquele que aterroriza) (HAESBAERT, 2004, p. 43).

Assim, o conceito de território carrega uma dimensão material e outra mais simbólica. Neste sentido, para quem está dentro do território existe um sentimento de satisfação pela proteção, e aqueles que estão fora do território vivenciam uma situação de terror e um sentimento de tristeza pela exclusão, que, por sua vez, aterroriza os que estão dentro, como forma de pressão para poder entrar.

Na concepção de base econômica de território, as ciências sociais têm contribuído muito ao destacar as questões sociais como fonte explicativa. As teorias marxistas destacam sempre a base material do território e as relações de produção como fundamento para compreender a formação social. Milton Santos, em seus estudos, também se apoia no marxismo quando trabalha a ideia de formação social a partir do que chamou de formação socioespacial, bem como a ideia do território usado com seu sistema de objetos e sistemas de ações como forma de trabalhar a dialética das forças produtivas, mas sempre com o objetivo de reduzir a visão economicista que insiste em ignorar o caráter híbrido e historicamente mutável do território.

“Essa ênfase ao “uso” do território a ponto de distinguir entre o “território em si” e o “território usado” lembra muito a distinção de Raffestin entre espaço e território (HAESBAERT, 2004, p. 96). Embora, segundo Sposito (2004), não é preciso ficar inventando adjetivos ao território, a ideia de território usado atribui sempre uma ação política diante da multiterritorialidade, que pode ser um recurso para os atores hegemônicos e um abrigo para os “atores hegemonzados”.

Na concepção jurídico-política de território, considerada a mais tradicional na história do pensamento geográfico, discutida amplamente desde o século XIX

através dos estudos de Friedrich Ratzel, a dimensão natural, física, e política são trabalhadas de forma articulada, mas sempre relacionado à ideia do território estatal.

Ao analisar esta questão, Haesbaert (2004) destaca que o estudo de Ratzel não se restringiu a uma perspectiva materialista do território, quando mostra a relevância do lado “espiritual” por natureza presente em sua interpretação do Estado, se aproximando da concepção idealista de território:

A “ligação espiritual com a terra” que Ratzel defende faz deste território estatal muito mais do que uma entidade material, concreta. O sentido orgânico “ótimo” almejado pelo Estado passa pela ideia de que é graças ao território, ou melhor, ao “solo”, que a nação supera sua misérias e alcança as condições para a projeção de sua “poder criativo” (HAESBAERT, 2004 apud DIJKINK, 2001, p. 125).

Já nas perspectivas idealistas de território, a materialidade perde centralidade para as questões simbólico-culturais. O território tem como valor um espaço de referência identitário, onde os processos de desterritorialização seriam aqueles do hibridismo cultural, sendo que questões de identidade relacionadas a grupos tradicionais e indígenas nem sempre podem ser transplantadas para a nossa realidade, muito mais complexa.

O território construído a partir de uma perspectiva relacional destaca as relações sociais que ocorrem historicamente, sempre mediadas por relações de poder. O território seria um elemento constituidor da realidade, e não apenas um palco, onde se realizam as ações. O poder, na perspectiva relacional, não é restrito à materialidade do território, mas às relações sociais que, através dos processos de apropriação do espaço e de suas representações, exerce um controle político, que se transforma em território.

Então o território acaba sendo um conjunto de relações sociais tecidas ao longo do tempo, de forma dinâmica, que atribui ao território uma característica de movimento, fluidez e interconexão diante das novas redes de articulação dos lugares e pessoas.

O território, neste caso, pode ser construído no movimento como forma de superar as ideias de fixação e mobilidade. Se o território se constrói no movimento a desterritorialização deve ser analisada com a sua outra parte - a territorialização. Hoje, diante dos territórios, redes contínuas e descontínuas, a desterritorialização não pode ser mais vista como fim dos territórios. O fim dos territórios é resultado do

dilema teórico construído em cima de dicotomias, como aquelas que separam sociedade e natureza, sociedade e espaço, espaço e tempo.

O território deve ser percebido como um todo, com suas múltiplas dimensões (natural, econômica, política e cultural) dentro do mesmo movimento, como uma totalidade, onde o tempo tem ligação com o espaço e o espaço tem ligação com o comportamento dos homens, que tem ligação com o tempo histórico das transformações nas paisagens.

Mediante a necessidade de superação das dicotomias sobre o conceito de território, Haesbaert (2004) propõe que caberia à geografia trabalhar com uma ideia de território dentro de uma perspectiva integradora. “O território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)” (HAESBAERT, 2004, p. 112).

Quando transportamos o conceito de território integrador para fazer referência a um determinado contexto territorial, nos deparamos com a inevitável dificuldade de atingir, de forma concreta, o território nas suas múltiplas dimensões. Por isso, o objetivo sempre é aproximar o máximo possível desta condição integradora, e trabalhar de forma articulada, em rede.

O território, para Raffestin (1993), tem como elemento constituidor malhas, nós e redes, sendo que, nos últimas décadas, o terceiro elemento passou a se destacar dos demais – a rede. A rede permite uma maior comunicação em função da circulação. A mobilidade é vista como um sinal de potência, sendo a imagem do poder que nem sempre quer se mostrar, onde o ideal do poder é ver sem ser visto, como nos mostra Bobbio (1986), ao analisar o conceito de sociedade civil:

Como ao processo de publicização do privado se agrega, jamais concluído de uma vez para sempre, o processo inverso de privatização do público, assim também a vitória do poder visível sobre o poder invisível jamais se completa plenamente: o poder invisível resiste aos avanços do poder visível, inventa modos sempre novos de se esconder e de esconder de ver sem ser visto. A forma ideal do poder é aquela do poder atribuído a Deus, o onividente invisível (BOBBIO, 1986, p. 30).

Assim, o território concreto é transformado em informação, e se torna, muitas vezes, abstrato e representativo. Por isso se torna fundamental decifrar as redes, pois estas controlam os homens, impondo-lhes uma nova ordem com base na fluidez, substituindo a antiga ordem do espaço mais concreto e da produção.

No desenvolvimento territorial, a rede pode ser mais e outras vezes menos importante. A rede pode assumir uma lógica zonal como controle de área bem delimitada ou reticular como controle dos fluxos e conexões. Assim, diante de tanta fluidez, estaríamos condicionados ao território rede, sendo que Deleuze e Guattari preferem utilizar território rizoma, como forma de retirar a ideia de hierarquia, que estaria mais associado aos processos de desterritorialização.

Todavia, o território rede pode, ao mesmo tempo, ser descentralizado, permitindo sempre o surgimento de novos pontos na rede, de forma autônoma, mas que, estando na rede, também acabam obedecendo a certa hierarquia.

A ideia de movimento e de conexão destaca a inseparabilidade entre espaço e tempo, de forma a perceber o território como um todo, onde coexiste um sistema de resistência ao movimento e, ao mesmo tempo, funcional, em função do seu conjunto de objetos e ações serem expressivos, pois os objetos e ações são carregados de diferentes significados. Essa questão mais simbólica tem um significado muito importante e diferente para cada grupo que constrói o território e dele retira a sobrevivência.

Como podemos perceber, a mobilidade é uma característica central do território, diante da comunicação e circulação de mercadorias e pessoas. O território, então, é um processo reterritorializador, cujo poder está na dominação mais concreta e na apropriação mais simbólica, destacando, assim, a força do poder simbólico, e não apenas o material. O território, neste caso, vai além do Estado-Nação e da constituição, mais especificamente do direito, assumindo forma nas mais diversas superfícies, como propõe Foucault (1979).

Haesbaert (2004) destaca que, diante do território rede e as relações de poder, o que para muitos é chamado de desterritorialização, para ele é chamada de multiterritorialidade pelo “encaixe”. Isso significa que os territórios zonas são encaixados, onde o limite de fronteira ultrapassa aquele imposto pela legislação. Segundo ele, ninguém é totalmente desterritorializado, e não existe desterritorialização. O que existe seriam grupos sociais lutando por um território mínimo.

Neste mesmo pensamento, Martins (1997), ao fazer uma reflexão crítica sobre o tema da exclusão social, destaca que não existe homem sem território, mas contradições sociais no movimento que se articula em múltiplas escalas. Haesbaert

(2004) se refere à desterritorialização como uma inclusão precária de disponibilidade de recursos:

Percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como “recurso”, inerte à nossa reprodução “social”. Com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras, “desterritorialização”. Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membro de uma sociedade (HAESBAERT, 2004, p. 315).

A precarização das condições alimentares estaria associada a uma inclusão precária do acesso aos alimentos, resultado do que Santos (2000) chamou de pobreza marginalizada e estrutural globalizada. A precarização do acesso aos alimentos, diferentemente da exclusão no sentido puro e simples da palavra, a pobreza precária territorializa a população marginalizada, criando uma diferenciação com a sociedade de consumo, numa espécie de “reinclusão ideológica”.

Diante do exposto podemos concluir, segundo Martins (1997), que não existe exclusão, mas vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Neste sentido, uma abordagem integradora de território poderia dar resposta adequada às questões de segurança alimentar, que a partir de um sistema local territorial integrado nas suas múltiplas dimensões pudesse oferecer às populações excluídas ou territórios excluídos por não ativar a chamada territorialidade ativa e positiva possibilidades de incorporar o território como recurso.

“Não é somente o homem que tem uma vida precária, mas também os territórios por ele criados, o contrário do que poderia pensar um historiador” (RAFFESTIN, 2009, p. 32). A geografia, que sempre exerceu um papel fiscalizador da sociedade, poderia contribuir nesse processo, ao enfatizar a abordagem integradora de território. Por outro lado, é importante destacar que, pelo menos na geografia, quando outros autores trabalham abordagens econômicas, políticas ou culturais, não significa que negligenciam as outras dimensões do território.

2 CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM INSTRUMENTO PARA FORTALECER A FEDERAÇÃO E A SOBERANIA ALIMENTAR

2.1 INTRODUÇÃO: DO FARAÓ DO EGITO AO CONSÓRCIO PÚBLICO

Quando pensamos na questão da fome, por que muitas sociedades enfrentam este problema com mais e outras com menos intensidade, se faz necessário refletir como historicamente muitas sociedades enfrentaram este problema e conseguiram êxito no que tange à soberania alimentar, pois, como vimos no capítulo anterior, a questão alimentar pode ser vista como uma arma, como uma questão de segurança nacional.

Como ponto de partida, pode-se remeter a um exemplo bíblico, contido no Antigo Testamento, em Gênesis, 41: 37-50, onde é contada a história do escravo José no Egito. Ao propor esta história para reflexão, corremos o risco de sermos mal compreendidos, como alerta Veiga (2005):

E acrescenta que sabe muito bem que a melhor maneira de marginalizar uma questão no ambiente acadêmico é classificá-la de religiosa. Todavia, como bom católico, parece-lhe absurdo não dar à bíblia os créditos que lhe são devidos pelos princípios éticos e morais hoje expostos e analisados por famosos pensadores laicos, como John Rawls, Robert Nozick e Amarty Sen (VEIGA, 2008, p. 147).

Assumimos estes riscos e destacamos que esta história do escravo José e o sonho do Faraó foi ilustrada por Giannetti (2005), em seu livro o Valor do Amanhã, como forma de visualizar o grau de orientação de futuro de uma sociedade e as formas particulares que ela pode assumir. Como muito bem nos lembra sempre Milton Santos, a questão de soberania está ligada diretamente à ideia de destino - futuro. Neste sentido, passamos a reproduzir a história na íntegra, contada por Giannetti (2005):

Os sonhos secretam o futuro. José, filho temporão de Jacó, era o claro favorito do pai. Jovem ainda, ele sonhou – e contou à família – que algum dia seria grande e poderoso, e que todos se curvariam ante sua

preeminência. Movidos pelo ciúme e pela inveja, os dez meio-irmãos de José atraíram-no para uma emboscada e venderam-no como escravo, por vinte moedas de prata, a uma caravana de mercadores egípcios. Ao retornarem à casa paterna, os delinqüentes ocultaram o crime dizendo ao pai que José havia morrido ao ser atacado e devorado por um animal selvagem.

No Egito, José trabalhou primeiro como escravo doméstico na casa de um capitão da guarda, oficial da corte do faraó. A mulher do capitão, entretanto, apaixonou-se por ele, mas quando ele resistiu aos seus avanços ela o acusou de tentar seduzi-la. José foi preso e, na prisão, fez amizade com o copeiro e o padeiro da corte, ambos cumprindo pena por terem ofendido o faraó. Certa manhã, o copeiro e o padeiro contam a José os sonhos que tiveram na noite anterior: o copeiro seria perdoado e voltaria ao antigo posto dali a três dias, mas o padeiro seria enforcado. A previsão se confirma. Livre, o copeiro promete ajudar José a sair da prisão, porém esquece a promessa e nada faz pelo amigo. Dois anos mais tarde, contudo, uma ocasião se oferece.

O faraó andava transtornado por conta de um sonho que tivera e que nenhum mago ou erudito da corte havia conseguido decifrar a contento. Por sugestão do copeiro, ele ordena que tragam o escravo José a sua presença e relata a ele o seu misterioso sonho: “Sonhei que estava em pé, á beira do Nilo, quando saíram do rio sete vacas, belas e gordas, que vieram pastar entre os juncos. Depois saíram outras sete, tão feias e raquíticas como jamais vira. As vacas magras e feias devoraram as sete vacas gordas, mas continuaram raquíticas como antes. Então acordei; logo, porém, adormeci e tive outro sonho. Vi sete espículas de cereal, cheias e boas, que cresciam num mesmo pé. Depois delas brotaram outras sete, murchas e mirradas, ressequidas pelo vento do deserto. As espículas magras engoliram as sete espículas boas” [Gênesis, 41:17-24].

José interpreta o sonho. Sonhar duas vezes não é sonhar dois sonhos: o segundo sonho apenas reforça e elucida o primeiro. As vacas saindo das águas do rio Nilo e as espículas brotando da terra são os anos se sucedendo: 7+7. O que o sonho revela é que sete anos de abundância e prosperidade darão lugar a sete anos de fome e severa privação. Os anos de vacas gordas e supersafras não deixarão qualquer vestígio na vida e na memória dos súditos do faraó porque serão seguidos e devorados por sete anos de penúria e sucessivos desastres agrícolas. “Deus revelou ao faraó o que Ele está para fazer.”

Em seguida, José aconselhou o faraó a tomar providências enérgicas: criar um tributo em espécie de 20% de toda a produção agrícola nos anos de bonança e nomear supervisores encarregados de recolher e armazenar os estoques de alimentos em silos e entrepostos especialmente construídos, espalhados pelas principais cidades do Egito. As terras dos sacerdotes ficariam isentas do tributo para evitar que eles insulfassem os trabalhadores contra as medidas. Quando os anos de vacas magras chegassem, concluiu, esses estoques deveriam ser distribuídos gratuitamente aos súditos do faraó e vendidos a preço de ouro aos reinos vizinhos devastados pela fome. Como teriam ficado isentos do tributo, os sacerdotes também deveriam pagar pelo alimento que demandassem.

O faraó acolheu a interpretação do sonho feita por José e prontamente o nomeou primeiro-ministro do reino, com plenos poderes para implementar o plano proposto. No devido tempo, o prognóstico de José se confirma. Internamente, o Egito estava preparado para evitar a fome e enfrentar a calamidade. Nas relações externas, porém, a negociação foi dura. Quando o Nilo baixa, os preços disparam. Assolados pela seca, os reinos vizinhos não têm outro caminho salvo comprar alimentos nos estoques do faraó. Quando acaba o dinheiro, José intima-lhes que se comprometam a pagar aos cofres do Egito uma renda perpétua de 20% de toda a produção futura de suas terras. Era pegar ou largar. Premidos pela fome, o pai de José e

seus outros filhos deixam sua terra natal e fixam-se no Egito, sob o amparo do faraó, mas não sem antes expiar a culpa pelo mal cometido (GIANNETTI, 2005, p. 232-235).

Esta passagem bíblica mostra que, tanto a história particular do escravo José como a situação da segurança alimentar do Egito, apresentavam o mesmo contexto que, no transcorrer do processo, foram superados por uma espécie de antevisão do problema:

A antevisão do mal inevitável despertou não o desespero, mas a ação preventiva do mal evitável. A previsão do tempo no futuro afetou o tempo futuro. O que era de outro modo uma fatalidade deixou de sê-lo ao se tornar conhecido.

Saber, porém, não basta. A transferência em larga escala de recursos do presente para o futuro é uma operação complexa. O quesito primordial é a existência de um excedente transferível. Se não houvesse recursos aptos a serem mobilizados para utilização futura, pouco ou nada poderia ser feito (GIANNETTI, 2005, p. 237).

É fato que não possuímos uma bola de cristal que mostre o futuro que se avizinha, mas, se for prioridade a construção de um futuro com segurança alimentar para a população, será necessário fazer alterações no presente. A solução do problema apresentado pelo José ao Faraó somente foi possível porque José encontrou cooperação por parte da população para depositar 20% da safra, para, num futuro próximo, ser restituído, e, ao mesmo tempo, minimizou a ganância dos sacerdotes do aqui e agora com a isenção de imposto.

A cooperação do povo e a articulação política de José ao fazer isenção de impostos aos sacerdotes possibilitaram, no presente, armazenar os estoques de alimentos necessários em silos e entrepostos especialmente construídos pelas principais cidades do Egito. No futuro de catástrofes na produção do cereal o Egito conseguiu alimentar seu povo em função de ações preventivas, sendo que os reinos ao redor, que nada fizeram para evitar a falta do cereal, foram obrigados a pagar altos preços pelo cereal e comprometeram as safras futuras.

Toda a estratégia e a estrutura colocadas em funcionamento no Egito não está muito distante de uma ideia de consórcio. “Etimologicamente, a palavra consórcio originou-se do termo latino *consortiu*, que significa associação, ligação, união” (VIANA, 2008, p. 1).

No Brasil, os consórcios ficaram largamente conhecidos no início da década de 1960, com a instalação da indústria automobilística no território nacional. Como a população na época não possuía poupança para comprar os veículos e não existiam linhas de financiamentos diretos, alguns funcionários do Banco do Brasil tiveram a ideia de formar grupos de amigos com o objetivo de construir um fundo para aquisição de automóveis.

Os grupos de amigos formaram uma união de pessoas físicas para formar uma poupança no presente destinada à aquisição do sonho de ter um automóvel no futuro. Mas o nosso objetivo é discutir a importância do consórcio do tipo público através do artigo 241 da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional n 19/98, que passou expressamente a prever os consórcios públicos e a gestão associada de serviços públicos, abrindo um novo horizonte na implantação de políticas de segurança alimentar no Brasil.

Dito isso, busca-se inicialmente fazer uma reflexão sobre como as políticas públicas de segurança alimentar foram tratadas enquanto questão de governo no Brasil. Neste sentido o Programa Fome Zero se apresenta como uma inovação, pois suas ações vêm ganhando em importância com as políticas territoriais, principalmente aquelas ligadas ao público específico da agricultura familiar, com o Programa dos Territórios da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o Programa dos CONSADs do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS mediante sua migração para consórcio público.

2.2 AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Devemos sempre refletir: como um ser humano pode ajudar a construir o mundo com o estômago vazio? A maior preocupação diária é com a alimentação, e por isso a agricultura é, ainda, uma das atividades mais difundida no mundo, sendo um pré-requisito para a sobrevivência das pessoas dentro de um território.

Todavia, é difícil fazer referência a este tema sem destacar a importância de Josué de Castro, que muito influenciou a geografia humana com suas análises sobre a fome enquanto fenômeno social em um período onde este tema era proibido.

Josué de Castro defendeu o combate a fome de 1930 a 1970, e morreu em 1973. Durante todo este período fez fortes críticas ao silêncio na mídia, nas academias, parlamentos e no Conselho da Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas, que não abordavam a questão da fome, suas causas e consequências.

Seus esforços pela promoção da dignidade humana lhe renderam o apelido de Profeta dos Excluídos. Josué de Castro aprendeu desde criança a reconhecer as desigualdades entre os homens, pois na sua infância, na cidade de Recife, em Pernambuco, observou a vida nos manguezais. As crianças, desde pequenas, aprendiam a engatinhar e andar com caranguejos na lama de cheiro podre e de maresia - cheiro este que impregnava no corpo das crianças e permanecia depois de adulto, tornando-os parecidos com os caranguejos. Dizia ele que os seres humanos, assim, se faziam irmãos de leite dos caranguejos.

Foi na profissão de médico, com especialização em Nutrição, que Josué de Castro observou mais de perto o fenômeno da fome, quando estudou a fome no Nordeste brasileiro e constatou que havia carências alimentares tanto no Nordeste seco quanto na Zona da Mata, uma contradição que merece explicação.

O Sertão Nordestino, mais conhecido como o Nordeste semiárido, apresentava, em períodos de seca, deficiências nutricionais na população, pois sem condições de se deslocar e sem recursos financeiros não podiam comprar os alimentos necessários. Então a falta de nutrição era atribuída ao fenômeno natural, pois tanto a brisa marítima como os ventos alísios trazem muita umidade para o continente, mas esta umidade não consegue ultrapassar o Planalto da Borborema; por isso, em um mesmo período, tem muita seca no sertão nordestino e muita chuva no litoral e na zona da mata.

A zona da mata, por outro lado, apresenta regime de chuvas regulares, associado a terras de boa qualidade. Nesta região, Josué de Castro constatou que a população era anêmica em situação permanente, e suas causas não eram estudadas. Na realidade as terras eram monopolizadas pelo setor açucareiro, impedindo o uso da terra para outras culturas alimentares.

No sertão nordestino, Josué de Castro classificou a fome como aguda, e na zona da mata como crônica. Mas o que mais o incomodava não eram os baixos

índices de calorias e proteínas encontrados entre a população pobre, mas as contradições sociais encontradas nas duas situações.

“Sempre observou que a fome, a miséria são criações de nossa sociedade, não são fenômenos naturais” (CASTRO, 2003, p.14). Ao tratar seus pacientes subnutridos, sentia essa realidade como quem leva um soco no estômago. A população pobre aceita seu destino não porque Deus quer, mas porque o homem quer. A fome é uma obra humana, do homem contra o homem. É assim que precisa ser analisada:

A noção que se tem, corretamente, do que seja a fome é, assim, uma noção bem incompleta. E este desconhecimento, por parte das elites européias, da **realidade social da fome no mundo e dos perigos que este fenômeno representa para sua estabilidade social**, constitui uma grave lacuna tanto para análise dos acontecimentos políticos da atualidade, que se refere à atitude que os países da abundância deveriam ter face aos países subdesenvolvidos, permanentemente perseguidos pela penúria e pela miséria alimentar. O grifo é nosso (CASTRO, 2003, p. 15).

Seja pela insensibilidade ou pela ignorância, a fome se apresenta como uma calamidade social, e uma calamidade social sempre traz comoção. Primeiro porque é o espelho de uma organização social da qual fazemos parte, e é difícil ficar indiferente. Em segundo lugar, porque ela conduz a uma instabilidade social, pois as pessoas que passam fome já não conseguem fazer escolhas que garantam a sua sobrevivência a longo prazo. O presente e o futuro começam a ficar comprometidos:

Se você estiver passando fome, sem perspectiva de refeição á vista e com o estômago ardendo no vazio, não há ganho prospectivo ou prêmio de juro que o faça abrir mão de alimentar-se agora. Um bocado de arroz, desde que imediatamente disponível, valerá mais que um fino banquete, regado a vinho, mas só no mês que vem. O preço da espera, não importa a promessa de juros, seria fatal. Um mendigo esfomeado a quem se dá a chance de uma refeição boca-livre vai se entupir de comida e, ainda por cima, enfiar o que puder nos bolsos. Quando outra vez? A guerrilha da vida é, para ele, o pão nosso de cada dia – um dia de cada vez (GIANNETTI, 2008, p. 84).

O corpo humano é como uma máquina. Ele precisa de energia para poder funcionar. A energia é obtida através dos alimentos que consumimos. O alimento, ao chegar no estômago, é transformado em energia (calorias) para manter o corpo aquecido em 37 graus. São necessárias 1.700 calorias por dia para manter o metabolismo produzindo essa energia. Sem as calorias dos alimentos, o organismo automaticamente busca suas reservas de energia.

O organismo começa, então, a queimar a gordura para se manter funcionando. Quando esta termina, começa a retirar sua energia dos músculos e, com o tempo, a pessoa perde massa muscular, até ficar com um aspecto de apenas pele e osso. Quando chegar a essa situação, o cérebro também deixa de receber energia e os comandos do corpo acabam comprometidos, tendo como efeitos colaterais tonturas, enjoos, náuseas e dificuldade de manter o raciocínio, principalmente as crianças em idade escolar.

Perante este quadro, não resta alternativa para o cérebro, a não ser começar a enviar sinais aos outros órgãos do corpo para trabalhar menos, ou seja, economizar energia. Com isso ocorre perda de produção de substâncias fundamentais para o organismo, como enzimas e hormônios. Nas crianças começa a ocorrer perda de visão que, se não tratado logo, o problema pode se tornar irreversível.

A perda da visão devido ao forte estado de desnutrição sem dúvida é uma calamidade. Os olhos no corpo humano são conhecidos como as janelas da alma. Eles recebem os sinais elétricos do mundo externo, fazem a ponte entre o interno e a exterioridade. Quando a exterioridade é composta de fatos ou coisas tristes, a tendência de nervo ótico é se enfraquecer e levar à cegueira, ainda que temporariamente.

Como olhamos para a questão da fome? A fome não é apenas um fato triste; tornou-se um acontecimento que, ainda que de forma disfarçada, tem aparecido todos os dias nos noticiários de televisão. O acontecimento, quando repetido muitas vezes, se torna algo normal. Condicionamos nosso olhar para não sentir o que olhamos.

Como aprender a ler nos olhares daquilo que não se traduz por palavras nos noticiários? Estatísticas oficiais revelam melhorias econômicas e sociais, mas escondem e não fotografam os rostos daqueles que ainda sobrevivem na parte inferior dos gráficos.

Nos gráficos não aparece o drama particular que se perde na frieza dos números. Isso quer dizer que, diferente do tempo de Josué de Castro, agora a pobreza esta incluída nos gráficos oficiais. Ela finalmente existe, ainda que ocupando a parte inferior do gráfico, como marginalidade. A fome tem relação direta

com a pobreza que, segundo Santos (2000), no último meio século, os países subdesenvolvidos tiveram pelo menos três formas de pobreza.

A pobreza incluída ou acidental, produzida em certos momentos do ano, mas de forma bem residual, como o fenômeno da seca em um determinado período, onde os lugares não se comunicam com rapidez. A pobreza marginalidade, produzida pelos processos econômicos dentro da divisão internacional do trabalho. E a atual pobreza estrutural globalizada. A fluidez dos meios de comunicação e transportes interliga os lugares, permitindo o surgimento das grandes empresas transnacionais de países desenvolvidos, que se instalam em países pobres como forma de corrigir ou diminuir a pobreza, sendo que os governos locais têm que seguir as regras e as receitas que vêm de fora – é a distorção da economia:

E agora chegamos ao terceiro tipo, a pobreza estrutural, que de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; tornou-se globalizada, presente em toda parte no mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza, ainda que esteja mais presente nos países já pobres. Mas é também uma produção científica, portanto voluntária da dívida social, para a qual, na maior parte do planeta, não se buscam remédios (SANTOS, 2000, p. 69).

A pobreza que está nos gráficos aparece como um fenômeno natural sem solução, porque é produzida pelas empresas e instituições globais que “[...] obedece a um processo racional, uma racionalidade sem razão, mas que comanda as ações hegemônicas e arrasta as demais ações [...]” (SANTOS, 2000, p. 74). Por isso apresenta um caráter irracional nas suas ações, com a colaboração da ciência, que deveria ser a primeira a propor soluções estruturais para a dívida social.

A dívida social precisa ser quitada. Muitas instituições e governos, ainda que de forma localizada, já desenvolvem ações neste sentido. A ciência pode contribuir neste processo, quando trabalha na perspectiva do território com autonomia de produção e comercialização dos alimentos.

Para integrar ações governamentais e políticas públicas contra a fome se faz necessário, segundo Castro (2003), superar os neo-malthusianos para os quais a fome é uma questão demográfica. Para o autor, o déficit diário de calorias e proteínas é, antes de tudo, fruto do subdesenvolvimento:

O subdesenvolvimento é produto da má utilização dos recursos naturais e humanos realizada de forma a não conduzir a expansão econômica e a impedir as mudanças sociais indispensáveis ao processo da integração dos grupos humanos subdesenvolvidos dentro de um sistema econômico integrado. Só através de uma estratégia global do desenvolvimento, capaz de mobilizar todos os fatores de produção no interesse da coletividade, poderão ser eliminados o subdesenvolvimento e a fome da superfície da terra (CASTRO, 2003, p. 52).

Após um longo período, onde a questão da fome foi um tema proibido do ponto de vista das relações internacionais e agendas acadêmicas e de governos, começaram a se interessar em promover iniciativas diante da realidade da desnutrição + pobreza = fome.

Esta equação começou a sofrer alterações com a construção e divulgação, no ano 2000, da chamada Carta da Terra, que ficou mais conhecida como a Carta dos Povos. Após ampla discussão entre os países, foram elaborados os princípios básicos de uma ética global para os seres vivos. No III princípio: Justiça Social e Econômica é defendida a erradicação da pobreza como um imperativo ético, social, econômico e ambiental:

- a) Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.
- b) Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e dar seguro médico e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se a si mesmos.
- c) Reconhecer o não instruído, proteger o vulnerável, servir àqueles que sofrem, e permiti-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

Os princípios da Carta da Terra serviram de documento base para as Nações Unidas, em setembro de 2000, declarar as Metas do Milênio. O primeiro objetivo da Meta do Milênio é justamente “Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome”, partindo do reconhecimento de que um bilhão e duzentos milhões de pessoas no mundo sobrevivem com menos do que o equivalente a um dólar por dia.

Ficou estabelecido que estes números deverão ser reduzidos pela metade, entre 1990 e 2015, com a participação dos 20% mais pobres da população na renda ou no consumo nacional, acompanhada da redução da população que sofre de fome, como as crianças com menos de 5 anos que estão abaixo do peso, e a população que não atinge o nível mínimo de crescimento dietético de calorias segundo a FAO.

“O tema segurança alimentar no Brasil emergiu tardiamente, sendo incorporado à agenda e debates públicos somente na década de 1980, mais especificamente no ano de 1986, em um documento que o Ministério da Agricultura da época elaborou” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 85). As soluções encontradas na época partiram da necessidade de combater as causas que levaram à situação de pobreza e à fome da população.

O diagnóstico das causas da fome de fato não foi verificado no plano empírico, mas obedeceu à ideia dos que defenderam a teoria de Malthus. O problema era simples, as pessoas permaneciam em estado de insegurança alimentar porque a produção agrícola era insuficiente para resolver os problemas de segurança alimentar. Com a necessidade de aumentar a produção, predominou dentro do governo uma concepção de agricultura produtivista, com a expansão do agronegócio.

Esta iniciativa estava plenamente de acordo com o pensamento das organizações internacionais como a Food Agriculture Organization (FAO). Por outro lado, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) concluiu que as razões do subdesenvolvimento dos países da América Latina eram devido ao seu modelo de exportador de produtos primários. “Então ela advogou que a solução para a América Latina se desenvolver era a industrialização, mas a região se industrializou sem se desenvolver e concentrou ainda mais a renda, acentuando as desigualdades” (CORONEL e FILIPPI, 2007, p. 11).

Durante os anos 90, com o descortinamento da origem do problema da fome ao nível internacional, a questão da segurança alimentar no Brasil teve um redirecionamento substancial quando comparado com os anos 80. Talvez influenciado pelos princípios da Carta da Terra e o cumprimento das Metas do Milênio, as estruturas governamentais, no que tange à segurança alimentar, direcionou sua abordagem para as dificuldades que a população mais pobre tinha para ter acesso aos alimentos.

O não acesso aos alimentos era determinado pelo baixo poder aquisitivo da população que não conseguia renda suficiente para comprar o alimento ou, quando conseguia comprar, era de baixa qualidade nutricional. Além deste problema, também foi motivo de questionamento o uso abusivo de agrotóxicos na produção e a necessidade de uma alimentação mais saudável e equilibrada.

Sobre o prisma de governos neoliberais, a estrutura governamental procurou criar programas, ainda que assistencialistas, para minimizar o problema do acesso aos alimentos, como a substituição dos CONSEAS, que estava sobre a liderança do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, pelo Programa Comunidade Solidária.

O Programa Comunidade Solidária direcionou seus esforços na distribuição de cestas básicas. De maneira geral, os municípios recebiam cestas básicas vindas de fora do município, o que não ajudava a inserir os agricultores locais na comercialização, como foi possível perceber no Nordeste brasileiro em épocas de seca e em períodos eleitorais.

Como essa maneira de fazer política de segurança alimentar foi muito criticada pela academia e pela própria população, que via sempre os documentários sobre a seca no nordeste, o governo passou a transferir às famílias outros programas, como o Programa Bolsa Escola e Bolsa Família. “Contudo, o que parece ficar claro é que as respostas a estes problemas passam sempre por ações fragmentadas e imediatas, por programas assistenciais com caráter pontual e específico e uma abordagem da segurança alimentar que não considera o ser humano como o centro das atenções em tais estratégias” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 86).

Percebe-se, assim, que durante o governo Fernando Henrique existiram duas tendências nas políticas de combate à fome e insegurança alimentar. A primeira direcionou-se ao esvaziamento das políticas universais, substituindo-as por políticas compensatórias e localizadas, com alcance limitado e baixos resultados. A segunda tendência consistiu na substituição de programas baseados na distribuição de bens por um valor mensal em dinheiro, variando de R\$ 15,00 a R\$ 20,00 por mês. Nenhuma dessas tendências concedeu primazia a fatores determinantes para se alcançar as diretrizes da segurança alimentar como é o caso da diminuição da concentração das riquezas, que, como é sabido, agrava o quadro de extrema desigualdade social no país e, em consequência, a fome e insegurança alimentar (AJOS e HIRAI, 2007, p. 13).

Com o término do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, e, ao mesmo tempo, o término da política do Estado mínimo, as políticas de segurança alimentar ganharam novos contornos com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que elege a fome como prioridade de governo:

Este cenário, em grande medida, começou a ser modificado nos últimos anos quando a segurança alimentar é alçada à principal política da área

social de governo. Neste sentido, parece que o tema da segurança alimentar ganha uma maior importância como política de Estado, o que se concretiza no ano de 2002 com a criação do Ministério Extraordinário de Combate a Fome e a da Segurança Alimentar (MESA), que atualmente está sob o nome de Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Destaca-se também, com a criação do MESA, o estabelecimento de um programa nacional de combate à insegurança alimentar e nutricional, o Programa Fome Zero (PFZ), que se coloca como um marco histórico da intervenção do Estado nesta área. Este programa propõe-se tanto a ações estruturais como pontuais e de curto prazo visando o combate da fome e da insegurança alimentar. Isso reflete também, em grande medida, as ações da própria sociedade civil organizada, que agiu no sentido de realçar a importância de ações concretas de combate à fome através de diversas pressões e, inclusive, com o desenvolvimento de iniciativas neste sentido como forma de incitar a ação estatal para tal empreendimento. (GAZOLLA e SHNEIDER, 2007, p. 86).

Pela primeira vez na história do Brasil um governo elege a segurança alimentar como questão estratégica de governo. O Programa Fome Zero é uma estratégia que procura superar as políticas meramente emergenciais e assistencialistas. As políticas da área social são importantes para corrigir distorções que existem na sociedade capitalista, onde nem todos dispõem das mesmas condições de acesso ao mercado de consumo de alimentos com renda suficiente para garantir a alimentação digna a suas famílias.

Mais que oportunizar um equilíbrio entre as famílias que têm e não têm acesso aos alimentos, a política social do Programa Fome Zero trabalha para atender o direito universal à alimentação, que se tornou realidade no Brasil através da Emenda Constitucional (PEC 047/2003), que inclui a alimentação entre os direitos sociais dos brasileiros. A aprovação desta emenda constitucional foi importante porque assegurou por instrumento legal infra-institucional o apoio à produção, comercialização e abastecimento de alimentos.

Na própria fala do presidente Lula, no início de seu mandato, foi reforçado que seria priorizado o combate à fome, afirmando que se no final de seu governo cada brasileiro pudesse fazer três refeições por dia, ele estaria realizado por cumprir com sua missão de vida.

As ações do Programa Fome Zero obedeceram a uma série de mapeamentos e avaliações para verificar onde se situavam as famílias em vulnerabilidade social, para pressionar o governo a destinar, do pagamento de impostos, mais recursos financeiros para o combate à fome. Com erros e acertos, em 2005 é aprovada, no

Congresso Nacional, a Proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional 6.047/2005.

Esta lei cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. O projeto lei cumpriu a principal determinação da II Conferência Nacional de SAN, ocorrida na cidade de Olinda, em Pernambuco, em 2005. Este sistema foi criado para fazer conexões com os sistemas estaduais e municipais a serem construídos pelos entes federados.

As conexões entre os entes federados têm como objetivo institucionalizar conquistas já alcançadas pelos CONSEAs municipais, estaduais e nacional, bem como as propostas das conferências anteriores, no sentido de construir um conceito adequado à SAN como direito humano à alimentação. Neste sentido, na construção do conceito foram consultados outros documentos de referência, como a Lei Orgânica de Assistência Social 8.742/93, Lei Orgânica da Saúde 8.080/90, Lei Orgânica da Seguridade Social 8.212/91 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96.

O conceito de segurança alimentar de Josué de Castro tem consonância com o que pensam os integrantes do CONSEA, segundo Anna Maria de Castro. O conceito de segurança alimentar adotado pela SESAN destaca que é dever do poder público garantir mecanismos para promover a segurança alimentar, através de adoção de políticas e ações que deverão levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais, conforme está explícito na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, no capítulo I das disposições gerais, Art. 3:

A segurança alimentar e nutricional na realização do direito a todos ao acesso regular e permanente à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitam a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Conferência Nacional da SAN).

A segurança alimentar, conforme Deves e Filippi (2008), não deve se basear apenas pelos aspectos “nutricionais” e de acesso:

Ela deve ser abordada de maneira mais abrangente, pois não somente está relacionada aos segmentos mais vulneráveis, é necessário refletir sobre os processos produtivos destes alimentos, e tratar da importância de saber o

que se está consumindo, pois problemas de segurança alimentar podem ocorrer tanto com os ricos, quanto com os pobres (DEVES e FILIPPI, 2008, p. 04).

O problema da obesidade também deve ser tomado como uma questão de segurança alimentar, devido à deficiência da qualidade nutricional dos alimentos. Mas a principal questão parece mesmo estar relacionada à nutrição e ao acesso em função do contexto histórico alimentar vivenciado pelo Brasil através dos vários ciclos econômicos, assim como outros países do mundo que se encontram na mesma situação.

A deficiência nutricional alimentar ou a insegurança alimentar ficou comprovada pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD 2004, que classificou os domicílios brasileiros segundo quatro categorias de condição de segurança alimentar: Segurança Alimentar (SA), Insegurança Alimentar leve (IA leve), Insegurança Alimentar Moderada (IA moderada), Insegurança Alimentar Grave (IA grave).

Conceito de (IN) Segurança Alimentar – PNAD 2004

Segurança Alimentar: Ocorre quando não há problema de acesso aos alimentos em termos qualitativos ou quantitativos e não há preocupação que os alimentos venham a faltar.

Insegurança Alimentar Leve:

Ocorre quando há preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo e quando ocorrem arranjos domésticos para que os alimentos durem mais.

Insegurança alimentar Moderada:

Ocorre quando há comprometimento da qualidade de alimentação, buscando manter a quantidade necessária. Neste nível de insegurança, inicia-se a redução da quantidade de alimentos entre os adultos.

Insegurança Alimentar Severa:

Ocorre quando há a restrição da quantidade de alimentos, levando à situação de fome entre adultos e crianças.

QUADRO 1 – CONCEITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Fonte: PNAD - 2004

Entre os 52 milhões de domicílios pesquisados durante a PNAD 2004, ficou constatado que em 65,2% dos domicílios residiam pessoas que, nos últimos 90 dias,

tinham tido acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. Estes números demonstraram que 60,2% dos moradores em domicílios particulares do Brasil se encontravam em situação de segurança alimentar (SA), o que equivale a 109 milhões de pessoas.

No outro extremo da pesquisa estão os 34,8% dos domicílios que se encontram em situação de insegurança alimentar (IA), sendo que isso representa 72 milhões de pessoas, que representa 39,8% dos moradores dos domicílios particulares que viviam em condições onde estavam presentes a insegurança alimentar (IA) leve, moderada e grave, conforme é destacado no gráfico 2 da PNAD 2004.

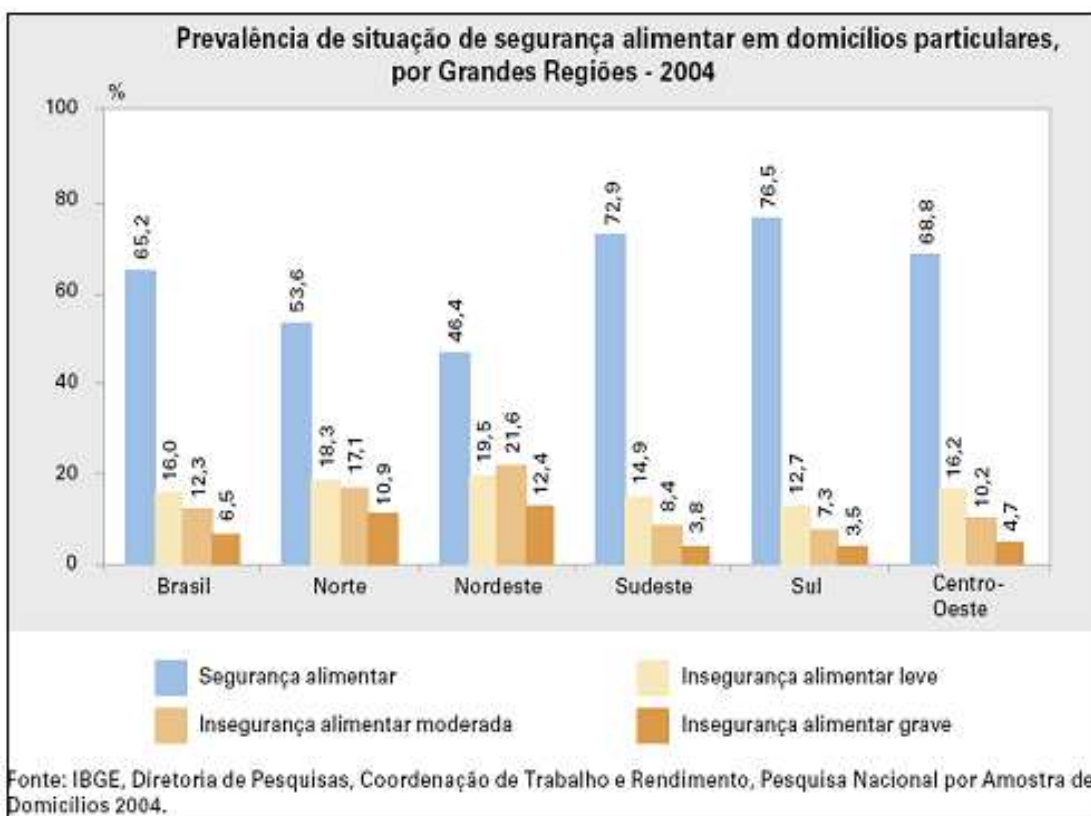


GRÁFICO 2 – PREVALÊNCIA DE SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES NO BRASIL (EM %).

Fonte: IBGE, 2004

A insegurança alimentar (IA) leve, moderada e grave estão mais presentes nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. A região sul apresenta os melhores

indicadores, sendo que a insegurança alimentar classificada como grave (IA grave) é bem inferior nas demais regiões. No entanto, os Estados de Santa Catarina, com 2,0%, e Rio Grande do Sul, com 4,0% dos domicílios pesquisados, identificaram insegurança alimentar grave, demonstrando que a insegurança alimentar está presente também na região Sul.

A insegurança alimentar demonstra a necessidade da continuidade do governo fazer investimento em transferência de renda para a população mais pobre. Em 2003, o número de beneficiados com o Programa Bolsa Família era de 16 milhões e 512 mil brasileiros, evidenciando a importância deste recurso para a economia dos municípios. Segundo Marques (2005), o Programa Bolsa Família é muito importante para os municípios brasileiros, sendo que a imensa maioria da população beneficiada encontra-se localizada na região Nordeste, com 69,1% dos recursos, enquanto na região Sul apenas 1,4% da população recebe estes recursos. A região Sul é menos beneficiada com o Programa Bolsa Família porque a situação socioeconômica da população é mais favorável.

A população rural, que faz parte da solução para o problema da insegurança alimentar, é a mais afetada pela falta de segurança alimentar quando comparada com a população urbana, como destacado no gráfico 3 da PNAD 2004:

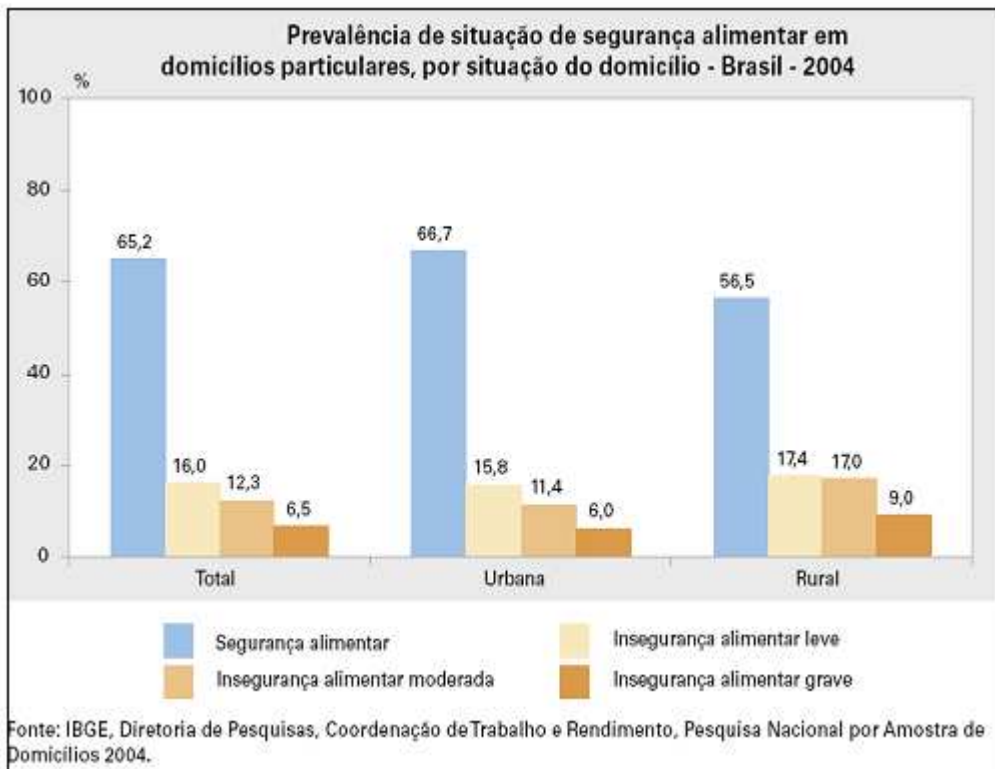


GRÁFICO 3 – PREVALÊNCIA DE SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NO BRASIL (EM %).

Fonte: IBGE, 2004

O Programa Fome Zero promoveu políticas específicas de combate à fome. “Como políticas específicas, destacam-se o Programa Cartão Alimentação (PCA), alimentação emergencial, estoques de segurança, o programa de segurança e qualidade dos alimentos, a nutrição materno-infantil, a ampliação da merenda escolar, etc” (FOME ZERO, 2002, p. 07). Além das políticas específicas foram criadas políticas estruturais, principalmente de apoio à agricultura familiar na produção, assistência técnica e comercialização.

2.3 A SEGURANÇA ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS

As políticas estruturais de médio e longo prazo no combate à fome não ficaram restritas ao setor social do governo, mas fizeram parte de ações

interministeriais. O conceito de território é um elemento importante na elaboração das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, como forma de descentralizar as ações de governo. “Sabemos que a partir de um certo número de níveis hierárquicos o topo da pirâmide passa a viver de ilusões de que alguém executa o que se decide, e a base passa a viver de ilusões de que alguém manda racionalmente no processo” (DOWBOR, 2000, p. 88).

Às vésperas da elaboração da Constituição de 1988, o professor Milton Santos, em artigo à Revista de Administração Pública do Rio de Janeiro, denunciou a ausência do território da nação na Constituição. “Da forma que ele é encarado, advêm as possibilidade de evolução ou retrocesso nos diversos planos da vida social. A questão do território não é exclusivamente uma questão de geografia eleitoral ou de partilha de impostos, como boa parte da classe política teima em ver” (SANTOS, 2002, p. 21).

Os impostos e o voto depositado na urna representam apenas uma abstração. As pessoas não devem ser tratadas como números distribuídos sobre o território. As pessoas, antes de serem consumidores, são cidadãos num lugar, devendo receber tratamento igualitário, independente da coordenada geodésica onde mantém residência. Deve-se perguntar: por que o território ficou ausente da Constituição?

A Constituição de 1988 consagrou o Estado democrático em oposição às políticas centralizadoras do pós-guerra. “A luta pelo fim do Estado autoritário e de seus mecanismos e arranjos de poder fortemente centralizadores fez com que a descentralização se tornasse, para muitos, sinônimo de democracia” (RUCKERT, 2008, p. 128).

A reforma do Estado brasileiro de forma descentralizada atribuiu mais poderes para os municípios, por isso a Constituição foi considerada municipalista. A autonomia dos recursos públicos para os municípios não significou autonomia dos municípios, como muito bem nos lembra Becker (1991):

A disputa pela hegemonia também está presente na descentralização. A reforma tributária, proposta pela Constituição, aumentou o poder dos estados e municípios na gestão dos fundos públicos, mas a descentralização necessária dos recursos não foi acompanhada pela distribuição equitativa dos encargos sociais que permaneceram em grande parte sob a responsabilidade da União (BECKER, 1991, p. 51).

A União continuou a concentrar a maior parte dos recursos públicos e os municípios realizaram uma administração pública sem levar em consideração a estratégia nacional. Para Costa e Silva (1995), os municípios passaram a assumir certas atribuições que não podem ser corretamente equacionadas no nível do município, como o transporte urbano em municípios de áreas metropolitanas.

“Deriva daí uma visão na qual os recursos sempre são insuficientes, e Estados e municípios estão sempre credores perante um Governo federal que, por suposto, teria a responsabilidade de transferir recursos indefinidamente” (SILVA e COSTA, 1995, p. 271). A marcha dos prefeitos a Brasília retrata muito bem a situação de pedinte perante o governo federal, que se aprofundou com o surgimento das políticas neoliberais durante os anos 90.

As políticas de cunho neoliberal introduzidas no campo macro econômico brasileiro deram enfoque às políticas de desenvolvimento regional em detrimento das políticas territoriais. E qual seria a explicação pela preferência às políticas regionais?

As políticas regionais destinaram recursos públicos para determinadas regiões sem muito critério ou plano para desenvolver a região, resultando, em todo o território nacional, o surgimento dos chamados elefantes brancos. O governo incentivou os estados e municípios a atrair investimentos de capitais, de preferência internacionais, principalmente com os processos de privatização de empresas estatais, que compravam as empresas através do financiamento com recursos públicos via BNDS e incentivos fiscais, o que ficou conhecido como guerra fiscal.

“Longe de significar o estabelecimento de um processo saudável de competição entre estados ou entre municípios, a resultante observada tem sido de perda para todas as instâncias governamentais envolvidas na disputa” (SILVA e COSTA, 1995, p. 272). O reflexo desta disputa, para a população brasileira, foi a perda do sentido de ser cidadão de um lugar, pois percebe as ações de governo voltadas para interesses externos ao lugar de vivência e de reprodução social.

A transferência de recursos da área social para financiar investimentos privados gerou poucos empregos e concentrou ainda mais a renda e aumentou os problemas estruturais e sociais.

A falta de uma compreensão adequada do que foi e do que está ocorrendo com o Estado aumenta a confusão ideológica e facilita o consumo das

placitudes neoliberais, quando estas, por exemplo, querem ver na difícil e lenta privatização das estatais o caminho para resolver o déficit público de curto prazo. Ou quando, desconhecendo o superávit fiscal primário de 1989, se propõem a resolver um déficit fundamentalmente financeiro com demissão de funcionários e meras reorganizações administrativas, ou, ainda, quando vê numa abertura indiscriminada de mercados o estímulo para a imediata recomposição de eficiências e competitividades, sem ter em conta a própria natureza oligopolizada dos mercados internacionais (FIORI, 1992, p. 88).

A reestruturação do Estado no neoliberalismo foi excessivamente forte para financiar o grande capital e fraco para as questões sociais. Uma das formas no governo Fernando Henrique Cardoso de compensarem a desarticulação na área social foi através do incentivo à adoção das políticas, com o foco no território, para mobilizar a população local a buscar soluções próprias para os problemas, sem a interferência do Estado, e esta "... ausência de uma forte capacidade de controle do Estado, e do apoio organizado, e bem informado, da sociedade civil, a empresa agrícola tende a buscar o sucesso individual, no curto prazo, sem preocupações sociais ou ambientais" (DOWBOR, 2003, p. 25).

Em recente artigo intitulado: A Política de Ordenamento Territorial no Brasil Ruckert (2007) destacou a importância da regulamentação da política territorial pelo enfoque estratégico de médio e longo prazo que extrapolam a noção dos planos regionais de desenvolvimento por abranger todos os níveis da estrutura territorial nacional e termina fazendo uma crítica ao atraso na regulamentação desta política.

A construção da PNOT se dá em cenário de mudança de sentido das políticas territoriais do Estado brasileiro. Novos sentidos de políticas territoriais contemporâneas inserem-se em cenários de globalização, inserção sulamericana, reforma do Estado territorial e de incertezas de paradigmas das políticas públicas após a crise e o fim do Estado Desenvolvimentista. Ressalte-se que a construção da PNOT no Brasil inicia-se somente quinze anos após a promulgação da Constituição de 1988, em 2003, o que caracteriza-se como um descompasso com as experiências internacionais do gênero (RUCKERT, 2007, p. 02).

O ordenamento territorial deve ser observado pelos diferentes ministérios, que devem trabalhar em cooperação para viabilizar sua execução. A implementação de políticas públicas deve seguir o foco no território. Os Territórios da Cidadania promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de desenvolvimento Territorial, é um exemplo de política territorial destinada a um público específico que é a agricultura familiar, com o objetivo de superar a pobreza

no meio rural por meio do desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais, destacando a importância da identidade na constituição de cada território.

Os Territórios da Cidadania são formados por um colegiado paritário de representantes do poder público e da sociedade, que não seguem os recortes políticos administrativos elaborados pela Constituição de 1988. Os colegiados dos territórios têm autonomia para discutir a melhor forma de aplicação dos recursos, de forma a melhorar a gestão de políticas públicas, promovendo um melhor ambiente institucional entre os três entes federados e a sociedade civil, com a retomada dos conselhos, com o objetivo de ampliar as políticas públicas de longo prazo para o meio rural.

Os impactos dos Territórios da Cidadania sobre o desenvolvimento rural estão ainda no início para se tirar conclusões, mas no âmbito acadêmico já existem preocupações com relação à eficácia desta política territorial. Para Gómez (2006), ainda que esta política esteja na sua fase inicial, é possível perceber que esta política mantém o foco no capitalismo e faz parte de uma política global.

Ainda para Gómez (2006), isto pode ser mais bem detalhado com genealogia do desenvolvimento territorial rural que hoje domina a política agrária no Brasil, tomando como método a escala geográfica. O autor destaca que, nos anos 50 e 60, a escala operativa era o território nacional, nos anos 60 a 70 predominou a escala regional, e nos anos 80 e 90 a escala local é considerada a mais apropriada pelos organismos internacionais:

Em resumo, percebe-se que a ênfase na escala local, não só se incorpora à estratégia do Estado mínimo, neoliberal, mas também às formas de *governança*, que têm seu maior exemplo na Terceira Itália onde o interesse público acaba sendo controlado pelos interesses de uma classe empresarial familiar, que supostamente representa toda a comunidade e se legitima, incorporando questões como o consenso, a confiança, a participação, a cooperação etc (GÓMEZ, 2006, p. 134).

Os territórios rurais estariam dentro desta lógica de desenvolvimento local centrado na ótica do sistema capitalista, mas, segundo Gómez (2006), este é um tema que merece mais pesquisas da realidade no que tange a sua materialidade e gestão. Ao desenvolver um estudo sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná, os pesquisadores Santos e Marschner (2008) constataram que, embora o diagnóstico territorial do PTDRS do Sudoeste do Paraná

apontou para a necessidade de romper com a lógica produtivista no campo, a política orçamentária da SDT para o território em 2005 e 2006 destinou 90% dos recursos para investimento em infraestrutura, e apenas 10% para investimento em custeio com capacitação, profissionalização e educação do campo, e destacam que:

Diante da proposta de desenvolvimento territorial introduzida pelo MDA, as entidades da sociedade civil do Sudoeste do Paraná, herdeiras das lutas em defesa da agricultura familiar, têm como desafio dar aportes para um modelo de governança local que permita um equilíbrio entre integração e autonomia. É necessário criar uma interface com políticas públicas e com relações de mercado mais amplas, sem abrir mão de sua identidade, expressa nas redes territoriais baseadas em confiança, reciprocidade e cooperação – fatores típicos da sociabilidade da agricultura familiar (SANTOS e MARSCHNER, 2008, p. 111).

Apesar dos avanços nos últimos anos quanto à implementação das políticas territoriais com o foco na segurança alimentar, já é possível identificar muitos desafios que precisam ser corrigidos. Além dos Territórios da Cidadania existem outras experiências institucionais com o foco no território, como os CONSADs – Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, que é o objeto desta pesquisa.

2.4 OS CONSADS E A NOVA LEI DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

No ano de 2003, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) projetou e desenvolveu diversas ações de caráter estruturante, geradoras de trabalho e renda. Entre elas elaborou-se o programa CONSAD (Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local). Os CONSADs são uma forma de associação entre municípios, com participação de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público.

Constituem-se, assim, os CONSADs em uma associação intermunicipal, com participação da sociedade civil e do poder público, para ações conjuntas de geração de emprego e renda e garantia de segurança alimentar. Trata-se, portanto, de uma modalidade de cooperação entre o poder público e a sociedade civil para discutir, planejar, decidir e implantar ações voltadas para a segurança alimentar e a melhoria das condições de vida das populações envolvidas. Por intermédio dos CONSADs, pretende-

se tornar permanente a articulação entre o poder público e a sociedade civil para a promoção de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local, de forma institucionalizada, constituindo arranjos socioeconômicos regionais que também integrem, na esfera de produção, comercialização, consumo e crédito, o conjunto da população que, atualmente, vive em condições de insegurança alimentar (ORTEGA, 2007, p. 290).

Neste sentido, o poder público e a sociedade civil têm por finalidade serem articuladores de projetos para combater a fome, “relacionado a sistemas agroalimentares na perspectiva de SAN e desenvolvimento local, capaz de intervir na realidade socioterritorial, integrando políticas públicas envolvendo atores sociais e gerando trabalho e renda” (MDS, 2008, p. 69). Os CONSADs, além de promover o crescimento sustentável regional sem sair do foco da segurança alimentar, estimulam as condições de produção, abastecimento, comercialização e consumo de preferência solidário.

No campo das ações territoriais, a instalação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) constituiu-se numa estratégia de cooperação entre o poder público e a sociedade civil voltados para o fomento, o apoio logístico e a canalização de recursos para as iniciativas territoriais, projetos e ações estruturantes, visando à geração de emprego e renda com a garantia de segurança alimentar e desenvolvimento local. A concepção dos CONSADs está, portanto, em grande parte, assentada na noção de desenvolvimento local, tendo como ação norteadora a busca da segurança alimentar, que seria alcançada não só mediante políticas e ações compensatórias, mas também por meio da busca de uma dinamização econômica dos territórios atendidos (ORTEGA, 2007, p. 286).

É pertinente destacar que os CONSADs foram construídos a partir de um importante estudo desenvolvido em fevereiro de 2003 pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. Este estudo intitulado “Localização Territorial de Potenciais Consórcios de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável” – Condelis, fazia parte dos programas do governo Fernando Henrique Cardoso.

O estudo apontou que os programas Solidariedade Ativa e os Condelis apresentavam resultados diferentes na promoção do desenvolvimento local entre municípios próximos, sendo que também havia concorrência entre os municípios pelos projetos. Outro problema estava relacionado ao fato de que os programas partiram da ideia de que os municípios tinham que promover o desenvolvimento local com os seus próprios recursos, como ocorreu nas experiências italianas.

Mas a realidade mostrava que os municípios possuíam carências de infraestruturas internas que necessitavam de ajuda externa. Isto demonstra que uma

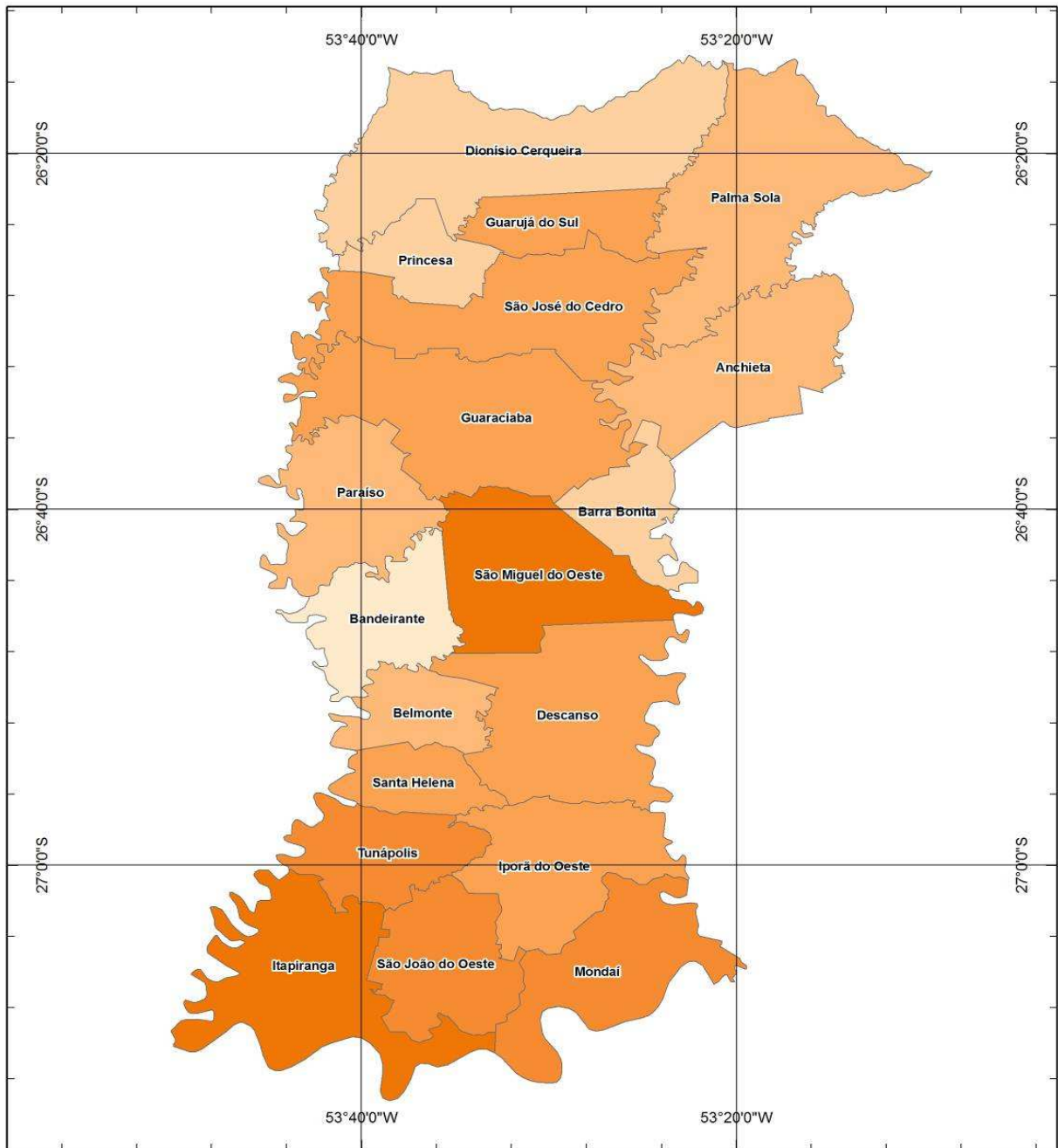
das principais falhas do Condels foi o fato do microcrédito ser apresentado como um fator de suporte ao microempreendedorismo, ao estilo quase liberal e à ausência da Economia Solidária como eixo estratégico nos territórios. Estas observações foram incorporadas ao Programa CONSADs.

A partir destas observações ficou evidente que o desenvolvimento local deveria ser trabalhado de forma integrada entre os municípios, na forma de consórcio. Os consórcios intermunicipais teriam uma oportunidade de construir uma identidade entre os municípios, reduzindo as disputas entre os prefeitos e articulando ações entre os municípios através de um plano regional de desenvolvimento, para evitar a continuidade dos chamados “Elefantes Brancos”, ou seja, recursos mal utilizados.

Considerando os erros cometidos no passado, em 2004 o Programa CONSAD foi finalmente lançado em 22 regiões do país, como mostra o mapa em (ANEXO A), escolhido segundo uma metodologia que considerou o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, a existência de fóruns de desenvolvimento local e de programas estruturantes, tais como: Programa de Redução da Mortalidade Infantil, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programas Nacionais de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Municipalização do Turismo, Programa Nacional da Reforma Agrária, entre outros.

Os critérios adotados para definir o conjunto de municípios que formam os CONSADs são motivo de questionamento por utilizar critérios demográficos, conforme Gómez (2006). Para Veiga (2005), é preciso tomar cuidado quando técnicos governamentais fazem classificação dos municípios segundo critérios que consideram o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios:

As vantagens da municipalização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) podem evaporar se os usuários não forem advertidos sobre os cuidados indispensáveis à sua utilização. Tanto quanto não se deve ingerir remédio sem ler bula e receita médica, também é temerário tirar conclusões sobre o desempenho dos municípios a partir de simplórias comparações de IDH-M. E é preciso chamar a atenção para outro perigo: o da “ranking-mania” (VEIGA, 2008, p. 91).



Mapa de localização do índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) no Território do Consad Extremo Oeste-Catarinense, 2000.

Legenda

IDH

0,66
0,67 - 0,76
0,77 - 0,78
0,79 - 0,80
0,81 - 0,82
0,83 - 0,84

0 4 8 16 24 km

N

MAPA 2 - MAPA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: ICEPA/2003.

Como é possível perceber, nem sempre os critérios adotados para definir áreas prioritárias de investimento ou programa apresentam uma solução adequada:

Estes consórcios deveriam ser escolhidos não com base em indicadores objetivos de pobreza, independentes da mobilização local, mas a partir da qualidade dos projetos que fossem capazes de elaborar. Não se trata de implantar tal sistemática de uma hora para outra, mas estimular sua aparição e, gradualmente, consagrar-lhe mais recursos. É impossível dizer de antemão qual a dimensão ideal e as atribuições específicas destes consórcios municipais: o importante é que eles possam dotar-se não só de um verdadeiro espírito de planejamento, mas, que dêem lugar a formação de agências locais executivas de suas deliberações. Agências intermunicipais de planejamento podem representar, é claro, uma ameaça ao poder dos prefeitos e até das câmaras de vereadores. É evidente que os poderes democráticos existentes são componentes decisivos de um processo de planejamento: aliás, este processo será tanto mais eficiente quanto mais as prefeituras e as câmaras de vereadores nele enxergarem não uma ameaça potencial a seu poder, mas, ao contrário, um meio de enriquecer a participação dos cidadãos nos negócios públicos (ABRAMOVAY, 2003, p. 78).

As observações de Abramovay (2003) representam o que se espera de um consórcio no que se refere ao planejamento e à qualidade dos projetos que podem garantir uma maior eficiência ao território, mas, com relação aos critérios dos consórcios não serem escolhidos segundo indicadores de pobreza, é importante destacar que uma lagoa parada precisa de aeradores para movimentar a água, para assim obter o oxigênio necessário para movimentar a vida na lagoa.

De alguma forma o Programa dos CONSADs adotou critérios que respeitam as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, estruturais e ambientais de cada território. Um dos critérios mais importantes foi a construção de uma institucionalidade capaz de mediar conflitos com o objetivo de agregar esforços para reorientar processos de integração territorial com o foco nas famílias em situação de insegurança alimentar e não no indivíduo, construindo uma rede de proteção social.

Delimitadas as áreas de abrangência dos CONSADs, a implantação dos mesmos envolveu a contratação de uma entidade regional, ou seja, do território, para mobilização dos atores locais e construção de projetos supramunicipais que, posteriormente, foram pactuados entre as organizações sociais e o poder público, aprovados nos Fóruns dos CONSADs respectivos, segundo Bonnal e Maluff (2009), destacando a dificuldade de se utilizar o município como área de delimitação dos CONSADs:

Ressalve-se, por fim, ter predominado nos critérios iniciais do programa um enfoque político administrativo que tomou os municípios como referência para a delimitação espacial dos CONSADs, referência esta que nem sempre contempla as dinâmicas socioeconômicas presentes nas respectivas áreas e implica ajustes posteriores ou, quando estes não ocorrem, limitam a capacidade dos consórcios contemplarem tais dinâmicas. Em alguns dos estudos de caso da presente pesquisa, verifica-se a coexistência de “territórios” de CONSADs e outros programas, com baixa ou inexistente articulação entre eles (BONNAL e MALUFF, 2009, p. 20).

Em 2009, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social, são 40 territórios de CONSADs, abrangendo 580 municípios, 3.396 participantes dos fóruns de CONSADs, que envolve uma população total de 10.241.283 pessoas. As dificuldades iniciais destacadas por Bonnal e Maluff (2009) exigiram mudanças no modo de atuação dos CONSADs, que passaram por três fases.

A primeira fase foi de 2004 – 2005, onde foram criados editais específicos para os territórios de CONSADs, sendo aprovados mais de mil projetos. A maior parte dos projetos aprovados foi devolvida, principalmente os pertencentes à região Sul do Brasil, em função das políticas de segurança alimentar e nutricional continuarem com o foco no município.

A segunda fase de repactuação foi de 2005-2007. Nesta fase, as políticas de segurança alimentar e nutricional começaram a ultrapassar as fronteiras do município, para serem debatidas e articuladas no território, porém, como os CONSADs eram apenas intervenientes nos projetos entre os municípios e o Estado de Santa Catarina, começaram a ocorrer divergências políticas e técnicas na execução dos projetos aprovados em assembleia do fórum do CONSAD Extremo que, após sofrerem sucessivos aditivos, foram devolvidos ao governo federal. Esta situação foi recorrente nos demais estados do Brasil.

A terceira fase teve início em 2008, com a requalificação dos territórios e a possibilidade de transformação dos CONSADs em Consórcios públicos de segurança alimentar e nutricional.

A lei dos consórcios públicos pode ser considerada a primeira lei brasileira de cooperação federativa, sendo criada como instrumento de fortalecimento da federação brasileira e, por isso, é um importante instrumento para o desenvolvimento das políticas públicas de segurança alimentar e na promoção do desenvolvimento local.

No sistema presidencialista, as funções de Estado e governo estão juntas. Apenas 22 países do mundo possuem este sistema federativo, que iniciou com a colonização dos Estados Unidos, com o objetivo de garantir ou salvaguardar as diferenças regionais. Apesar deste objetivo, os Estados Unidos tiveram que conviver com uma experiência de conflito entre dois modelos de desenvolvimento, que ficou conhecido como a guerra de Secessão.

Os Estados do Norte tinham seu desenvolvimento com base na indústria e na política de assalariamento, enquanto os Estados do Sul insistiam em permanecer com a agricultura e a manutenção de um regime escravista, sendo que este último saiu perdedor no conflito regional.

É por que os Países Fundadores do estado federalista americano, que é reconhecido por todos como uma bela obra de engenharia política (e político- territorial) e o seu mais puro e sofisticado modelo – demonstrando a sua proverbial sagacidade e prudência, trataram de registrar de forma explícita e indelével em sua Constituição que, nos EUA, a autonomia dos entes federados era além de um direito, um pressuposto fundamenta e um objetivo permanente de toda a nação, mas deixando claro, ao mesmo tempo, que a secessão, ali, é um movimento intolerável e, portanto, terminantemente proibido (COSTA, 2005, p. 11).

No Brasil, a federação nasceu para dar continuidade ao poder das oligarquias regionais na figura do coronel, e não como uma autonomia política. Na Constituição de 1988 os municípios passaram a ser considerados entes da federação, com regulação tributária própria – as chamadas leis municipais.

De forma mais geral, isso garantia aos municípios uma maior participação da sociedade civil nas iniciativas do município, através da criação dos mais diversos conselhos, como educação, saúde, segurança alimentar, entre outros. Os conselhos municipais garantem que a sociedade civil é consultada sobre os problemas municipais, sendo que as soluções apontadas devem ser observadas pelas autoridades na elaboração das políticas públicas municipais, estaduais e federais.

Ruckert (2007) constatou, em seus estudos empíricos, que a participação da sociedade civil sobe para 75% quando a escala é o município ou a região, e diminuindo de forma bem mais discreta nas escalas estadual e federal. “Mais do que questão da agenda acadêmica, as experiências comunitárias são experiências de ricos universos políticos e culturais que tenderão a se consolidar enquanto escalas efetivas de poder local” (RUCKERT, 2007, p. 03). Mas a democratização não se

fortalece apenas com a participação da sociedade civil, mas também com a relação entre os Entes Federados.

A Constituição de 1988 certamente buscou atribuir mais autonomia aos municípios, mas faltava ainda reconhecer o município como instrumento de política pública, principalmente aquelas que dependem de cooperação entre municípios.

Os municípios pequenos têm realidades diferentes de estruturas e não conseguem atender seus compromissos, e estas diferenças, principalmente do ponto de vista jurídico, dificultaram a gestão compartilhada das políticas públicas, resultando na prática de pouca eficácia. Mesmo um município que tem uma arrecadação fiscal muito grande, não é correto afirmar que seus problemas são de fácil solução, porque sua economia, muitas vezes, tem relação com os municípios menores que o circundam, estabelecendo uma interdependência entre eles.

As bacias hidrográficas não respeitam os limites geográficos e jurídicos do município. A produção, comercialização e consumo de alimentos necessitam de articulação que ultrapassa as fronteiras do município, por isso a gestão de bacias hidrográficas e políticas de segurança alimentar precisa ser compartilhada.

Além dos municípios, Estados e Distrito Federal, o Brasil passa a experimentar um novo ente federativo – Consórcio Público, com o objetivo principal de superar as desigualdades regionais através do fortalecimento das parcerias entre os entes federados. Neste sentido, qual a importância de transformar os CONSADs em consórcios públicos de segurança alimentar e nutricional? O que muda com as parcerias entre os entes federados?

O fortalecimento das parcerias entre os entes federados no consórcio público se viabiliza com um ordenamento legal do ponto de vista jurídico, que, além de reconhecer, passa a proteger as relações de cooperação, tornando-as mais seguras, estáveis e transparentes entre os entes federados. “Esta Lei veio de décadas de reivindicações de Estados e Municípios, que sempre desejaram que os instrumentos de cooperação federativa fossem regulados por legislação que lhes conferisse segurança jurídica” (RIBEIRO, 2005, p. 21).

Os consórcios de saúde sempre reivindicaram a necessidade de maior segurança jurídica entre os entes federados, que disciplinasse os consórcios públicos e a gestão associada de serviços públicos. “Até o advento da Lei Federal nº 11.107/05, os consórcios públicos eram vistos como arranjos de cooperação

semelhantes aos convênios, sendo apontada como única diferença o fato de o consórcio ser sempre celebrado entre entidades de Direito público da mesma natureza (VIANNA, 2008, p. 01).

Portanto, os consórcios públicos tinham uma característica mais genérica, ficando muito no plano de discussão, em função da ausência de uma personalidade jurídica que dificultava a execução dos objetivos dos consórcios. Segundo Ribeiro (2005), o consórcio público não é uma invenção brasileira, sendo muito utilizado na França, com os consórcios de comuna, que significa “aqueles que partilham da mesma sorte”.

Para Ribeiro (2005), a Constituição de 1930 reconheceu personalidade jurídica de direito público para as associações de municípios. No entanto, este reconhecimento era apenas formal, pois o período do Estado Novo foi ditatorial e centralizador. Com a Constituição de 1946 teve início o processo de redemocratização com o retorno do debate sobre a cooperação federativa e a importância do Estado na promoção do desenvolvimento regional e nacional.

Foi em 1961 que foi criado o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), uma autarquia federativa dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, segundo Ribeiro (2005), foi o primeiro exemplo brasileiro de consórcio público do tipo moderno. No entanto, o debate sobre cooperação federativa foi interrompido em 1964, com a instalação do regime militar, e, mesmo com a Constituição de 1967, resgatando o federalismo, os consórcios públicos passaram a serem meros consórcios administrativos, sendo uma espécie de pacto de colaboração.

Na Constituição de 1988 o consórcio público ficou ausente do debate sobre a federação. O consórcio público continuou um mero pacto de colaboração e, por isso, não gerava compromissos entre os entes federados, pois não existia a garantia de que os compromissos assumidos fossem cumpridos, marcando um período de desconfiança.

Mesmo com as dificuldades de gestão dos consórcios públicos, eles se multiplicaram em todo o território nacional. Em 2001, haviam 1969 municípios envolvidos em consórcios de saúde, que, mais tarde, formou um movimento nacional de reivindicação, para que fosse dado um tratamento jurídico adequado aos instrumentos de cooperação federativa.

O amparo jurídico legal ocorreu com a Emenda Constitucional nº 19, que introduziu os conceitos de consórcio público e de gestão associados aos serviços públicos, através da alteração do artigo 241 da Constituição:

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, bens, serviços e pessoal necessários à continuidade dos serviços transferidos (RIBEIRO, 2005, p. 12).

Esta mudança na prática, segundo Ribeiro (2005), significou que, além de preservar o princípio da subsidiariedade, merece destaque o princípio da cooperação segura, estável e transparente entre os entes federados. O consórcio público, neste contexto, pode ser utilizado para fortalecer o Estado, pois permite que parcerias públicas venham desenvolver projetos a longo prazo, principalmente em municípios pequenos, onde as políticas públicas têm pouca eficácia.

Os consórcios públicos podem ser entendidos como instrumentos de cooperação horizontal (Município – Município, Estado - Municípios) e também como instrumento de cooperação vertical (Estado - Município, União – Estados). Com a nova lei dos consórcios públicos passou a existir três tipos de consórcios:

1. Os consórcios administrativos;
2. Os consórcios públicos de direito privado;
3. Os consórcios públicos de direito público.

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local foram criados antes da Lei 11.107 de 2005. Portanto, fazem parte dos consórcios administrativos que não possuíam personalidade jurídica, sendo um mero pacto de colaboração. Neste contexto, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS sugeriu, durante o IV Encontro Nacional dos CONSADs, realizado em Pirenópolis – GO, que apresentou como tema “Consórcio Público: uma nova alternativa para o Desenvolvimento Regional?”, uma proposta de debate sobre os pontos positivos e negativos dos CONSADs, a fim de fazer a migração para lei dos consórcios públicos.

Fazendo a migração para o consórcio público de direito público, os CONSADs passam a ser uma espécie da autarquia, com a finalidade de realizar objetivos de interesse comum entre os entes federativos que o instituíram, podendo ser um

instrumento de cooperação federativa no formato horizontal ou vertical. O que muda é que, anteriormente, os CONSADs realizavam apenas convênios na forma de parceria, que poderiam ser desfeitos a qualquer momento, sendo sempre motivo de preocupação por parte do Ministério Público e o Tribunal de Contas, que não aceitam que municípios participem de consórcios privados, pois, no direito privado, tudo que não é proibido pode ser realizado; já no direito público existem leis que deve ser seguidas.

No regime dos consórcios públicos, as parcerias são realizadas na forma de contrato. Nos contratos os interesses são diferentes e o descumprimento do contrato por uma das partes pode ser cobrado judicialmente, muito diferente do que acontecia com os convênios. “O consórcio é um contrato, onde as partes assumem obrigações recíprocas e constituem um ente com personalidade jurídica própria, que atua em nome delas perante terceiros. O convênio não constituiu modalidade de contrato, sua natureza jurídica é precária, pois inexistente vinculação contratual” (LOUSADA, 2007, p. 02).

A conversão em consórcio público deve ser realizada mediante protocolo de intenções e de sua ratificação mediante Lei por parte de cada consórcio. Esta conversão em consórcio público, durante o IV Nacional do CONSADs, ficou definida como não obrigatória, devendo ser observada cada realidade. Mas muitos CONSADs se mostraram contrários à conversão durante o evento e depois, nas trocas de e-mail, como podemos perceber a seguir:

É necessário fazermos antes de tomar qualquer definição a respeito de consórcio público uma reflexão, se realmente é viável para a realidade dos nossos territórios, sabemos que é muito difícil aqui no Nordeste, em particular em nosso Estado PIAUÍ, pois sabemos como é a relação dos Prefeitos com a sociedade civil, pois no Nordeste principalmente há muito um acirramento, no que tange a participação, pois já vimos isso nos sindicatos, nos conselhos [...]. Nós do CONSAD - PI, queremos estudar, debater e refletir, para podermos tomar qualquer definição, mas de já podemos adiantar, que consórcio Público no modelo proposto pelo MDS, só de prefeitos, é um retrocesso, pois sabemos que na nossa realidade a sociedade civil é de extrema importância. Precisamos que o MDS tenha mais paciência, pois tenho certeza que o mesmo tem outras alternativas, precisamos que os CONSADs brasileiros se unam e procurem uma alternativa para melhor, peço o NORDESTE que fiquem mais atentos, que procurem sempre entrar em sintonia com os demais da nossa região, principalmente os Estado que firmaram acordo de parcerias no último encontro nacional: BA, PI, RN, CE, MA e alguns estados do SUL, NORTE, CENTRO OESTE e SUDESTE. (**Antonio William Almeida de Sousa** - Coordenador da Executiva do CONSAD – PI).

No consórcio público, o processo de decisão passa para um colegiado de prefeitos. A perda do empoderamento da sociedade civil é a preocupação principal dos CONSADs do Norte e Nordeste, em função dos problemas históricos de relação entre sociedade civil e prefeitos. De fato, o IBAM (Instituto Brasileiro de Associação dos municípios), contratado pelo antigo MESA para estudar uma proposta para os consórcios, destacou a importância da sociedade civil nas tomadas de decisão. Por outro lado, os consórcios públicos podem, no momento da sua criação, criar mecanismos internos em seus estatutos que garantam a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão, que devem ser respeitadas pelos demais membros que compõem os entes federados.

Os municípios têm a oportunidade de deixarem de agir isoladamente, como faziam até recentemente, para construir ação conjunta, de forma a serem solidários na construção de políticas locais que resolvam problemas comuns, de forma articulada, com mais velocidade e resultados mais efetivos que no passado.

Os consórcios de direito privado, por não poderem assumir as mesmas funções de um consórcio público, ficam bastante limitados quanto suas ações, estando muito próximos de uma política de Estado mínimo. Segundo Viana (2008), a definição sobre a natureza jurídica dos consórcios públicos permite afirmar que o único regime capaz de propiciar a correta e adequada realização de interesses públicos encampados é através dos consórcios públicos.

A principal vantagem deste instrumento de cooperação federativa é o de reforçar os aspectos contratuais do acordo de colaboração entre os entes consorciados, tanto no ato da formação, extinção do consórcio ou na retirada voluntária de um dos entes consorciados, como na maior formalização das contribuições financeiras e das responsabilidades assumidas. Portanto, o maior benefício é suprir a fragilidade jurídica que existia nos antigos consórcios administrativos que eram meros acordos de colaboração com a mesma natureza de um convênio. (LOUSADA, 2007, p. 01).

A partir desta constatação, pode-se concluir que a principal diferença entre os CONSADs em relação aos Territórios da Cidadania é a constitucionalização, mas, ao mesmo tempo, pode ser um importante instrumento na execução das políticas dos territórios rurais. É importante destacar que não há problema em uma instituição coordenar o fórum, mas quando a instituição passa a ter um papel de presidência e a responder pelo território, ocorrem conflitos de legitimidade entre as instituições.

Os CONSADs, diante da migração para o consórcio público, podem ser um importante instrumento de participação da sociedade civil e de cooperação entre os entes federados, a fim de promover um ambiente mais favorável para desenvolver as políticas de segurança alimentar e desenvolvimento local dentro de um sistema local territorial integrado.

3 TERRITORIALIZAÇÃO DO “CONSAD EXTREMO”

3.1 INTRODUÇÃO: A PROBLEMÁTICA HISTÓRICA E RELACIONAL

A formação territorial do Extremo Oeste Catarinense é uma forma particular de desenvolvimento, que está em processo de crescimento fazendo uso de suas potencialidades para atingir com plenitude a condição de segurança alimentar no território:

“Daí o uso metafórico do termo para explicar o crescimento natural de plantas e animais. Através dessa metáfora, foi possível demonstrar a finalidade do desenvolvimento e, muito mais tarde, seu programa. Na biologia, o desenvolvimento, ou a evolução dos seres vivos, referia-se ao processo através do qual organismos atingiam seu potencial genético: a forma natural daquele ser, prevista pelo biólogo. Frustrava-se o desenvolvimento todas as vezes que a planta ou o animal não lograssem cumprir seu programa genético, ou substituíssem por outro. Nos casos de fracasso, o crescimento era considerado não como desenvolvimento e sim como uma anomalia: um comportamento patológico, ou até antinatural. O estudo desses “monstros” foi fundamental para a formulação das primeiras teorias biológicas.” (ESTEVA, 2000, pg. 62).

Os vetores econômicos ou sociais que induzem o processo de desenvolvimento de um lugar não deve ser explicado de forma simples e apressada, pois o desenvolvimento é o resultado do acúmulo de modos de produção tecidos ao longo dos tempos, que permite reconhecer uma superposição de divisões do trabalho dentro do próprio território e quando comparado com outros territórios.

Diferentes formas de organizar o trabalho atribuem diferentes usos para os territórios. Cada território organiza o trabalho a partir das condições técnicas, ou melhor, de sistemas técnicos, já que as técnicas não surgem isoladas uma das outras.

Por isso, é importante estudar a relação entre o homem e suas técnicas, e a relação deste com a natureza, na formação socioespacial de uma sociedade. “As técnicas não existem por si próprias, mas sim por suas funções, logo se estabelece um arcabouço de relações em seu entorno”. As técnicas se dão como famílias. Nunca, “na história do homem, aparece uma técnica isolada; o que se instalam são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas” (SANTOS, 2000, p. 24). Estas técnicas

existem em função de uma estrutura política que lhe atribui uma utilidade, daí se pode falar em sistemas técnicos.

O trabalho aplicado à produção particulariza cada lugar e, ao mesmo tempo, diferencia da totalidade. Assim, nascem as diversidades regionais no Brasil que, em função dos desajustes econômicos, são frequentemente relacionadas às desigualdades regionais.

O território do Extremo Oeste Catarinense, ao longo de sua formação socioespacial, compreendeu modos diferentes de produção e sociabilidade. O final de um modo de produção e o início de outro é compreendido ou dividido em períodos:

Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interpretação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. E a falência desta última, acoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que dismantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período (SANTOS, 2001, p.24).

De um lado temos a materialidade do território, e de outro os seus modos de produção e regulação. Quando esta regulação perde efeito ou sentido para a organização social, temos um novo período. Daí a necessidade de uma periodização da construção histórica dos municípios que compõem o Extremo Oeste Catarinense para reconhecer as novidades do território – “CONSAD Extremo”.

A periodização do processo histórico pode ser abordada a partir da sua materialidade, ou pode-se fazer o caminho inverso, a partir dos processos sociais. Ambos os caminhos conduzem a análises confusas e dissociadas da realidade. As ciências sociais, invariavelmente, destacam os processos sociais como dado explicativo. “Estas não bastam como dado explicativo, porque não se dão num vácuo. É preciso então, pensar paralelamente as técnicas como formas de fazer e de regular a vida” (SANTOS, 2001, p. 24).

Dito isso, busca-se analisar o processo histórico do Extremo Oeste de Santa Catarina em três períodos, que podem ser identificados como: os meios “naturais”, os meios técnicos e os meios técnico-científico-informacionais. As sociedades que construíram o processo histórico do Extremo Oeste-Catarinense o fizeram por intermédio do uso de diferentes técnicas ao longo do tempo, diferentes técnicas para diferentes usos do território. O primeiro período é marcado pela escassez de

instrumentos artificiais, onde predominam ações de diferentes grupos indígenas e caboclos.

A segunda fase é a dos diversos meios técnicos, onde assistimos a emergência do espaço mecanizado. Este período pode ser dividido em duas partes. A primeira ocorre em meio ao processo de transição do período natural para o técnico. É neste momento que ocorre o processo de colonização, da divisão dos lotes de terra, o início dos primeiros cultivos, sem mercado para a produção. Num segundo momento ocorre o processo de especialização da produção, ampliação do excedente, acesso aos mercados, enfim, é o início da comercialização. As ações estão voltadas para o mercado e não mais para a natureza.

O terceiro grande período tem início nos anos 70, com a intensificação do processo de modernização, com destaque para a revolução das telecomunicações, onde a informação passa a ter valor de estratégia, pois “a informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 2002, p. 239). “Esta nova construção de espaço está relacionada com mudanças de trabalho, de relações sociais, de relações para com o meio ambiente, da mudança de novos hábitos alimentares, de novos processos educacionais e da cultura como um todo” (FONTANA, 2001, p. 46).

Após o processo de colonização abordaremos a projeção do “CONSAD Extremo” no momento de sua institucionalização, com destaque para a promoção das estruturas territoriais existentes em 2004, a partir do seu diagnóstico, de forma a retratar o cenário ou ponto de partida das ações, no sentido de construir uma identidade econômica solidária com o foco na segurança alimentar.

3.2 MEIO NATURAL

O primeiro período, que corresponde ao meio natural, caracterizava-se por uma relação quase que direta do homem com a natureza, cuja duração do tempo que mediava esta relação era o tempo lento. A natureza determinava a velocidade das ações do homem, e isto era uma questão posta tanto para as diferentes comunidades indígenas como para o migrante de origem europeia, que iniciava o

seu processo de ocupação e exploração do espaço do Extremo Oeste Catarinense com mais intensidade durante os anos de 1925.

Portanto, os municípios do território do “CONSAD Extremo” possuem entre si características semelhantes, principalmente em suas origens, destacando-se dois períodos (década de 20 e 40) em que houve forte movimento de colonização europeia. São considerados descendentes de europeus, pois os mesmos possuem origem principalmente na Alemanha, Itália, Áustria e Polônia, conforme quadro em (ANEXO B), que fizeram no seu primeiro movimento migratório para o Rio grande do Sul, e posteriormente para a região Oeste Catarinense. Isso caracteriza a região com uma forte diversidade étnica, registrando também a presença de russos-ucranianos, portugueses, libaneses, caboclos e indígenas.

Esta época também se caracterizou como um período pré-técnico, pois já existiam ferramentas de trabalho, ainda que rudimentares, para fazer frente às inúmeras dificuldades que o homem encontrava para sobreviver. Os índios que ocupavam as terras onde hoje é o Extremo Oeste Catarinense eram de cultura Alto Paranaense, Guaranis e Kaingangos.

Estes índios se alimentavam basicamente da caça, pesca e coleta de frutas encontradas durante os deslocamentos de um lugar para outro, e desconheciam a prática de fazer excedente, para viver inteiramente o presente, sem maiores preocupações com o amanhã, como descreve (GIANNETTI, 2005, p. 214-215): “Os jovens guaranis que levei comigo para a França não conseguiam entender o que significava a palavra *amanhã*. “É preciso guardar isso para amanhã, diziam-lhes, e eles perguntavam: “Que quer dizer amanhã?”. Quando lhes explicavam que o dia seguinte viria depois que eles dormissem, os dois retrucavam: “Ora, então há muitos amanhã”.

Além de possuir um sistema alimentar marcado pelo equilíbrio com a natureza, os índios construía ferramentas de forma bem rudimentar, com base na observação da própria natureza, como detalhou o Professor Edvino Hoelsher, do Museu histórico São Jorge, do Município de Guaraciaba/SC, em entrevista ao pesquisador Antônio Carlos Moreira (1998):

Os índios, quando precisavam de um cabo para ser utilizado em seus machados, amarravam ou introduziam o machado de pedra no tronco da árvore ainda com vida e esperavam o tempo necessário para que a mesma crescesse. O próprio crescimento da planta exercia uma forte pressão sobre

o machado deixando-o preso junto ao tronco. Posteriormente, a pequena árvore era cortada e dela extraíam o tronco na medida exata desejada obtendo assim o cabo do machado (MOREIRA, 1998, p. 35).

As três culturas indígenas possuíam sistemas de organização e de fabricação de objetos através de cerâmicas que se diferenciava entre si, como mostram os vestígios de objetos como utensílios de barro e urnas funerárias encontradas por pesquisadores e pela população local, de origem muito antiga. “Algumas datações radiométricas feitas através do Carbono – 14 acusaram idades dos esqueletos contidos nas urnas até 1.460 anos antes de Cristo. As poucas informações existentes se referem a períodos mais recentes, talvez há cerca de 200 anos” (JUNGBLUT, 2000, p. 56). O mapa em (ANEXO C) demonstra que atualmente, na região, já não se encontram áreas indígenas.

Para o pesquisador Jungblut (2000), o caminho que levou ao extermínio dos índios da região está relacionado à ação dos conquistadores ou exterminadores de índios que agiam na região há cerca de 150 anos.

O massacre maior deve ter acontecido após a expulsão dos Jesuítas do Brasil, em 1759, pois estes os protegiam no que podiam. Pela observação dos acontecimentos, é possível concluir que o extermínio dos índios de Porto Novo e região aconteceu entre 1749 e 1801, sobrando alguns remanescentes que foram eliminados de vez pelos madeireiros que foram os próximos a ocupar o espaço (JUNGBLUT, 2000, p. 59).

O projeto de colonização, que iniciou em 1923, marcou um novo tempo nas relações do homem com a terra, diferenciando-se do índio. “O cultivo da terra e a criação de animais quebraram essa unidade. Eles trouxeram para o primeiro plano as vantagens da espera, materializada no hiato de tempo entre produção e consumo. O metabolismo entre sociedade e natureza deixa de ser, por assim dizer, “da mão para a boca” (GIANNETTI, 2005, p. 225).

3.3 O MEIO TÉCNICO CIENTIFICO E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

As primeiras famílias a se fixarem no Extremo Oeste Catarinense eram migrantes de descendência europeia, com destaque para as etnias alemã e italiana, oriundas, predominantemente, dos velhos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul. O motivo que levou as famílias a abandonarem as colônias velhas do Rio Grande do Sul é que as famílias, na época, eram bastante numerosas, e não havia terras suficientes para dividir entre os irmãos. A sucessão hereditária estava severamente comprometida, demonstrando a necessidade de abrir uma nova fronteira agrícola.

A migração acarretava duas consequências. “Por um lado aliviava-se a pressão demográfica naquele Estado, diminuindo a preocupação dos latifundiários, indispostos a dividirem suas propriedades; e, por outro, fomentava-se o lucro das empresas, com a venda dos lotes” (RADIN, 1996, p. 156).

Todo o processo que envolveu a colonização foi marcado pela ausência do Estado, que repassou esta função para companhias privadas de colonização. “O espaço via colonização foi comandado por companhias privadas que se constituíram no Rio Grande do Sul e ou no Paraná e adquiriam glebas de terras das empresas que já detinham concessões⁴ ou em acordos com o poder público estadual” (GRANDO, 2001, 23).

“Observa-se, no entanto, que o grande investimento não foi feito no litoral e sul do Estado, mas sim em meio à grande selva no Oeste, num território fronteiro de Santa Catarina” (RADIN, 1996, p. 28). O grande investimento a que se refere foi a construção da estrada de ferro ligando São Paulo – Rio Grande do Sul, que

⁴ No Extremo Oeste Catarinense a multinacional Brazil Railwal Company, ligada ao truste norte americano do grupo Farquhar, foi, provavelmente a primeira proprietária legal da maioria das terras na microrregião do Extremo-Oeste Catarinense. Esse aspecto decorre do fato de que no vale do Rio do Peixe no Meio – Oeste Catarinense, local do traçado ferroviário construído pela empresa, não havia terras em quantidades suficientes para cumprir o contrato entre o governo e a empresa multinacional. Este contrato definia como pagamento pela construção da ferrovia, uma faixa de trinta quilômetros de largura nas áreas onde se estendiam os trilhos. Posteriormente, em virtude de outros acordos entre a companhia ferroviária e o governo do Estado, as terras que estavam em poder da multinacional foram retomadas e repassadas a outras empresas de colonização. Além de montar a maior a maior serraria da América do Sul em SC, para explorar e exportar a madeira dos pinhais catarinenses e paranaenses, este grupo atuou no país nas atividades de ferrovias, frigoríficos, papel e celulose, madeira, pecuária, colonização (GEAG/SC: 1980:93). Outras subsidiárias deste truste “controlaram todas as empresas de transporte, iluminação e telefones” do Rio de Janeiro; Percival Fauquhar, com a Brazil Railway Company, fundada interligando-as com o Paraguai, Argentina e Uruguai além de tentar controlar toda a exportação de café pelo Porto de Santos – SP. Seus projetos mais ambiciosos estão ligados a tentativa de controlar as reservas de minérios de ferro em MG e a sua exportação e, também a tentativa de colonizar a Amazônia. (AZEVEDO & ZAGO Jr: 1989, p. 47-48)

cortava a região Oeste de Santa Catarina, construída em regime de concessão para empresas dos Estados Unidos, a qual, mais tarde, deu origem ao conflito conhecido como a Guerra do Contestado.

De forma mais geral o trabalho, no início da colonização, era realizar tarefas que consistiam, basicamente, na tentativa de domesticar animais e plantas, pois, no que tange à agricultura, objeto aqui em análise, a sua implantação deu-se pela derrubada da mata, no sentido de que

[...] o despontar da agricultura foi também sinônimo de desmatamento. Todavia, esse processo não significou a implantação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois rimos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais. Todavia a natureza comandava, diretamente ou indiretamente, as ações humanas (SANTOS, 2001, p. 29).

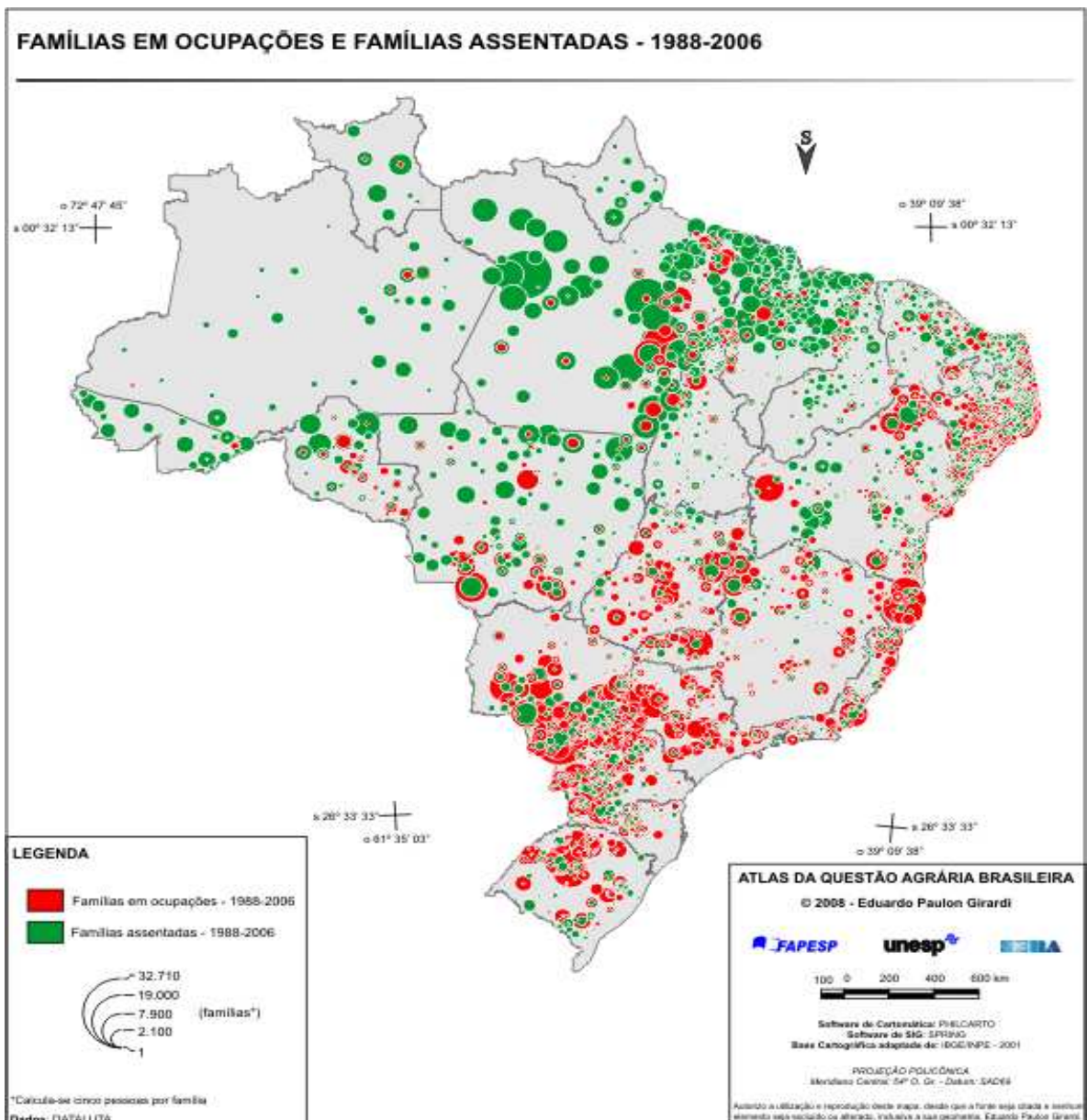
A atividade agrícola, nesse período, era determinada em cada lugar, respeitando as condições ambientais e as necessidades de produtos de cada lugar. Era um período em que as relações do homem com o espaço davam-se pela ocupação dentro de um cenário, no qual os lugares não eram integrados, tinham dificuldades para se comunicar entre si e o espaço podia ser representado como um conjunto de pequenas ilhas, onde a “escassez era um dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural” (SANTOS, 2001, p. 27).

O desmatamento era uma condição necessária para o migrante recém-chegado iniciar suas atividades. A política de desmatamento desenvolvida pelas empresas colonizadoras foi distinta no Extremo Oeste Catarinense. Na parte mais ao Norte do território predominava a Floresta Mista do Uruguai, com áreas extensas de mata de araucárias em relevo bastante suavizado. Nestas áreas de araucária as empresas colonizadoras venderam apenas a madeira, favorecendo a presença do latifúndio. E não é por outra razão que as lutas por reforma agrária e os primeiros assentamentos aconteceram nesta parte do território, como é possível perceber no mapa 3.

Na parte mais Central e do Sul do Extremo Oeste Catarinense, onde predominava a mata subcaducifólia, com presença de pinheiros, cedros e louros, a madeira era extraída e comercializada para o Rio Grande do Sul e para os países platinos. O transporte da madeira era feito através de balsas no Rio Uruguai durante

os períodos de cheias, como mostra a letra da música Balseiros do Rio Uruguai de Cenair Maicá:

Oba, viva veio a enchente, o Uruguai transbordou vai dar serviço prá gente. Vou soltar minha balsa no rio, vou rever maravilhas que ninguém descobriu. Se chegar ao Salto Grande me despeço deste mundo, rezo a Deus e a São Miguel e solto a balsa lá no fundo. Quem se escapa deste golpe, chega salvo na Argentina. Só duvido que se escape do olhar das correntinas.



MAPA 3: MAPA DAS FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS ASSENTADAS NO BRASIL DE 1988 – 2006.

Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008.

Nesta parte do território, após a extração da madeira pelas empresas colonizadoras, os lotes eram divididos em lotes menores, à espera dos colonos vindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul. A viagem do Rio Grande do Sul até os lotes eram marcadas por inúmeras dificuldades e problemas, como contam as testemunhas oculares desta história, contada no quadro Memórias Vivas do Jornal Expressão, de Itapiranga/SC. Na edição 176, de 24 de dezembro de 2008, é relatada a vinda do casal Arnaldo e Norma Chneiders de Lageado/RS para Itapiranga/SC, no período de colonização:

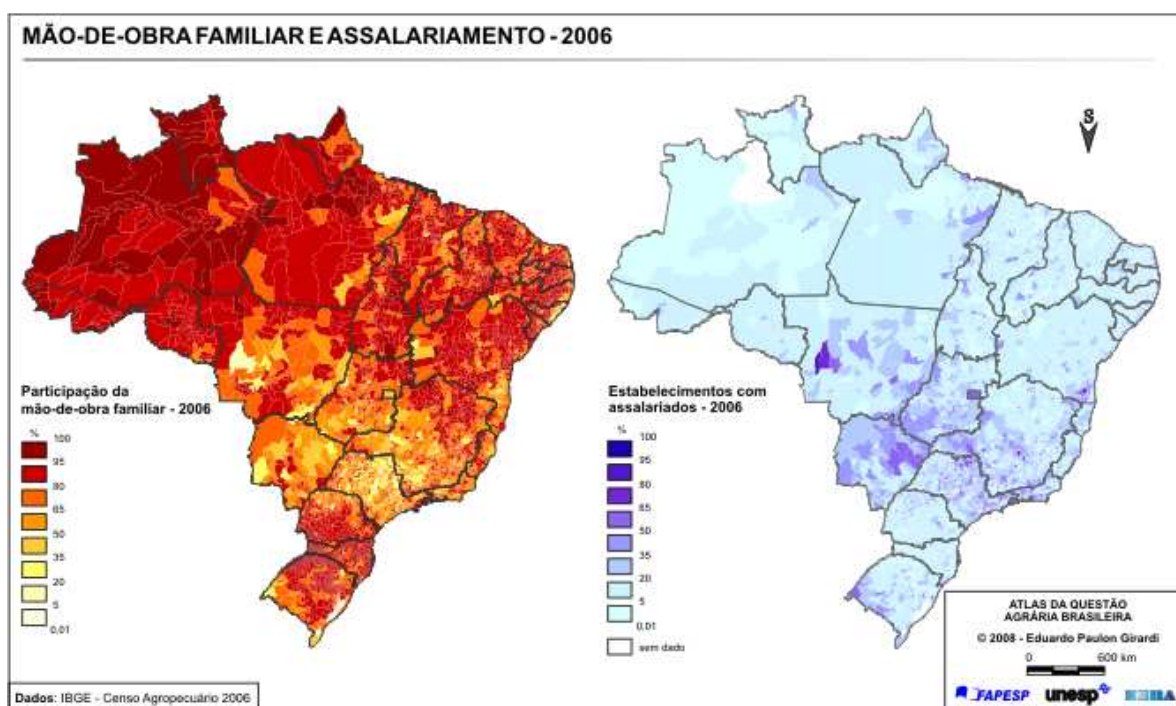
Sabiam da existência de uma nova colonização em Santa Catarina e, tanto Arnaldo como Norma, conheciam o trabalho da roça. Por isso, decidiram migrar para Porto Novo, para se transformarem em agricultores. A viagem não foi fácil. O caminhão carregava três famílias, provindas de Arroio do Meio, que somavam juntas dezoito pessoas, mais os pertences particulares. O motorista não conhecia ao certo o caminho e acabou errando a rota por mais de cem quilômetros. Com tamanha carga e um erro de trajeto previsto o velho caminhão, que era movido a gás pobre, não resistiu e acabou pegando fogo. “Todos pularam do caminhão para apagar o fogo, e quando conseguimos, carregamos tudo de novo e seguimos viagem; A estrada era muito ruim e a viagem durou três dias e três noites” lembra Norma. Já em Porto Novo, a família seguiu de carroça de Itapiranga até Soledade. Até certo ponto a estrada havia terminado, e seguindo uma picada, as famílias tiveram que carregar a sua mudança mata adentro, até chegar a seus lotes. Vieram naquele caminhão no ano de 1945, as famílias Bruxel, Kappes, Braun e Schneideres. Logo se dirigiram para as suas prometidas terras, localizadas na comunidade de Solidade, hoje Linha Maria Goretti. Na região que beira o Rio Macaco Branco só tinha uma pequena casa, o resto era tudo mata fechada. No lote comprando por Norma e Arnaldo havia uma pequena plantação, mas naquela época, as famílias só conseguiam ganhar dinheiro vendendo fumo e banha. “Nosso vizinho matou 13 cobras venenosas em um ano. Até nos poteiros a gente tinha que botar fogo em tocos de árvores para que o gado tivesse sossego pela quantidade enorme de mosquito que havia” ressalta Norma (FRANZEN, 2009, p. 16).

Embora as dificuldades de transporte ainda fossem grandes em 1945, eram menores se comparadas aos períodos anteriores. A presença do caminhão melhorou as condições de transportes e intensificou a vinda das famílias do Rio Grande do Sul para o Extremo Oeste de Santa Catarina. As famílias (marido e mulher) se fixavam em lotes de aproximadamente 24 hectares de terra. A necessidade de limpar a área para fazer o plantio os levava a vender para as serrarias locais, a preços baixos, a madeira menos nobre que restava.

Uma das vantagens comparativas de migrar para o Extremo Oeste de Santa Catarina foi a facilidade para comprar maior quantidade de terras por um valor menor, [...] “um lote de 25 ha – 1000 Morgen prussianos ou 10 alqueires – custavam

R\$ 3:300\$000 ou 1100 marcos alemães. Na época equivalia a cerca de 2.200 garrafas de querosene ou 1.375 Kg de farinha de trigo ou 6.600 Kg de banha” (JUNGBLUT, 2000, p. 427). Mesmo nestas condições, muitas famílias contraíram dívidas junto às empresas colonizadoras, tornando escassos os recursos financeiros locais, pois estes eram destinados, na sua maior parte, para amortizar a dívida com as empresa colonizadoras.

Como a infraestrutura local não permitia sonhos mais altos, a escolha por um modelo de subsistência foi o mais adequado na época. “Fatores como a falta de mercados, famílias numerosas, meios de transportes e comunicações rudimentares, terras montanhosas além do transplante do modelo de propriedade das regiões de origem, fez com que se pautasse a colonização em cima da propriedade familiar e da produção de subsistência” (EIDT, 2001, p. 61), que permanece até os dias atuais como mostra o mapa 4.



MAPA 4 – MAPA DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E ASSALARIAMENTO NO BRASIL - 2006.

Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008.

Além da subsistência, muitos agricultores tiveram que vender sua mão de obra para conseguir rendimentos monetários para pagar a compra do lote feita à prestação. Portanto, o sustento da família vinha da produção de subsistência e o

ganho monetário era obtido com a venda da mão de obra, ou passavam a investir na suinocultura.

O pouco dinheiro dava para comprar os gêneros alimentícios trazidos de lancha de Mondaí ou da Argentina pelos balseiros. Porém, para todos, o dinheiro acabava logo e só não passaram fome porque havia caça, pesca, frutos e algum cultivo agrícola como mandioca, milho, batata, suíno e aves. Um que outro teve dinheiro para comprar algum animal dos moradores de Mondaí (JUNGBLUT, 2000, p. 423).

“No início do processo de ocupação espacial da área, as culturas de subsistência e a comercial não se diferenciavam. Com a dificuldade de se transportar os grãos, era preferível produzir algo que se movia, no caso o suíno, e os agricultores conduziam tropas de suínos para vender no Rio Grande do Sul” (GRANDO, 2001, 28). No entanto, eram poucas as famílias que possuíam suínos, e o preço da banha era muito baixo, levando muitos agricultores a abandonar os lotes e seguir para o Paraná e, posteriormente, para o Mato Grosso, como fica evidente no mapa em (ANEXO D), da migração da população natural da região sul.

Os que permaneceram constituíram famílias numerosas e, com o passar do tempo, começaram a fundar as comunidades rurais, trazendo consigo atividades como os moinhos, as serrarias e as ferrarias artesanais para ajudar na expansão das comunidades que, mais tarde, formaram os municípios de Mondaí e Itapiranga, emancipados do Município de Chapecó.

O processo de desbravamento foi deveras dolorido, pois os trabalhos da roça eram braçais, auxiliados por uma junta de bois, e as ferramentas utilizadas eram simples, como foice, machado e picaretas. As primeiras estradas também foram construídas com base nestas condições, e cada família tinha que destinar algumas horas do seu tempo para a construção de estradas.

Os trabalhos da agricultura estavam relacionados à subsistência, com produtos como o milho, a batata, a mandioca, o feijão, o arroz e o trigo. A cana-de-açúcar, além de servir para a alimentação dos animais, principalmente durante o inverno (silagem), também era utilizada para fazer cachaça e outros tipos de doces derivados da cana. Devido ao favorecimento do clima, as frutas e verduras merecem destaque para fazer geleias, “[...] a produção artesanal de alimentos processados remete na valorização do saber fazer, do conhecimento herdado das gerações

passadas, carregando consigo um sentido cultural, não meramente econômico”. (WESZ, TRENTIN e FILIPPI, 2006, p. 08).

A banha e o fumo se tornaram uma das principais fontes de renda no início da colonização, embora apresentassem períodos de preços favoráveis e outros desfavoráveis, de forma cíclica. Sua produção, no início, respeitava as condições ambientais. “O fumo era plantado sem adubação química ou orgânica especial. Preferia-se derrubar mata virgem ou capoeirões, fazer a queimadas, plantar as mudas, e deixá-las por conta da natureza” (JUNGBLUT, 2000, p. 429).

Os colonos, ao construir um modo de vida com base na produção para subsistência e de produtos para vender e obter ganhos monetários, como a banha e o fumo, demonstravam que já possuíam uma cultura mercantil, diferenciando-se da cultura dos caboclos.

Os caboclos, mais conhecidos como andarilhos do mato, segundo Jungblut (2000), aceitaram a chegada dos brancos sem resistência alguma. Assim como os índios, não tinham preocupação com o futuro, vivendo somente o presente, sem acumular capital e valores monetários. O que conseguiam por trabalhos prestados aos colonos era gasto imediatamente.

Ao demarcar a propriedade privada e dividi-la em lotes, os colonos estabeleceram cultivos e criação de pequenos animais. Ao mesmo tempo, a igreja católica incentivava a formação de famílias numerosas para expandir as comunidades e ter mais braços para dar conta do árduo trabalho com a terra.

O trabalho com a terra exigia muita dedicação da família. Em época de colheita era muito frequente os casais que estavam iniciando a formação de uma família receber a solidariedade dos parentes e amigos, como os irmãos, os cunhados e os compadres. “Nas primeiras décadas, o espírito comunitário e humanístico, além da identidade criada entre as famílias e comunidades, deu o suporte necessário para que houvesse um desenvolvimento interno, onde prevaleciam os mutirões comunitários e familiares, as trocas e as ajudas mútuas (na maioria das vezes sem a mediação do dinheiro)” (EIDT, 2001, p. 62).

Esta coesão interna foi quebrada apenas durante a segunda guerra mundial, quando o governo proibiu a população de falar alemão e italiano publicamente. Somente o português era admitido. “Vizinhos, outrora tão solidários, denunciavam-

se, nem que para isso tivessem que espiar ou escutar a conversa das famílias, escondidos próximos às casas” (JUNGBLUT, 2000, p. 150).

A partir da década de 1950, com a substituição das mãos dos agricultores pelas máquinas pesadas, houve maior preocupação com a abertura de estradas. A melhoria nos meios de transporte acelerou as transações comerciais e a acumulação do capital através do comércio. Os agricultores, que antes comercializavam seus próprios produtos, passaram a vender o excedente para o comerciante, que transportava os produtos em viagens, que tinham uma duração de até 20 dias, para vender em centros maiores, como Porto Alegre/RS e, no retorno, traziam produtos que os agricultores necessitavam e não podiam produzir na propriedade, como tecidos, calçados e querosene.

Na época, os produtos primários que os agricultores vendiam para as chamadas Casas Comerciais tinham um preço inferior aos produtos industrializados que compravam do comerciante. “A riqueza gerada por este processo costuma ser denominada Capital Comercial. O longo processo de vender um grande volume em troca de uma pequena quantidade transferiu o capital da propriedade para o comércio” (JUNGBLUT, 2000, p. 429):

Explorando os camponeses colonos, pequenos proprietários, ele instala-se nas vilas e nas cidades como comprador de mercadorias de origem rural e como vendedor de produtos industrializados. Além disto, torna-se também industrialista e transformador de produtos da agricultura e do extrativismo madeireiro. Assim, comerciantes/industrialistas desenvolvem uma crescente especulação da pequena agricultura familiar. Posteriormente a sua atenção é voltada para as possibilidades de, ele próprio, se lançar á triticultura não-familiar mas em caráter empresarial (RUCKERT, 2003, p. 18).

“Nesse contexto, o crescimento das localidades urbanas pode avançar tendo como base as serrarias e os entrepostos comerciais” (GRANDO, 2001, p. 31). Os entrepostos comerciais, juntamente com as serrarias, se tornaram elementos importantes na prestação de serviços para desenvolver a produção agrícola. A concentração de serviços em torno do comércio e da madeira favoreceu o surgimento dos primeiros núcleos urbanos na região. A cidade de São Miguel do Oeste, considerada polo regional, é um exemplo de cidade que se desenvolveu em torno do setor de prestação de serviços.

Com o surgimento dos núcleos urbanos, inicia-se um processo de mudanças nos modos de vida do agricultor, que se desloca da atividade agrícola para trabalhar em torno dos núcleos urbanos:

Vivendo na propriedade rural, o trabalhador e sua família possuem relações sociais comunitárias onde participam, todo final de semana, de atividades comunitárias, seja na igreja, na escola ou nos jogos esportivos com amigos, amigas e vizinhos(as). Ao migrar para os centros urbanos, esse contato comunitário sofre profundas alterações. Inicialmente, não tem mais aqueles(as) amigos(as), vizinhos(as), também o cotidiano urbano não permite o contato próximo e solidário da vida comunitária, pois transformam esse espaço com ocupações diferentes, seja assistir a televisão, assistir a alguns eventos esportivos, passear com a família ou até freqüentar bares para jogar baralho (FONTANA, 2001, p. 46-47).

À medida que as áreas com madeira foram diminuindo, as serrarias deixavam de exercer um papel importante na economia regional. “Também não é o número de serrarias que restringe o corte de madeira, mas as florestas que continuam de pé” (VEIGA, 2008, p. 142). As serrarias se transferiram para o Estado do Paraná e, mais tarde, para o Mato Grosso, restando à agropecuária a tarefa de impulsionar o desenvolvimento econômico da região, com seus próprios recursos.

“Até meados dos anos 70, a auto-subsistência alimentar ainda era importante nos estabelecimentos rurais – eles geravam excedentes que eram vendidos no comércio local (GRANDO, 2001, p. 32). O recurso monetário obtido com a venda do excedente para o comerciante era emprestado para o próprio comerciante, numa espécie de poupança, o qual a família guardava para utilizar em caso de doença ou viagem, pois, na época, não havia necessidade de investir na propriedade. A propriedade era pensada em termos de equilíbrio com o ambiente, com rotação de culturas, e os insumos eram produzidos internamente na propriedade.

A produção para subsistência e os poucos ganhos obtidos com a venda do excedente marcaram um período de dificuldades para produzir, exigindo muitos braços fortes para plantar e fazer as colheitas de forma manual, o que incentivou as famílias numerosas que, mais tarde, encontraram dificuldades para fazer a repartição das terras entre os irmãos.

Nos estabelecimentos rurais que possuem menos de cinco ha, em função do próprio processo de colonização, onde as empresas colonizadoras colocaram à venda pequenos lotes e pela própria sucessão hereditária, com a divisão dos lotes entre irmãos, já é possível perceber o crescimento de estabelecimentos rurais

ocupados por famílias que não são proprietárias, estando na condição de arrendatário, parceiro e ocupante conforme quadro em (ANEXO E).

E não é por outro motivo que, atualmente, as propriedades possuem menos de 10 ha de terra, colocando em risco a sucessão hereditária das propriedades e do próprio modelo de agricultura familiar com o processo de modernização da agricultura, como é possível perceber no mapa sobre a área dos imóveis rurais pequenos, médios e grandes conforme mapa em (ANEXO F).

Ao fazer referência à propriedade da terra, o camponês almeja ter a posse de uma determinada área de terra com o objetivo de produzir alimento para sua sobrevivência e por ter uma relação muito íntima com a terra. Ao passo que o fazendeiro, banqueiro, industrial e outros capitalistas, apoiam-se no Estado para criar regras que lhes permitem o acúmulo e o aumento de capitais. Para o camponês, o costume possibilita estar num espaço para o bem-estar social e cultural, contrário à lei que permite aos poderosos ampliar e deter o poder (MOREIRA, 2009, p. 65).

A partir da década de 1970, o Brasil passou a orientar a forma como seriam utilizados os recursos públicos, com os investimentos sendo direcionados para a criação de infraestrutura (rede, malhas, nós) para, assim, circular a produção. A construção de estradas de rodagem, ferrovias e de uma nova indústria ligada e impulsionada por uma produção crescente de produtos agrícolas criou as condições necessárias para integrar o território e o mercado nacional, cujo centro das decisões passou a ser a região sudeste, principalmente o Estado de São Paulo:

A seguir a implantação da colonização, com todas as suas consequências, na década de 1970 ganha força o período da modernização da agricultura e da agroindustrialização verticalizada, que avança até meados da década de 1980. Neste período se constitui uma forte integração da economia e da política regionais com processos ocorridos em escalas mais ampla, merecendo destaque o chamado “milagre econômico brasileiro” e sua realização sob a gestão política de uma ditadura militar (ROVER, 2007, p. 143).

Este processo de integração do território nacional, que corresponde ao processo de modernização agrícola no Brasil, se destaca como um período marcado pelo acréscimo de novos objetos no território, em que a região sudeste tinha a maior quantidade destes objetos. Esta situação começa a se modificar durante os anos de 1980 e 1990, quando os novos objetos técnicos passam a ser cada vez mais sofisticados, substituindo o período técnico pelo período técnico-científico

informacional. Este período diferencia-se do período técnico pelo acréscimo da informação, expandindo-se para outras regiões do território brasileiro, que até então não participavam do processo de modernização. Começa também, a integração ao processo de globalização.

Este novo período, começa a se intensificar no Brasil em meados dos anos 1970, com a união da ciência à técnica, mais a informação, que acabou por acelerar o uso de tempo e do espaço. As distâncias são reduzidas, acelerando os contatos entre os lugares e atribuindo ao território nacional “novos conteúdos, novos comportamentos, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informação, das ordens e dos homens” (SANTOS, 2001, p. 52-53).

A informação concorre para facilitar a convergência dos momentos em todo o território nacional, em que o regulador de todo esse processo é o mercado. É assim que o Brasil torna-se parte do mercado global. Este mercado global caracteriza-se pelo uso intensivo de novas tecnologias no processo produtivo, daí pode-se falar de uma nova divisão territorial do trabalho, da reengenharia das empresas, da necessidade de se abrir os mercados nacionais para a entrada das empresas multinacionais.

Este cenário tem início no Extremo Oeste Catarinense a partir da década de 1970, um período marcado de acréscimo de novos objetos técnicos através da chamada revolução verde e o estímulo à agroindústria da carne e do fumo mediante subsídios públicos. Outras culturas muito estimuladas foram as culturas da soja e do trigo, que, posteriormente, perderam espaço com o fim dos subsídios em meados da década de 80.

O processo de modernização, assim como a divisão de terras entre irmãos, foi responsável, na década de 1970, pela saída do campo de muitos agricultores, que se dirigiram para as grandes cidades como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, ou foram trabalhar nos frigoríficos locais e no setor de serviços. Os setores de serviços e indústrias, principalmente frigoríficas, são as atividades que mais empregam trabalhadores no Extremo Oeste Catarinense, como mostra a seguir o gráfico 4.

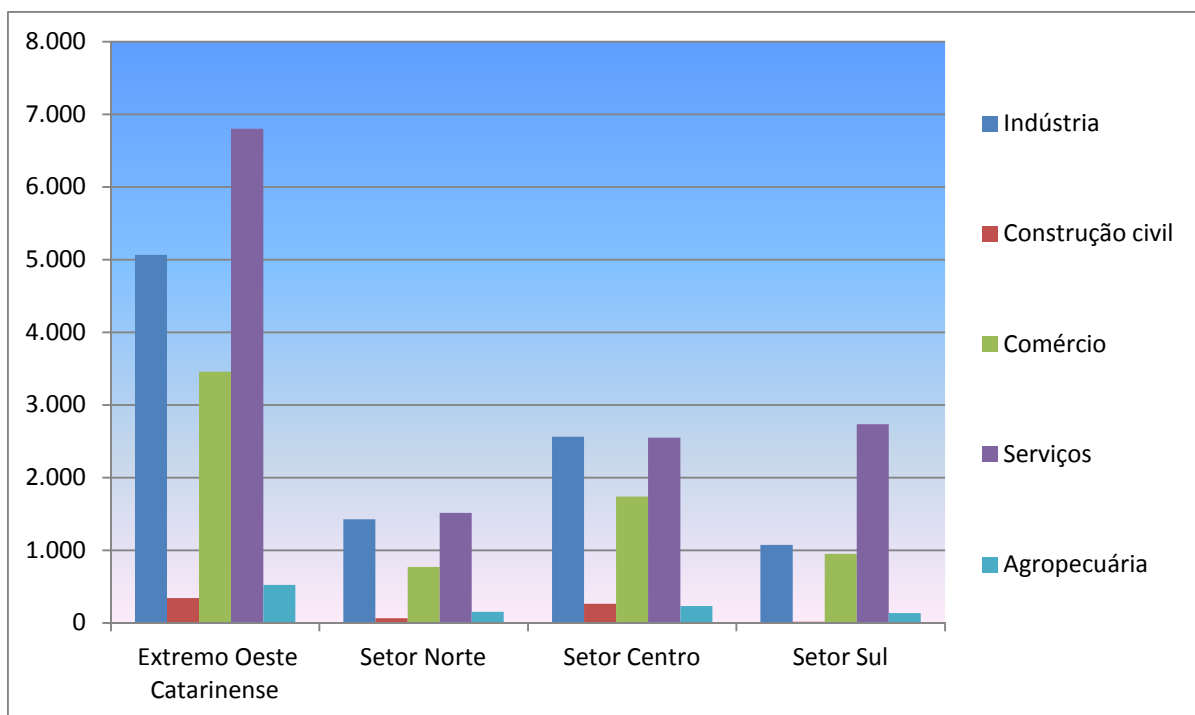
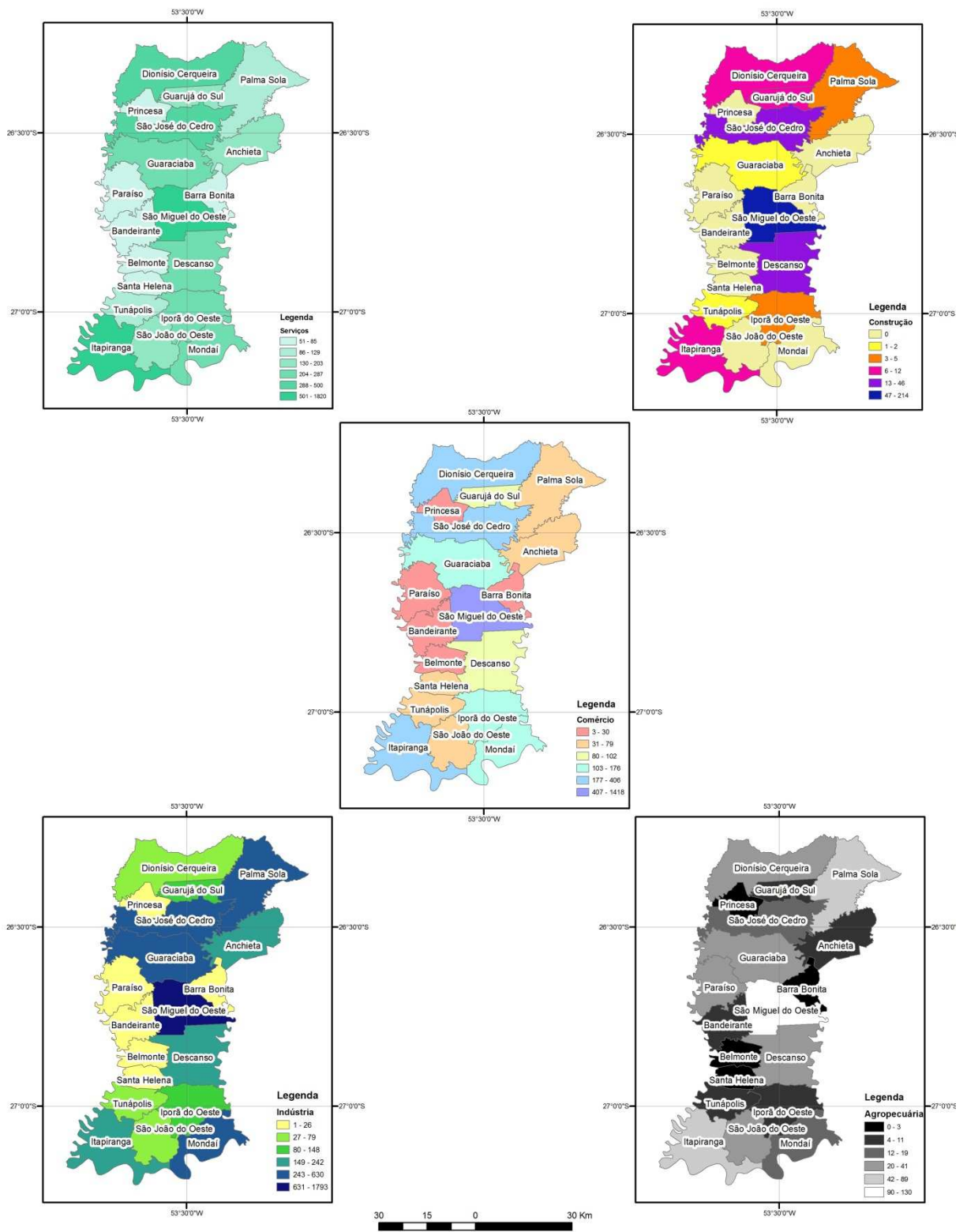


GRÁFICO 4 - NÚMERO DE EMPREGOS, SEGUNDO A CATEGORIA – 2001.

Fonte: ICEPA, 2003

A população rural que permaneceu foi gradativamente incentivada a participar do sistema de integração. O sistema de integração foi uma iniciativa para agregar valor à produção, através da industrialização. Inicialmente, os recursos para construir pequenas cooperativas de unidades de industrialização como a Gener, esmagadora de soja no Município de São Miguel do Oeste, e o Frigorífico Safrita, no Município de Itapiranga, foram obtidos através de investimentos de agricultores que compraram cotas de participação junto à agroindústria:

A indústria passa a comprar os produtos agrícolas, eliminando o comerciante como intermediário. Esta também determina os insumos e as quantidades que o produtor deve comprar. É a substituição do Capital Comercial pelo Capital Industrial, ou seja, o poder do comércio foi tomado pelo poder da indústria, num processo que iniciou por volta de 1978 com o sistema de integrado/fomento e se aprofundou na proporção em que aumento o número de integrados. A produção de leite e de fumo também está subordinado ao Capital Industrial, apenas mudam os procedimentos (JUNGBLUT, 2000, p. 477).



Mapa de localização do número de empregos, segundo a categoria no Território do Consad Extremo Oeste-Catarinense, 2001.

MAPA 5 – MAPA DO NÚMERO DE EMPREGOS, SEGUNDO A CATEGORIA, NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2001.

Fonte: ICEPA 2003

Com o passar do tempo estas pequenas cooperativas enfrentaram dificuldades financeiras para acompanhar o processo de modernização, e acabaram sendo incorporadas pelas empresas Perdigão, Ceval e Cooper Central Aurora. Os agricultores que possuíam cotas na cooperativa acabaram perdendo suas ações e muitos terminaram com dívidas para pagar, além de ver as decisões antes tomadas localmente serem tomadas pelas matrizes, muitas vezes localizadas fora do território. “Os valores coletivos e os princípios de igualdade são substituídos por critérios deterministas de individualidade, eficiência e produtividade” (EIDT, 2001, p. 63):

Os acionistas que fundaram a Safrita, praticamente perderam o dinheiro. De vez em quando recebiam valores irrisórios de dividendos ou uma pequena vaquinha a título de brinde, de cortesia. Muitos venderam as ações para atravessadores ou então perderam-nas de vista. Sobrou o consolo que a região se desenvolveu por causa das sofridas aplicações que fizeram (JUNGBLUT, 2000, p. 490).

“Os frigoríficos fornecem aos agricultores o material genético (suínos), os pintos (frangos e perus), as rações, a tecnologia de instalações e de criações dos animais e, por fim, adquirem o que foi criado – a eles cabe o trabalho de criação dos animais” (GRANDO, 2001, p. 36). As empresas, ao produzirem para o consumidor, buscam sempre a melhoria da “qualidade”, exigindo do agricultor aumento de produtividade, inserindo inovações tecnológicas. Os altos investimentos em produtividade tornaram a região uma das principais produtoras do país na criação e abate de aves, suínos e bovinos, como demonstrado no mapa em (ANEXO G), que destaca a localização do rebanho brasileiro.

O aumento da produtividade através da inovação tecnológica teve dois efeitos práticos. O primeiro sobre o agricultor, que cada vez que introduzia inovações tecnológicas na produção, contraía dívidas, e os ganhos monetários diminuía gradativamente, tornando-o dependente das empresas e, muitas vezes, abandonando a atividade para se deslocar para a cidade para trabalhar nos frigoríficos ou no comércio. Mas muitas famílias permanecem na propriedade e fazem o trabalho pluriativo, como constatou Rambo (2005):

Em decorrência surge a pluriatividade, ou seja, atividades complementares ou suplementares à produção agrícola, exercidas por um ou vários membros de uma família. Notadamente, mesmo com os atores pluriativos,

as unidades de produção baseadas no trabalho do casal e dos filhos vão perdendo autonomia e rentabilidade, se comparadas àquelas de uma ou duas décadas anteriores, quando os agricultores se dedicavam unicamente à agricultura. Observa-se, em muitas áreas agrícolas, o abandono de áreas, por falta de tempo ou mão-de-obra para cultivá-las (RAMBO, 2005, p. 18).

“A pluriatividade é considerada a marca desse novo agricultor ao permitir que a pequena propriedade agrícola familiar passe novamente a ter sucessor, além de evitar a saída das famílias para outras regiões” (RAMBO, 2005, p. 14). Aqui parece que, ao mesmo tempo em que o capital desterritorializa o agricultor, ele o reterritorializa, mantendo-o na atividade agrícola, mesmo que de forma precária.

A agricultura familiar incorpora este sistema de produção por utilizar pouca terra e os dejetos suínos podem ser reciclados como fertilizantes para o solo. Além disso, o trabalho pode ser consorciado pela família com outras atividades agrícolas e até mesmo com outras atividades do tipo urbano. “O Instituto Icepa (Icepa, 2005) estima que aproximadamente 85% da atual produção comercial de suínos acontece por meio da integração agroindustrial, onde os produtores integrados se comprometem em criar os animais segundo padrões tecnológicos estabelecidos pelas integradoras” (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 04).

Os padrões tecnológicos estabelecidos pelas integradoras obedecem a parâmetros de concorrência internacional, com o aumento da escala de produção, sempre buscando introduzir melhorias na qualidade dos produtos, através dos programas de qualidade, e reduzir os custos com a logística, com o objetivo de melhorar a competitividade da empresa e dos produtores. Mas isto nem sempre é possível pela distância do território até os portos de Itajaí e São Francisco do Sul. “Entretanto, pode-se dizer que não há nenhuma evidência aparente de que os agricultores que reestruturaram seus modelos de produção, segundo as exigências das agroindústrias, tenham aumentado sua taxa de rentabilidade” (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 05):

Em um curto período de tempo, que teve início em meados dos anos 1980 e se prolongou até meados dos anos 1990, as agroindústrias e cooperativas fazem forte pressão para que o agricultor aumente consideravelmente a escala produtiva e substitua o sistema de produção de suínos de “ciclo completo” por um sistema mais especializado, o qual, denominado de “parceria”, separa em distintas propriedades as fases de criação de leitão e de engorda. Nesse novo sistema surgem as “unidades produtoras de leitão⁴” (UPL) e os “terminadores⁵”. Aquelas têm estrutura para alojar no mínimo 50 matrizes enquanto esses têm estrutura para fazer a engorda de

pelo menos 300 suínos a cada três meses. A ração é fornecida total ou parcialmente pela agroindústria, desaparecendo a relação que antes havia entre o tamanho do plantel e a capacidade da propriedade em produzir os alimentos necessários para criar esses animais (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 05).

A reestruturação produtiva da suinocultura, segundo os autores, promove pelo menos dois reflexos imediatos, que impactam negativamente o território. O primeiro é a exclusão social de quase 50 mil famílias. A concentração da atividade em poucas propriedades contribuiu para concentrar a renda em apenas 10% das propriedades dentro de cada município. Os agricultores que resolveram permanecer na propriedade tiveram que conviver com um empobrecimento desta atividade, em função da dependência de insumos produzidos fora da propriedade. Além disso, o aumento do êxodo rural tornou comunidades antes numerosas lugares despovoados, onde investimentos rurais públicos, como escolas, serviços de saúde e eletricidade foram gradativamente sendo subutilizados.

O segundo reflexo negativo é a grande poluição ambiental originada pela concentração geográfica da produção dos dejetos suínos. As consequências sociais e ambientais têm refletido sobre a desestruturação dos ecossistemas com a perda da biodiversidade e da identidade social que, segundo os autores, dificulta a promoção do desenvolvimento rural:

A perda de biodiversidade está ligada à perda de agrobiodiversidade. Conceituamos agrobiodiversidade como o resultado da interação da diversidade de espécies em um agroecossistema, com a diversidade genética dessas espécies, a diversidade de técnicas e métodos de manejo de agroecossistemas, e a diversidade cultural das populações que vivem nesses sistemas. O modelo de agricultura atual produz a redução de agrobiodiversidade. A produção em escala, em uma agricultura industrializada, é inimiga da diversidade e, a uniformidade, um passo para a extinção. A redução da diversidade, assim, vai na contramão da evolução e do desenvolvimento, e hoje é um problema global de soberania alimentar, pois os povos são cada vez mais dependentes de sementes e animais comercializados pelas grandes empresas, detentoras das licenças de produção dessas plantas e animais, e que cobram caro pelo que chama de “genética”, mas que de fato advém da apropriação indevida da diversidade que outrora era comum na agricultura (DAL SOGLIO, 2008, p. 10).

“O que ocorre na realidade é que a concentração e a intensificação da suinocultura acabam solapando a relação mais sustentável que antes havia entre o tamanho do plantel e a capacidade da propriedade para produzir o próprio alimento necessário para criar os animais” (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 06). A questão da

água também é severamente comprometida com o despejo de dejetos suínos diretamente nos rios. Em períodos de cheias alguns agricultores praticam a abertura da esterqueira jogando o dejetos direto no curso do rio para evitar ser identificado pelo crime ambiental. A poluição do rio torna a água imprópria para o consumo humano, desencadeando um desequilíbrio ambiental:

Cabe destacar ainda, que em muitas estações de tratamento de água da região a poluição com dejetos de suínos vem se transformando em problemas críticos, cujo tratamento para torná-la novamente potável tem apresentando custos econômicos crescentes e, não raro, é necessário interromper o fornecimento de água à população (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 07).

O maior problema é com abastecimento de água. Prefeituras não conseguem atender a demanda de consumo provocada especialmente pelas granjas de suínos e aves. Existem redes de abastecimento superlotadas. Um dado chama atenção: No mês passado, uma única propriedade consumiu 800 mil litros de água. Com essa água, uma família de consumo médio poderia ser abastecida durante 100 meses, ou 8,3 anos (EIDT, Jornal Expressão, edição 187, 2009, p. 03).

Os custos do tratamento de água e do seu transporte para as granjas de suínos em épocas de estiagem provêm do tesouro público, assim como os investimentos para implantação e adequações das instalações. Uma das propostas seria embutir no preço do produto os danos ambientais da produção de dejetos suínos. “Para a economia ambiental, cuja raiz teórica é a economia neoclássica, a poluição acontece devido a uma falha no sistema de preços, ou seja, porque não se obriga o produtor a pagar pelo uso que ele faz do meio ambiente para despejar seus dejetos” (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 11).

O perigo de atribuir-se valor monetário a bens e serviços ecológicos é tanto de levar, por um lado, a que se acredite que eles valem aquilo que os cálculos mostram, quanto de fazer, por outro, pensar que ativos naturais possam ser assim somados a ativos construídos pelos humanos (ambos referidos à mesma base em dinheiro), tornando-os substituíveis. Na essência do conceito, porém, a sustentabilidade ecológica deve ser vista como manutenção de estoques físicos de capital natural, não a de seus correspondentes valores monetários (Daly, 2002). (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 12).

Os efeitos sociais e ambientais produzidos pela concentração e estruturação da cadeia produtiva da carne, que produz impactos no Extremo Oeste de Santa Catarina e se estende para as demais escalas, recebe influências destas também.

“O clima de todo o planeta está mostrando mudanças que preocupam a todos, e certamente os impactos serão sentidos em todos os espaços e setores, de maneira especial no que fazemos e o que comemos, ou como vivemos (DAL SOGLIO, 2008, p. 6).

Os impactos ambientais são trazidos pela alta produtividade e a modernização, principalmente pela indústria da carne. “Com a produção de culturas em larga escala, tem intensificado, de maneira geral, o uso de defensivos agrícolas e insumos químicos” (FONTANA, 2001, p. 47). O uso intensivo ficou comprovado por Rigo (2003) quando pesquisou a quantidade de agrotóxicos vendidos pelas casas agropecuárias no Município de São Miguel do Oeste/SC. Em 2001 foram vendidos 231.248 litros de agrotóxicos que é equivalente a 6,6 litros por pessoa.



GRÁFICO 5 – QUANTIDADE DE AGROTÓXICOS VENDIDOS EM SÃO MIGUEL DO OESTE, NO ANO DE 2001

Fonte: Clarice Rigo, 2003

Os rios estão poluídos em mais de 90% no Extremo Oeste Catarinense, em função do uso de agrotóxicos, contaminação por dejetos humanos e animais, perda da biodiversidade e erosão dos solos. “O solo do presente é o marco zero. Mas, a partir dele, até onde mirar? A fome de futuro da imaginação humana parece insaciável – índice de força do nosso apego à vida e apetite por mais. O céu é o limite” (GIANNETTI, 2005, p. 117):

A situação ambiental é resultado da sociedade de produção e de consumo. A sociedade produz e consome em grande quantidade para que parte da sociedade possa acumular em larga escala. Desse modo, a relação da sociedade com a natureza se estabelece de forma predatória, comprometendo os elementos naturais, deixando como consequência, o desequilíbrio ecológico (MOREIRA, 2001, p. 75).

O desequilíbrio ecológico significa perda de produtividade a médio e longo prazo, podendo inviabilizar a produção agrícola e até mesmo a reprodução do social. Além das questões ambientais, é preciso considerar as perdas para a agricultura familiar provocadas pelas políticas neoliberais, principalmente no início do plano real, com a abertura desenfreada das importações como forma de controlar a inflação, e os acordos comerciais do Mercosul no final dos anos 1990.

A realidade que o Extremo Oeste Catarinense está presenciando não é diferente das demais partes do território brasileiro. Neste contexto faremos, a partir de agora, uma necessária reflexão sobre o que muda na agricultura mediante o meio técnico-científico-informacional e a alienação do território.

3.4 MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO

Neste período as mudanças econômicas estão cada vez mais rápidas e, diga-se também, mais radicais, na medida em que se pode falar em integração global. Por exemplo, o território brasileiro, neste processo, vai integrar-se como nunca antes havia acontecido, iniciando na região sudeste, e estendendo-se para as demais partes do território brasileiro. Porém, também é necessário reconhecer que esta integração global foi geradora da fragmentação socioespacial dos territórios nacionais, em função de que:

Este processo tem efeito direto para o próprio sistema, pois o aumento da concorrência intercapitalista também faz concorrer entre si os sistemas nacionais e regionais de normatizações. Funciona como “pressão” para a unificação, para que as relações comerciais ocorram com as mesmas regras. Dito isso, deve-se entender que a globalização não é uma força espontânea, mas um encadeamento entre reestruturações econômicas, políticas governamentais que vêm promovendo a transnacionalização, adoção de progresso tecnológico e reestruturação organizacional nos

sistemas de comunicação e transportes. Desta forma, a globalização, vista como a etapa atual de um processo maior de contínua integração em âmbito mundial, interfere também nas demais escalas das integrações socioespaciais, como o cotidiano de comunidades locais, sociedades regionais e nacionais (HEIDRICH, 2004, p. 49).

O que muda então, com a agricultura científica globalizada? No período natural (pré-técnico), a agricultura era uma atividade em que o homem estabelecia relações mais profundas com a natureza, mas, com o surgimento dos primeiros sistemas técnicos, o homem passou a alterar significativamente esta relação com a natureza, marcando o início da modernização da agricultura. A globalização, ancorada no período técnico-científico-informacional, além da fluidez do espaço sob a égide da informação e das finanças, acentua a alienação do território, no sentido de que:

Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência a instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma "informação" indispensável (SANTOS, 2000, p. 88).

Para a compreensão de como se instalam as condições que levam à alienação do território, é necessário considerar que o território vem ganhando cada vez mais importância pelo seu uso, pela sua utilidade. O território também vem sofrendo grandes mudanças em função do acréscimo de objetos técnicos, que acabam por renovar a sua materialidade, a partir da criação de infraestrutura, de novos fluxos e fixos para fazer circular a produção, cuja base de funcionamento está não só no uso da técnica, como também da política.

O território ganha importância para a economia em função da competitividade, pois o grande capital internacional está envolvido em uma corrida desenfreada para aumentar a produção e eliminar o concorrente, e, para tanto, depende das condições oferecidas pelos lugares para produzir e fazer circular a produção. Assim, divergindo do que acontecia anteriormente, o lugar passa a desempenhar um papel importante para o grande capital. Neste sentido, cabe questionar como essa

agricultura científica-globalizada instala-se nos lugares, e como consegue a sua legitimidade.

Essa agricultura instala-se nos lugares como ideologia. Esta afirmação parte do princípio de que os novos objetos como as sementes híbridas e transgênicas, os inseticidas, os fertilizantes etc., são criados para fazer um novo uso do solo, com base no encurtamento dos ciclos vegetais. Mas este novo padrão tecnológico exige um discurso para ser oferecido aos lugares, como sendo algo moderno.

Esse discurso, na verdade, representa uma estrutura econômica, cuja funcionalidade se expressa em uma 'lógica competitiva' que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais (SANTOS, 2002, p. 304).

A racionalidade pode ser definida como a ação trabalhada entre os meios e o fim de um modo de produção. Esta racionalidade orbita sob uma determinada lógica, ou seja, a lógica do moderno, que traz no seu bojo uma proposta de ação que depende dos lugares para ser aceita. Esta aceitação depende da sua legitimidade, ou seja, do discurso de uso, associado ao discurso para seduzir o corpo social de um determinado lugar, para aceitar docilmente as regras do jogo das empresas, evidenciando que:

A influência das empresas no controle do território é tanta, que cada ramo de produção produz uma determinada lógica territorial. Assim, por exemplo, uma empresa fumageira instalada numa determinada região (re)estrutura o território, direcionando as atividades agrícolas para o fornecimento da matéria-prima de que necessita, o fumo. Isso acontece com empresas do leite, dos frangos, dos suínos, etc., relegando a uma segunda ordem de importância outros usos possíveis do solo agrícola regional (DALLABRIDA e BECKER, 2003, p. 186).

A reorganização do território concorre para facilitar a legitimidade da racionalidade capitalista globalizada e implica em mudanças nas relações sociais, que vão desde a relação entre países, até as relações entre as pessoas. Neste caso, as relações vão acontecer sob a hegemonia do dinheiro e da informação.

É a informação que permite que o dinheiro global consiga circular com rapidez entre os países, tornando as fronteiras dos países menos rígidas para a entrada e saída do dinheiro globalizado. Como são as empresas globais que detêm o uso exclusivo do dinheiro e da informação, as políticas dos Estados voltar-se-ão para

essas empresas, e não para o conjunto da sociedade. Um exemplo desta situação é a distribuição dos recursos destinados à agricultura. As empresas multinacionais são financiadas pelo Estado brasileiro, pois é este que concede créditos públicos específicos para produtores rurais de produtos pré-determinados pelo mercado globalizado, acrescentando ainda que:

Os produtores rurais se viam obrigados a endividar-se com o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), adquirindo os novos insumos para se manterem competitivos no mercado. A compra pelo agricultor desses insumos é condição para seu acesso aos recursos, já que o Manual de Crédito Rural estipulava que 15% do orçamento do custo seria utilizado no emprego de agrotóxicos, serviços de aviação agrícola, fertilizantes, sementes melhoradas, eletricidade etc. (Hathaway, 1996). Tal fato vem reforçar a idéia de que a política de crédito rural dos anos 1960-70 beneficiou, sobretudo as multinacionais do setor químico presentes no Brasil (RAMOS, 2001, p. 383).

Esta forma de distribuir os recursos, muitas vezes, não faz sentido do ponto de vista social e ambiental. “Quase todas as suas operações supostamente de alta produtividade requerem mais energia fóssil nos insumos do que está contido em seu produto” (LUTZENBERGER, 2001, p. 03). Para este mesmo autor, a agricultura moderna só poderá sobreviver com uma legislação especial e pesados subsídios, sendo que o agricultor, dentro desta imensa infraestrutura, converte-se num simples tratorista e espalhador de veneno.

O discurso do moderno invadiu o cotidiano dos agricultores, invadiu todos os lugares onde a modernização se instalou. Porém, o agricultor não tem condições de compreender o discurso que está presente nos novos objetos como fazia anteriormente. Dessa forma, a orientação técnica de como deverá ser usado cada objeto é feita pelas empresas de fora dos locais onde ocorre a produção. A leitura do manual dos novos objetos depende, cada vez mais, do trabalho especializado, realizado por técnicos agrícolas treinados em escolas, que nem sempre conseguem oferecer uma leitura adequada das suas próprias ações, pois as pesquisas das últimas décadas nesta área foram financiadas pelo Estado e pelas grandes indústrias:

Conseguiu cooptar a pesquisa e extensão agrícola oficial, assim como escolas e, fazendo “lobby” a favor de legislação ou regulamentação adequada e criando bancários de crédito (aparentemente) fácil, colocando o agricultor numa posição na qual dificilmente sobravam outras alternativas.

Atualmente, o paradigma agroquímico é aceito quase sem questionamentos nas escolas agrícolas, na pesquisa e extensão. A maioria dos agricultores acredita nele e, frequentemente, quando marginalizada, se culpa a si mesma por sua incapacidade para competir (LUTZENBERGER, 2003, p. 09).

É neste momento que o capital moderno encontra limites para sua expansão, em função da competitividade, no sentido de que busca a todo custo aumentar a produção e acumular mais rentabilidade. Todo este processo acontece pela substituição da agricultura natural por uma agricultura científica globalizada, ancorada na biotecnologia, tendo como resultado a exclusão social:

Quando a corporação moderna reúne o poder da tecnologia moderna e o poder da grande massa de capital, reúne simultaneamente o cientista, cuja autopercepção de responsabilidade moral se limita a fazer avançar o conhecimento objetivo instrumental, e o executivo corporativo, cuja autopercepção de responsabilidade moral se resume a maximizar os lucros da corporação. O resultado é um sistema onde o poder e a competência técnica estão desvinculados da responsabilização moral, onde os valores instrumentais e financeiros atropelam os valores da vida, e onde o que é prático e lucrativo toma precedência sobre o que é vital e responsável. (DOWBOR apud KORTEN, 2000, p. 68).

Esta situação pode ser representada quando os territórios acolhem essa agricultura científica e definem-se como um espaço em que as relações são mais horizontais. Os representantes da agricultura científica instalam-se nestes espaços horizontais através da relação vertical, e, pode-se dizer, até por meio de relações inflexíveis, que reconhecem apenas a solidariedade puramente econômica na figura da competitividade. Como essa modernidade é inflexível e não conhece outras formas de solidariedade, conhece apenas os seus interesses, acaba por trazer desordem ao espaço horizontal, ao tratar a natureza como um produto. Esta desordem vem provocar um desequilíbrio ambiental e a exclusão do processo produtivo de grande parte da população local, sendo responsável pelo grande êxodo rural destas últimas décadas.

As ações da agricultura moderna, de certo modo, acabam tornando-se algo estranho para a população local, porque os novos objetos apresentados às populações são dotados de discurso moderno, de discurso ideológico. O discurso está nos objetos e, muitas vezes, é produzido antes de o objeto ser fabricado, para ser vendido como uma verdade. Porém, quando a população foca toda sua vontade

de abrangência nessa verdade e não consegue participar dela, é que ocorre aquilo que Santos (2000) chamou de confusão dos espíritos.

Quando o autor se refere à confusão dos espíritos, ele também se refere a uma situação vivida pelos lugares (horizontalidade), onde o discurso competitivo se instalou nas coisas, que também está relacionado com as situações que o legitima. O agricultor, de outro lado, tem a sua disposição a modernidade, mas não pode fazer parte dela, porque a modernidade é feita só para alguns. Porém, como é possível explicar isso ao agricultor?

E isso não é tudo. Se o discurso invadiu o cotidiano, que está presente nos objetos como ideologia, também não é menos verdade o fato de que essa ideologia entregue aos agricultores pelos homens do marketing deixará de ser uma verdade, porque não tem função para a maior parte da população. E se não tem função, é uma ilusão. Sendo uma ilusão, com o passar do tempo tende a desaparecer, permitindo que novos espaços alternativos aos espaços econômicos possam surgir paralelamente a esse espaço, que se pretende hegemônico.

Mediante esta situação, o lugar ganha em importância, porque é o lugar que vai fazer a mediação entre os agricultores (local) e as empresas multinacionais (global). Consequentemente, vai receber todas as tensões e conflitos advindos dessa relação de superposição do espaço. É assim que o lugar se torna um espaço esquizofrênico, podendo abrigar dentro de si o latifúndio, o grande empresário rural, assim como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A agricultura familiar se encontra excluída da agricultura científica globalizada, razão pela qual tem buscado construir no seu cotidiano a sua inserção na sociedade, fazendo o caminho contrário à racionalidade proposta pela agricultura científica, ou seja, formas novas de produção e de consumo, que têm como princípio valorizar a população, a sabedoria e a cultura local, num movimento de dentro para fora.

Para os municípios do Extremo Oeste Catarinense, o desenvolvimento rural ancorado na técnica está para a sociedade como uma fábula, porque faz crer que o desenvolvimento tecnológico está à mão de todas as pessoas, quando, na verdade, está como perversidade, porque agride o meio ambiente e tem dificuldade de incluir as pessoas nas suas realizações. Na verdade, as condições técnicas deveriam ser

dadas para promover a inclusão, um novo uso da técnica e da política para transformar esta realidade:

Com a crise na agricultura, observa-se que iniciativas para estimular e dinamizar o desenvolvimento local estão sendo tentadas. Tanto a população como as autoridades públicas veem na indústria a saída para a estagnação econômica. Isso se justifica por que a indústria tende a ser mais dinâmica economicamente que a produção primária, pelo fato de agregar valor ao incorporar maiores quantidades de trabalho no processo produtivo, (GRANDO, 2001, p. 38).

“A adaptação de um modelo industrial próprio, com pequenas empresas dirigidas por grupos de agricultores para a transformação da matéria-prima em produtos industrializados, agregando assim valores à produção, seria uma saída para a exclusão e migração desenfreada no campo” (EIDT, 2001, p. 65). De fato, as prefeituras têm incentivado cada vez mais a agregação de valor à produção em pequenas unidades de produção familiar. Mas “conta-se apenas o número de empresas instaladas e os postos de trabalho gerados, acreditando que a capacidade dos empresários viabilizará o negócio ao longo do tempo” (GRANDO, 2001, p. 38).

Um exemplo desta natureza foi uma inauguração de um empreendimento familiar onde estavam todas as autoridades municipais e estaduais presentes para a inauguração. O empreendimento foi inaugurado e começou a funcionar sem possuir as condições legais de funcionamento, porque questões de impostos e inspeção sanitária e ambiental e o perfil econômico solidário do empreendimento não são discutidos a nível municipal, mas passaram a ser o foco principal a partir da institucionalização do “CONSAD Extremo”.

3.5 ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA PROMOVER A SEGURANÇA ALIMENTAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A década de 1980 foi um período caracterizado por grandes transformações. A agricultura moderna apresentava seus efeitos negativos sobre o território e já iniciava os primeiros voos em direção à agricultura científica globalizada, que se

efetivaria mais tarde, durante os anos 1990. Foi neste período que ocorreu a criação da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, a Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, as feiras e festas regionais, como a Oktoberfest, no Município de Itapiranga.

Começava, de forma mais acelerada, o crescimento da atividade ligada à agroindústria das carnes e incremento da atividade leiteira, principalmente com o acesso à energia elétrica para as propriedades rurais. Na mesma proporção aumentava a poluição causada pelo sistema integração, baseado na agricultura industrial (dejetos suínos, agrotóxicos). Mas também foi um período marcado por adversidades climáticas (enchentes, chuvas de granizo).

O Extremo Oeste Catarinense se tornava conhecido nacionalmente pelo nascimento dos quintuplos, na cidade de São Miguel do Oeste. Ocorriam também as primeiras eleições diretas para prefeitos em municípios que eram área de segurança nacional, e o surgimento do sistema quatro (04) "S". Foi também na década de 1980 que surgiram os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, organização das mulheres agricultoras, as manifestações para a instalação dos primeiros assentamentos de reforma agrária.

O MST assumiu de forma definitiva, em 1985, o formato de movimento social organizado na luta para romper as cercas do latifúndio, da ignorância e do capital, para democratizar a terra, a educação e a riqueza produzida. Neste sentido, o MST situa-se no espaço rural brasileiro, ao longo destes últimos 20 anos, como uma resposta ou como uma contrarracionalidade em oposição à racionalidade hegemônica, que se propõe única e que provocou a des(re)territorialização de parte significativa da população rural.

Como os agricultores sem terra viram-se excluídos da agricultura científica globalizada, razão pela qual eles são Sem Terra, buscaram construir no seu cotidiano a sua inserção na sociedade, fazendo o caminho contrário à racionalidade proposta pela agricultura científica, ou seja, criaram formas novas de produção e de consumo, que têm como princípio valorizar a população, a sabedoria e a cultura local.

Como mostra a experiência africana de desenvolvimento rural, os projetos de desenvolvimento que têm sucesso são os que são capazes de não destruir, mas ao contrário, de integrar o passado no presente e futuro. Venho ao debate entre o respeito à tradição e à investigação moderna, não

é necessário escolher entre um ou outro, mas respeitar as tradições e perpetuar mais muito em ser capazes de inovação porque são as inovações técnicas, sociais e institucionais que asseguram o futuro. Mas o ordenamento do futuro é possível apenas se a cidadania for assegurada. Este pré-requisito é difícil de compreender quando se tem crescido num país que respeita este princípio básico, mas compreende-os melhor tendo em conta uma experiência como a dos camponeses sem terra do Brasil (BRUNO, 2009, p. 18-19).

Assim o surgimento do MST é resultado de determinadas situações históricas, as quais se aprofundaram a partir do período técnico-científico-informacional, que atribuiu um novo uso para o espaço, a partir da densidade técnica distribuída de forma desigual pelo território. O resultado foi um novo sentido para o uso do tempo e um novo uso da terra.

É assim que os assentamentos ganham em evidência e em importância, porque nos municípios onde se instalam, buscam reproduzir-se e consolidar-se como uma territorialidade, enfrentam os desafios do cotidiano para poder sobreviver e para buscar um sentido para sua existência. Tudo isso se faz resgatando a força do lugar, daí as referências aos assentamentos como processos de desenvolvimento local.

No Extremo Oeste Catarinense, as ocupações de terras e, posteriormente, a constituição de assentamentos, em 1985, impulsionou o debate sobre a estrutura fundiária e, ao mesmo tempo, a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As ocupações de terra e a formação do Partido dos Trabalhadores foram largamente incentivadas e apoiadas pelas Comunidades Eclesiais de Base da Diocese de Chapecó, bem como pelas Igrejas de confissão Luterana.

O processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se fortaleceu após um levantamento das áreas para as ocupações de terra do próprio movimento, e também pelo não cumprimento da realização da reforma agrária, conforme as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária.

As ocupações foram marcadas pelos enfrentamentos com jagunços contratados pelos donos das fazendas, que eram contrários às ocupações. No entanto, no Município de Guaraciaba comemora-se a festa de Nossa Senhora do Caravagio, que, por sua vez, concentra caravanas de ônibus, caminhões e pessoas a pé, vindas de outros municípios. A procissão permitiu que o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra se deslocasse entre os romeiros sem chamar muito a atenção:

O Movimento dos Sem-Terras, organizado pelas comissões Municipais, aproveitou a ocasião para deflagrar a “operação integrada de ocupações simultâneas”. Fazendo-se passar por romeiros, o comboio de caminhões com os Sem-Terras não despertou suspeitas em nenhum município e eles puderam ocupar as propriedades quase sem resistência (FONTANA, 1999, p. 72).

Segundo a Secretaria do Movimento dos Sem Terras de Chapecó, em 1985 as ocupações de terras resultaram na desapropriação de imóveis rurais para as famílias Sem Terra. Nos municípios de São Miguel do Oeste, São José do Cedro e Anchieta foram assentadas 252 famílias, abrangendo 4.107 ha. Posteriormente, mais áreas de terras foram desapropriadas para fins de reforma agrária, com destaque para o Assentamento Conquista na Fronteira, no Município de Dionísio Cerqueira/SC, em 1988.

A instalação dos assentamentos significou para o Extremo Oeste de Santa Catarina não apenas um movimento de resistência à exclusão do modelo capitalista, mas uma nova forma de organizar a política, produção e consumo. Estabeleceu-se uma nova abordagem no debate sobre a segurança alimentar e o desenvolvimento local.

Os Assentados, ao se organizarem de forma coletiva, modificaram a funcionalidade das antigas fazendas, que pode ser percebido nos assentamentos através das novas formas e estruturas, ou construções realizadas pelos assentados, modificando, assim, o espaço dos municípios onde foram instalados.

Fiorentin (2006) pesquisou a importância do Assentamento Conquista na Fronteira e os impactos destes na economia e organização social do Município de Dionísio Cerqueira. A formação espacial do assentamento acontece a partir das formas herdadas do passado, ou seja, onde existe hoje o assentamento, existia, anteriormente, a Fazenda Tracutinga, cuja funcionalidade era servir como reserva de valor para o seu proprietário – o fazendeiro. Esta mesma fazenda, ao ser apropriada pelos assentados, passa a ter uma nova funcionalidade, que começa a ser determinada por uma nova organização territorial no espaço do assentamento.

De acordo com as intenções do MST, o território do acampamento Conquista na Fronteira do Extremo Oeste de Santa Catarina tornou-se um lugar de resistência ao pensamento moderno. Um território, até então marcado por intencionalidades de poder e de imposições perversas, passou a ser substituído por um cotidiano com relações compartilhadas, mediante medidas sugeridas e reformuladas, localmente, com todos os integrantes do grupo. Essa realidade se parece com o que destacava Milton Santos, na década de 1990, em forma de metáfora, ao sugerir a proposta de retorno ao território, semelhante aos lugares existentes antes da história da sociedade. Concordamos com o seu apontamento ao nos sugerir uma melhor verificação dos espaços, pois, além dos espaços envolvidos apenas pela competitividade e pela fluidez de mercadorias, os mesmos podem apresentar outras funcionalidades ou dimensionalidades, ou seja, a construção da solidariedade (MOREIRA, 2009, p. 86).

A instalação do Assentamento “Conquista na Fronteira”, no Município de Dionísio Cerqueira, estabeleceu um corte histórico no espaço deste município, tanto porque onde existia uma fazenda improdutiva passou a existir um assentamento produtivo, como também devido à instalação de 60 famílias produzindo e reivindicando mais recursos do Estado.

Ao se organizarem coletivamente, as famílias estabeleceram um novo ordenamento territorial ao eliminar as cercas que existiam entre os lotes, facilitando, assim, a aquisição de mais recursos junto ao Estado brasileiro para desenvolver a atividade produtiva, gerando novos fixos e fluxos. Segundo Santos (2002), O dia-a-dia das sociedades gira em torno dos objetos fixos, naturais ou criados, aos quais se aplica o trabalho. Fixos e fluxos combinados caracterizam o modo de vida de cada formação social. Fixos e fluxos influenciam-se mutuamente.

Sendo assim, quando se olha para a organização socioespacial do Município de Dionísio Cerqueira, pode-se caracterizar o assentamento como um fixo, cruzado por fluxos que correspondem, entre outras coisas, a um aumento considerável de pessoas, escola, posto de saúde, saneamento básico, luz elétrica, produtos, mercadorias, e novas formas de trabalhar a terra. Assim, o assentamento, enquanto fixo, corresponde a uma ordem política, econômica e cultural particular no espaço do município, o que resulta, naturalmente, em novos fluxos para atender às demandas dos Assentados.

À medida que aumentam as necessidades por mais fluxos no assentamento, aumenta também a produção, gerando novas funções que são, ao longo do tempo, materializadas em novas formas - conteúdo que abrange um sistema cada vez maior de ações para criar mais estrutura na área do assentamento. O aumento da

produção modificou o cotidiano das famílias que, gradativamente, passaram a acelerar o ritmo de produção no espaço do assentamento, caracterizando um processo histórico, que no presente momento representa um modo de vida particular, construído pelos assentados ao longo do tempo.

A geração de fluxos no assentamento aumentou gradativamente ao longo dos últimos 16 anos, no entanto, os fluxos gerados pelo assentamento ultrapassam as fronteiras do território do assentamento. A presença do assentamento tem gerado, cada vez mais, fluxos também no Município de Dionísio Cerqueira, em função de sua contribuição econômica neste município.

Apesar de o assentamento corresponder apenas a uma pequena porção do espaço do município, com aproximadamente 1.200 hectares de terra, o mesmo mostra uma grande capacidade produtiva, tanto com relação àquelas culturas destinadas à subsistência como àquelas destinadas à comercialização e industrialização.

Toda esta capacidade produtiva, invariavelmente, tem se traduzido em resultados econômicos para o Município de Dionísio Cerqueira. Neste sentido, o que para os Assentados são conquistas sociais importantes, para o município é dinamismo econômico, resultado do aumento de fluxos em decorrência da presença do assentamento. Estes fluxos correspondem à abertura e conservação de estradas, construção de escola e posto de saúde, luz elétrica e saneamento básico em locais onde anteriormente não havia. O comércio local passa a ser beneficiado com a comercialização da produção do assentamento, que ainda é acompanhada do aumento de renda gerado no assentamento.

O aumento do fluxo de dinheiro no assentamento estimula o dinamismo econômico no Município de Dionísio Cerqueira, com a abertura de novos empreendimentos comerciais, principalmente aqueles setores ligados à prestação de serviços, como bares, mercados, lojas de vestuário e construção civil, produtos agropecuários, borracharias, oficinas mecânicas, etc.

Assim, é possível perceber que a presença do assentamento no Município de Dionísio Cerqueira é também uma forma de produção no espaço, que se diferencia da antiga Fazenda Tracutinga, diferenciação esta marcada por impactos na organização do município, que, sem dúvida, modificaram aspectos importantes no campo do poder político, econômico, e cultural no município.

A transformação da antiga Fazenda Tracutinga em uma área de assentamento produziu manifestações e modificações importantes no Município de Dionísio Cerqueira, em função do novo uso da terra e das relações sociais que começaram a ocorrer no assentamento. Na realidade, transformar um latifúndio improdutivo em uma área de assentamento faz parte de um processo de produção de um novo uso do espaço, criando aquilo que Heidrich (2000) chama de fato territorial, ou seja, o Estado brasileiro intervém no espaço do Município de Dionísio Cerqueira, ao criar um assentamento.

Assim, o assentamento projeta-se no tempo e no espaço, em função de uma infinidade de relações sociais que os Assentados construíram no seu cotidiano. Essas relações são naturalmente marcadas por relações de poder, ou relações políticas. As relações políticas resultam das ações desenvolvidas pelos assentados no sentido de estabelecer um determinado ordenamento político, que compreende a sua organização social, a construção e a consolidação do seu espaço, assim como a forma de utilização dos recursos materiais e imateriais, que, de forma mais geral, segundo Heidrich (2000), ocorrem:

Pelo modo de apropriação do espaço, pela criação de duas formas espaciais – o acampamento e o assentamento – vê-se no MST sinais de ruptura com o domínio burguês, o qual, em parte privado e em parte público, transforma o segundo em acessório do primeiro. As rupturas são percebidas pela organização coletiva do acampamento e de muitos assentamentos. A relação com o espaço e com o vínculo de posse estabelece, de início, condições distintas de relação entre os indivíduos e propicia a participação na sociedade ocorra mediada pelo interesse de um coletivo (HEIDRICH, 2000, p. 21).

As observações de Heidrich (2000) retratam muito bem a importância que a forma de organização coletiva teve no processo de apropriação do espaço no assentamento, no sentido de assegurar a sua autonomia perante as crises econômicas e consolidar uma organização territorial do seu espaço, por meio de estratégias econômicas adequadas, para melhor administrar e aplicar os recursos.

O gerenciamento das relações entre os Assentados no seu território é composto de certas regras de funcionamento, para melhor organizar o trabalho coletivo, assim como toda e qualquer forma de objeto existente no interior do assentamento. As regras existem para facilitar a resolução dos problemas do cotidiano, que, naturalmente, aumentam a autonomia do assentamento, pois, ao

superar os problemas do cotidiano, assim como as crises econômicas, os Assentados construíram uma espécie de poder local, que parte da ideia de que é possível superar a cultura de dominação, que historicamente levou as pessoas a acreditar que

Somos condicionados, desde nossa infância, a acreditar que as formas de organização de nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma esfera superior, o Estado, ou aos poderosos interesses da especulação imobiliária. Para conquistarmos melhorias na qualidade de vida, cidadania e democracia efetivas, é necessário resgatar a força da comunidade, o chamado “poder local”. Um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu prova de eficiência, em particular nos países desenvolvidos (DOWBOR, 1999, p. 08).

Então, o poder local se traduz pela capacidade que os Assentados tiveram para vencer os problemas do cotidiano, resgatando a força do assentamento enquanto comunidade organizada, ou ainda, como prefere Dowbor (1999), resgatando o chamado poder local.

A presença dos movimentos sociais representou para os municípios do Extremo Oeste Catarinense uma forma particular de organização política, econômica e cultural. E a instalação dos assentamentos de reforma agrária possibilitou uma nova dinâmica na organização espacial dos municípios, com inclusão social de famílias agricultoras, novos espaços de produção de alimentos, principalmente daqueles para subsistência, e o resgate de sementes crioulas.

É a partir das experiências de organização social na luta pela terra que surgem novas formas de trabalhar com a terra e produzir alimentos. É neste contexto histórico que se fundamenta a existência do “CONSAD Extremo” enquanto política pública de promoção da segurança alimentar e desenvolvimento local de forma intermunicipal.

3.6 CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM NOVO OLHAR PARA A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO EXTREMO OESTE CATARINENSE

A microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, junto com mais sete microrregiões, constituem a denominada Região Oeste de Santa Catarina, com 118

municípios, compreendendo uma área de 27.255 km², predisposta na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e representa mais de ¼ do Território Catarinense. Sua economia está estruturada basicamente sobre o Complexo Agroindustrial, com destaque para a suinocultura, avicultura e mais recentemente a cadeia do leite.

O Extremo Oeste Catarinense carrega um conjunto de elementos comuns, principalmente em termos de matriz produtiva e de ocupação do território. O Extremo Oeste Catarinense é constituído por 19 (dezenove) municípios, população de 160.503 habitantes, sendo 89.625 na área urbana e 71.355 na área rural (IBGE/2006), que representa 3% da população do Estado, com uma densidade demográfica de 41,27 habitantes/ km², apresentando um decréscimo populacional na última década na faixa dos 3%. Faz limite a Oeste com a Argentina, ao norte com o Paraná e ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul.

A autonomia administrativa municipal ocorreu principalmente durante a década de 20, quando os municípios se desmembraram do Município de Chapecó. Os primeiros municípios foram Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondai, São José do Cedro, Princesa, São Miguel do Oeste, Palma Sola (com a passagem dos Argentinos para a região dos campos), Descanso e Guaraciaba, estes dois últimos marcados pela passagem da Coluna Prestes. Na década de 40, foram os municípios de Anchieta, Belmonte e Guarujá do Sul. Ainda um conjunto de municípios que foram influenciados por esse movimento migratório, porém foram constituídos na década de 90, com o movimento nacional das emancipações, como é o caso dos municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis.

A partir da década de 80, os municípios passaram a articular-se política e administrativamente através da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense – AMEOSC, para buscar soluções que ultrapassam os limites territoriais municipais:

A experiência histórica de gestão do desenvolvimento local em nível dos municípios revelou potenciais, quando comparada com uma gestão pública estritamente centralizada, mas revelou também seus limites. No entanto, o município, como unidade de gestão do desenvolvimento local, revela limites em termos de capacidade de investimento, e quanto à escala de seu território para algumas ações econômicas, organizativas e ambientais, que exigem transcender as fronteiras municipais. Com base nisto, muitas prefeituras municipais há décadas se integram para organizar complementariedades entre elas, naquelas questões que avaliam produzir

mais resultados em escala superior ao município. A formação de associações de municípios, como organizações para-estatais têm um histórico de existência em Santa Catarina desde a década de 1960. Na década de 1990, estas associações, em Santa Catarina, passam a constituir consórcios de saúde, de meio ambiente, dentre outros, visando articular suas complementariedades, bem como superar sombreamentos nas ações setoriais dos municípios que as integram. Também esta década e neste estado se constituíram Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI), capitaneados pelas associações de municípios, envolvendo prefeituras, organizações de mercado, da sociedade civil e de outros níveis do Estado. Os FDRI visaram a integração de atores e políticas numa clara abordagem territorial, na qual o território era entendido como a abrangência dos municípios ligados às diferentes associações (ROVER, 2007, p. 108-9).

“Compreende-se que no Brasil há um vácuo federativo nos territórios micro-regionais/regionais, visto que os municípios não constituíram institucionalidades de gestão autônoma para esta abrangência” (ROVER, 2007, p. 110). Além da Associação de Municípios do Extremo Oeste Catarinense, mais recentemente, com a constituição das Secretarias de Desenvolvimento Regionais no Estado, criaram-se as SDRs de São Miguel do Oeste, Itapiranga e Dionísio Cerqueira, abrangendo dezoito municípios (exceção de Mondai, que compõe a 29ª SDR de Palmitos):

Uma característica forte no território também é a organização social, pois referencia-se o mesmo como sendo o berço dos movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e a forte organização sindical rural, que historicamente tem desenvolvido ações pela justiça social no campo e maior autonomia do ponto de vista da segurança alimentar, e ganha notoriedade com a implantação do “CONSAD Extremo”.

A ideia básica que norteia a atuação dos CONSADs é a de que existem problemas locais que extrapolam os limites municipais. Nesse sentido, o enfrentamento desses problemas, a alavancagem das potencialidades e a construção e o fortalecimento do capital social, em muitos casos, poderiam ter mais viabilidade se realizados mediante uma articulação entre grupos de municípios unidos por laços de identidade social, cultural, ambiental, tecnológico ou econômico. A importância dessa institucionalidade intermunicipal reside, principalmente, no perfil socioeconômico dos municípios dessas regiões (ORTEGA, 2007, p. 287).

O processo de implantação do “CONSAD Extremo” correspondeu ao período de março a outubro de 2004, pela entidade implementadora CEADES (Instituto de Estudo e Assessoria ao Desenvolvimento), com sede no Município de Chapecó, que, a partir da articulação de um colegiado, ou fórum de municípios, foi constituída por atores interessados em discutir iniciativas para o desenvolvimento do território,

tendo o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local como objeto de implementação de políticas de segurança alimentar.

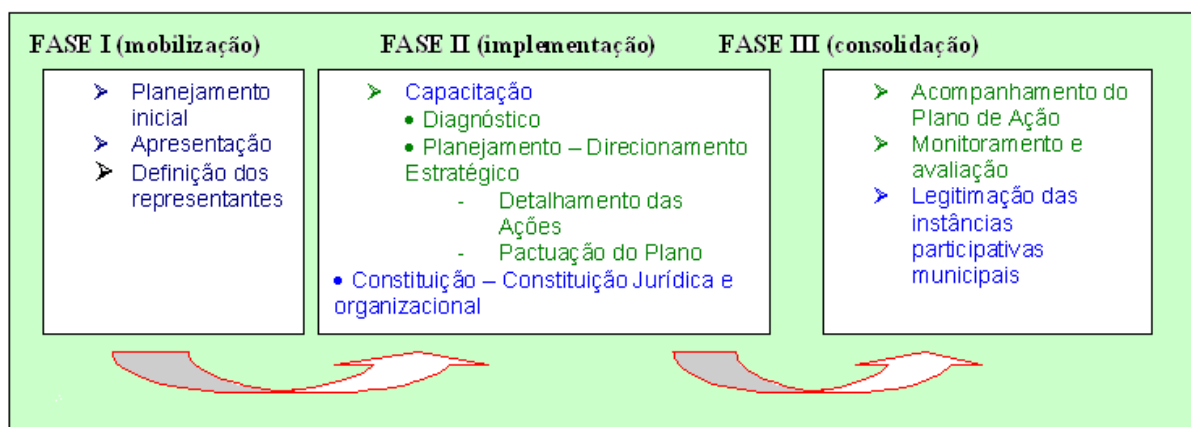
O “CONSAD Extremo”, no momento de sua criação, em 2004, era integrado 1/3 pelo poder público e 2/3 pela sociedade civil. O surgimento do consórcio no cenário político do Extremo Oeste Catarinense teve como finalidade articular e estimular a ação conjunta das entidades públicas, privadas e da sociedade civil, representativas dos diferentes segmentos da sociedade regional, promover estudos e formular propostas destinadas a promover ações para o autodesenvolvimento, reduzindo as disparidades existentes no âmbito do território, com prioridade para a inclusão social de famílias em situação de insegurança alimentar e para o fortalecimento de arranjos socioeconômicos socialmente justos, ecologicamente sustentáveis e com estruturação de cadeias produtivas em processos cooperativos e solidários.

Após amplo processo de mobilização, planejamento e consolidação do Fórum, o “CONSAD Extremo”⁵ é, finalmente, instituído como uma Associação Civil, sem fins lucrativos, envolvendo necessariamente 1/3 de representantes do Poder Público (38 integrantes) e 2/3 de representantes da Sociedade Civil (76 integrantes). Slogan do CONSAD em (ANEXO H).

- 1 Sensibilização, mobilização, planejamento, definição de representantes;
- 2 Implantação do CONSAD, capacitação, detalhamento das ações e pactuação do plano;
- 3 Constituição jurídica e organizacional;
- 4 Consolidação, acompanhamento, monitoramento, avaliação das instâncias participativas;

⁵ A implementação dos CONSADs vem sendo feita com uma organização centrada num órgão de deliberação máxima, com características de Fórum e órgãos de nível decisório gerencial e operacional. As decisões negociadas e pactuadas no Fórum devem dar origem a um Plano de Ação que se transforme num plano para o desenvolvimento territorial integrado. O Fórum constitui-se, dessa maneira, numa instância máxima de participação e deliberação, com participação de dois terços de representantes da sociedade civil e um terço do poder público local. Transformar-se-iam, assim, os CONSADs na expressão microrregional das instâncias participativas municipais (Fóruns DLIS, Conselhos de Segurança Alimentar, Conselhos Municipais e intermunicipais e outros). Com essa composição, busca-se minimizar o poder político local tradicional, rompendo com velhas práticas clientelistas que se mantêm nas regiões menos desenvolvidas do país. Além do Fórum, os CONSADs possuem o Conselho Fiscal, que fiscaliza e aprova suas contas. Cabe ao Conselho do CONSAD a implementação das ações definidas pelo Fórum. O Conselho é composto por uma representação que deve ser espelhada do Fórum, constituindo-se numa instância colegiada operacional. Essa operacionalização é realizada por uma Secretaria Executiva por intermédio de parcerias com agentes governamentais nos três níveis, com ONGs, OSCIPs etc. (ORTEGA, 2007, p. 287).

- 5 Fundado em 26 de outubro de 2004;
- 6 Constituído como uma associação civil, sem fins lucrativos, envolvendo 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil;
- 7 Construção jurídica dia 27/01/05.



QUADRO 2 - FLUXOGRAMA DE CONSTRUÇÃO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE PROPOSTO PELO PROGRAMA FOME ZERO, 2004.

Fonte: CONSAD Extremo Oeste Catarinense.

A estratégia metodológica utilizada pelo Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento – Ceades na elaboração do plano de ação teve um caráter participativo na perspectiva de promover empoderamento e autocapacitação dos atores sociais. Para tanto, foram utilizadas técnicas que possibilitaram o envolvimento dos atores sociais na elaboração do diagnóstico e nas ações, despertando um sentimento de pertencimento em relação ao “CONSAD Extremo” e, ao mesmo tempo, fortalecendo uma identidade territorial onde os atores sociais são capazes de ter uma visão do processo.

Neste processo de implantação, a construção coletiva de um diagnóstico do território foi importante, assim como a capacitação dos participantes, mas também a obtenção de dados e informações coletadas e sistematizadas, para avaliar a realidade do território e fazer opções estratégicas para a construção do desenvolvimento territorial com segurança alimentar a partir das câmaras temáticas e estratégicas:

Objetivos através das câmaras temáticas e estratégicas:

- *Geração de trabalho e renda*: Gerar novos postos de trabalho e aumentar a renda, incentivando a permanência das famílias na região, trabalhando como linhas de ação a organização e mobilização das famílias, oferecendo cursos de capacitação e profissionalização, culturas alternativas e diversificativas, incentivando atividades autônomas, o agroturismo, e estimulando a agroindústria familiar.
- *Construção da soberania alimentar*: Melhorar a qualidade de vida através da alimentação quantitativa e qualitativa, diminuindo a dependência externa de alimentos através da capacitação de agricultores e técnicos, diversificando a produção e enfocando a produção orgânica e agroecológica.
- *Recuperação e preservação ambiental*: Construir processos produtivos sustentáveis, buscando a melhoria da qualidade de vida através de reformulações das leis, limpeza e repovoamento, saneamento básico, reflorestamento e implantação de práticas conservacionistas.
- *Fortalecimento da organização social*: Promover a inclusão social, sensibilizando e reconhecendo as diferenças, construindo formas de organização dos grupos excluídos de forma cidadã.
- *Educação voltada para a realidade regional*: Integrar as esferas educacionais, conhecendo a realidade regional, valorizando a cultura, trabalhando participativamente.

O “CONSAD Extremo” se tornou um articulador de projetos e de políticas públicas de segurança alimentar no território, bem como na articulação de captação de recursos junto a diferentes esferas de governo e estabeleceu importantes parcerias com MDS, MDA, MPA, MTE, SENAES, CEADES, UNOCHAPECÓ, ADEOSC, EPAGRI, PREFEITURAS, AMEOSC, SEBRAE.

As mobilizações e articulações em torno das políticas de segurança alimentar resultaram na aprovação de muitos projetos na forma de convênios entre os municípios, Estado de Santa Catarina e o governo federal, conforme quadro em (ANEXO I). Nestes projetos o “CONSAD Extremo” ocupou uma posição de mero interveniente entre os entes federados, que resultou na não execução de convênios e devolução de importantes recursos financeiros ao governo federal.

O conselho gestor do “CONSAD Extremo”, diante dos rompimentos de convênios e de devoluções de recursos, apontou a incapacidade jurídica para ser executor de projetos. Necessitando possuir maior autonomia sobre os projetos, foi proposta a migração para o consórcio público. Em Assembleia Geral Ordinária, os Prefeitos da AMEOSC resolvem e aprovam Protocolo de Intenções em adequar o Estatuto CONSAD em Consórcio Público no amparo da lei 11.107/2005 e Decreto 6.017/2007, incorporando os serviços do SUASA.

Para sua efetivação, os municípios solicitaram autorização legislativa das Câmaras de Vereadores, em ratificar o protocolo de intenção, autorizando repasse de recursos mensais ao Consórcio referente ao Contrato de Rateio por conta de serviços prestados, autorizando o município a fazer cessão de servidor nos serviços ou bens de estruturas ao CONSAD/SUASA com a seguinte finalidade:

Art. 6º O CONSAD terá como finalidade articular e estimular as ações nos municípios consorciados e a fim de viabilizar programas de segurança alimentar e de desenvolvimento local, envolvendo arranjos sócio-econômicos socialmente justos, economicamente e ecologicamente sustentáveis e estruturando cadeias produtivas em processo cooperativos e solidários, além dos serviços de inspeção animal e vegetal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos municípios consorciados, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em conformidade com a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006 e outras normas e regulamentos que venham a ser expedidos pelas instâncias Central e Superior, Intermediárias e Locais, com vista a regulamentar a sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção fiscalização, educação, vigilância de animais e vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal. (ESTATUTO DO CONSAD EXTREMO, 2009, p. 2).

Em 19 de março de 2009, o “CONSAD Extremo” transformou-se em consórcio público, denominado Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local do Extremo Oeste, visando a sua sustentabilidade, fruto de discussão entre sociedade civil e poder público, abrigando, dessa forma, a prestação de Serviços do SUASA – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária. O novo formato do Consórcio cria dois Conselhos Consultivos, garantindo a participação da sociedade civil, em especial no Conselho Consultivo da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Territorial. Deve-se salientar que neste Conselho mantiveram-se os 05 Eixos de Ação do Plano CONSAD, elaborado participativamente em 2004, com a criação do CONSAD. No

Conselho Consultivo da Política do SUASA, além da participação de quadros técnicos, garante-se também a representação de empreendimentos atendidos pelos serviços. Neste processo os prefeitos têm a função de aprovar ou reprovar as deliberações dos dois conselhos, ou seja, os prefeitos em a palavra final sobre as ações desenvolvidas.

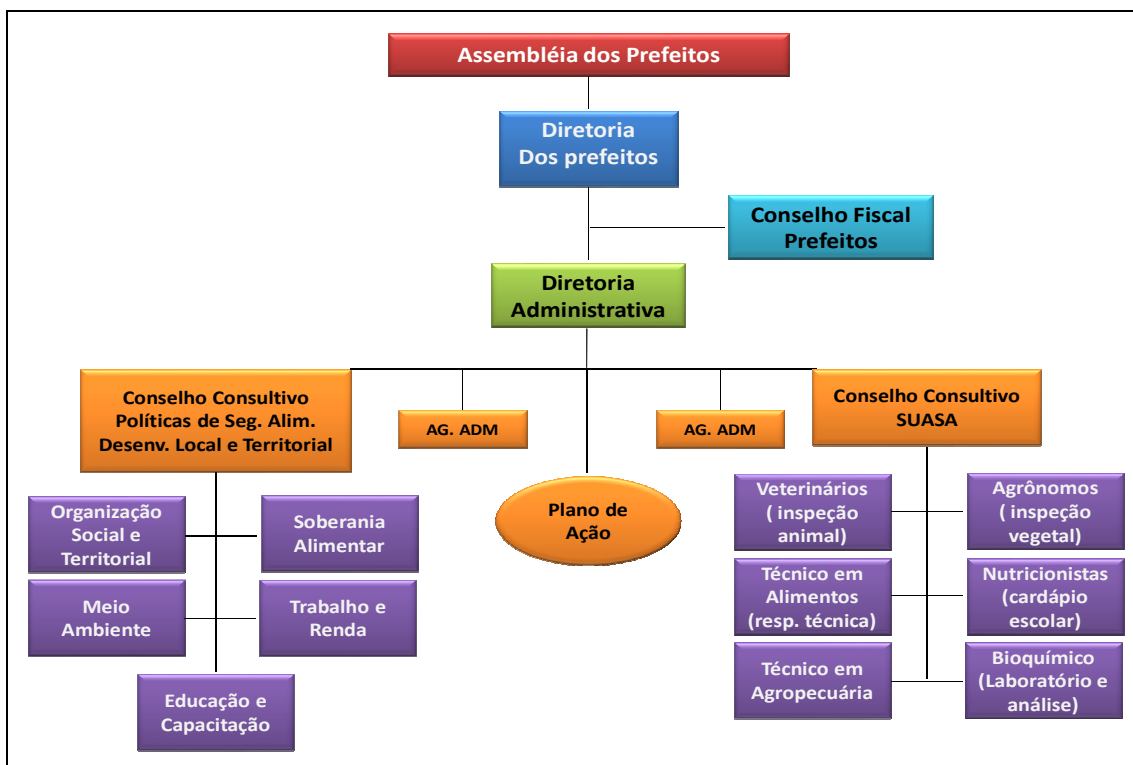


FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: CONSAD Extremo Oeste Catarinense, 2009.

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, regulamentado em 31 de março de 2006, é um sistema integrado de inspeção, no qual os serviços municipais, estadual e federal deixam de atuar isoladamente e passam a fazer parte de um sistema único com os objetivos:

- I – Planejar e gerir atividades destinadas a instituir e ampliar as ações de segurança alimentar e nutricional e de promoção do desenvolvimento local dos municípios consorciados, mediante o incentivo às atividades de outras entidades buscando atuar em cooperação com os demais entes públicos, privados e da sociedade civil, mediante celebração de parcerias;
- II – estimular a cooperação intermunicipal e a elaboração de estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento local, auxiliando na elaboração e gestão de projetos de desenvolvimento;

- III – apoiar ações dos municípios consorciados, da iniciativa privada e da sociedade civil na busca de maior participação nas decisões de interesse da região, em esferas superiores;
- IV – promover o intercâmbio de experiências sobre o desenvolvimento em nível regional, estadual e nacional, envolvendo os agentes institucionais do território;
- V – promover ações no âmbito ambiental;
- VI – assegurar a prestação de serviços de inspeção animal e vegetal, para a população e empresas em território dos municípios consorciados e que aderirem ao SUASA, assegurando um sistema eficiente e eficaz;
- VII – gerenciar os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, prestando serviço de acordo com os parâmetros aceitos pela Secretaria de Estado da Agricultura e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA princípios, diretrizes e normas que regulam o SUASA;
- VIII – criar instrumento de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, com a respectiva inspeção e classificação de produtos destas origens, bem como de seus subprodutos e resíduos de valor econômico, mantendo controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados às empresas cadastradas e aos municípios consorciados;
- IX – fiscalizar os insumos e os serviços usados nas atividades agropecuárias;
- X – realizar estudos de caráter permanente sobre as condições sanitárias, animal e vegetal, da região oferecendo alternativas de ações que melhorem tais condições;
- XI – viabilizar ações conjuntas na área da produção, compra e venda de materiais e outros insumos;
- XII – adequar o controle oficial em toda a cadeia produtiva animal e vegetal;
- XIII – incentivar e apoiar a estruturação dos serviços de sanidade animal e vegetal nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento de inspeção e de auxílio a diagnóstico para a correta aplicação das normas do SUASA;
- XIV – nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio e/ou de interesse comum, representar os municípios que o integram, perante quaisquer autoridades ou instituições;
- XV – prestar assessoria e treinamento aos técnicos dos municípios consorciados, na implantação de programas e medidas destinadas à inspeção e controles oficiais do SUASA;
- XVI – estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
- XVII – viabilizar a existência de infraestrutura de serviços de inspeção de produtos de origem animal e vegetal na área territorial do consórcio;
- XVIII – notificar às autoridades competentes, dos eventos relativos à sanidade agropecuária;
- XIX – fomentar o fortalecimento das agroindústrias existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
- XX - gerenciar os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, quando da elaboração de projetos e conveniados com as Secretarias de Estado, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros que firmar parceria com o CONSAD;
- XXI – Implantar, contratar ou conveniar serviços de laboratório. (ESTATUTO DO CONSAD EXTREMO, 2009, p. 02/03).

Com estes objetivos, o “CONSAD Extremo/SUASA” busca promover o desenvolvimento local de forma integrada no território, para reduzir ou dar mais visibilidade às questões burocráticas, visando a comercialização de produtos,

principalmente oriundos da agricultura familiar, permitindo romper barreiras do município ou do estado, podendo ser comercializado em todo o Brasil e “[...] representa uma carta de alforria, um novo tempo, a possibilidade real do desenvolvimento das pequenas agroindústrias, um resgate de receitas, da cultura e da dignidade dos agricultores” (AGENTE SOCIAL: C 12).

Ampliar as oportunidades, as pequenas propriedades e as agroindústrias de pequeno porte, bem como a relação direta com o consumidor, foram os principais fatores que determinaram para que Prefeitos, Secretários da Agricultura, Fórum CONSAD e Assessorias, durante um ano, discutissem sobre a implantação do serviço SUASA, concluindo que as necessidades de Adequação Jurídica do CONSAD para Consórcio Público possibilitariam adequar as ações que, por sua vez, viriam de encontro às necessidades da agricultura familiar e à comercialização.

[...] instrumento faltante para melhorar e ampliar o espaço para os estabelecimentos familiares com inspeção municipal, viabilizando e garantindo agregação de valor a produção, bem como permanência de jovens agricultores empreendedores nos municípios produzindo um alimento saudável em pequenas unidades, beneficiando a população brasileira (JOSÉ HENN - SUASA).

Com a migração para consórcio público e a incorporação dos serviços do SUASA, o “CONSAD Extremo” possui a prerrogativa de contratar e executar projetos, prestar serviços e dar continuidade aos projetos e programas em andamento. O plano de atuação consiste em ações pré-estabelecidas no protocolo de intenções e respectivo estatuto, definido com um conselho consultivo de sanidade agropecuária. A composição e atribuições do conselho consultivo de segurança alimentar é promover as políticas de desenvolvimento local e territoriais transfronteiriças.

Neste sentido é necessário considerar que as ações do “CONSAD Extremo” é de um articulador de políticas públicas construídas com envolvimento da sociedade civil, ações de execução de projetos, programas que consistem no envolvimento de diferentes Ministérios, Estado, municípios, atores sociais (rurais e urbanos) e economia solidária.

4 IDENTIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: COMO A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODE AJUDAR A PROMOVER O ESPAÇO RURAL E A SEGURANÇA ALIMENTAR?

4.1 INTRODUÇÃO

Certa vez em sala de aula, foi indagado aos alunos de onde vem o leite que eles consomem todos os dias. A resposta foi rápida e enfática: “O leite vem da caixinha, lá do supermercado!”. A rapidez e a amplitude das mudanças de nossa época transformaram nosso campo de visão e também nossos hábitos, segundo Bonnamour (1993). A percepção sobre os alimentos tem um limite, que é a porta do supermercado. Todo o processo anterior ao supermercado é desconhecido pelo consumidor, que deveria ser um cidadão antes de consumir. Esta realidade mostra que:

As crianças são mais e mais confrontadas a situações díspares na família, seguidamente reorganizadas (aqui incluindo o meio rural). A escola, os amigos, a mídia, os clubes esportivos ou as associações valorizam às vezes os modelos opostos, o que nos leva a aprofundar os desvios da vida (JEAN, 2001, p. 112).

O alimento e a falta do alimento na vida de milhões de pessoas em todo mundo tem relação com as condições sociais da população urbana, como a distribuição da renda, mas está intimamente ligada ao lugar onde são produzidos os alimentos – o espaço rural. A existência do espaço rural é verdadeira. Existem relações entre pessoas e destas com a natureza, que determina um modo de produzir o alimento e de organizar o entorno da produção.

Dito isso, procuramos debater a relação entre o rural/cidade diante do atual meio técnico - científico- informacional, procurando destacar a importância do espaço rural e, principalmente, a diversidade de modos de vida que estão contidos neste espaço – as Novas Ruralidades. Modos de vida que tem sofrido alterações diante da globalização e do modelo de planejamento utilizado pelos países pobres, que tem resultado no agravamento da pobreza na cidade e no meio rural.

Paradoxalmente, os pobres, ao perceber a perversidade do planejamento vendido aos países, tem se organizado e construído seus próprios modelos de planejamento. O território nacional acaba sendo o palco das limitações das políticas dos Estados Nacionais e, ao mesmo tempo, o lugar das estratégias dos pobres como formas de resistência e de existir perante o processo crescente do desemprego/fome.

Uma das estratégias adotadas pelo “CONSAD Extremo” é a construção de uma identidade econômica solidária no território. A economia solidária é uma nova maneira de analisar a realidade local e, ao mesmo tempo, uma estratégia de intervenção sobre esta realidade, com o objetivo de transformá-la.

A segurança alimentar e o desenvolvimento local, dentro de um perfil econômico e solidário, sempre vão ocorrer de forma diferenciada, em função do contexto territorial onde os atores sociais estão inseridos, pois a cultura local influencia a maneira como as pessoas promovem suas ações no território; por isso se diz que a cultura não se coloca no formol, ela se modifica com o tempo.

Neste sentido, na parte final, apresentamos algumas observações sobre o uso da Economia Solidária como estratégia para eliminar a pobreza nos municípios de abrangência do CONSAD Extremo Oeste Catarinense. Todavia, não será o objetivo detalhar as ações e os resultados obtidos até o presente momento, mas destacar os fundamentos da Economia Solidária que serviram de base para o planejamento estratégico e sustentável, considerado modelo para o Brasil pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

4.2 NOVAS RURALIDADES: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

É importante conceituar a ruralidade. A noção de ruralidade sempre nos convida por força da realidade a trabalhar com a definição de urbano e rural, de forma complementar. Esta noção muitas vezes é feita intuitivamente, ou seja, dirigimos nosso olhar para uma paisagem e, dependendo da quantidade de

peças, de árvores, de vegetação e de casas que observamos, podemos dizer se o espaço é urbano ou rural.

É difícil definir o rural, sem levar em consideração a diversidade dos modos de produção e da própria reprodução social que encontramos no espaço rural brasileiro pelas dimensões continentais que o Brasil possui. Associar o rural à natureza já não é suficiente, pois a modernização está muito presente no rural, muitas vezes com muito mais intensidade que nos espaços urbanos. Assim pode-se falar em diversidades de espaços rurais.

Sempre foi uma reivindicação dos sindicatos e movimento sociais ligados ao meio rural uma política pública que atendesse à diversidade do conteúdo social que se encontra nele. Depois de muito tempo e muitos conflitos surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem buscado atender à essa diversidade, mas está longe ainda de atender às desigualdades e suas demandas reprimidas.

Todavia, nem sempre esta diversidade tem sido considerada, principalmente quando é um órgão de pesquisa do governo que as comete, como é o caso do IBGE. Segundo o IBGE, tudo aquilo que não é urbano é considerado rural, contribuindo para estabelecer uma dicotomia entre urbano e rural, onde se considera que:

Apesar de uma mentalidade que tendia à totalização, alguns espaços (físicos/geográficos) permaneceram à sombra dos investimentos tecnificantes/tecnologizantes, e do ponto de vista social passaram a caracterizar um “resíduo de ruralidade”, considerado até recentemente como “falha no processo de desenvolvimento”: atraso a ser superado ... os espaços rurais também foram algumas vezes considerados “complementares” aos espaços urbanos, como intervalo para uma vida em ritmo lento, em contraste com a aceleração exigida pela atividade industrial (FROEHLICH e MONTEIRO, 2011, p. 03).

Mediante esta “[...] dicotomia entre o urbano e rural na tipologização dos espaços, os processos de dominação preveem para alguns sítios o total desaparecimento de qualquer suposta realidade rural, subsumida aos registros da expansão urbana” (FROEHLICH e MONTEIRO, 2011, p. 07). Ao associar o rural ao atrasado e o urbano ao moderno, que se expande mediante novas tecnologias de comunicação e transportes, surge com muita força a ideia de que, frente à

tecnificação do espaço rural e a expansão urbana, chegaria o momento em que o espaço rural desapareceria por completo, em função de que:

A maneira de viver, de pensar das cidades penetrou na campanha; se canta o mesmo sucesso musical em um bairro da cidade assim como em canto distante e perdido da campanha; os grupos musicais testam seus espetáculos nas cidades principais de cantões distantes; se aspira o mesmo conforto e se dispõe dos mesmos aparelhos eletrodomésticos; se escuta a mesma emissora de rádio e se vê a mesma televisão; se lê o mesmo jornal e se toma em relação a vida a ao amor, posição cada vez mais próximas (BONNAMOUR, 1993, p. 05).

A circulação e a informação principalmente através da mídia são muito rápidas. Mesmo estando em uma área rural, consegue-se conectar com outros espaços (urbano). Neste contexto, o espaço rural passa a sofrer alterações nos seus modos de vida, pois:

A mídia torna imitativo o regime alimentar, o estilo da moda, o gosto do consumo, exemplos clássicos da diversidade nas antigas civilizações, em hábitos uniformizados em escala planetária. Dissolve as identidades: organizando os espaços até então ambientalmente heterogêneos segundo um mesmo padrão de técnica e de consumo (MOREIRA, 2007, p. 55).

A urbanização do espaço rural está relacionada a esta tentativa de hegemonização do modo de vida urbano. O IBGE ao reforçar esta dicotomia entre o rural e o urbano, atribuindo vantagens ao segundo, induz o governo a prestar serviços cada vez mais do tipo urbano, a planejar e executar estratégias de investimentos a partir de um raciocínio urbano, que difere do modo de vida rural, que, gradativamente, nas últimas décadas, tem sofrido alterações, como já mencionado anteriormente.

Este estado de espírito tem efeitos operacionais, por exemplo, sobre a organização dos serviços públicos. Se todos os comportamentos são do tipo urbano, os serviços públicos devem ser reagrupados e reorganizados para responder a uma demanda do tipo urbana, o que leva a uma reorganização espacial para concentração e o fechamento de serviços públicos de proximidade (JEAN, 2001, p. 112).

Por outro lado, o crescimento acelerado da urbanização e os problemas a ela associados, como o desemprego e a questão ambiental, têm levado a uma revalorização do espaço rural. Agora o rural deve ser protegido enquanto natureza, como reserva de valor para as gerações futuras. “Assim, a questão da identidade

rural é frequentemente mascarada por um duplo postulado: a afirmação que todos os comportamentos serão do tipo urbano e a naturalização da ruralidade” Jean (2001).

Neste aspecto, o urbano passa a ser percebido pelas pessoas como negativo e hostil. As pessoas estão voltando-se mais para o meio rural, que resulta:

De uma construção mental, real e ideal, nutrida pela percepção da cidade conhecida, pensada, estruturada por um aspecto simbólico, praticado, sonhado com o espaço, com a natureza, com os outros [...] ter o espaço, em casa e no exterior, que este seja real ou não, é percebido como um testemunho de qualidade de vida, em oposição à cidade caracterizada pela promiscuidade (JEAN, 2001, p. 118).

Hoje, pode-se dizer que o rural não tem apenas atividades agrícolas, pois é muito comum encontrar condomínios rurais, muitas vezes associados ao turismo rural.

Este fenômeno dos condomínios rurais tem várias causas, mas a principal delas é a especulação imobiliária. As áreas rurais são mais baratas que as áreas urbanas para construir, mas existe outro componente, que é a ideia de vender a paisagem, valorizar a paisagem rural para destacar a natureza em contraste com a agitação da vida urbana.

Essas mudanças acontecem mais onde existe um domínio da pequena propriedade, principalmente relacionado à agricultura familiar, pouco comum em áreas de latifúndios. É possível observar uma interação cada vez maior entre o espaço rural e o espaço urbano, diferentemente do que acontecia no passado. Neste sentido “[...] aquela ideia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento e a tradição, e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perdeu seu sentido” (SCHNEIDER e BLUME, 2004, p.110).

Mas, “galopante que seja a urbanização contemporânea, ela não deve fazer esquecer que as populações rurais ficaram em sua maioria dentro do mesmo mundo” (BONNAMOUR, 1993, p. 02). A solução para os problemas rurais e urbanos devem ser buscadas de forma integrada. As políticas públicas devem ser construídas com um olhar mais dinâmico em relação a esta relação rural/urbano, principalmente no que diz respeito ao problema do desemprego e da fome.

O desemprego e a fome no espaço rural são componentes de duas situações. Os países do primeiro mundo modernizaram a produção em função da falta de mão

de obra. Os países subdesenvolvidos importam as tecnologias e liberam a mão de obra que ainda existe no espaço rural – desemprego/fome. Em segundo lugar, existe uma organização política voltada à produtividade e à competitividade, contrapondo-se aos princípios da Economia Solidária, que possui outro olhar sobre o trabalho que refaz o:

Debate acerca do trabalho produtivo nas sociedades modernas, indagando-se sobre o sentido e propósito de um crescimento que não beneficia o conjunto da humanidade. Acrescenta-se, pois, aqui, um componente ético a ideia do agir produtivamente. E, sobretudo, tal projeto de uma economia solidária põe no centro do debate público a importância dos valores no plano da vida humana associada. Esta, nas suas mais diversas formas de organização e produção, aparece muito mais complexa do que supõe olhar de um calculador utilitário de conseqüências (CARVALHO DE FRANÇA e LAVILLE, 2004, p. 184).

A atividade rural produz para atender um público urbano, muitas vezes de lugares distantes, muitas vezes de outros países. O destino da produção, principalmente nos países da América Latina, África e parte da Ásia é para exportação. A população local acaba servindo de mão de obra barata. A produção tem um custo social com a degradação do meio ambiente e com os baixos salários; no entanto, o lucro - este é privatizado.

Para reverter esta lógica de produzir para exportação é preciso considerar que o espaço rural é um complemento das áreas urbanas e vice-versa; portanto, deve-se reduzir a distância entre produção e consumo, pois devemos considerar que:

Os serviços solidários supõem a ruptura com uma posição de submissão onde a demanda é obrigada a se moldar as ofertas formais existentes ou de se ajustar a economia doméstica, ou até mesmo, a economia informal. O recurso a reciprocidade manifesta uma rejeição dessas soluções obrigatórias em proveito de uma ação voluntária tratando coletivamente problemas cotidianos na esfera pública, ao invés de cada um tentar resolvê-los individualmente na esfera privada (CARVALHO DE FRANÇA e LAVILLE, 2004, p. 104).

É importante estimular o agricultor a comercializar coletivamente e diversificar a produção, com a venda de seus produtos diretamente ao consumidor. Assim podemos reduzir altos custos com transportes e a tendência da produção de monocultura, muito presente na produção para exportação. Mas como reorientar e

construir estratégias de produção mais integradas com o consumidor no sentido da proximidade?

Como podemos perceber, o conceito de ruralidade associado a uma dualidade rural/urbano que não se complementa contribuiu historicamente para fazer do rural apenas um aporte do urbano. Isto tem levado muitas áreas do conhecimento a negligenciar o rural. Portanto, as pesquisas no espaço rural estão mais direcionadas às técnicas de produção, ao passo que os temas ligados à organização política e social da produção tem ocupado um lugar secundário neste processo. É de fundamental importância entender que:

O binômio cidade/campo não funciona mais como um sistema de dois conjuntos diferentes, não somente por sua densidade de população, sua importância do solo, mas ainda por suas atividades, seus modos de vida e de pensar. Não se opõe hoje a que este espaço rural seja mais e mais plurifuncional; é desejável que as cidades e a campanha possam conhecer desenvolvimentos diferentes e o mesmo nível de vida. Na espera desses objetivos, o conhecimento do território é primordial (BONNAMOUR, 1993, p. 06).

Quando se negligencia o binômio cidade/campo de forma integrada, é porque conhecemos menos o rural, e o pior, as soluções para os problemas do desemprego e da fome dificilmente são corrigidos na sua origem. Mais recentemente tem se buscado inverter este olhar sobre o rural. A ciência, os governos e as organizações não governamentais têm buscado reconhecer a importância do rural, ainda que este reconhecimento esteja muito no plano do discurso.

Reconhecer a diversidade do rural enquanto espaço de reprodução social, é também reconhecer que o conceito de ruralidade depende muito da área que se está estudando. Um conceito geral de ruralidade dificilmente consegue explicar a imensa diversidade de modos de vida e de produção que encontramos no rural.

Esta diversidade de modos de vida é que nos permite falar em novas ruralidades. Novas ruralidades que sempre estiveram presentes no rural, mas vem ganhando notoriedade com a Economia Solidária.

4.3 TERRITÓRIO E SUBDESENVOLVIMENTO

O território, para a geografia, tem aparecido como uma daquelas ideias força. As ciências econômicas explicam os eventos no espaço “[...] a partir das escolhas que as empresas fazem de pontos do território necessários a sua manutenção” (SANTOS, 2000, p. 53). Assim, o raciocínio econômico limita a explicação a uma parte da sociedade. Mas a geografia, quando se utiliza do conceito de território para explicar a realidade, consegue perceber todos os movimentos da sociedade, de forma a integrar campo e cidade.

Este olhar mais abrangente permite à geografia perceber os movimentos da sociedade e o surgimento do novo, como é o caso da Economia Solidária no contexto da inclusão social. A Economia Solidária, através de suas ações e práticas, reorienta o desenvolvimento, atribuindo novas funções ao planejamento, para combater o desemprego através de geração de renda a quem antes não tinha renda, contribuindo, assim, para reduzir a fome. Mas permite, também, conhecer os caminhos utilizados pelas grandes potências mundiais para aumentar a pobreza nos países subdesenvolvidos. O atual modelo de desenvolvimento capitalista, que busca acumulação de riquezas a todo custo, somente foi possível através do planejamento.

A pobreza sempre é um tema que incomoda. Mas incomoda mais ainda admitir que, por muito tempo, a pobreza foi planejada para manter o sistema econômico capitalista controlado pelos Estados Unidos e Europa. A substituição do termo Países do Terceiro mundo para Países Subdesenvolvidos é um caso flagrante desta tentativa de manter os países pobres dependentes das economias centrais.

A ideia era fazer os países dos chamados terceiro mundo acreditarem que estavam em via de se desenvolver. A adoção do termo subdesenvolvido traz consigo a meta de que, no futuro, os países então subdesenvolvidos poderiam se tornar desenvolvidos, mas para isso acontecer teriam que copiar a receita dos países desenvolvidos, que foi colocada em prática com o planejamento.

Para garantir que os países pobres pudessem ter um crescimento rápido, com geração de emprego e renda, era necessário que os governos realizassem investimentos para dinamizar a economia e estimular os investimentos privados, como forma de criar um clima de confiança entre os investidores.

Neste contexto, os países subdesenvolvidos como o Brasil passaram a utilizar o tesouro público, que é a soma dos impostos pagos pelas pessoas e empresas, para financiar investimentos estrangeiros, que atualmente se caracteriza através de uma guerra fiscal entre Estados para atrair investimentos de multinacionais. A guerra entre lugares, no Brasil, só foi possível porque a política no planejamento perde espaço para a economia, que passou a se chamar economia política no sentido de que:

A serviço do planejamento a economia perdeu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo as populações (SANTOS, 2003, p. 15).

Assim, a morte da política ocorre quando o território nacional se torna dominado por interesses externos. A dominação no plano econômico está ligada à busca permanente dos governos em aumentar as taxas de crescimento. Além dos governos utilizarem a poupança interna para financiar multinacionais e melhorar a estrutura logística para facilitar o movimento destas empresas, também recebe “ajuda” financeira externa.

Ao contrair dinheiro emprestado junto a organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Brasil aumenta o seu endividamento, que acaba sendo permanente e cumulativo em função de que o endividamento promove desequilíbrios regionais, que contribuem para aumentar a concentração urbana, que implica em baixos salários para o trabalhador e dificulta a dinamização das pequenas e médias empresas. É a desintegração da economia interna.

Para pagar a dívida, os sucessivos governos têm alienado as riquezas minerais, fato este evidente na venda da Empresa Vale do Rio Doce por um preço muito inferior ao capital que a empresa representa. Como a agricultura recebe assistência técnica e linhas de crédito que fazem parte deste endividamento, tem canalizado a produção para exportação.

É importante frisar que tal quadro explicita não apenas a questão da agravação da pobreza existente na sociedade, mas também leva um contingente cada vez maior de pessoas e instituições a interrogarem os padrões de valores subjacentes ao atual modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e na lógica exclusiva do mercado: é a ascensão do individualismo, são as preocupações exageradas com o ganho

material, são os hábitos de consumo, o excesso de pragmatismo, imediatismo e utilitarismo na visão de mundo, entre outras atitudes, que se tornam objeto de reflexão para muitos (CARVALHO DE FRANÇA e LAVILLE, 2004, p. 159-160).

Isto significa menos investimento na agricultura familiar, que é grande produtora de alimentos. O maior volume de investimentos é direcionado para as grandes propriedades produtoras, principalmente de soja, milho e a indústria da carne, o chamado agronegócio para exportação. Grande parte dos produtos destinados à exportação possui altos custos de produção em função da:

Intensificação do uso de tecnologias de origem industrial, destinadas à produção de commodities [...] e, de outro, pela crescente dependência dos produtores e aumento de sua fragilidade diante dos riscos (especialmente climáticos, como as recentes estiagens) choques externos (tais como a queda dos preços dos produtos agrícolas e o aumento dos custos dos insumos, como os derivados de petróleo (CONTERATO, GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007, p. 14).

As commodities têm os preços controlados internacionalmente. O valor que o produtor paga pelos insumos (fertilizantes, agrotóxicos e sementes) geralmente é muito superior ao valor que o produtor recebe ao exportar o seu produto final. Isso tem endividado o produtor, que depende da renegociação da dívida com o governo federal a cada ano. Esta situação é, na verdade, uma forma de subsídio que o governo federal concede ao produtor rural. O produtor rural, em troca, contribui para equilibrar a balança comercial.

Para reverter esta política exportadora seria necessário, gradativamente, fazer mais investimentos na agricultura familiar e substituir as áreas de terras destinadas à monoculturas para exportação em áreas de produção de alimentos para o consumo interno, fato que já vem ocorrendo com os Programas Compra Local de Alimentos do governo federal, principalmente nas modalidades CONAB e Associação de Agricultores.

Mas o que está acontecendo tanto no rural como no urbano, nos últimos anos, é uma impressão de que as coisas estão melhorando, na medida em que as pessoas estão tendo mais acesso a bens de consumo e crédito fácil. No entanto, isto vem acontecendo sem alterar a distribuição da riqueza entre ricos e pobres, pois de agora:

[...] em diante, dever-se-á dar aos pobres a impressão, e não somente a esperança, de que estão emergindo da pobreza. Eles passarão, portanto, a testemunhar um aumento em termos absolutos de sua renda, isto é, de seu consumo de bens e serviços. Mas como está fora de questão reduzir as taxas de acumulação e de desigualdade, o que significaria a morte do sistema, a pobreza não será eliminada, apenas mascarada. Essa nova fase no processo de modernização capitalista conduzirá a uma nova forma de pobreza, a pobreza planejada (SANTOS, 2003, p. 29).

A pobreza planejada é resultado de um aumento do desemprego e de uma diminuição do valor médio dos salários, que se agrava na medida em que o Estado se torna ausente no que se refere à proteção social e paradoxalmente atuante para defender os interesses dos grandes multinacionais, que, ao longo do tempo, tem se transformado em uma dívida social. Esta é uma situação que está ocorrendo em todas as partes do mundo, por isso pode-se referir à pobreza como pobreza estrutural globalizada.

Os pobres não são apenas marginalizados, são excluídos. O sistema econômico globalizado, quando subordinou a política aos interesses do capital, buscou se libertar do homem, por isso, a expressão fim da história. O homem passou a ser apenas uma medida estatística e a pobreza apenas dados numéricos.

A partir de 1848, a intervenção estatal não se contenta em apoiar a constituição de mercados. Pela repressão dos movimentos sociais e, em seguida, pelo “desencorajamento” das associações operárias, ela extirpa a dimensão política do econômico. Na saída de uma fase de intensa criatividade e de violência, em que se afrontaram diferentes possibilidades de construção da economia, a instância estatal aceita o princípio de uma economia mercantil constituída a partir da circulação auto-regulada de mercadorias e de capitais, pelo qual o poder nas unidades de produção é ligado a detenção do capital (CARVALHO DE FRANÇA e LAVILLE, 2004, p. 48-49).

O cidadão que ocupa um lugar no espaço foi confundido com o indivíduo consumidor, receptor de mercadorias estranhas ao seu modo de vida. Ao incorporar estas mercadorias, incorporou a ideologia que se esconde por trás dos objetos. A ideologia que aumenta a sede do consumo e diminui o entendimento do ser e a reflexão sobre as coisas – é a confusão dos espíritos.

Os territórios nacionais, ao adotarem um modelo de planejamento que alienou as riquezas naturais e transformou as pessoas em dados estatísticos, muitas vezes com o auxílio de parte dos intelectuais, contribuiu para aumentar a pobreza. Mas os

pobres, ao contrário das elites, não ficaram parados, construíram o seu próprio planejamento, construíram uma nova economia – a Economia Solidária.

Os movimentos sociais no espaço rural se multiplicaram. São novas formas de produção e de valorização do tempo e do espaço. São novas ruralidades que se organizam das mais diversas formas, muitas vezes informais, que encontram na solidariedade uma nova forma de continuar existindo e atribuindo um novo sentido para a existência – um novo sentido para a ideia de futuro.

4.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A POTENCIALIDADE PARA SUPERAÇÃO DA POBREZA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE

A construção do futuro é resultado do atravessamento de três dimensões: passado, presente e futuro. O futuro de um território é constituído de coisas que já existem (Presente), que é resultado de um processo histórico que o antecedeu (Passado), mas que se projeta para o (Futuro), fazendo alterações no presente, ao estabelecer relações em escalas diferentes. É um paradoxo, na medida em que, por exemplo:

As situações de pobreza, de exclusão e de informalidade constituem produtos da globalização, da vinculação da vida ao mercado em sua forma plena e extrema. Produzem um não-território, em função da degradação de seus vínculos. Até chegar a ele, dá-se por formas que o aproximam, como a segregação, a rejeição, o não-direito, em fim, pela ausência das condições de garantia da vida, da existência (HEIDRICH, 2004, p. 59).

Os municípios que fazem parte do “CONSAD Extremo”, ao intensificar sua entrada no processo de globalização, não o fizeram de forma deliberada, mas através do chamado planejamento regional. O planejamento tinha como objetivo estimular o crescimento. Para tanto, a estrutura interna do território foi ajustada para receber investimentos externos.

Os recursos financeiros arrecadados pelas prefeituras, através da cobrança de impostos da população, foram utilizados como contrapartida dos municípios para atrair multinacionais ligadas à indústria da carne. Durante muito tempo o planejamento foi utilizado pelo poder público para financiar grandes agroindústrias.

Este planejamento concentrou a atividade produtiva em poucos produtos, cujos preços são controlados internacionalmente. Com a exigência do aumento da produtividade, a grande maioria das famílias de agricultores não conseguiu acompanhar as inovações, ficando à margem do processo econômico, fato este que começa a ser alterado com a constituição, em 2004, do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – “CONSAD Extremo”, que tem promovido uma outra:

Reflexão acerca do sentido do agir econômico, implicando um olhar ampliado sobre o ato de produzir e distribuir riqueza (o fazer econômico). Ao desconstruir-se o entendimento convencional (ou neoclássico) da noção de economia, que reduz a idéia de mercado auto-regulado, é possível percebermos outras dimensões da vida econômica, como aquelas regidas pela solidariedade, que garante (vale lembrar mais uma vez) a vida de amplas parcelas das populações na maioria das sociedades conhecidas. Tal dimensão, tão vital na prática concreta das relações econômicas, aparece, entretanto, esquecida na teoria econômica convencional (CARVALHO DE FRANÇA e LAVILLE, 2004, p. 184).

Os Projetos elaborados pelo “CONSAD Extremo” se tornaram convênios, portanto, são ações que estão ocorrendo no território, tendo como principal finalidade usar a Economia Solidária para ajudar a eliminar a pobreza e promover a segurança alimentar.

A “[...] Segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana” (GAZOLLA e SHNEIDER, 2007, p. 147). De acordo com dados do IBGE/2000, a população do território é de 159.503 habitantes, sendo que 46% da população está situada na faixa da pobreza, ou com rendimentos inferiores a 06 dólares/dia de acordo com classificação da FAO.

De acordo com os dados do Diagnóstico da Exclusão Social/Mapa da Fome, 2003, no Extremo Oeste-Catarinense há 32.990 pessoas com renda insuficiente, tendo como critério (- ou = R\$ 90,00 per capita/mês). Esta mesma população, de acordo com os critérios colocados pelas assistentes sociais dos municípios, se enquadraria para receber as cestas-básicas. Nos municípios são atendidas aproximadamente 988 famílias, com doação de cestas básicas, principalmente o público urbano, mas também há casos no público rural.

Do ponto de vista da população beneficiada pelo programa, o principal efeito é a geração de segurança alimentar através do consumo dos produtos advindos da agricultura familiar. Isso se dá através da produção que antes servia para o consumo dos agricultores familiares e que agora fornece uma alimentação em quantidades suficientes para as famílias e, assim, propicia o acesso e a disponibilidade de alimentos para os indivíduos em estado de insegurança alimentar. Este princípio da segurança alimentar foi preenchido pelo programa de modo que o principal efeito do mesmo foi o de que “as pessoas pararam de passar fome” e começaram a se alimentar diariamente (GAZOLLA e SHNEIDER, 2007, p. 95).

Os produtos que compõem as cestas básicas não são apenas de gênero alimentício. São distribuídos também, em alguns casos, produtos de limpeza e higiene pessoal. Os produtos são adquiridos através de licitação, onde os ganhadores, a exemplo da merenda escolar, são os mercados da própria cidade, e a origem dos produtos destes mercados é de fora do território.

No entanto, há 5 municípios em que o programa cesta básica é mantido exclusivamente com os produtos do Programa Compra Local de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA. Nos demais municípios que hoje mantêm o Programa de Cestas Básicas com os produtos de mercado, segundo as entrevistadas, quando o Programa Compra Local de Alimentos estava em operação, parte dos produtos que os agricultores entregavam eram destinados à composição da cesta básica e os entrevistados lamentam o cancelamento da entrega dos produtos. As cestas básicas são destinadas às famílias e são entregues mensalmente.

Ao analisar o número de beneficiários do Programa Bolsa Família, constata-se que o índice é baixo, conforme demonstra o gráfico 6.

Nos municípios existem 6.919 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em praticamente todos os municípios o número de famílias na fila de espera para receber o Programa Bolsa Família chega a ser metade ou até mesmo igual ao número de famílias que já estão recebendo o benefício, perfazendo uma porcentagem de 4,3% da população do território.

Nesta direção, a luta contra a pobreza tem que ser coletiva e, ao mesmo tempo, responder à questão: por que tem gente pobre e não pobre no território? A resposta a essa importante questão não deve e não pode ser encontrada nos atuais padrões de desenvolvimento capitalista construído especialmente nas últimas décadas.

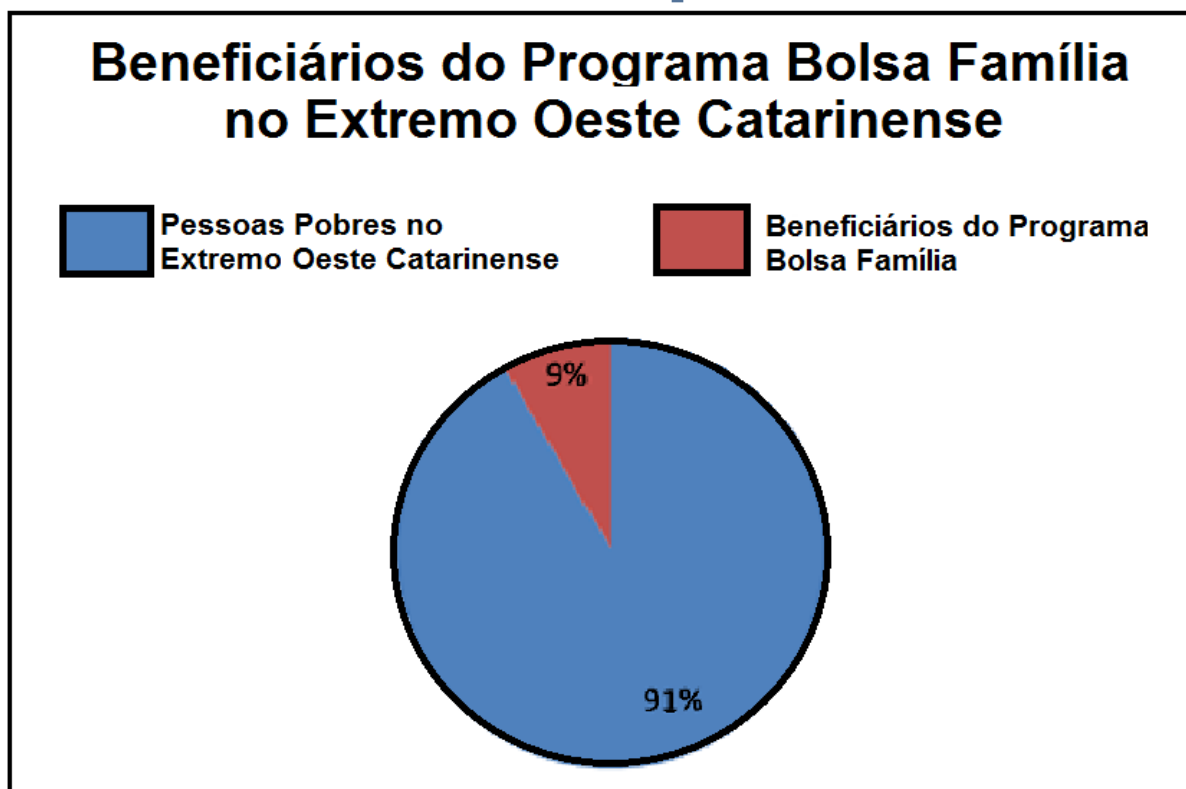


GRÁFICO 6 - BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM COMPARAÇÃO AO NÚMERO DE POSSOAS POBRES NO EXTREMO OESTE CATARINENSE (EM%).

Fonte: Dados primários- Projeto Agentes de Segurança Alimentar; Dados secundários – Diagnóstico da Exclusão Social/Mapa da Fome, 2003.

Neste sentido, o desafio é justamente compreender o funcionamento deste modelo de desenvolvimento capitalista desigual e perverso por definição, para depois opor-se a este modelo econômico e, posteriormente, colocá-lo ao contrário, como propõe Santos (2000). Por isso, um desenvolvimento econômico e solidário, para se tornar concreto, exige que todos participem dos espaços de articulação, bem como nas tomadas de decisão, no sentido de que:

O mundo só pode existir enquanto mundo comum mediante a instauração de um diálogo com os outros, suscetível de levar a criação de regras sob as quais se resgata um acordo favorecendo o viver em conjunto. A comunidade política se constitui, assim, da instituição de um espaço público através do qual ela se distingue, essencialmente, das demais comunidades (CARVALHO DE FRANÇA e LAVILLE, 2004, p. 40).

Agora, para que todos participem desta caminhada, se faz necessário organizar a população local, no sentido de superar algumas barreiras que

historicamente foram fatores inibidores do desenvolvimento no Extremo Oeste Catarinense. É necessário superar o fatalismo dentro das comunidades pobres nos municípios, que têm dificuldade de acreditar na sua própria força de transformação social. O conselho gestor do “CONSAD Extremo” encontrou na Economia Solidária. “Uma oportunidade para inverter a visão pessimista dos próprios moradores sobre o território, para gerar postos de trabalho, para fortalecer o associativismo e como forma de viabilizar a inserção ou reinserção de agricultores familiares na produção e no “grande circuito” da comercialização” (SCHMIDT e CERDAN, 2007, p. 86).

Para Dowbor (2000), se faz necessário resgatar o chamado poder local, mas, para isso, é preciso oferecer ajuda externa para as comunidades pobres, na forma de assistência técnica, para construir estratégias coletivas e acertadas para os empreendimentos, mas também para território, isto é, fazer escolhas e apontar caminhos.

As escolhas devem, pois, indicar o que queremos ser ou fazer e pedem uma avaliação de nossas possibilidades de realizá-las. Precisamos fazer um movimento para por em ação nossas potencialidades e também nossos desejos, para ganhar essas qualidades e, assim, qualificarmo-nos para tanto. A qualificação é a soma de muitas capacidades e, muitas vezes, temos que adquirir essas capacidades, através de atividades que nos abram novas portas (ANTEAG, 2005, p. 23).

Esta assistência técnica tem que acontecer através do apoio tecnológico na produção, na criação de redes de crédito igualmente solidário e também na comercialização da produção. Estes fatores devem ajudar as comunidades pobres a se organizar melhor - a participar em cooperativas de crédito solidário, no momento de construir uma rede de comercialização e do consumo consciente e solidário, pois a Economia Solidária não pode existir de fato sem levar em consideração a questão do consumo solidário.

A Economia Solidária, então, se fortalece enquanto território na medida em que os atores sociais conseguem construir perspectivas e estratégias para o desenvolvimento do território, mas também para além dele:

Tais iniciativas não se limitam à esfera da chamada “reprodução simples” e se orientam mais para a “reprodução ampliada” das condições de vida em sociedade. Ou seja, sua ação abrange tanto o plano do nível de renda quanto aquele das condições de vida mais gerais, o que significa inscrever uma tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direito,

implicando, desse modo, uma abertura da sua ação sobre um espaço público (CARVALHO DE FRANÇA e LAVILLE, 2004, p. 165).

Uma das formas de fazer com que o território tenha coesão se faz com estratégias e com a construção de políticas públicas que ajudam no desenvolvimento, principalmente na consolidação dos empreendimentos solidários, que se depara muitas vezes no seu início com um:

Excesso de espontaneidade, de um lado, e ausência de apoio institucional expressivo, de outro, em boa parte dos casos, constitui uma fórmula que conduz frequentemente a impossibilidade de consolidação do empreendimento. Esta é a razão segundo a qual tais iniciativas, na maioria dos casos, não resistem no longo prazo (CARVALHO DE FRANÇA e LAVILLE, 2004, p. 181).

Neste aspecto uma análise de conjuntura é sempre importante, porque serve para levantar os problemas, mas também para visualizar novas possibilidades. A estratégia precisa considerar os diferentes períodos e seus momentos na produção da história do território brasileiro, que se materializa e toma forma no espaço, espaço aqui compreendido como um sistema de objetos e ações, conforme Santos (2000). Este espaço, seja ele natural ou artificial, compreende um espaço que também é de produção, por isso a expressão espaço doméstico para definir a economia de um determinado lugar, onde o cotidiano de uma comunidade é sempre atravessado por diferentes espacialidades, por outras escalas espaciais como a estadual, nacional e internacional.

As diferentes forças que atravessam o espaço local podem, em boa medida, ser denominada como um espaço transglóssico, como propõe Renato Ortiz (1999). Este mesmo autor chama a atenção para a necessidade de se questionar se a globalização poderia ser entendida em termos estritamente econômicos, porque, para o autor, o capitalismo flexível é a condição necessária para a consolidação do processo de globalização.

Isto amplia as possibilidades do espaço local, pois é, também, portadora de uma cultura que lhe é própria, por isso José de Castro afirma que só existe um tipo de desenvolvimento, que é o desenvolvimento humano. Mediante este quadro, quais são os elementos estratégicos para desenvolver a Economia Solidária? Qual é o mapa da Economia Solidária no Extremo Oeste Catarinense?

Uma das formas de começar a responder essas perguntas é fazendo outras tantas perguntas como, por exemplo, o que os gestores públicos têm realizado no campo da Economia Solidária no território do Extremo Oeste Catarinense? A Economia Solidária não está pronta, está em construção; logo, também as políticas públicas estão em construção.

Na realidade, todos os municípios possuem programas de geração de trabalho, emprego e renda. Existem iniciativas direcionadas para a Economia Solidária, como crédito solidário, redes de produção solidária e, em muitos casos, os municípios estão construindo programas para fortalecer a Economia Solidária, como a lei municipal que autoriza a prefeitura a comprar alimentos direto dos agricultores, sem licitação, para a merenda escolar, ainda que esta iniciativa nem sempre é apresentada como um projeto de Economia Solidária.

Neste contexto os gestores públicos precisam avançar na construção de diretrizes para a Economia Solidária, com propostas que façam referência direta à redistribuição dos recursos públicos para esse novo tipo de ator social - a Economia Solidária. Mas as políticas públicas para a Economia Solidária têm que respeitar as diversidades que são específicas em cada território, como, por exemplo, as questões de demanda, de produção e consumo e de gênero. Neste aspecto um diagnóstico participativo se torna de fundamental importância. Assim a Economia Solidária se torna uma resposta à questão do desemprego. Mas como, na prática, ela pode dar respostas a esta questão do desemprego?

Em primeiro lugar é necessário, além de preparar o trabalhador para o emprego, preparar o trabalhador para o trabalho e verificar se as tecnologias são adequadas para os empreendimentos solidários? Quais são as tecnologias que as universidades que estão localizadas no Extremo Oeste Catarinense estão construindo para a Economia Solidária? Será que as universidades têm propostas no sentido de ajudar os empreendimentos solidários na sua organização, prioritariamente no setor produtivo, em um cenário onde o micro-crédito não responde aos empreendimentos de Economia Solidária?

Mas qual é o mercado da Economia Solidária no Extremo Oeste Catarinense? E como fortalecer esse mercado a nível local? Primeiramente, é importante destacar que os empreendimentos solidários já estão presentes no território, ainda que, muitas vezes, tenham atuação no mercado informal, e para fortalecer esses

empreendimentos de Economia Solidária é necessário que estes possam participar, por exemplo, das compras públicas municipais e na mudança da legislação dos empreendimentos e da comercialização dos seus produtos.

Um mapeamento da Economia Solidária em 2008, ainda que preliminar, identificou, no território do CONSAD Extremo, 150 experiências de empreendimentos de Economia Solidária, mas estes carecem de uma melhor definição acerca de sua verdadeira natureza produtiva e de organização. Cabe, neste sentido, construir um campo de experimentação dentro da Economia Solidária que ajude na tarefa de socialização dos bens de produção, na socialização do poder público e de uma mudança nos valores culturais no cotidiano das comunidades, onde o trabalho se constitui finalmente como um jogo de reprodução da vida e não algo externo à vida, como tem indicado o processo de desenvolvimento até o presente momento.

Depois disso, pode-se pensar na Economia Solidária como um processo de desenvolvimento local e territorial sustentável, que possui dilemas históricos, mas que tem, também, novas perspectivas. O desafio é justamente desenvolver a Economia Solidária no território, o marco legal, a viabilidade econômica dos empreendimentos, a comercialização integrada da produção e acompanhamento técnico processual e permanente, respeitando princípios pedagógicos, para, assim, superar a infraestrutura inadequada dos empreendimentos e a falta de capital de giro. Mas, para construir esse caminho, é necessário compreender o surgimento da Economia Solidária no Brasil e o processo de formalização destes empreendimentos solidários.

A Economia Solidária surgiu durante os anos 80 no Brasil, com base nos princípios do cooperativismo. Mas porque a Economia Solidária não pode ser considerada, então, como cooperativismo? A Economia Solidária é um empreendimento de autogestão, que se organiza de forma coletiva ou associação:

Um empreendimento de economia solidária não é definido pela questão jurídica, mas sim pela autogestão que: “[...] subentende a existência de autonomia e pressupõe capacitação para a administração coletiva do negócio: autonomia tanto nas unidades produtivas quanto em sua instância representativa, isto é, sem dependência dos órgãos governamentais ou para-estatais. Acreditamos que quando se defende a autogestão deve-se garantir o direito a informação e democracia nas decisões. Democracia não apenas como voto ou mera representação, mas, empreendimento coletivo. Por conta disso, educar para a autogestão significa promover autonomia e a

inteligência coletiva dos trabalhadores. Na autogestão o método e a forma de relacionamento determinam profundamente o trabalho educativo e o resultado da assessoria que se pretende. Aqui, os meios determinam os fins: coerência do método com os objetivos são decisivas (ANTEAG, 2005, p.10).

Assim, pode-se compreender que um dos problemas das formas de cooperativas no Brasil é a legislação, que não separa ou considera as diferentes formas de gestão de cooperativas, como acontece nos países europeus. Para preservar as cooperativas, é necessário que nenhum membro da cooperativa possa ter mais de 1/3 (um terço) das cotas de participação. Mas aqui cabe outra indagação: É melhor organizar uma cooperativa ou uma associação? Isso depende da natureza da atuação do empreendimento e de como se organiza uma rede produtiva de Economia Solidária. E qual a diferença entre uma rede produtiva capitalista e uma rede produtiva solidária?

Na rede produtiva capitalista, os resultados estão direcionados para uma pessoa – o patrão. Já na rede produtiva solidária os resultados são compartilhados entre os trabalhadores, evitando, assim, penalizar o setor primário, e, paralelo a isso, o consumo tem que ser ético-solidário e consciente. Isto pressupõe que a comercialização sempre deve ter um caráter coletivo. Essa prática é importante para ganhar tempo, fortalecer o aspecto coletivo do processo e evitar a comercialização individual, que sempre necessita de muito tempo e é geradora de individualismo e de egoísmos.

Neste contexto, o território deve assumir um caráter integrador, como propõe Haesbaert (2000), no sentido de construir um caminho adequado para somar esforços na manutenção de serviços públicos aos cidadãos e na promoção do desenvolvimento sustentável. Alguns municípios deprimidos economicamente, que foram contemplados com assentamentos da Reforma Agrária durante os anos 80, tiveram, em razão disso, um incremento significativo na produção e circulação de mercadorias e serviços, ampliando a arrecadação municipal e viabilizando-se condições para ofertar serviços públicos de melhor qualidade.

Na maior parte desses municípios, os recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios respondem por boa parte dos gastos da administração. A integração desses municípios em consórcios, como o “CONSAD Extremo”, viabiliza uma estratégia comum de desenvolvimento territorial.

Este eixo estratégico comum de desenvolvimento do território pela Economia Solidária está ajudando os municípios do Extremo Oeste Catarinense a promover melhor as condições de vida da população, através de uma melhor distribuição da riqueza material e também cultural. Cultural no sentido da população ter acesso ao conhecimento da diversidade de experiências econômicas solidárias, que, num futuro bem próximo, se tornará o maior setor da economia brasileira.

4.4.1 Economia solidária: das compras públicas às redes de cooperação

O Projeto intitulado: Capacitação de Agentes de Segurança Alimentar (2006), desenvolvido nos 19 municípios do Extremo Oeste Catarinense, promoveu entrevistas com os responsáveis pela merenda escolar de cada município, com o objetivo de fazer um levantamento dos produtos e das condições de armazenamento dos mesmos e identificar a origem e fluxos dos produtos que compõem o cardápio, visando traçar estratégias para articular o fornecimento de parte ou da totalidade de itens da merenda dentro dos padrões de higiene e qualidade, com regularidade.

Outro objetivo foi saber se os agricultores familiares estavam participando das compras públicas nos seus respectivos municípios e, quando esta participação não ocorre, identificar os motivos que estão dificultando a entrada dos agricultores familiares nas compras públicas.

Nos municípios pesquisados existem aproximadamente 123 escolas municipais, e o número de alunos é de 16.205. Nos municípios existem 54 escolas estaduais com 18.732 alunos. No total, temos 177 escolas, envolvendo um número de 34.577 alunos, com um total de 223 merendeiras, ficando, em média, entre 10 a 15 merendeiras por município, onde são servidas duas refeições por dia.

A MERENDA ESCOLAR NO EXTREMO OESTE CATARINENSE EM NÚMEROS - 2006		
PERÍODO	NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS	VALOR MOVIMENTADO PELA MERENDA ESCOLAR EM REAIS
Dia	34577	(R\$: 7.606,94)
Mês	760694	(R\$: 152.138,08)
Ano	7606940	(R\$: 1.521.388,00)

QUADRO 3: NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS E VALORES EM REAIS MOVIMENTADOS PELA MERENDA ESCOLAR NO EXTREMO OESTE CATARINENSE (2006).

Fonte: Projetos Capacitação de Agentes de Segurança Alimentar.

Com relação às compras públicas para a merenda escolar, a pesquisa demonstrou que não há como saber quantas licitações são realizadas por ano, já que cada município tem seu planejamento, variando muito de município para município. Os agricultores não participam das licitações, ou participam de forma residual.

A dificuldade dos agricultores familiares em ter acesso às compras públicas é um problema social e econômico para os municípios, porque as licitações são vencidas pelos mercados do próprio município que, por sua vez, compram os alimentos de fora do município, e os produtos que os mercados adquirem dos agricultores familiares é bem reduzido.

Quando os coordenadores da merenda escolar foram questionados sobre o porquê de os agricultores não participarem das licitações, os entrevistados responderam que os agricultores considerados pequenos não têm produção suficiente para atender a demanda, e os agricultores que têm uma boa estrutura e poderiam participar acabam não participando para evitar atritos com os mercados, seus principais compradores, ou ainda por não terem nota para fornecer, quando o produto é industrializado. Os entrevistados sugeriram que uma das alternativas para resolver este problema seria a Central de Comercialização Regional, como propõe o Projeto Organização dos Processos e Consumo Solidário:

Estamos avançando, mas deveríamos ter uma assessoria melhor para o pequeno agricultor familiar. Por exemplo, está faltando uma central de informação para formar uma logística porque o agricultor está trabalhando ainda muito isolado. Há necessidade de uma central de informação que possa apontar para onde os produtos devem ser destinados os produtos e qual produto tem potencial de ser produzido e posteriormente comercializado de forma garantida seja na nossa região ou para outras regiões. Existem caminhos, só que cada agricultor está buscando individualmente, porque muitas vezes existe um baita mercado para comercializar, mas não se tem logística para chegar nestes mercados. (AGENTE SOCIAL: C6).

Quando questionado os coordenadores da merenda escolar se havia o interesse do município em comprar produtos dos agricultores para a merenda escolar, a resposta foi afirmativa, e citam os produtos de lavouras temporárias e sazonais, além de todos os tipos de frutas e verduras.

Os entrevistados reclamam da paralisação do Programa Compra Local de Alimentos ESTADO / MDS, pois parte dos produtos era destinada à merenda escolar, e sem o programa alguns produtos não são adquiridos em mercado, pois o preço é muito elevado.

O terceiro formato refere-se à relação direta entre o Ministério do Desenvolvimento Social e o município de Caxias do Sul. No município de Caxias do Sul o PAA foi implementado pelas ações conjuntas entre a Secretaria Municipal de Agricultura e a Secretaria de Segurança Alimentar e Inclusão Social. Essa configuração, segundo observou-se nos depoimentos, caracterizou-se por relações distantes entre o MDS e o governo municipal de Caxias do Sul, ocasionando problemas para o melhor aproveitamento das ações do PAA. Trata-se de uma situação em que o distanciamento físico e institucional gerou assimetrias de informação, o que comprometeu as relações entre agentes e, conseqüentemente, dificultou a aproximação e o acordo em torno de idéias e formas de encaminhamento do Programa. (MÜLLER, FIALHO, SCHNEIDER, 2007, p. 69).

Com relação aos produtos da licitação, trata-se de produtos, na grande maioria, de origem industrial, e não compõem uma alimentação considerada ideal, ou seja, produtos oriundos de produção de base ecológica. Ressalta-se aqui o fato de o Estado de Santa Catarina possuir lei que incentiva a compra de produtos orgânicos através da dispensa de licitação.

Os dados referentes às tabelas dos produtos utilizados na merenda escolar confirmaram que grande parte dos produtos é de procedência duvidosa, pois, com relação à sua qualidade nutricional, os produtos são industrializados, com grande concentração de alimentos de origem animal, com alta concentração de gorduras

saturadas, em total desacordo com os princípios da Carta da Terra (IV) “tratar todos os seres vivos com respeito e consideração” e as Metas do Milênio, ao qual o Brasil é signatário.

O Ministério da Educação recentemente lançou uma cartilha sobre a merenda escolar, onde garante que cada aluno tem direito a receber uma alimentação saudável, adequada e que respeite os hábitos alimentares da comunidade, durante todos os dias letivos. Neste sentido a pesquisa mostra que, nos municípios do Extremo Oeste Catarinense, mais de 90% dos produtos são comprados em mercados dos próprios municípios, mas a origem dos produtos é de fora do território.

O quadro 3 apresenta os valores que envolvem a merenda escolar nos municípios do Extremo Oeste Catarinense, considerando o valor de R\$ 0,22/aluna (o) proveniente do FNDE.

Com o quadro 3 também é possível perceber que o governo federal repassa para os municípios um valor bastante considerável para a merenda escolar, sendo que os municípios também acrescentam valores, mas estes não foram contabilizados neste gráfico.

Esta situação caracteriza, para os municípios, perdas de receita, pois são recursos (dinheiro em estado puro) repassados pelo governo federal para os municípios, mas que, no final do processo, acaba sendo drenado para fora do território. Embora não seja objetivo da pesquisa ouvir a opinião dos alunos, é possível constatar que, para eles, a merenda escolar é diferente dos hábitos alimentares de casa.

Neste sentido, é pertinente destacar que nos municípios ainda existe um grande potencial agrícola que envolve a agricultura familiar, que tem se fortalecido nos últimos anos com os programas do governo federal, a exemplo do PAA, além de experiências bem sucedidas de modelos de organização dentro das cooperativas, dos sindicatos, associações, movimentos sociais e mais recentemente com a central de comercialização regional de produtos solidários.

Por outro lado, as pessoas entrevistadas nos municípios reconhecem a necessidade de melhorar a qualidade da merenda escolar e fazer as compras públicas diretamente dos agricultores familiares. Mas a merenda escolar com qualidade está distante de atender às normas do Ministério da Educação, principalmente no que se refere ao acesso à informação sobre alimentação

saudável, fato este que levou o “CONSAD Extremo” a construir o Projeto Capacitação de Agentes de Segurança Alimentar, para promover o debate público sobre a situação da merenda no território e redefinir novas ações para modificar esta realidade.

A merenda escolar está presente nas escolas pelo menos duas vezes por dia, sendo que nas escolas que trabalham em período integral são servidas três refeições diárias. O recreio é um dos momentos bastante aguardado pelos alunos. No entanto as escolas, muitas vezes, desconhecem todo o contexto que está por trás da origem dos produtos da merenda escolar, pior esta discussão está alheia à escola.

Embora os poderes públicos municipais tenham feito uso do Programa Compra Local de Alimentos da Agricultura Familiar, os dados mostram que o leque de produtos ainda é pequeno e em quantidades pouco expressivas. Sua maior virtude deve-se ao fato de resgatar a produção de alguns alimentos, os quais, em virtude da especialização da produção em poucos produtos, característica do modelo agrícola predominante no território, haviam sido substituído por outros, ou simplesmente deixados de ser produzidos.

A questão que envolve as compras públicas se apresenta, nos municípios, como um paradoxo. De um lado, os municípios têm interesse que os agricultores familiares participem das compras públicas, mas, por outro lado, existe uma série de dificuldades que impedem essa participação.

4.4.2 CONSAD Extremo: A constituição do Fórum Extremo Oeste de Economia Solidária - FEOES

Para promover a inserção dos agricultores familiares nas compras públicas, o consórcio teve que conciliar do interesse do poder público e da sociedade civil organizada. Para incluir os agricultores familiares nas compras públicas, foi preciso organizar a produção de alimentos de forma cooperativa, para atender as normas legais exigidas pelo poder público. A entrada dos agricultores familiares nas compras públicas ocorreu pelo fortalecimento da Economia Solidária.

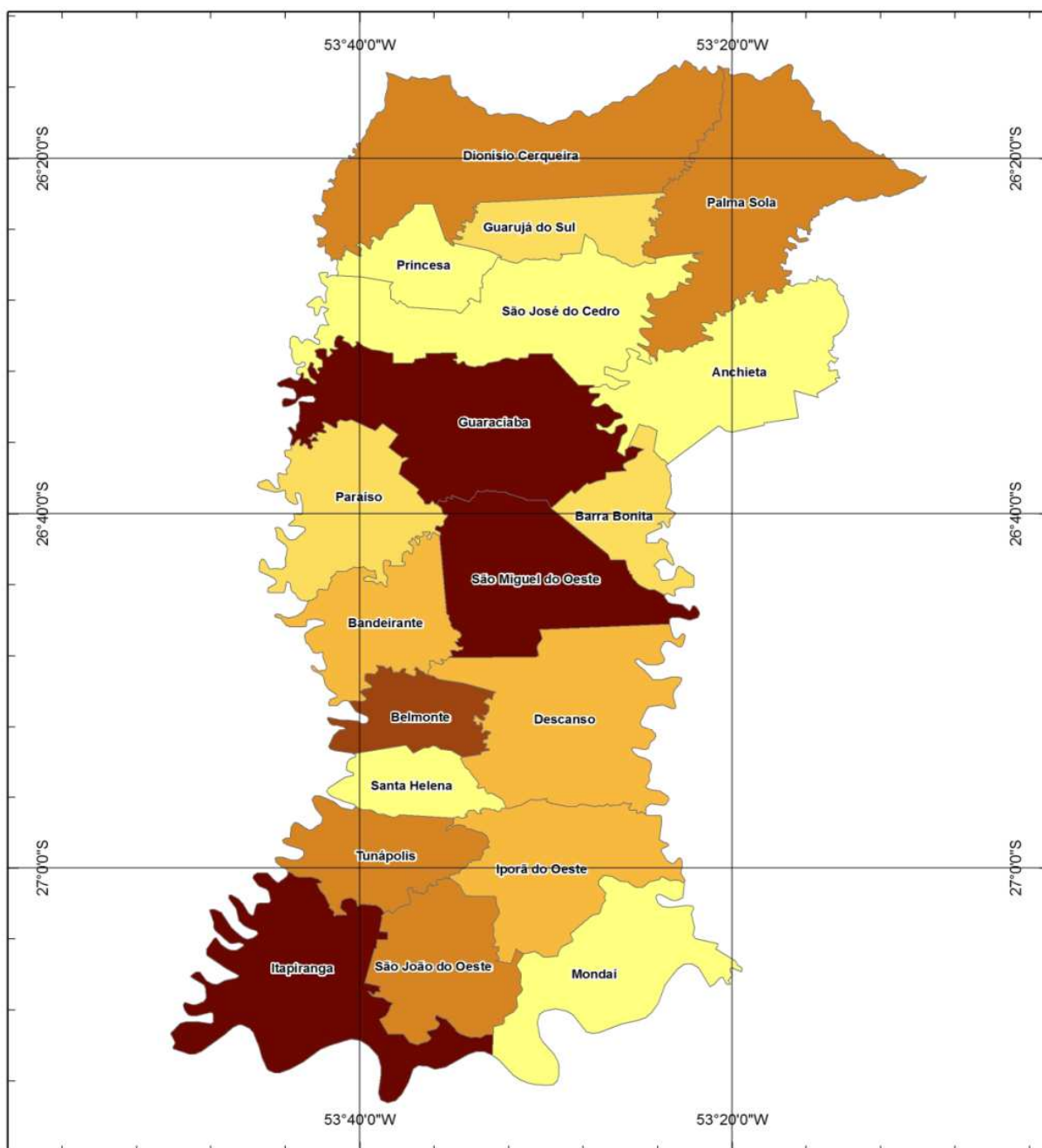
A economia solidária ganhou caráter institucional em 2003, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A institucionalização da economia solidária é resultado dos esforços desenvolvidos por um grupo de trabalho brasileiro, em 2001, durante o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre/RS.

Neste contexto, o “CONSAD Extremo” articulou, em 2005, a fundação do Fórum Extremo Oeste de Economia Solidária – FEOE. Essa iniciativa teve como objetivo atender à necessidade de organização, produção e comercialização dos empreendimentos de economia solidária para reduzir as desigualdades sociais e econômicas nos 19 municípios e entre os municípios, em especial fazer o resgate da população que se encontra atualmente em situação de extrema pobreza.



FOTOGRAFIA 1 - ENCONTRO DE FORMALIZAÇÃO DO FÓRUM EXTREMO OESTE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FAES, 2005.

Fonte: Fórum Extremo Oeste de Economia Solidária, 2005.

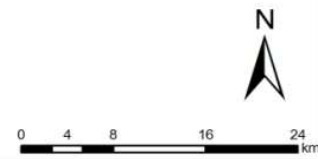


Mapa dos Empreendimentos de Economia Solidária no Território do Consad Extremo Oeste-Catarinense (2008)

Legenda

Números de Empreendimentos

- 2 - 3
- 4 - 5
- 6 - 7
- 8 - 9
- 10 - 11
- 12 - 16



MAPA 6 - MAPA DA CONCENTRAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2008.

Fonte: Marcos Fiorentin, a partir dos dados ao SIES- Sistema Nacional de Economia Solidária.

A criação do Fórum de economia solidária procurou, inicialmente, ampliar as condições institucionais de promoção da economia solidária para geração de emprego e renda aos trabalhadores organizados em empreendimentos de trabalho associado e em cooperativas, através da organização em rede. A institucionalidade da economia solidária é importante para aproximar os empreendimentos dos projetos e programas do governo federal, que ocorreram em 2008, com a participação do fórum na III Fase do Mapeamento de dados ao SIES - Sistema Nacional de Economia Solidária.

Foram aplicados 136 questionários aos empreendimentos de economia solidária (Pequenos Grupos, Associações e Cooperativas com políticas solidárias). Os municípios onde estão concentrados a maior parte dos empreendimentos são os municípios de São Miguel do Oeste, Itapiranga e Guaraciaba. Os municípios que tiveram a emancipação política mais recentemente apresentaram menos empreendimentos de economia solidária, mas isto não significa que não existam mais empreendimentos nestes municípios, apenas o poder público não consegue dar visibilidade a este segmento da economia.

O Fórum Extremo Oeste de Economia Solidária tem incentivado a participação dos empreendimentos de economia solidária a participar de feiras nacionais, estaduais e regionais de economia solidária, para exposição de produtos.

- I. Feira da Bienal em São Paulo, em abril 2006;
- II. Feira Nacional da Agricultura Familiar em Brasília, em outubro de 2006 e 2007;
- III. Feira Regional em Chapecó, em Dezembro de 2006;
- IV. Feira nacional e Internacional de Santa Maria/RS, em julho de 2007;
- V. Feira Nacional da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro, em outubro de 2009;
- VI. Feira Nacional de Economia Solidária na Bahia, em dezembro de 2010.

Além da participação em feiras nacionais e estaduais, o Fórum do Extremo Oeste de Economia Solidária tem promovido feiras de economia solidária nos municípios, e organizou a V Feira Catarinense de Economia Solidária, em janeiro de 2008, realizada em conjunto com os Movimentos Sociais, no Município de São Miguel do Oeste, junto à Feira da Uva e da Melancia.

Na realização das feiras de economia solidária, tem sido utilizada a moeda social, denominada “Solidários”. A moeda social é uma forma de moeda paralela à moeda oficial, criada e regulada pelos empreendimentos de economia solidária para promover a inclusão social dos empreendimentos e consumidores através da produção.



FIGURA 2 - FACE E VERSO DA MOEDA SOCIAL – SOLIDÁRIOS - UTILIZADA NAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2005.

Fonte: Fórum Extremo Oeste de Economia Solidária, 2005.

As experiências com a moeda social nas feiras de economia solidária têm sido elogiadas pelos empreendedores de economia solidária e pelos consumidores que, ao fazer compra e venda de produtos com a moeda social, acabam se interessando em conhecer mais a importância da economia solidária e seu significado na promoção do desenvolvimento local. O Fórum Extremo Oeste Catarinense de Economia Solidária, em 2010, visitou, na periferia da cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, a experiência do Banco Palmas.

A partir das observações do funcionamento do Banco Palmas, foi lançada a proposta de implementação do Banco Comunitário de Desenvolvimento, para atender aos municípios do Extremo Oeste Catarinense, com o objetivo de promover

crédito a empreendimentos que não têm acesso a Bancos oficiais, e ainda lançar a Moeda Social, que visa desenvolver e fortalecer a rede de reciprocidade entre produtores e consumidores. “Na tradição das lutas pela emancipação, não figurava a preocupação com a vida financeira dos pobres. Por definição, é pobre a quem falta dinheiro” (SINGER, 2004, p.13).

As relações sociais construídas entre o cliente e o empreendedor e entre o empreendedor e o fornecedor são tão importantes quanto à transação financeira que serve de suporte para elas. Aceitar trabalhar com o risco de não pagamento (do cliente que compra fiado) ou pagar mais para ter a facilidade de prazo, são o preço a pagar para criar uma rede social na qual um favor se paga com outro favor. O “favor” do dono do negócio, que é vender fiado, será pago com o “favor” do freguês de continuar comprando com ele. O “favor” do empreendedor, que é comprar mais caro a prazo, será pago com o “favor” do fornecedor de negociar o prazo, caso o empreendedor não possa pagar em dia. É o tradicional código do “dar para receber”, uma relação governada pela reciprocidade e lealdade. Neste sentido, podemos sugerir que a unidade monetária dentro de uma transação de crédito parcelado (seja cheque pré-datado ou dinheiro mesmo) é também uma moeda “social”, uma unidade que tem um valor social que vai além do valor financeiro em si. É, como sugere o antropólogo Roberto DaMatta, no Brasil as moedas sociais são mais valorizadas e têm um maior poder aquisitivo. Isto explica como é possível criar uma unidade produtiva quase sem dinheiro [...] (BRUSKY, 2004, p. 204).

A dimensão social do dinheiro é importante para a economia solidária se fortalecer no território. As trocas comerciais, na economia solidária, ultrapassam a pura e simples dimensão monetária para abranger as demais dimensões da vida humana em sociedade, que se legitima pelo processo de inclusão social, econômica, ambiental e cultural.

4.4.3 CONSAD Extremo: Organização de processos de produção e consumo solidários

Em estudo recente desenvolvido pelo consórcio, ficou demonstrado que, apesar das características de solo, clima e uma cultura voltada para o trabalho, o território possui um excelente potencial para a fruticultura. Porém, 90% das frutas vendidas pelos mercados vêm das Centrais de Abastecimento de Curitiba/PR e São José/SC.

Os mercadistas atribuem a não aquisição dos produtos da agricultura familiar à falta de regularidade na entrega, à despadronização dos produtos e à comodidade em adquirir os produtos de um grande atacadista. A reversão desta condição está ocorrendo através de projetos estratégicos, com parceria com o governo federal, para fornecer aos agricultores familiares espaço de organização de produção e comercialização.

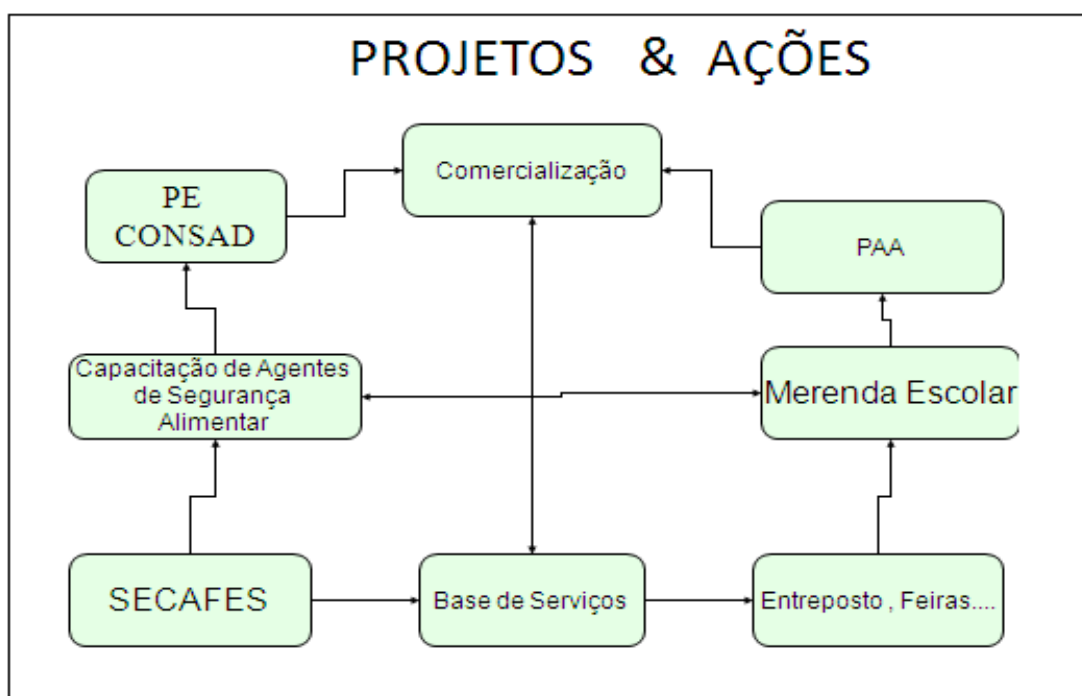


FIGURA 3 - ORGANOGAMA DA CARTEIRA DE PROJETOS DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2009.

Fonte: CONSAD Extremo Oeste Catarinense.

Os projetos desenvolvidos tratam da implantação de um entreposto regional de comercialização, no município de São Miguel do Oeste, e unidades de apoio em armazenagem, transporte e beneficiamento; unidade de comercialização, respeitando a autonomia dos poderes públicos e empreendimentos, construindo núcleos de gestão compartilhada, obedecendo ao termo de gestão compartilhada visando melhorar o acesso de famílias de baixa renda à alimentação e estimulando um processo de alimentação ecológica com geração de trabalho e renda.

Este processo de comercialização, além de gerar emprego e renda para a agricultura familiar, representa também um aumento na produção para autoconsumo no espaço rural, porque está articulado com outras políticas de segurança alimentar para promover o acesso à alimentação para famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e alimentar. “[...] a agricultura familiar, além de produzir para o seu autoconsumo, pode também produzir e fornecer alimentos para a mitigação da fome e a superação dos processos de insegurança alimentar junto às populações locais dos municípios em que esta forma social de produção e trabalho é hegemônica nos espaços rurais” (GAZOLLA e SHNEIDER, 2007, p. 86).

A Central de Comercialização Regional de produtos da agricultura familiar e economia solidária deverá organizar a produção e a comercialização nas escalas local, regional, estadual e interestadual quando todas as cooperativas de comercialização estiverem institucionalizadas e funcionando em cada município. O espaço da Central de Comercialização será equipado e estruturado para exposição de frios, praça de alimentação, estoque de produtos e espaço para equipar o Banco Comunitário de Desenvolvimento.

A qualificação da produção para abastecimento alimentar articulada em rede possibilita pensar a produção e comercialização de forma conjunta e intermunicipal. Além de fortalecer a comercialização em rede, com base em princípios éticos, visando um processo produtivo ecológico de caráter popular, transforma a Central de Comercialização Regional de Produtos Solidários em um espaço pedagógico por difundir aspectos da cultura local, como o artesanato e a cultura alimentar local.

O Sistema Estadual de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária tem se tornado um componente importante para a consolidação da Central de Comercialização Regional de Produtos Solidários, porque é um instrumento estratégico para viabilizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e empreendimentos de economia solidária dos municípios do Extremo Oeste Catarinense até as cidades de maior porte do Estado de Santa Catarina e com os demais Estados da região sul e sudeste.

O processo de agregação de valor aos produtos de pequenas agroindústrias familiares foi largamente incentivado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Santa Catarina – EPAGRI.

Mas o que significa, para as pequenas agroindústrias, o processo de agregação de valor? Quais as implicações políticas e jurídicas que o processo de agregação de valor apresenta para a agricultura familiar? É de conhecimento público que o agricultor planta a semente de trigo na terra, colhe, e depois comercializa o grão do trigo, como muito bem destaca a música Põe a Semente na Terra (Coletânea de Músicas Sacras Cifradas, nº 148): “Toda semente é um anseio de frutificar / e todo fruto é uma forma da gente se dar. Refrão: Põe a semente na terra, não será em vão / não te preocupe a colheita, plantas para o irmão//Bis”.

Este saudosismo retratado pela música há muito tempo não faz parte do cotidiano do pequeno agricultor do Extremo Oeste Catarinense, porque este não repassa o grão do trigo para o irmão, mas para as grandes agroindústrias, que transformam este grão de trigo em farinha para fazer pão, bolo, bolachas. Depois o mercado é quem vai vender para o irmão agora distante, ou seja, o consumidor. Para o pequeno agricultor transformar o grão de trigo em pão, exigiria investimento em infraestrutura, maquinários, adequar as instalações à legislação sanitária e ambiental e recolher o imposto sobre produtos industrializados:

Os complexos agroindustriais que beneficiam a produção oriunda da agricultura familiar são determinantes da economia regional, subordinada a um modelo de desenvolvimento focado na cadeia produtiva das carnes e do leite, fato que vem reduzindo a dinamicidade das opções de trabalho e renda na região, considerando que estas cadeias têm priorizado a automação e a concentração da produção em um número cada vez mais reduzido de unidades de produção, o que vem provocando exclusão de famílias agricultoras há vários anos, sobretudo da suinocultura e avicultura. Nestas cadeias produtivas, as famílias que permanecem foram transformadas em importadoras dos meios de produção e fornecedoras de matéria-prima barata para as grandes indústrias a um custo insustentável sob o ponto de vista ambiental e das relações de trabalho que se estabelecem nesses sistemas de produção chamados “integração agricultor x indústria”.

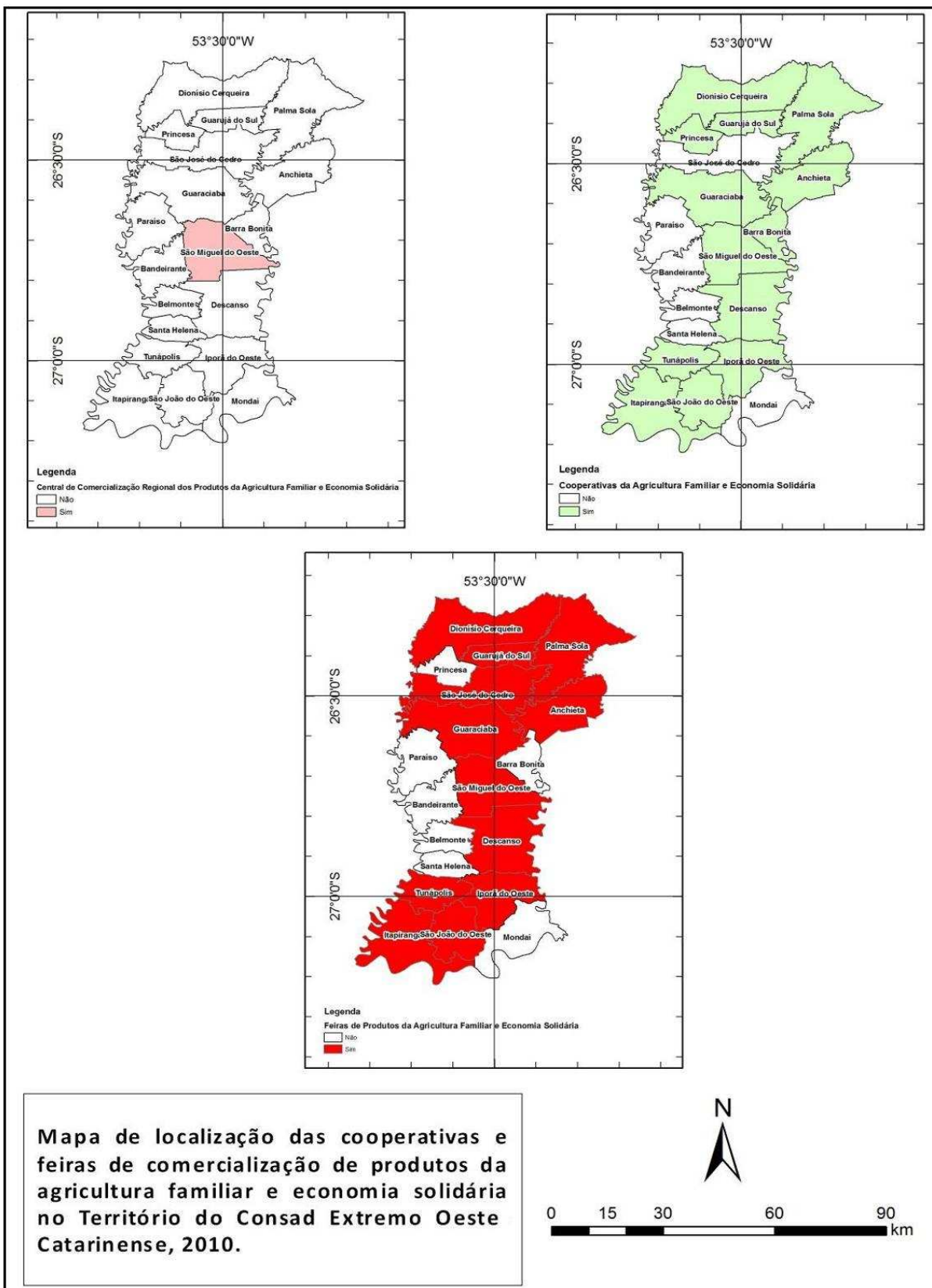
A opção por esse modelo agrícola provocou a destruição dos mercados locais de alimentos contribuindo para a descaracterização do espaço rural enquanto local de fatura de alimentos. Resultaram envelhecimento da população rural, degradação ambiental, escolas fechadas, fome e miséria, redução da vida comunitária e a quase inexistência de atividades de lazer e recreação, efeitos mais percebidos pelas mulheres trabalhadoras rurais e pela juventude rural (Fonte: Diagnóstico participativo para implementação do CONSAD/2004). Nesse contexto, as unidades de produção e vida familiar não têm possibilitado o surgimento de iniciativas de autogestão com organização das famílias em torno de processos produtivos capazes de responder às expectativas das novas gerações, podendo aí ser feito um corte em relação às questões de geração. (Projeto Organização dos Processos de Produção e Consumo Solidário, 2006, p. 02).

A transformação da farinha em pão significa que o agricultor alterou ou modificou a natureza do produto natural para um produto industrializado. Para fazer este processo terá que, na perspectiva jurídica, deixar de ser agricultor, inclusive perdendo a condição de segurado especial junto à previdência social, porque a legislação trabalhista faz uma distinção bem clara entre produção artesanal e industrial. O agricultor familiar se viu obrigado a entregar o grão de trigo a preço muito baixo para as grandes agroindústrias, além de perder o contato direto com o consumidor.

O “CONSAD Extremo” tem construído estratégias de agregação de valor à agricultura familiar através da constituição de cooperativas virtuais de comercialização em cada município. As cooperativas virtuais se diferenciam das cooperativas de modelo inglês (verticalizada), por não possuir estrutura física centralizada.

Nas cooperativas virtuais, a única estrutura física que existe é um pequeno escritório, que faz o papel de emissor de nota fiscal para o agricultor. Os agricultores se reúnem em cooperativa para buscar crédito, comprar equipamentos, insumos e assistência técnica mais barata. Estes investimentos, em vez de fazerem parte de uma grande unidade de produção, são destinados para as pequenas propriedades, onde é realizado o processamento dos produtos que, posteriormente, são comercializados coletivamente.

As cooperativas virtuais estão sendo apoiadas pelo Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento – CEADES - através de projetos em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estas cooperativas, destacadas no mapa 5, estão passando por um processo de formação e capacitação dos seus quadros para construir estratégias de desenvolvimento local/regional em cooperação. Um dos objetivos é fortalecer a estratégia da promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, através da organização dos processos produtivos de agregação de valor e da comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária, reaproximando os produtores e consumidores.



MAPA 7 - MAPA DAS COOPERATIVAS E FEIRAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2010.

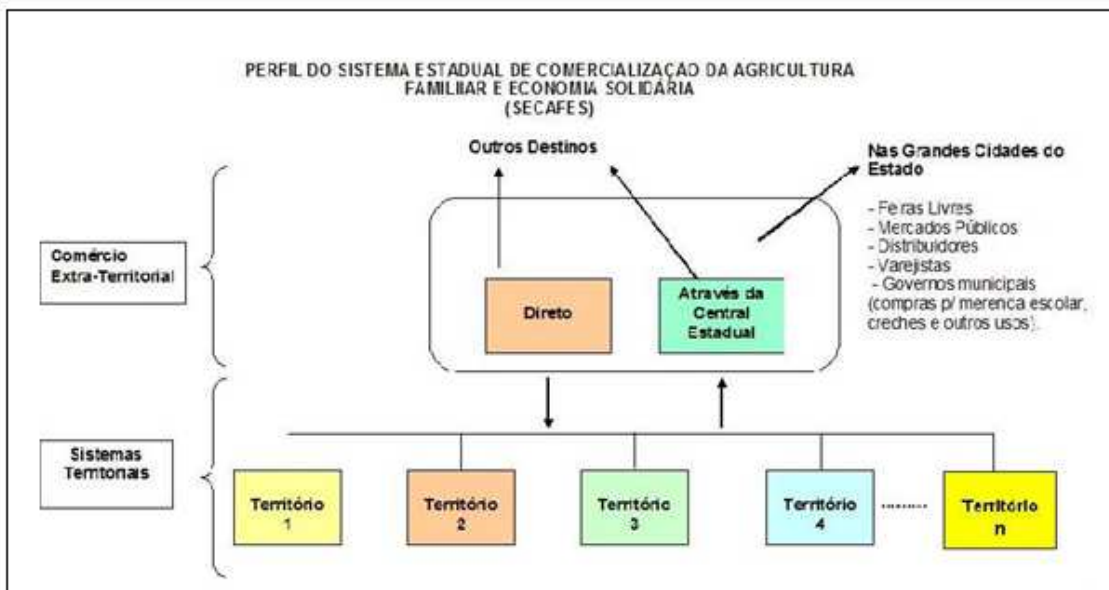
Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo, 2010.

Para viabilizar estas iniciativas, foi constituído o Conselho Consultivo de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, que é composto por representantes de cada cooperativa e se reúne mensalmente para discutir e legitimar as ações de desenvolvimento territorial desencadeados pelo consórcio e pelo sistema estadual de comercialização.

O conselho é composto por câmaras temáticas, as quais têm por objetivo discutir e promover o desenvolvimento territorial. Dentre as ações que o Conselho desenvolve, destacam-se a implantação de políticas de segurança alimentar Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Cozinha Comunitária, Hortas Comunitárias, Capacitação de Agentes de Segurança Alimentar), o apoio à implementação do Território Extremo Oeste Catarinense, a constituição da Base de Serviços de Apoio à Comercialização e o apoio na estruturação das Rotas de Comercialização, contribuindo com o processo de dinamização econômica do Extremo Oeste Catarinense.

A experiência do sistema de comercialização através da SECAFES tem sido bem sucedida, principalmente nos Estado de Santa Catarina, Ceará e Bahia. A constituição dos SECAFES faz parte de uma estratégia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT - para a superação das dificuldades históricas no processo de comercialização da produção vinda dos empreendimentos familiares rurais e empreendimentos da economia solidária.

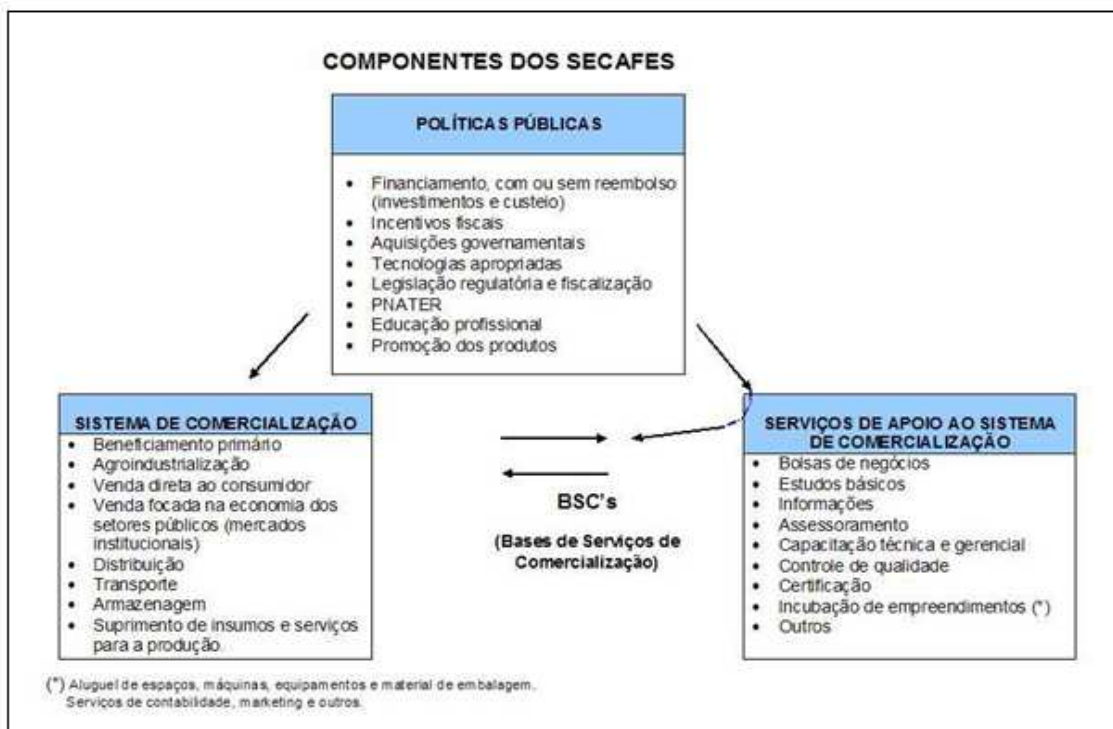
A SECAFES se caracteriza por um conjunto de componentes e estruturas, interligados por agentes e ações do processo de comercialização no âmbito da agricultura familiar e da economia solidária, com o objetivo de fazer a articulação em rede das entidades parceiras para fortalecer as políticas de segurança alimentar, de forma intermunicipal, através do beneficiamento primário da produção, agroindustrialização, venda direta aos consumidores (feiras livres, mercados dos públicos e pontos de vendas), distribuição, transporte e armazenamento dos produtos.



QUADRO 4 - PERFIL DO SISTEMA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (SECAFES), 2008.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O processo de comercialização é fortalecido com a organização dos produtores e da produção, com base em formas de comercialização em rede, com perfil associativo e de cooperação, envolvendo os Territórios Rurais do Estado de Santa Catarina, com a venda de produtos e também com troca de produtos entre os territórios. Este processo abre uma perspectiva de autonomia dos agentes locais na construção de um sistema local territorial de produção de alimentos, com a obtenção de melhor preço na venda dos produtos e aquisição de insumos e serviços de boa qualidade por preços mais baratos para produzir os alimentos.



QUADRO 5 - COMPONENTES DO SISTEMA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (SECAFES), 2008.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Quadro 5 demonstra que os componentes do Sistema Estadual de Comercialização em Santa Catarina estão divididos em três conjuntos de políticas públicas para apoiar a comercialização, com as chamadas políticas dirigidas diretamente para as ações de comercialização, as políticas dirigidas aos serviços de apoio e as Políticas dirigidas às ações de comercialização, porém, efetivadas com a interveniência dos serviços de apoio.

Na articulação destas três políticas, estão as chamadas Bases de Serviços de Apoio à Comercialização (BSCs). As BSCs prestam serviços de apoio à comercialização, através de serviços especializados diretamente nas unidades familiares e nos empreendimentos de economia solidária. Entre os serviços prestados pelas Bases de Serviços de Apoio à Comercialização (BSCs) está a elaboração do design dos produtos, juntamente com a rotulagem, código de barra e a tabela nutricional para os empreendimentos na comercialização.

Os serviços são realizados por prestadores de serviços técnicos para as cooperativas, associações de agricultores e para a formação de redes solidárias de comercialização, abrangendo as feiras locais, regionais, estaduais e interestaduais.

A Figura 4 apresenta o mapa do Estado de Santa Catarina destacando os principais pontos de articulação da rede estadual de comercialização. Para fazer o transporte dos produtos que compõem as rotas de comercialização, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, está desenvolvendo ações para estruturação da Central de Comercialização Regional, através da aquisição de um caminhão furgão e um veículo utilitário.

As BSCs no Estado de Santa Catarina são compostas pelas seguintes instituições: Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais (CEMEAR), Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesões e Consumidores da Região Serrana, Centro Vianeí de Educação Popular (Ecoserra/Vianeí), Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense e a Unidade Central das Agroindústrias Familiares (APACO/UCAF).

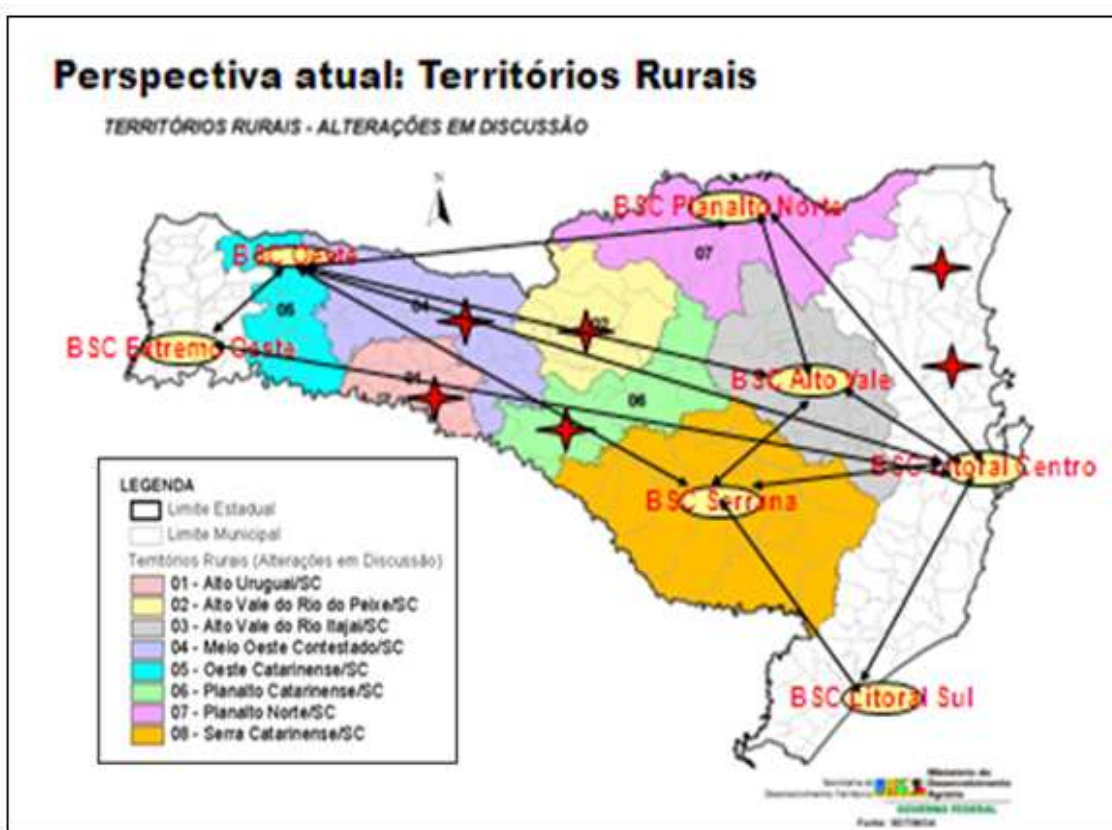


FIGURA 4 - MAPA DO SISTEMA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2008.
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No Extremo Oeste Catarinense, a base de serviços é operacionalizada pelo Centro de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento Territorial e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CEADES/CONSAD). Além de fazer

a articulação para a comercialização da produção, o consórcio trabalha na inclusão socioprodutiva da agricultura familiar, através do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).



FOTOGRAFIA 2 - CAMINHÃO FURGÃO ADQUIRIDO ATRAVÉS DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA APOIAR O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010.

Fonte: CONSAD Extremo Oeste Catarinense.

A implantação do SUASA no Extremo Oeste Catarinense tem como objetivo contribuir com o processo de capacitação e formação dos empreendimentos e seus trabalhadores, bem como da equipe técnica que trabalha no sistema de inspeção das agroindústrias de pequeno porte do Extremo Oeste Catarinense, fortalecendo a economia local através da agregação de valor da matéria prima, propiciando ao consumidor alimentos inspecionados, conquistando, dessa forma, a confiança entre produtor e consumidor, fortalecendo, assim, a identidade territorial.

O investimento em capacitação e formação técnica tem a finalidade de consolidar as estratégias de abastecimento e comercialização dos produtos da agricultura familiar, com acompanhamento junto às unidades de agroindústrias de pequeno porte, visando sua adequação às normas da inspeção, para garantir ao público consumidor o acesso a alimentos inspecionados:

Nesse sentido, o CONSÓRCIO propõe o projeto de Apoio ao processo de implantação do SUASA no Extremo Oeste Catarinense, na perspectiva de consolidar a inclusão socioproductiva. As ações propostas terão abrangência nos 19 municípios do CONSAD, pois na região foram cadastrados, na primeira fase de levantamento realizado pelo fórum dos secretários de agricultura, a existência de 70 empreendimentos, distribuídos em 19 municípios, dos quais 58 processam produtos de derivados animal (leite, embutidos de suínos e abatedouros) e 12 processam derivados vegetal (unidades de derivados de cana, panificados, vinho e doces). Do total dos 70 empreendimentos, 15 tem SIE e 27 apenas tem SIM, conforme dados fornecidos pelo fórum dos secretários da agricultura da região. Face ao número de empreendimentos, bem como a característica dos mesmos, faz-se necessário a implementação do SUASA, pois sabe-se que o número de empreendimentos que necessitam da inspeção é bem maior. Ressalta-se que 5 novos empreendimentos já se manifestaram para adesão ao sistema unificado de inspeção, sendo que a legalidade da unidades que transformam produtos de origem animal tem sido um grande entrave na geração de trabalho e renda, prejudicando o desenvolvimento social e econômico da região dos Extremo Oeste Catarinense. (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO SUASA, 2010, p. 02).

A implantação do SUASA significa, para os municípios consorciados, dispor de uma rubrica orçamentária para realizar concurso para veterinários, agrônomos e técnicos (3 veterinários; 1 agrônomo; 1 técnico em alimentos), para operacionalizar a informatização do sistema SUASA, com a produção de um software SUASA, que funciona on-line. Isso permite ao consórcio assessorar os municípios na elaboração de projetos do Compra Local de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA (Conab, formação de estoque e doação simultânea) e faz as assinaturas das CPRs⁶, contratadas.

⁶ É a Cédula de Produto Rural criada pela Lei 8.929/94, com as alterações das Leis 10.200/2001 e 11.076/2004. Trata-se de título cambial, negociável no mercado e que permite ao produtor rural ou suas cooperativas obter recursos para desenvolver sua produção ou empreendimento, com comercialização antecipada ou não.

5.5 CONCLUSÃO

As novas ruralidades identificadas, como os empreendimentos ou organizações formais ou não formais no espaço rural, têm construído novas formas de organizar a produção e o consumo a partir de princípios de solidariedade. “Ao incorporar valores de liberdade coletiva, certamente, a sociedade criará alternativas ao consumo, à produção e à cultura, intervindo, assim, no seu meio, no sentido da construção de um pensamento e de ações que contribuam para o aperfeiçoamento da democracia participativa” (MOREIRA, 2001, p. 80).

A economia solidária, ao ser incorporada como elemento estratégico nas ações do “CONSAD Extremo”, para dar conta de construir um sistema territorial integrado, apresenta como tendência, ao longo do tempo, acumular experiências e uma nova capacidade institucional para estabelecer uma coesão territorial, com novos usos das redes de infraestruturas, serviços e trabalho:

- i) Condições e recursos do ambiente natural (renováveis e não renováveis);
- ii) Patrimônio histórico material e imaterial (não reproduzível enquanto tal, mas que pode ser incrementado no tempo);
- iii) Capital fixo acumulado em infraestrutura e construções (que pode ser incrementado, adaptado, porém, no conjunto, não pode ser produzido num período breve ou médio);
- iv) Bens relacionais, em parte incorporados no capital humano local: capital cognitivo local, capital social, heterogeneidade cultural, capacidade institucional (recursos renováveis e que podem ser incrementados, mas que podem ser reproduzidos somente em médio ou longo prazo). (DEMATTEIS, 2008, p. 41).

A segurança alimentar, identificada a partir dos princípios da economia solidária, apresenta, no horizonte, uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável, não apenas do ponto de vista dos cuidados com a natureza, mas também uma estabilidade política, que necessita ser protegida e transmitida para as gerações futuras.

A consolidação da economia solidária em prol das gerações futuras, a partir de um plano de ação para promover a segurança alimentar, certamente ocorrerá pela identificação com uma territorialidade ativa no sentido da autonomia alimentar do interesse do território, mas também um patrimônio para o mundo, por se tornar

um grande complexo agroalimentar da América Latina, sobretudo com a valorização ou retorno do espaço rural como parte integrante da reprodução social.

A identificação do território com a produção alimentar é possível ser percebida através das feiras de produtos da agricultura familiar em cada município, mas também se expressa com as festividades regionais: Festas do Milho Crioulo (Anchieta), Festa da Fruta (Mondai), Festa do Pêssego (Descanso), Festa da Melancia (São Miguel do Oeste), Festa Estadual do Moranguinho (Itapiranga):

No domínio do debate em torno do meio rural, sua valorização, identidade e simbologias peculiares, encontram-se as manifestações de toda uma gama de ações cotidianas carregadas de valores próprios e heranças históricas, na qual fundamenta-se a existência desses espaços no imaginário coletivo que expressam em suas iniciativas, sejam elas individuais ou coletivas, o pertencimento ao grupo, a comunidade. Exemplo desse pertencimento se dá nas festividades, onde os mesmos buscam a contemplação das formas pelas quais os mesmos vêem e elaboram o “seu” território, onde o exemplo mais nítido (ainda que não único) fixa-se nos produtos agroalimentares, apresentados com exuberância nesses eventos, mas que também são amplamente valorizados e apreciados mesmo no dia-a-dia das comunidades, ainda que não em tamanha quantidade, combinações e abundância (WANDSCHEER e SOUZA, 2008, p. 04).

“Mas muito além do simples valor econômico, os produtos constituem-se também em alimento (no caso do autoconsumo), contemplam a ocupação diária, além de carregar consigo os resultados do labor dos produtores” (WANDSCHEER e SOUZA, 2008, p. 10). As festas também servem como forma de aproximar a população rural que migrou para a cidade, e demonstra que o rural e o urbano devem ser analisados de forma complementar, a fim de propor novas formas de planejamento, ou seja, investimentos públicos ou capital privado que contemple toda a sociedade, para reduzir a tendência à concentração populacional da cidade, reduzindo as diferenças no território.

O planejamento das ações para reduzir as diferenças no território, no sentido de uma maior autonomia para promover a segurança alimentar, não constitui certeza de que o resultado será alcançado, devido à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Neste sentido, a partir de agora será estudada a percepção dos atores sociais sobre os projetos e as ações do plano de desenvolvimento integrado do CONSAD Extremo, para determinar se, de fato, a intenção proposta no protocolo de intenções caminha de forma a consolidar um projeto de território integrador, com o foco na segurança alimentar, e marcando um novo tempo nos usos mais solidários do

território, porque a segurança alimentar é um problema coletivo. “A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se definir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais” (SANTOS, 2002, p. 25).

5 COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS.

5.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, destacou-se o papel da economia solidária como opção estratégica para combater e reduzir a pobreza no território. Este foi um processo construído com base em relações sociais e territoriais para fortalecer um novo arranjo territorial político e institucional, no sentido de construir uma sociedade mais justa e capaz de estabelecer, a partir da própria experiência cotidiana, um novo olhar sobre a condição humana no território, em favor do direito à segurança alimentar com qualidade e quantidade.

A segurança alimentar edificada sobre os princípios da economia solidária partiu do que já existe, ou seja, a partir das experiências construídas ao longo do tempo pela agricultura familiar com a utilização do saber popular, do saber fazer. “O saber-fazer da fábrica é muito específico e não há quase escolas que propiciem a formação de técnicos, assim o conhecimento deve ser aprendido pelos empregados no próprio chão da fábrica” (SCHNEIDER e RADOMSKY, 2007, p. 254). E, neste caso, resgatando a produção ecológica de alimentos e comercializando os produtos de forma a promover o consumo solidário, com preservação dos recursos sociais e ambientais.

A economia, neste caso, refletiu uma preocupação com as relações de trabalho, com o meio ambiente e com a capacidade dos empreendimentos, fazer autogestão com autonomia. Este processo significou o aprofundamento de uma rede local de sujeitos que, a partir de uma representação política e institucional, começou a estabelecer projetos coletivos de caráter intermunicipal, com o objetivo de promover a segurança alimentar com recursos locais, tais como a utilização dos bens ambientais, dos bens históricos e culturais e da infraestrutura com seus recursos imóveis como solo e as construções e os recursos móveis como a circulação de pessoas, dinheiro, informação e o conhecimento científico e tecnológico de pequena escala. “Eles não aconselham o esquecimento ou

negligência das questões macro, mas o cuidado de verificar que muitas situações macro dependeram de escolhas, estratégias e ações micro” (DEPONTI e ALMEIDA, 2008, p. 11).

A cooperação intermunicipal proposta pelo “CONSAD Extremo” fortaleceu, no território, relações sociais de proximidade física mais direta e constante entre os agentes sociais, que se reconheceram dentro de uma proposta ou de uma demanda já histórica em torno da produção de alimentos, com mais autonomia e com o compartilhamento de experiências e de saberes produzidos pela agricultura familiar:

A fome e a sede são, então, formuladas e saciadas em termos culturais, sociais e históricos. O que se come, com quem se come, quando, como e onde se come, as prescrições e proscições alimentares são definidas pela cultura. É assim que as práticas, classificações e representações da alimentação indicam o status de um indivíduo em uma sociedade, bem como a cozinha de um grupo social, agindo na conformação da relação de pertencimento de seus membros, expressa sua identidade. A comida pode, então, ser tomada como linguagem, como texto cultural que fala do corpo, da família, do trabalho, de relações sociais, de visões de mundo (MENASCHE, MARQUES e ZANETTI, 2008, p. 147).

Este saber fazer local é um grande diferencial do território, porque provém de experiências que não podem ser produzidas num curto período de tempo. “O que busca-se destacar é que, na prática, o elemento central da rede de alimentação alternativa se refere ao enraizamento, que é um instrumento teórico muito útil para relacionar alimento com território” (DEVES e FILIPPI, 2008, p. 10).

O enraizamento das relações sociais e territoriais proporciona um ambiente de relativa estabilidade pelo fato de ser resultado de relações que se acumularam ao longo do tempo, portanto, permanecendo no tempo com as características específicas do Extremo Oeste Catarinense, que não podem ser transferidas para outro território.

Assim, o território é percebido como um componente importante, a partir das relações sociais e territoriais, onde a territorialidade é entendida no seu sentido ativo e positivo. A territorialidade ativa e positiva é um “[...] conjunto de relações que nascem em um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, com vista a maior conquista possível de autonomia, compatível com os recursos de um sistema” (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

A territorialidade ativa e positiva é resultado de relações sociais estabelecidas nos grupos sociais e interagem com a exterioridade, ou seja, com outros grupos

sociais e pessoas, com capacidade de se colocar no lugar do outro e através da colaboração de mediadores, utilizando-a da melhor maneira possível os recursos do território para promover a segurança alimentar com autonomia. O “CONSAD Extremo”, na qualidade de mediador, estabeleceu uma nova relação com os movimentos populares, se diferenciando de outros períodos, quando os mediadores ignoravam a experiência popular:

Na quase totalidade dos casos, os agentes de desenvolvimento não aprenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre uma denegação e uma rejeição dos conhecimentos populares. A capacidade de conhecer e de compreender os conhecimentos populares está no centro da função de mediador que deve também ser a função do agente de desenvolvimento, pois este se configura como um mediador (DEPONTI e ALMEIDA, 2008, p. 05).

Portanto, é objetivo neste capítulo destacar o processo de cooperação intermunicipal para agenciar as políticas públicas de segurança alimentar de forma integrada no território, na perspectiva dos agentes sociais. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os agentes sociais que representam o poder público municipal, estadual e a sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais, entidades de apoio e empreendimentos), que possuem uma relação mais próxima com a produção, comercialização e com o consumidor ou beneficiários de programas e produtos.

Primeiramente destaca-se como o Extremo Oeste Catarinense foi se integrando com as demais partes do território brasileiro, com ênfase nos usos diferentes das técnicas em diferentes períodos de sua história, com o surgimento das redes vertical e horizontal. Depois, são identificados os principais agentes sociais e seus papéis na construção da rede horizontal, para, posteriormente, conhecer a visão destes mesmos atores sobre o que representa o “CONSAD Extremo” na elaboração das políticas de segurança alimentar de forma intermunicipal e a percepção dos atores sociais sobre a migração para o modelo de consórcio público.

5.2 O TERRITÓRIO E AS REDES NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: OS DIFERENTES USOS DA TÉCNICA A PARTIR DAS REDES VERTICAL E HORIZONTAL

A configuração espacial dos municípios do Extremo Oeste Catarinense que compõem o território do “CONSAD Extremo” foi construída a partir de diferentes usos do tempo e da terra, gerando um processo de desenvolvimento marcado pelo uso da técnica:

Neste sentido o “território” das sociedades humanas é algo completamente diferente daquele que foi impropriamente chamado “território” dos estudiosos do comportamento animal. A confusão entre esses dois conceitos pôde acontecer justamente porque nos fixamos por muito tempo a uma visão formal do território como âmbito de domínio espacial. O domínio de um espaço implica a exclusão, antagonismo agressivo, separação. Nas sociedades humanas isto vale somente (e não necessariamente) para os contatos com o exterior, mas a essência histórica do fenômeno está, ao contrário, justamente na superação gradual do nível biológico local, e na transformação daquilo que por natureza tende à exclusão e ao conflito, em um sistema socioespacial fundado sobre comportamentos opostos, dentre os quais estão a comunicação, a cooperação, a troca, e sobre as formas de socialização no interior das formações territoriais sempre mais vastas (DEMATTEIS, 1985, p. 74).

Os diferentes usos da técnica permitem uma leitura do desenvolvimento a partir dos sistemas de objetos e sistemas de ações propostos por Santos (2002) para perceber a realidade dos municípios em movimento enquanto processo e resultado, considerando a dialética das forças produtivas e das relações de produção, com uma preocupação em superar a redução economicista que predomina nos projetos de desenvolvimento já experimentados no território:

[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações, assim como estamos propondo, permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e resultado [...] através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos (SANTOS, 2002, p. 64).

Foi buscando fazer esta interpretação que, no terceiro capítulo, sobre o processo de territorialização do “CONSAD Extremo” destacamos que, antes do processo de colonização, havia uma natureza pouco alterada, formada por objetos naturais e, com o passar do tempo, com a apropriação pelas empresas

colonizadoras, estes objetos naturais foram gradativamente substituídos por objetos técnicos, inicialmente com a derrubada da mata:

O desmatamento tomava conta de árvores cada vez maiores; mesmo nos locais mais íngremes e inacessíveis, a destruição já era iminente. A pressão demográfica da segunda geração de migrantes, frutos incontestáveis da atmosfera religiosa, acelerava e impulsionava a ocupação de mais espaços. As reservas de terra por cultivar, extremamente férteis, paulatinamente foram sendo incorporadas em substituição de outras estéreis, em função da ação do tempo. A abertura de novas estradas, ligadas a outros espaços de consumo, acelerou as relações de mercado, desencadeando a produção de um excedente cada vez maior (EIDT, 2009, p. 189).

Tal processo acelerou a mecanização da terra e, mais recentemente, a introdução, pelas empresas multinacionais, dos elementos cibernéticos ao trabalho. A natureza é artificializada para funcionar como uma máquina, e não apenas no sentido da produção, mas também na acumulação de uma mais valia universal.

Por isso, é necessário entender o funcionamento das estruturas dos objetos e suas implicações nas relações humanas com o espaço ocupado. Neste sentido, a noção de tempo tem uma relação estreita com o espaço ocupado. Tempo e espaço são as principais dimensões materiais da vida humana que se concretizam na sociedade e condicionam as formas e os processos de apropriação dos territórios. Quando esta noção de tempo e espaço é pensada de forma separada, o tempo parece possuir uma estabilidade, mas quando pensada de forma conjunta (indissociável), o tempo perde esta estabilidade e ganha contornos de espiral.

O que significa o tempo como espiral? Significa abordar o território desde sua formação original e como este se organiza no sentido de sua funcionalidade para uma determinada população que se projeta para o futuro como possibilidade. Na medida em que esta projeção acontece, o território vai sofrendo avanços, mas também retornos. Isso lembra Pierre Jorge, quando procurava introduzir a contradição para estudar a dinâmica global, ou seja, de um lado freios (socialismo), e de outro lado aceleradores (capitalismo).

Assim, a análise se dá a partir das técnicas. Aqui é importante reconhecer as heranças, ou seja, as formas herdadas, onde as técnicas tinham outra funcionalidade. No início do processo de colonização, as técnicas eram utilizadas com a finalidade de produzir para subsistência, predominando uma forma de trabalho familiar com base na policultura. “A produção de um excedente constituía

mais um resultado ocasional do que um esforço deliberado. A ordem natural das coisas provocava longos intervalos improdutivo nos períodos de entressafra. Instrumentos rudimentares, intempéries, ataque de parasitas e roedores resultavam numa agricultura incerta” (EIDT, 2009, p. 79).

No período atual, parte da agricultura familiar vai ser utilizada e organizada para servir as grandes empresas de produção de carnes congeladas para exportação, seguindo um modo de produção voltado para a concentração dos recursos naturais, do dinheiro e da especialização produtiva. “Em 1981, Alfredo teve uma decepção sem precedentes. Uma grande agroindústria havia tragado o frigorífico local, de que ele e muitos de seus conterrâneos eram acionistas desde sua fundação” (EIDT, 2009, p. 305).

Vê que seu filho Rafael, mesmo tendo se hiperespecializado em somente uma atividade agrícola, precisava continuamente estar sintonizado com o mundo e com as novas tecnologias, sob pena de ser excluído do processo produtivo. Sua vida passou a ser **controlada por uma empresa hegemônica, que lhe seqüestrou a autonomia e incutiu egoísmo, obrigando-o a renunciar a antigas felicidades** (EIDT, 2009, p. 341), (o grifo é nosso).

Passado e presente se encontram. O presente permite a coabitação das formas anteriores de reprodução da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, se utiliza desta para reelaborar novas formas de trabalho e de usos da natureza. É a coabitação de tempos diferentes no mesmo território, estabelecendo uma nova relação da sociedade com a natureza. A natureza, diante destas formas cibernéticas de trabalho e de gestão do território, não pode mais ser pensada na sua forma natural no sentido de sua auto-organização. Hoje, a natureza é gerida pelas técnicas.

As grandes empresas como a Sadia, Perdigão, Ceval e Aurora produzem ações no território que, juntamente com os objetos técnicos, integram um sistema, um complexo agroalimentar. As ações propostas por estas empresas se materializam através dos objetos. Os objetos carregam um significado muito importante, pois dentro deste sistema de integração os objetos técnicos desempenham um papel de destaque.

Os objetos técnicos acabam assumindo uma dimensão muito superior até mesmo quando comparados com a dimensão humana, daí a necessidade de

compreender suas intencionalidades, pois a técnica é quem faz essa mediação entre o homem e a natureza. A intenção que se esconde por detrás do uso da técnica deve sempre ser objeto de reflexão. Reflexão significa dar um passo para trás, visando perceber melhor o andamento dos acontecimentos, para buscar um sentido pela sociedade. Muito embora seja o homem responsável pela invenção da técnica, esta parece exercer um grande fascínio ao seu criador. O homem comanda a técnica ou a técnica comanda o homem?

Assim, passaram-se anos de 1962 e 1963, com a colônia vivendo imersa nas novas idéias. As economias, antes dirigidas para construir obras comunitárias, eram agora recolhidas para levantar sociedades anônimas, como o frigorífico, o laticínio e uma rádio local. Alfredo destinou um lote de terra que havia adquirido após o seu casamento para adquirir ações dos novos empreendimentos. Ficou especialmente satisfeito com a instalação de uma rádio, conquistada graças aos esforços do padre Afonso e de verbas oriundas de esforços coletivos. Sentia-se irresistivelmente atraído pelos programas religiosos transmitidos pela emissora. **Lembrava-se, e ficou profundamente gravado em seu coração, de seu assombro quando, pela primeira vez, viu e ouviu o aparelho.** Aos domingos, encantava-se com o programa “Família Alegre Reunida”, apresentado pelo pároco padre Albino. (EIDT, 2009, p. 266), (o grifo é nosso).

“O que nossos pais celebravam antigamente, isso nós também ainda hoje celebramos. O que fazia seu orgulho também faz hoje o nosso e, como eles trabalhavam, assim também nós, hoje, o fazemos. *“Fidelidade e honestidade”, este era seu lema e também deve ser o nosso*” (EIDT, 2009, p. 52), (O grifo é nosso). Felicidade e honestidade era o lema dos primeiros colonizadores, que procuravam reproduzir o que aprenderam de seus antepassados das colônias velhas do Rio Grande do Sul.

O período entre 1923 a 1970 foi marcado pelo poder político da igreja, com princípios marcadamente comunitários no sentido da convergência do pensamento na direção da construção de objetos e ações que tinham a mesma intenção de trabalhar a terra, sem maiores preocupações com o futuro e com a acumulação de objetos materiais. Após 1970, com a entrada do capital e das inovações tecnológicas, com a substituição das técnicas rudimentares por técnicas cada vez mais sofisticadas e a incorporação de novas ações que davam função às novas técnicas, o sentimento das pessoas mudou em relação às práticas do trabalho com a terra – a solidariedade era substituída pela competitividade.

Esta mudança tem relação com acontecimentos a nível mundial, especialmente após a segunda guerra mundial, em 1945. A revolução industrial teve seu início na Inglaterra e se espalhou pelos países da Europa Ocidental, Estados Unidos e depois Japão e alguns países asiáticos, como Singapura e Taiwan, e marcou uma divisão do mundo entre os países do norte, industrializados, e os países do sul, fornecedores de matéria-prima. O excedente era coletado e enviado para cidades maiores, e via portos, no litoral, para o estrangeiro.

As consequências do pós-guerra para a Europa foram dramáticas do ponto de vista da sua reconstrução, pois havia demanda tanto de bens materiais como de alimentação. Para suprir esta demanda, o mundo foi convidado a produzir mais. Tanto os países industrializados como os países fornecedores de matéria-prima foram incentivados a aumentar suas taxas de crescimento. O crescimento se tornou uma espécie de ideologia, onde os países depositavam uma fé cega nas taxas de crescimento.

Os países como o Brasil, passaram a ser considerados países subdesenvolvidos, podendo se industrializar e participar do mundo do consumo, o que, anteriormente, era negado. “Quando os pobres perceberem que tinham sido enganados em suas esperanças e que eram realmente os malditos da terra, o sistema teve que encontrar algo de novo a fim de se manter e continuar prosperando [...]. De ora em diante, dever-se-á dar aos pobres a impressão, e não somente a esperança, de que estão emergindo da pobreza” (SANTOS, 2003, p. 29).

No Extremo Oeste Catarinense esta questão pode ser analisada com a aquisição das unidades frigoríficas locais por empresas multinacionais. Estas empresas multinacionais receberam fortes investimentos do Estado de Santa Catarina e do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDS. Para realizar estas operações financeiras e viabilizar os empreendimentos eram realizados empréstimos junto ao Banco Mundial, que funcionava como uma espécie de garantia para o capital americano no exterior.

Os frigoríficos locais eram incorporados por empresas multinacionais que, em contrapartida, recebiam terreno, infraestrutura, isenção de impostos durante 10 anos, pagamento do município sobre a receita da unidade, créditos para capital de giro e financiamento de máquinas e implementos, e empréstimos sobre o faturamento. Estas operações foram largamente incentivadas do ponto de vista legal

pela chamada Lei Kandir, que incentivou a Guerra Fiscal entre Estados e Municípios pelos empreendimentos que, do ponto de vista geográfico, ficou mais conhecida como A Guerra dos Lugares.

Na realidade, não eram importadas somente as tecnologias mais avançadas, mas o modelo de organização produtiva que dava função a estas tecnologias – a tecnologia já vinha com o manual de instrução de como fazer. Neste processo, as gestões públicas municipais e estaduais promoveram um endividamento permanente e cumulativo, além de direcionar a agricultura para a especialização produtiva tipo exportação. O planejamento regional passou a ser tratado pelo poder público local como uma possibilidade de atender a demandas de produtos externa ao território.

Atualmente segundo relato de prefeito em reunião de avaliação do Compra Local de Alimentos no Município de São João do Oeste, 10% das propriedades que trabalham neste sistema de integração com as grandes agroindústrias são responsáveis por 90% do movimento econômico dos municípios. A transição de uma matriz produtiva de tecnologia simples para uma matriz produtiva de alta capacidade tecnológica e complexa promoveu mudanças comportamentais muito bruscas, sendo que 90% das propriedades familiares não acompanharam essas mudanças e buscaram alternativas próprias para se manter na propriedade.

A partir desta constatação, é possível afirmar que este conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações em cada época ou período histórico se deu de forma diferenciada no Extremo Oeste Catarinense. Isto acontece porque, em cada época, os objetos são fabricados e intencionalmente localizados para atender certas finalidades daquela época. Com a união da ciência e da técnica, os objetos técnicos foram ganhando em sofisticação, tanto na sua produção como em seus usos, tendo uma aplicação exata antes mesmo de sua fabricação, para cumprir certa função. Por isso são considerados mais precisos quando comparados aos objetos naturais anteriores ao processo de colonização, 1923, bem como nos primeiros cultivos da terra.

A evolução deste sistema de objetos e sistema de ações modernizou os processos produtivos, como as relações de trabalho, mas não ocorreu de forma uniforme em todo o planeta, e muito menos no Extremo Oeste Catarinense. No entanto, estes novos objetos, muito mais modernos, possibilitaram o aumento da

velocidade da propagação dos objetos técnicos, energia e, principalmente, informação. É evidente que no Extremo Oeste Catarinense o dia continua a ter 24 horas, assim como em qualquer outro local do planeta Terra.

O que foi alterado, principalmente a partir da década de 1970, foi a redução do tempo para transportar pessoas e produtos de um lugar para outro, em função das melhorias nos meios de transporte e a instantaneidade na circulação das informações, convergindo os momentos vividos em função dos avanços na comunicação. Todavia, isto não significa que a hora é mesma nos mais diversos lugares do planeta.

Com a convergência dos momentos vividos, os mais diversos lugares do planeta puderam estabelecer comparações entre si, para ver quem era mais moderno. Por isso se diz que o relógio do mundo passou a ser igual para todos, dentro de uma sincronização despótica segundo Santos (2002), porque não serve a todos os lugares e, principalmente, sua fluidez é estimulada pela competitividade entre as pessoas, empresas e governos, que utilizam esta competitividade como mais-valia universal.

Tudo que serve à produção globalizada também serve à competitividade entre as empresas; processos técnicos, informacionais e organizativos, normas e desregulações, lugares. Tudo o que contribui para construir o processo de globalização, como ele atualmente se dá, também contribui para que a relação entre as empresas – e, por extensão, os países, as sociedades, os homens – esteja fundado numa guerra sem quartel. Como esta é a lei da produção e da circulação das firmas globais, a cada momento a maior mais-valia está buscando ultrapassar a si mesma. Suprema ironia: essa mais-valia tão fugaz não pode ser medida; e, ao mesmo tempo, se tornar a principal alavanca, senão o *motor unitário*, das ações mais características da economia globalizada. (SANTOS, 2002, p. 212).

“Do mesmo modo que não há um tempo global único, mas apenas um relógio mundial, também não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes” (SANTOS, 2002, p. 333). De fato, no Extremo Oeste Catarinense as novas tecnologias não se tornaram homogêneas em todo o território. Mas a existência de um espaço de fluxos cada vez mais rápido ligando os pontos (nós) do território e este com o espaço global, através de redes físicas e de informação, têm produzido alterações no tecido social.

A Figura 6, desenvolvida por Hedrich (2004) procura demonstrar estas alterações no tecido social com a integração socioespacial através das redes e seus efeitos na escala local. Um primeiro efeito é a fragmentação do território, marcada por interesses distintos. Para as grandes agroindústrias, ligadas aos espaços mais distantes, de escala global, interessa adequação das políticas locais para servir ao capital, entendida aqui como a mais-valia universal. Para a agricultura familiar, com suas experiências em pequenas agroindústrias de produtos artesanais, de escala local, interessa a garantia de uma renda mensal e uma melhor qualidade de vida, com a produção de alimentos diferenciados quando comparado aos produtos da grande agroindústria ligada às demandas da globalização:

O primeiro tipo seria de regiões onde predominam cadeias de *commodities* específicas, com padrões de produção estandardizados, em que especialização e busca de economias de escala são as estratégias competitivas, ligadas à presença de grandes empresas voltadas a economia globalizada. A questão chave situa-se na capacidade de acompanhar as inovações tecnológicas, geradas, no geral, fora da região. No outro extremo teríamos o segundo tipo de região, onde predominam estratégias competitivas ligadas à produção diversificada resultante da presença de redes de pequenas e médias empresas do setor agrícola e não agrícola. Nestas pequenas e médias empresas a questão chave é a promoção continuada de inovações, devido a sua capacidade de aprendizagem nos territórios regionais. O terceiro tipo seria o das regiões marginalizadas tanto pelas redes estandardizadas da produção especializada de *commodities*, como pela produção diversificada ligada a relações horizontalizadas de inovação e aprendizagem (MIOR, 2009, p. 03).

Do período que compreende os primeiros anos de colonização até a consolidação da modernidade com o meio técnico-científico-informacional, o Oeste Catarinense tem presenciado uma ruptura da solidariedade territorial quando comparada ao início da colonização, na medida em que existe uma perda da coesão comunitária.

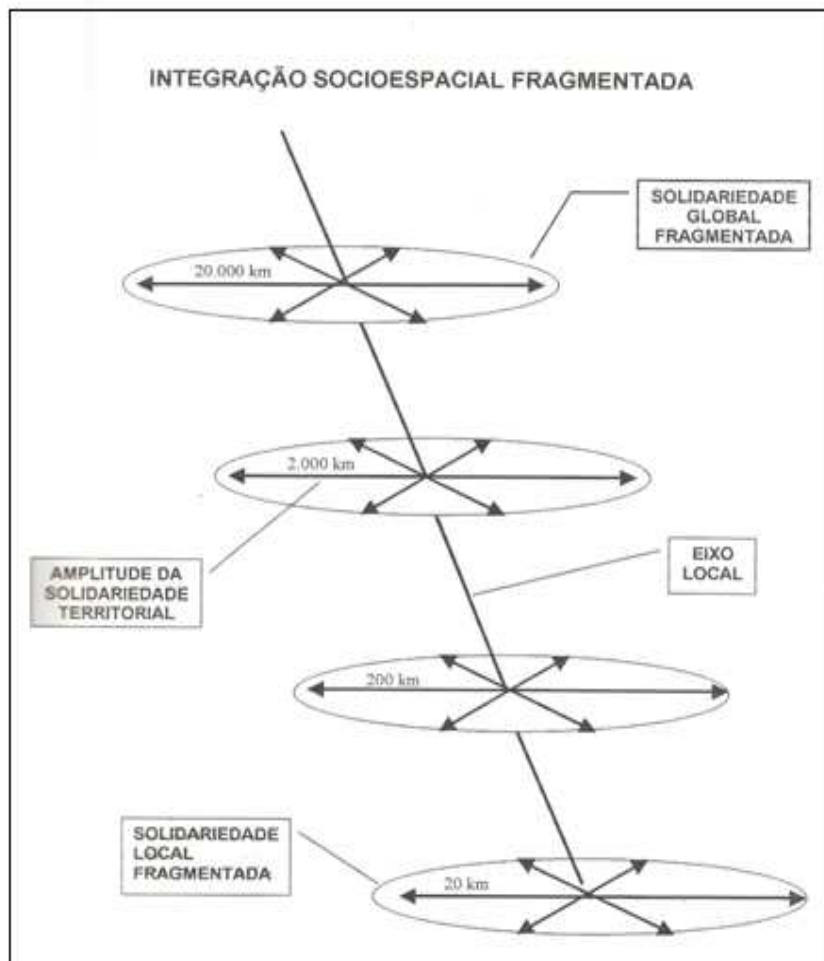


FIGURA 5 - INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL FRAGMENTADA, COMPOSTA POR DISTINTOS ÂMBITOS DE COESÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE, EM UM MESMO EIXO LOCAL.
 Fonte: Álvaro Luiz Heidrich, 2004, p. 52.

No Extremo Oeste Catarinense, ao mesmo tempo, existe esta fragmentação do território, em função da existência destes dois modelos de agricultura: moderna industrial (tecnológica) versus agricultura familiar (tradição - saber fazer local). Neste sentido, parece existir, como propõe Heidrich (2004), uma solidariedade local fragmentada – solidariedade porque admite, na escala local, o atravessamento de modos diferentes de trabalho com a terra, mediados pelo mesmo instrumento de ordenamento, ou seja, o dinheiro em estado puro, como forma de regular as relações sociais pelo consumo. “O consumo, tornando um denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual. O dinheiro torna-se onipresente” (SANTOS, 2000, p.56):

Portanto, a fragmentação e a rearticulação dos territórios que as redes globais criaram não eliminaram em absoluto a territorialidade, uma vez que essas relações entre as redes globais com os lugares, as sociedades e as culturas locais podem não ser um processo homogeneizador e destrutivo. ***Pensamos que é o momento em que a população local tem de se organizar e resistir criando novos vínculos sociais com capacidade de auto-organização.*** As novas configurações territoriais emergentes dos processos de concentração, descentralização e de conexões espaciais impulsionam os fluxos de informações do planeta (UEDA, 2008, p. 81), (o grifo é nosso).

Neste sentido, a perda da coesão comunitária deve ser analisada a partir das redes, enquanto processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Para Mior (2009), é importante demonstrar a interação das redes verticais e horizontais nas regiões rurais como o Extremo Oeste Catarinense agindo no território. “Se as redes verticais foram tradicionalmente analisadas dentro de um recorte setorial, a partir da abordagem da cadeia de commodities, as redes horizontais têm sido abordadas, dentro de um recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e de aprendizagem”. (MIOR, 2009, p. 02):

Teríamos dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo rede vertical refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. As redes verticais e horizontais estão associadas à idéia de desenvolvimento setorial e territorial, respectivamente. (MIOR, 2009, p. 02).

Neste contexto, o Extremo Oeste Catarinense, segundo Mior (2009), apresenta um espaço emblemático para o estudo das dinâmicas dos sistemas produtivos locais, já que coexistem redes verticais e horizontais. Neste sentido, o “CONSAD Extremo” tem desenvolvido ações para fortalecer as redes horizontais de produção familiar com o apoio de diversos ministérios do governo federal, pois o sistema de produção de alimentos, atualmente, está sendo fortemente influenciado pelo processo de globalização da economia, que acaba interferindo nos sistemas locais de produção de alimentos, justamente onde atuam as redes horizontais:

Além desse arranjo vertical, pelas características das ações propostas, é necessária, ainda, uma maior articulação horizontal. Ou seja, no caso do

governo federal e dos governos estaduais, devem-se ampliar as ações coordenadas de vários setores dos governos junto aos projetos territoriais. Quando se analisam as propostas originais do Programa Fome Zero, com suas ações estruturantes, emergenciais e locais, salta aos olhos a necessidade de uma ampla articulação interministerial para seu êxito. Assim, mais do que uma ação ministerial, propostas como a dos CONSADs, que visam à segurança alimentar e ao desenvolvimento local mediante a inclusão das populações pobres, requerem ações coordenadas de vários ministérios (ORTEGA, 2007, p. 293).

A crescente interferência das redes verticais nos processos locais de produção e consumo de alimentos motiva as redes horizontais a se organizarem em produzir alimentos com agregação de valor e diversificação da produção. A construção da rede horizontal se deve muito às políticas públicas de apoio à agricultura familiar, principalmente nos anos 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as conquistas relacionadas a mudanças na legislação na produção de alimentos do tipo artesanal pelos movimentos sociais do campo.

A produção de alimentos de forma artesanal pela agricultura familiar foi possível em função da contribuição dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e pelo poder público local. A participação do poder público ocorreu principalmente com a introdução de políticas públicas de apoio às agroindústrias familiares, oferecendo, ainda que precariamente, serviços de legalização dos produtos, como a inspeção sanitária, ambiental e fiscal:

A partir de meados dos anos 90, estas agroindústrias e suas redes sociais passam a conviver com outro ambiente organizacional e institucional. Do ponto de vista da regulação da atividade de processamento e comercialização de alimentos, ocorre o processo de descentralização e ampliação da fiscalização dos aspectos sanitários, fiscais e ambientais de operação dos empreendimentos agroindustriais. Por exemplo, a inspeção sanitária de produtos de origem animal passa também a ser feita pelos estados e municípios, tal como a vigilância sanitária dos alimentos e medicamentos (MIOR, 2009, p. 10).

Os incentivos à organização horizontal fortaleceram a unidade de produção familiar com o surgimento de pequenas agroindústrias de produção artesanal. Com a facilidade de processar os alimentos, as receitas de comidas que as mulheres agricultoras elaboravam na cozinha apenas para o sustento da família passaram a ser fontes de renda. Com a ampliação de produtos a economia regional se tornou

diversificada, principalmente com a adoção de práticas agroecológicas de produção de alimentos.

5.3 A REDE LOCAL DE SUJEITOS

A construção de uma rede local de sujeitos no território do “CONSAD Extremo” é um processo que possui avanços e desafios. Os avanços estão relacionados às condições históricas, marcadas pelas experiências da agricultura familiar de pequena escala e sua interface com as grandes empresas que atuam no território.

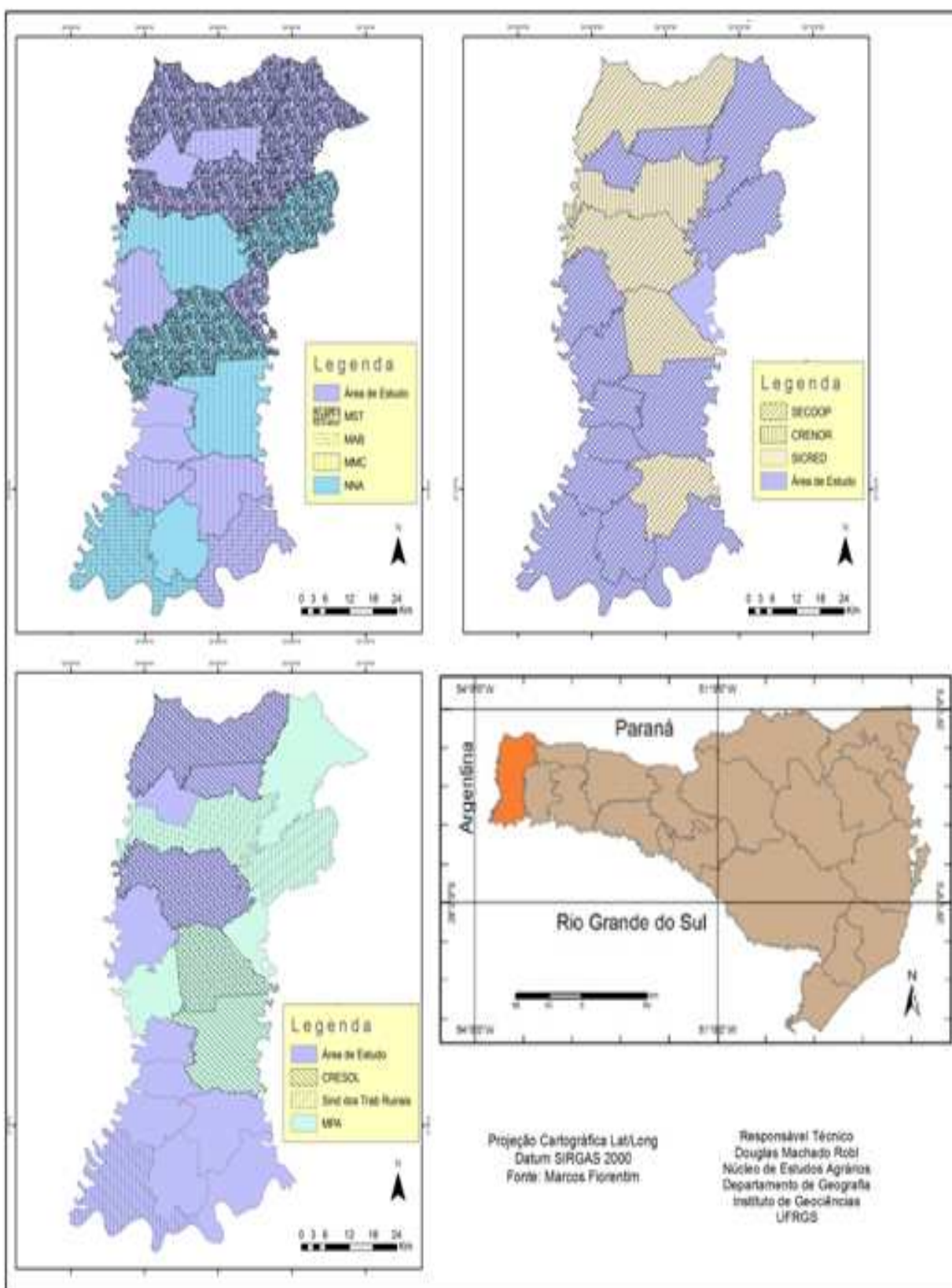
A rede de sujeitos está diretamente ligada ao contexto da agricultura familiar, onde ocorrem as relações de proximidade física (face-a-face) do conhecimento popular, da confiança e da própria reciprocidade, que ultrapassa os limites da comunidade e do município para se tornar regional, incluindo a população urbana dos municípios que, na grande maioria, tem origens no trabalho agrícola familiar:

Assim, a reciprocidade pode se firmar como o fundamento para a consolidação das redes que se projetam num território. De certo modo, as redes funcionam como fluxos, cujos nós são ligados por meio dos códigos, e a materialidade de suas relações não se opõe aos aspectos sógnicos. A recorrência destes fluxos num dado espaço, para os quais os códigos e a reciprocidade são essenciais, criam linhas que configuram o território e desenharam os mapas de pertencimento dos atores sociais. (SCHNEIDER e RADOMSKY, 2007, p. 254).

Porém, os avanços conquistados historicamente pela proximidade e pelas relações de reciprocidade que se estabelece em torno de uma rede local de sujeitos não são suficientes para construir uma rede de cooperação. É necessário que a rede local de sujeitos avance no sentido da organização do sistema para superar conflitos e estabelecer negociações coletivas.

A organização de um sistema local de sujeitos sociais organizados em rede exige que os atores sociais elaborem, a partir de diferentes pontos de entendimento, uma racionalidade capaz de estabelecer regras para organizar o território no que tange à produção, comercialização e consumo. Para os entrevistados, muitos foram

os agentes sociais que contribuíram neste processo de desenvolvimento do território Extremo Oeste Catarinense.



MAPA 8 - MAPA DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010

Os agentes sociais mais citados pelos 21 entrevistados que, de forma espontânea, se destacaram e contribuíram para o desenvolvimento do Extremo Oeste Catarinense foram a EPAGRI (24%), CONSAD (12%), Sindicatos (10%), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento de Mulheres Camponesas (7%).



GRÁFICO 7 - AGENTES SOCIAIS QUE CONTRIBUEM ATUALMENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo

A EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina) é considerada uma das responsáveis por impulsionar o desenvolvimento, porque ajuda o agricultor na orientação para melhor organizar a produção e a propriedade. A orientação acontece através de visitas dos técnicos às propriedades e através de cursos de profissionalização que preparam os agricultores:

Olhando hoje, com a introdução da Caixa Rural, que foi a primeira cooperativa aqui no município, e depois com a criação de mais cooperativas, o agricultor conseguiu se organizar melhor e acreditar mais em si, e começou a investir mais, profissionalizar-se, e colocar estruturas melhores para produzir. Tudo isso graças ao corpo técnico colocado à disposição pela EPAGRI, e depois pelas próprias cooperativas e agroindústrias, que conseguiram fazer grandes parcerias com o agricultor, e assim foi feita uma grande evolução no setor produtivo (AGENTE SOCIAL: C3).

A orientação técnica possibilita ao agricultor fazer um planejamento familiar do que será produzido, através de conhecimento e informações. No entanto, para os entrevistados, no passado a EPAGRI esteve mais presente junto ao agricultor. Hoje exerce um papel muito de escritório, em função de que falta um quadro de pessoal efetivo na instituição para fazer o trabalho de campo.

A falta de quadro de pessoal é uma realidade, pois na fala dos entrevistados é possível perceber que a EPAGRI atualmente é sempre associada ao Projeto Microbacias, um projeto do Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural com financiamento do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O Projeto Microbacias tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, da melhoria das condições de moradia e no estímulo a uma melhor organização e participação dos atores sociais no planejamento, gestão e execução das ações.

O Projeto Microbacias resolveu temporariamente a falta de uma maior atuação no trabalho de campo, através da contratação de facilitadores de microbacias. A aproximação do facilitador de microbacias junto ao agricultor, em alguns municípios, tem alavancado o processo produtivo. Um exemplo é o Município de Itapiranga/SC, que aumentou os valores financeiros movimentados no município.

Assim, o agricultor parece ter voltado a acreditar mais na profissão, e a acessar mais linhas de crédito para aumentar a média de produção nas propriedades, ficando demonstrado que não é apenas o comércio que promoveu o crescimento econômico, e sim o processo produtivo familiar. Mas, paralelo à promoção do crescimento econômico, o projeto tem recebido críticas pela forma como tem organizado os agricultores, bem como pela forma como tem utilizado os recursos:

Está fazendo um trabalho junto às microbacias, mas eu acho ainda muito pouco no sentido de fazer um ambiente mais agroecológico. Percebemos, dentro dos grupos de microbacias, ações coletivas para comprar veneno, adubo químico, e isto para mim foi o fim da esperança nas microbacias. No meu entendimento, se eles querem fazer coisas em grupos, deveriam fazer os próprios adubos dentro das propriedades. Nós não precisamos de veneno, podemos produzir o nosso próprio repelente e dentro de uma horta podemos fazer autocontrole das pragas com substâncias produzidas em casa e não ficar direcionando dinheiro para estas multinacionais que produzem veneno (AGENTE SOCIAL: C1).

Ao término do Projeto Microbacias se extingue a contratação dos Facilitadores de microbacias. Portanto, os grupos de microbacias que não construíram uma sustentabilidade com a constituição de cooperativa de comercialização para manter o facilitador terá dificuldades para dar continuidade ao planejamento das ações, trazendo reflexos à economia dos municípios, porque, do ponto de vista ambiental, as contribuições ocorreram de forma pontual.

O “CONSAD Extremo”, apesar de sua presença ser recente, é citado por 12% dos entrevistados como uma importante política pública, que traz informações e mais conhecimento dos programas do governo federal para o agricultor, ao mesmo tempo em que é reconhecido por 16% dos entrevistados como uma das principais políticas públicas contemporâneas no território, como destacado no Gráfico 8.

Percepção dos agentes sociais em relação as políticas públicas contemporâneas que atingiram ou atingem o desenvolvimento do Território Extremo Oeste Catarinense

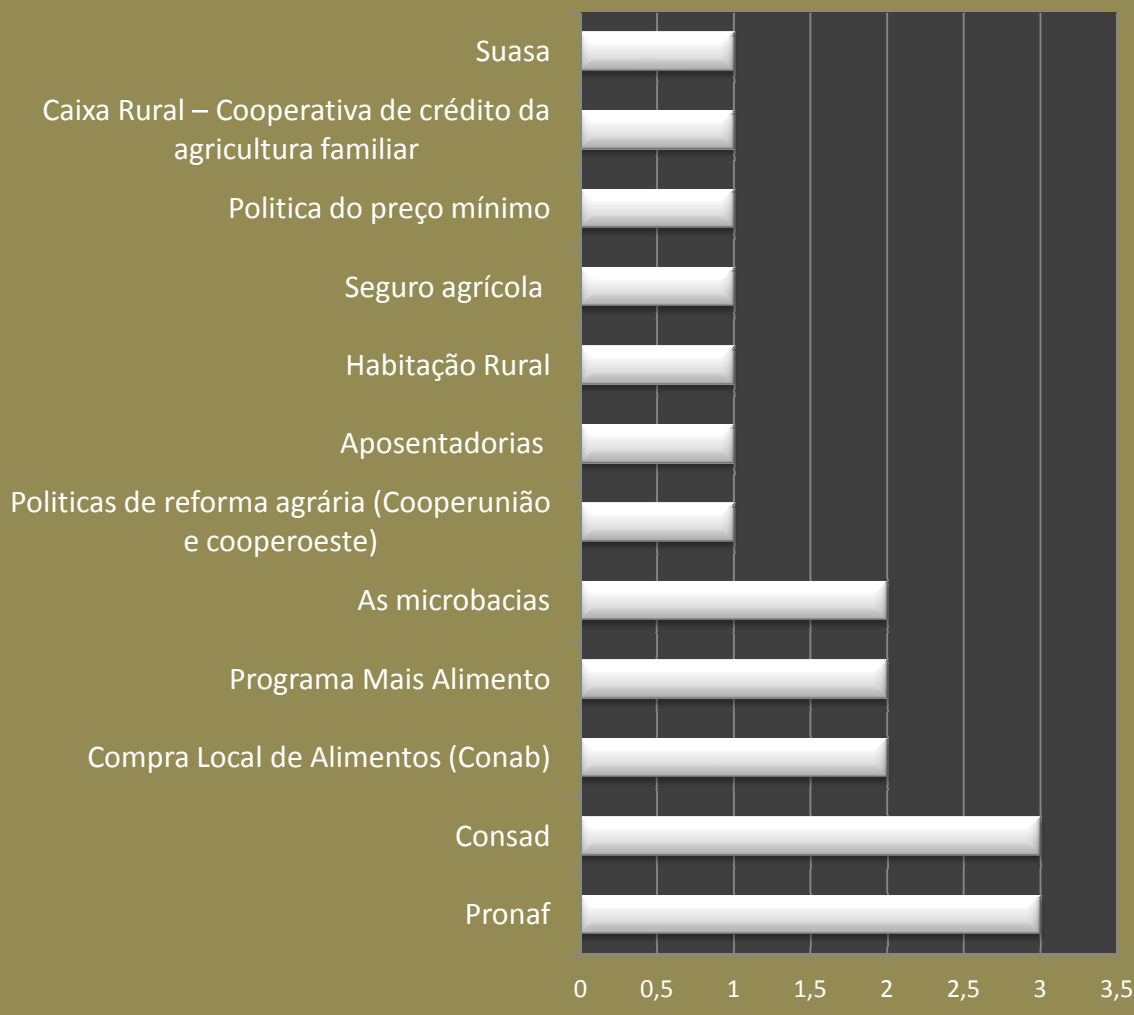


GRÁFICO 8 - PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS QUE ATINGEM OU ATINGIRAM O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO EXTREMO OESTE CATARINENSE (Em%).
 Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo

Como articulador, o consórcio tem estimulado a cooperação intermunicipal, para poder contribuir no processo de desenvolvimento local, a partir da elaboração e gestão de projetos compartilhados. Estes projetos compartilhados possibilitaram o planejamento de ações para promover a segurança alimentar e nutricional entre os municípios consorciados. O “CONSAD Extremo” desempenhou o papel de

articulador junto ao governo federal, viabilizando o processo de industrialização dos produtos da agricultura familiar e abrindo espaços de comercialização da produção:

Hoje o CONSAD é um grande articulador, pelo fato de que ele trabalha muito com a agricultura familiar dentro dos municípios aqui do Extremo Oeste. A maioria dos municípios é de agricultores familiares, pequenos agricultores que tem seus 5,10 ou 15 hectares de terra. Então eles têm tendo a oportunidade de expor os seus produtos, que antes não tinha. Então, até antes mesmo de entrar o CONSAD, você não tinha algo que pudesse estar viabilizando uma perna de salame, mostrando o produto, ou a questão até do próprio açúcar mascavo, isso não tinha onde expor e agora, com o CONSAD, abriu certas portas para a venda desses produtos e até mesmo pra exposição desses produtos. Eu acho que ele é um grande articulador no momento. Um dos grandes movimentos sociais que também contribuiu foi o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), e que também, em conjunto com o MST, fizeram várias movimentações, buscando a questão da reforma agrária, da habitação rural, juntamente com os sindicatos também, que se envolveram junto o MPA e o MST, e teve um MAB, que teve um envolvimento nessa época (AGENTE SOCIAL: P6).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é apontado pelos entrevistados como um movimento que, historicamente, desenvolveu trabalhos de inclusão social e produtiva para muitas famílias de agricultores. As famílias envolvidas no movimento estão saindo da exclusão e se incluindo novamente na sociedade com um novo modo de perceber a vida, mais focado na cooperação, com destaque para a produção para subsistência e, concomitantemente, desenvolvendo ações para recuperar as sementes crioulas⁷.

A conservação das sementes crioulas foi de responsabilidade das mulheres agricultoras. Estas, diferente dos homens, que exercem o trabalho em poucas culturas, geralmente são aquelas que trazem mais ganhos financeiros, pois a mulher trabalha com diversas culturas ao mesmo tempo, principalmente as culturas ligadas à alimentação da família e de ervas medicinais. Foram estas situações históricas que favoreceram a mulher agricultora trabalhar e desenvolver práticas alimentares agroecológicas:

⁷ No Extremo Oeste Catarinense, a agrobiodiversidade mantida pelos agricultores familiares possui, cerca de 150 variedades de milho, incluindo o milho pipoca, 50 de arroz, em torno de 120 de feijão, centenas de mandioca e dezenas de hortaliças. A região é rica em espécies e variedades selecionadas e mantidas pelas famílias ao longo das gerações. Elas possuem diferentes tamanhos, cores e sabores como: milho roxo, branco, amarelo e creme; o feijão mouro, preto, vermelho, branco e verde. Favas com vagens compridas e curtas, ervilhas beges e verdes, lisas e rugosas. Há espécies e variedades cultivadas somente pelos agricultores, sem similares no mercado regional, como o tradicional porongo utilizado para fabricação de cuia para o chimarrão e a esponja utilizada para lavar louça e tomar banho. (CANCI, GUADAGNIN e MOREIRA, 2010, p. 25).

É uma referência ecológica, que mais se empenha para ter um trabalho relacionado com a agrobiodiversidade. Trabalhamos muito com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros ministérios do governo federal que nos ajudaram a promover oficinas de preparação das famílias para manter-se na unidade de produção. Qual a diferença entre unidade de produção e propriedade? (pesquisador). A propriedade é muito individualismo, onde os outros que se dane. Se um agricultor faz uso de veneno o outro não está nem aí pela saúde da comunidade, e é muito capitalismo voltado para o particular. Centralização e unidade de produção servem para uma coisa mais ampla que pode favorecer a pessoa e as outras pessoas ao redor, com trocas de mudas de árvores entre vizinhos e o ambiente como um todo. (AGENTE SOCIAL: C1).

“É assim que os alimentos produzidos para o autoconsumo da família, predominantemente a partir do trabalho feminino, são considerados miudezas, termo utilizado para denominar os produtos que, oriundos das pequenas hortas, pomares e lavouras, não se destinam a atividades comerciais” (MENASCHE, MARQUES e ZANETTI, 2008, p. 150).

A presença da mulher agricultora como importante ator social aconteceu pelo espaço aberto a elas pelo movimento sindical para se organizarem e buscarem seus direitos. Os sindicatos ligados à agricultura, através de reivindicações ao poder público, conseguiram levar informação aos agricultores, que, a partir delas, souberam se organizar melhor, aumentaram a produção e melhoraram a qualidade dos alimentos.

Os sindicatos foram e continuam sendo um caminho importante para que o agricultor tenha conhecimento das políticas públicas e faça chegar estas políticas públicas aos agricultores. Mas sua atuação, enquanto agente transformador da realidade, sempre encontrou limitações para organizar um sistema local de produção de alimentos.

5.4 A COR DOS ALIMENTOS: O CONSAD EXTREMO NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS

O “CONSAD Extremo”, ao desenvolver ações de cooperação intermunicipal no território, conseguiu ultrapassar os limites de uma política pública de segurança alimentar apenas reivindicativa, predominante até sua constituição. O consórcio

atuou de forma propositiva através de ações planejadas e coordenadas entre os entes públicos municipais, estaduais e federais, com a colaboração da sociedade civil organizada.

Apesar de o consórcio atuar na sua fase inicial como interveniente, suas iniciativas prosperaram pelo território, estimulando os municípios consorciados a participar das decisões sobre os destinos do território no que se refere à segurança alimentar, mas também em assuntos e temas que afetam direta ou indiretamente o fortalecimento do processo de organização do sistema local de produção de alimentos com autonomia.

Como este processo é recente, buscou-se conhecer a visão dos agentes sociais do território sobre o que tem representado o “CONSAD Extremo” na elaboração das políticas de segurança alimentar de forma intermunicipal. É importante destacar que os agentes sociais entrevistados, além de possuírem uma visão particular sobre os desafios da promoção da segurança alimentar, são parte integrante do fórum do consórcio, atuando de forma coordenada junto aos demais agentes territoriais. Para conseguir as opiniões dos agentes sociais e evitar constrangimentos, utilizou-se uma metodologia menos direta com o entrevistado, de modo a evitar respostas muito racionais sobre um processo que é inicial e evitar conflitos com os interesses das instituições e organizações que os mesmos representam.

Esta metodologia consistiu em montar um quadro de cores para que o entrevistado pudesse expressar seu sentimento sobre o consórcio. Foi perguntado ao entrevistado: Se o “CONSAD Extremo” fosse uma cor branca seria um [...] (Exemplo de resposta: seria um caminho diferente), e após foi pedido para justificar a resposta. O procedimento foi repetido para as demais cores. A metade dos entrevistados recusou-se a responder esta questão, enfatizando que não conseguia lembrar nada que relacionasse o consórcio àquela cor. Neste caso, as respostas trabalhadas foram referentes apenas a 50% dos entrevistados. Então, a partir das respostas, foi realizada uma conclusão, agrupando as respostas em elementos positivos e negativos.

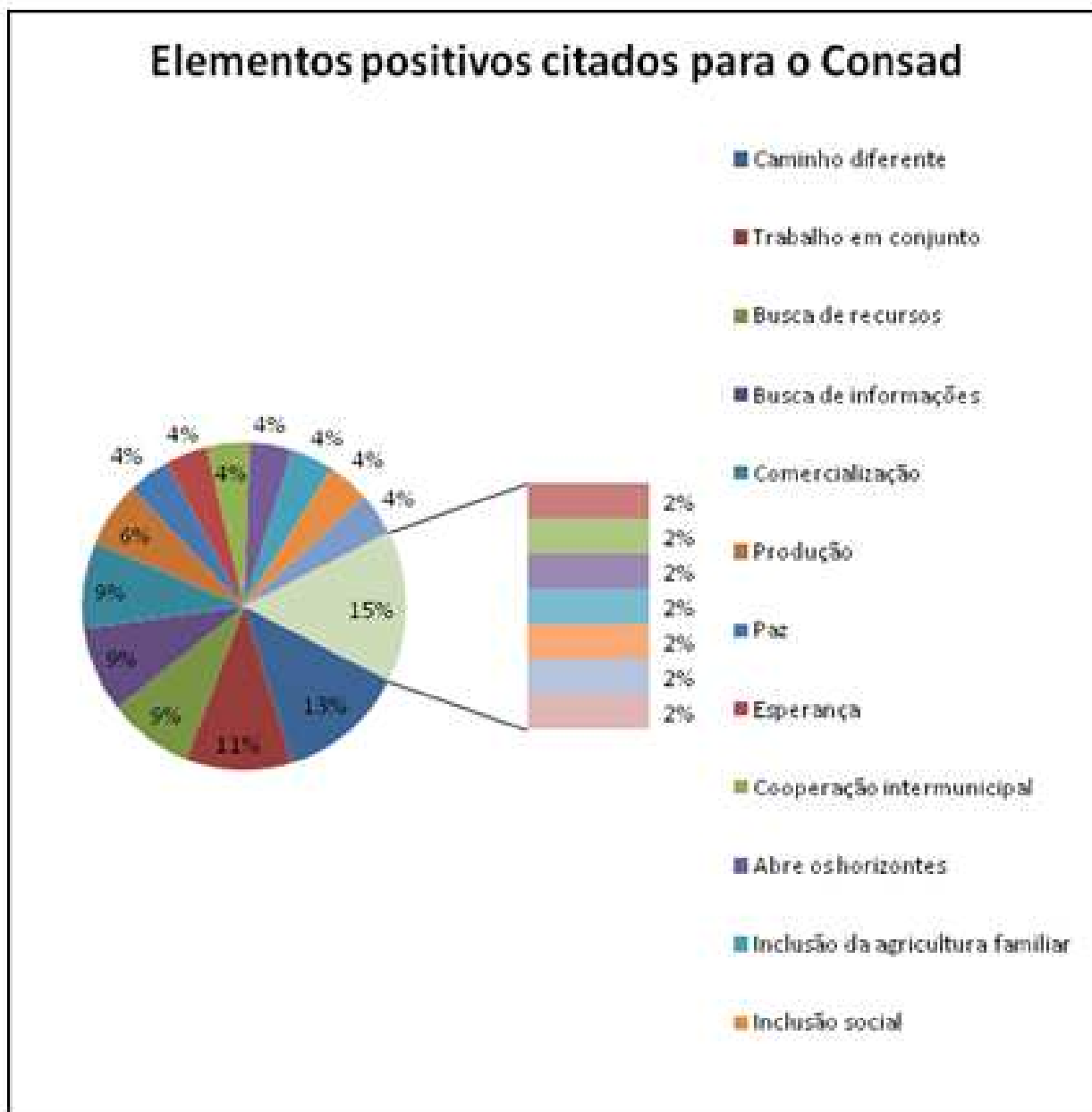


GRÁFICO 9 - ELEMENTOS POSITIVOS CITADOS PARA O CONSAD EXTREMO NA APLICAÇÃO DO QUADRO SOBRE O SIGNIFICADO DA COR DOS ALIMENTOS (Em %).

Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo

5.4.1 CONSAD Extremo: Um caminho diferente

O trabalho realizado pelo “CONSAD Extremo” tem efeitos sobre o território, principalmente na melhoria das condições de vida na estrutura familiar, porque o agricultor consegue comercializar seus produtos e assim gerar mais renda para a família. Muitas escolas foram beneficiadas com os projetos de hortas comunitárias,

onde os alunos aprenderam a organizar os alimentos dentro de uma horta, e estes conhecimentos aprendidos foram levados para suas casas e colocados em prática na propriedade.

As famílias que se beneficiaram com os programas conseguiram melhorar a convivência para além dela. Embora ainda exista uma grande caminhada a percorrer, as políticas públicas de segurança alimentar estão começando a chegar a quem precisa. Os agricultores e o público de baixa renda beneficiados pelos programas começam a se enxergar como alguém que é capaz de produzir e trabalhar em conjunto para comercializar os produtos, participando de compras públicas como aquelas realizadas pela CONAB:

Acordou muita gente para pensar que individualmente não se vai para frente e é preciso trabalhar em conjunto para que a nível local chegue recursos federais através das ações do CONSAD. Estamos atualmente com mais possibilidade de buscar recursos e assim ajudar a melhorar a situação de muitas famílias que talvez fossem migrar para uma grande cidade e acabar morando em uma favela, e agora têm a possibilidade de permanecer aqui na região, porque existe mais facilidade do agricultor produzir e vender seus produtos, como é o caso do Programa Compra Local de Alimentos – PAA. O produtor se anima a produzir mais porque sabe que seu produto tem destino garantido e não vai ficar mais perdendo seu produto na lavoura por falta de local para comercializar (AGENTE SOCIAL: C1).

Nas reuniões de avaliação dos programas é possível perceber que os agricultores estão se organizando mais e fazendo investimentos em tecnologias para aumentar e melhorar a produção, porque começaram a perceber o surgimento de novas possibilidades, de novos modos de vida e de produzirem alimentos mais solidários.

As práticas decorrentes da nivelação da alimentação em poucos produtos, na sua maioria vindos de fora do território, são vistas como fatores que sufocam a cultura alimentar regional e a qualidade dos alimentos. “Neste sentido, a ação do Programa Fome Zero ocorreu de maneira a revitalizar e “resgatar” a produção de alimentos e o conhecimento a ela associado” (GAZOLLA e SHNEIDER, 2007, p. 89).

Por outro lado, as possibilidades de promover uma inversão nos fluxos alimentares no território, com prioridade para o mercado institucional e para a inclusão de famílias agricultoras rurais e urbanas nesse processo, visando melhorar o acesso à alimentação para grande parte da população que vive em situação de

risco e de insegurança alimentar, tanto nas áreas urbanas como rurais, são vistas como alternativas capazes de serem efetivadas.

Com a renda gerada e apropriada pelo “produtor” sendo consumida na sua própria localidade, gerando economias locais, estimularia o entorno da região, gerando diversificação, que geraria alternativas internas para o território. A presença de um coletivo organizado – produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representações do Estado – que se organiza envolvendo um mínimo de solidariedade numa estrutura competitiva e no esforço endógeno para melhorar as técnicas utilizadas nas atividades locais, apresentando inovações, produzindo internamente e atendendo (também), um mercado externo sem ser necessariamente dependente, sem proteção cambial e/ou política específica do Governo é um propulsor do desenvolvimento de uma localidade (MAIA, FILIPPI e RIEDL, 2009, p.197).

A condição de produzir alimentos com diversificação é considerada importante para manter a agricultura familiar e proteger o sistema local de produção de alimentos e da própria reprodução social. “A agricultura familiar sobreviveu a duas ou três estiagens consecutivas justamente porque tem esta diversificação na condição de produzir, bem diferente dos produtores do Rio Grande do Sul, que produzem apenas um tipo de produto (AGENTE SOCIAL: P1).

Na fase inicial dos trabalhos do consórcio, os governos Federal, Estadual e Municipal participaram da elaboração do plano de ação, mas, segundo os entrevistados, estas instituições não conseguiram dimensionar a importância e papel do consórcio para ajudar a organizar um sistema local territorial de produção de alimentos sob a ótica da solidariedade:

As coisas mudaram muito desde que surgiu o CONSAD principalmente no que se refere a órgãos públicos mudou muito a visão sobre as coisas. O CONSAD trouxe uma visão de política pública diferente a partir do momento que começou a desenvolver suas ações. Eu penso que ainda um papel muito grande para fazer porque muitos atores públicos não têm clara a importância do CONSAD para os projetos possam se tornar uma política pública que o agricultor tem acesso. Muitos atores públicos não enxergam o CONSAD como um caminho para projetar o desenvolvimento da região e percebo isso principalmente no início de cada administração, pois, a coisa parece que dá um baque (AGENTE SOCIAL: C6).

O mandato administrativo dos prefeitos é de quatro anos, e o horizonte possível de ser enxergado também tem sido apenas de quatro anos. A cada mudança de administração o cenário político acaba mudando, porque os novos prefeitos não conhecem as formas de cooperação entre o consórcio e o município.

“Muitos prefeitos não estão ainda preparados para atuar enquanto consórcio público intermunicipal porque colocam as disputas políticas partidárias na frente dos interesses públicos regionais” (AGENTE SOCIAL: C5):

O esforço do MDS por implementar o Programa com eficácia e rapidez dentro do ano fiscal comprometeu a qualidade do trabalho. Na formulação dos Planos de Ação para 2004, antigos projetos já elaborados em programas anteriores, ainda que não implementados, que nem sempre se caracterizam por alto impacto de segurança alimentar, foram encaminhados. Por sua vez, a simultaneidade do calendário eleitoral do ano de 2004 (eleições municipais) complica a montagem do CONSAD e a concertação que alcance um pacto territorial. Dificuldades na liberação de recursos em função da lei eleitoral causaram a desmobilização e a descrença em muitos CONSADs. A rapidez na identificação dos projetos, para cumprir os prazos eleitorais para elaboração dos Planos de Ação, resultou em “desengavetamento” do estoque de projetos anteriores sem sua avaliação criteriosa em termos de inclusão social e segurança alimentar. Com todas as limitações de tempo para implementar o CONSAD e do prazo das EIRs, as “oficinas municipais” acabaram contando com a presença, sobretudo, de pessoas envolvidas com o poder público, o que explica, inclusive, o perfil dos Planos de Ação encaminhados (ORTEGA, 2007, p. 294).

Por outro lado, as respostas significativas que vêm sendo dadas pelas famílias agricultoras e por empreendimentos agroalimentares solidários em termos de organização e de produção, verificados no levantamento referente ao Programa Compra Local de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, demonstram que há uma possibilidade concreta de beneficiar a população local com a substituição de um conjunto de mercadorias por alimentos oriundos do próprio território, oportunizando o acesso dos agricultores familiares excluídos de outros sistemas ao mercado institucional.

O consórcio, na condição de interveniente, foi determinante para buscar caminhos para acessar projetos e, ao mesmo tempo, ofereceu instruções e tirou dúvidas na elaboração dos projetos, sendo uma ponte entre os municípios e o governo federal:

O CONSAD fortaleceu, discutiu e sentou com os líderes regionais que resultou no surgimento de novos empreendimentos de economia solidária. Não é o CONSAD que dá o amparo legal, mas ele é um espaço para tirar dúvidas, recorrer a algumas informações pelos empreendimentos, embora muitas das sugestões propostas acabaram não se concretizando na ponta por motivos de disputas partidárias (AGENTE SOCIAL: C5).

A disputa partidária tem sido observada pelos entrevistados como um entrave para que os programas possam atingir seus objetivos e metas. “As pessoas que estão à frente do CONSAD e da CONAB estão com o pezinho no ar, porque às vezes são lançadas muitas propostas grandiosas, mas que na realidade acabam não se cumprindo” (AGENTE SOCIAL: P2).

Mas, ao mesmo tempo em que os programas estão abrindo as portas para os agricultores, a disputa partidária, por sua vez, tem causado interrupção em projetos, principalmente aqueles vinculados ao governo do Estado de Santa Catarina. É uma situação que inviabiliza o cumprimento das metas, mas tem um efeito ainda mais devastador, que é a quebra de confiança entre os entes partícipes dos projetos, assim como a população beneficiada, e a imagem do consórcio também é prejudicada:

A pouca capilaridade do MESA, e depois do MDS, sem uma estrutura verticalizada, exigiu a realização de parcerias com os governos estaduais para a implementação dos territórios CONSADs. Assim, o sucesso dessa política acaba ficando dependente do envolvimento e interesse dos governos estaduais. Esse envolvimento, para municípios e sociedade, é importante, pois representa ainda maior credibilidade ao Programa. Assim, ao contrário do que ocorre com os territórios rurais do MDA, que aproveitaram a estrutura de programa anterior em nível estadual, os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e Sustentável, o MDS carece de uma instância que articule as ações dos governos estaduais e federal, e que possibilitaria não somente aquela maior credibilidade por parte de poderes políticos locais e sociedade civil, mas também auxiliaria na seleção e implementação de projetos que precisariam contar com a participação dos governos estaduais (ORTEGA, 2007, p. 293).

O poder público estadual, através das suas Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs, não deu importância para este modelo de organização construído coletivamente pelos atores partícipes do CONSAD, dificultando a liberação de recursos que o governo federal tinha disponibilizado ao Estado para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. “Se poderia ter avançado mais se o Estado tivesse participado de forma cooperativa com o CONSAD. O Estado poderia até ter utilizado recursos do Fundo Social para promover, de forma mais efetiva, o Programa Compra Local de Alimentos, e não utilizar estes recursos para fins eleitoreiros para poder gerar futuro” (AGENTE SOCIAL: P1).

A construção de um novo modelo de desenvolvimento para o território não acontece sem disputas. Afinal, é o embate entre o novo e o velho que promove as

mudanças e estabelece uma nova diretriz para um desenvolvimento de forma mais integrada entre os entes federados e as organizações sociais, através da continuidade da pequena propriedade, com o fortalecimento da agricultura familiar, se estruturando em cooperativas de comercialização:

Primeiro momento. O CONSAD ajudou a discutir as alternativas para outro modelo de produção e de oferecer renda às famílias, e também que o agricultor investisse mais na produção para subsistência. Eu percebo que depois da presença do CONSAD aqui no Município de Iporã do Oeste as famílias de agricultores estão investindo mais nesta questão de produtos de subsistência. Então o CONSAD colaborou para trazer esta visão para a gente ou confirmar esta visão que nós tínhamos, mas que precisava se passar para dentro do governo e posteriormente ir para ações práticas. Segundo momento. Contribuiu para organizar os agricultores para comercializar seus produtos de forma direta e assim poder descobrir novas formas de aproveitamento da sua propriedade. Quando estávamos na prefeitura compramos mais de 400 mil em produtos vindos da agricultura familiar e isto fez com que tivesse renda complementar para o agricultor e, ao mesmo tempo em que os produtos fossem repassados para as mais diversas entidades assistenciais, que puderam utilizar estes alimentos e se sustentar, como foi o caso do hospital municipal, que recebeu produtos de qualidade e sem precisar pagar por isso, podendo investir este dinheiro em outro lugar onde mais precisava, ajudou muito para que em nossa gestão o município conseguisse, a nível nacional, o prêmio da gestão da merenda escolar, e muito em função de poder contar com estes produtos da agricultura familiar. E também fortaleceu a nossa feira livre municipal (AGENTE SOCIAL: P1).

O consórcio conseguiu superar os entraves iniciais relacionados à interrupção de convênios, porque, segundo os entrevistados, no espaço de discussão, são realizados debates sobre problemas que a nível municipal e estadual não são debatidos. Os demais atores sociais encontraram no consórcio um espaço privilegiado para ser recebido e relatar suas opiniões sobre os mais diversos problemas e propor soluções. “O CONSAD é uma cor verde que lembra caminho, uma perspectiva de uma visão por onde o desenvolvimento pode passar” (AGENTE SOCIAL: C6).

A construção deste caminho diferente para o desenvolvimento, marcado pelo perfil econômico solidário, que tem como referência e prioridade a inclusão de uma camada social que estava fora do circuito de produção e comercialização, ou estava mendigando nos centros urbanos e se beneficiando de políticas assistencialistas, a partir dos projetos encontrou uma forma para melhorar de vida:

O CONSAD está fazendo um trabalho social que veio ao encontro de famílias mais necessitadas, fazendo com que estas pudessem entender melhor o processo produtivo e, através disso, buscar uma nova forma alternativa de ganho para elas, que seria a agregação de valor, uma forma de trabalhar coletivamente, venda coletiva e, aos poucos, encaminhar uma forma diferente de produzir e vender (AGENTE SOCIAL: C3).

Para além da questão social é preocupação, nos planejamentos, a organização social da agricultura, com destaque para a produção de produtos de qualidade, porque “alguns produtores que participaram dos programas como o Compra Local de Alimentos, entregaram produtos que não têm uma boa qualidade, só porque vai ser destinado para a cesta básica” (AGENTE SOCIAL: P2).

5.4.2 CONSAD Extremo: A segurança alimentar na perspectiva da qualidade dos alimentos

A qualidade dos alimentos é destacada pelos entrevistados como muito importante, e é entendida como um processo que avalia desde a origem até a finalidade de um produto alimentício para o ser humano. Como o Extremo Oeste Catarinense tem na produção de carnes seu setor principal, é de fundamental importância compreender os efeitos desta atividade sobre a economia, o ambiente e a saúde humana.

Os municípios do Oeste Catarinense fazem parte do maior complexo agroalimentar da América Latina e são responsáveis por colocar o Estado de Santa Catarina como o maior produtor brasileiro de suínos (24% do total nacional) e o segundo maior produtor de frangos (19,6%). Santa Catarina é responsável por 36% das exportações brasileiras de carnes de aves e chega a representar 54% das exportações de carne suína, devido ao sistema de integração entre empresas agroindustriais e a agricultura familiar, que deve aumentar seu crescimento nos próximos anos, como mostra o Gráfico 10, sobre a estimativa de crescimento da produção de carnes para 2018.

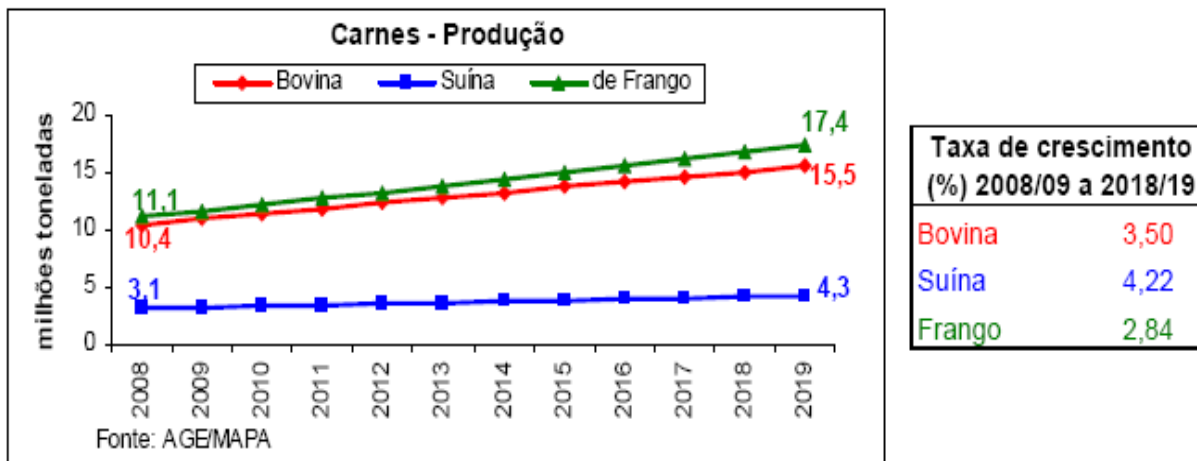


GRÁFICO 10 - ESTIMATIVA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE CARNES DE 2008/09 A 2018/19.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, 2009.

Este modelo de integração entre agroindústrias e agricultura familiar, com a atividade de produção de carnes, é considerado um sucesso econômico para a grande Região Oeste Catarinense, com perspectiva de aumentar sua taxa de crescimento até 2018, e também porque o Brasil, além de ser um grande produtor e exportador, é também um grande consumidor, com 59,6 quilos por pessoa/ano, conforme destacado no gráfico em (ANEXO J).

A agricultura familiar incorpora este sistema de produção por utilizar pouca terra, os dejetos suínos podem ser reciclados como fertilizantes para o solo e o trabalho pode ser consorciado pela família com outras atividades agrícolas e até mesmo com outras atividades do tipo urbano. “O Instituto ICEPA (2005) estima que aproximadamente 85% da atual produção comercial de suínos acontece por meio da integração agroindustrial, onde os produtores integrados se comprometem em criar os animais segundo padrões tecnológicos estabelecidos pelas integradoras” (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 04).

O padrão tecnológico estabelecido pelas integradoras obedece a parâmetros de concorrência internacional, com o aumento da escala de produção, sempre buscando introduzir melhorias na qualidade dos produtos, através dos programas de qualidade, e reduzir os custos com a logística, mas que nem sempre é possível pela distância da região dos portos de Itajaí e São Francisco do Sul. O objetivo é melhorar a competitividade da empresa e dos produtores. “Entretanto, pode-se dizer que não há nenhuma evidência aparente de que os agricultores que reestruturaram

seus modelos de produção, segundo as exigências das agroindústrias, tenham aumentado sua taxa de rentabilidade” (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 05):

Em um curto período de tempo, que teve início em meados dos anos 1980 e se prolongou até meados dos anos 1990, as agroindústrias e cooperativas fazem forte pressão para que o agricultor aumente consideravelmente a escala produtiva e substitua o sistema de produção de suínos de “ciclo completo” por um sistema mais especializado, o qual, denominado de “parceria”, separa em distintas propriedades as fases de criação de leitão e de engorda. Nesse novo sistema surgem as “unidades produtoras de leitão⁴” (UPL) e os “terminadores⁵”. Aquelas têm estrutura para alojar no mínimo 50 matrizes enquanto esses têm estrutura para fazer a engorda de pelo menos 300 suínos a cada três meses. A ração é fornecida total ou parcialmente pela agroindústria, desaparecendo a relação que antes havia entre o tamanho do plantel e a capacidade da propriedade em produzir os alimentos necessários para criar esses animais. (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 05).

A reestruturação produtiva da suinocultura, segundo os autores, promove pelo menos dois reflexos imediatos que impactam negativamente o território. O primeiro é a exclusão social de quase 50 mil famílias. A concentração da atividade em poucas propriedades contribuiu para concentrar a renda em apenas 10% das propriedades dentro de cada município. Os agricultores que resolveram permanecer na propriedade tiveram que conviver com um empobrecimento desta atividade em função da dependência de insumos produzidos externamente à propriedade. E o aumento do êxodo rural tornou comunidades antes numerosas em lugares despovoados, onde investimentos rurais públicos como escolas, serviços de saúde e eletricidade foram gradativamente sendo subutilizados.

O segundo reflexo negativo é a grande poluição ambiental originada pela concentração geográfica da produção dos dejetos suínos. As consequências sociais e ambientais têm refletido na desestruturação dos ecossistemas com a perda da biodiversidade e perda de identidade social, o que, segundo os autores, dificulta a promoção do desenvolvimento rural:

A perda de biodiversidade está ligada à perda de agrobiodiversidade. Conceituamos agrobiodiversidade como o resultado da interação da diversidade de espécies em um agroecossistema, com a diversidade genética dessas espécies, a diversidade de técnicas e métodos de manejo de agroecossistemas, e a diversidade cultural das populações que vivem nesses sistemas. O modelo de agricultura atual produz a redução de agrobiodiversidade. A produção em escala, em uma agricultura industrializada, é inimiga da diversidade e, a uniformidade, um passo para a extinção. A redução da diversidade, assim, vai na contramão da evolução e

do desenvolvimento, e hoje é um problema global de soberania alimentar, pois os povos são cada vez mais dependentes de sementes e animais comercializados pelas grandes empresas, detentoras das licenças de produção dessas plantas e animais, e que cobram caro pelo que chama de “genética”, mas que de fato advém da apropriação indevida da diversidade que outrora era comum na agricultura (DAL SOGLIO, 2008, p. 10).

“O que ocorre, na realidade, é que a concentração e a intensificação da suinocultura acabam solapando a relação mais sustentável que antes havia entre o tamanho do plantel e a capacidade da propriedade para produzir o próprio alimento necessário para criar os animais” (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 06). A questão da água também é severamente comprometida com o despejo de dejetos suínos diretamente nos rios. Em períodos de cheias, alguns agricultores praticam a abertura da esterqueira, jogando o dejetos direto no curso do rio, para evitar ser identificado pelo crime ambiental. A poluição do rio torna a água imprópria para o consumo humano, desencadeando um desequilíbrio ambiental:

Cabe destacar ainda, que em muitas estações de tratamento de água da região a poluição com dejetos de suínos vem se transformando em problemas críticos, cujo tratamento para torná-la novamente potável tem apresentado custos econômicos crescentes e, não raro, é necessário interromper o fornecimento de água à população (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 07).

O maior problema é com abastecimento de água. Prefeituras não conseguem atender a demanda de consumo provocada especialmente pelas granjas de suínos e aves. Existem redes de abastecimento superlotadas. Um dado chama atenção: No mês passado, uma única propriedade consumiu 800 mil litros de água. Com essa água, uma família de consumo médio poderia ser abastecida durante 100 meses, ou 8,3 anos (EIDT, 2009, p. 03).

Os custos do tratamento de água e do seu transporte para as granjas de suínos em épocas de estiagem provêm do tesouro público, assim como os investimentos para implantação e adequação das instalações. Uma das propostas seria embutir no preço do produto os danos ambientais da produção de dejetos suínos. “Para a economia ambiental, cuja raiz teórica é a economia neoclássica, a poluição acontece devido a uma falha no sistema de preços, ou seja, porque não se obriga o produtor a pagar pelo uso que ele faz do meio ambiente para despejar seus dejetos” (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 11).

O perigo de atribuir-se valor monetário a bens e serviços ecológicos é tanto de levar, por um lado, a que se acredite que eles valem aquilo que os cálculos mostram, quanto de fazer, por outro, pensar que ativos naturais

possam ser assim somados a ativos construídos pelos humanos (ambos referidos à mesma base em dinheiro), tornando-os substituíveis. Na essência do conceito, porém, a sustentabilidade ecológica deve ser vista como manutenção de estoques físicos de capital natural, não a de seus correspondentes valores monetários (Daly, 2002). (MELLO e FILIPPI, 2007, p. 12).

À margem do sucesso econômico desta atividade de produção de carnes estão os efeitos negativos pouco debatidos, como a concentração econômica, exclusão dos pequenos produtores familiares, poluição das águas pelos dejetos suínos que representa 90% dos rios, e o êxodo rural, principalmente dos mais jovens, que deixam suas famílias para trabalhar em Churrascarias em São Paulo e Rio de Janeiro. Como constata Mior (2007), estes efeitos negativos são apresentados como os resultados menos nobres do modelo de agroindustrialização da região.

Apesar dos impactos negativos sobre o social e o meio ambiente, de modo geral a atividade de produção de carne continua sendo incentivada pelo “CONSAD Extremo” fato que fica bem evidente com a incorporação dos serviços do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuário - SUASA ao consórcio para atender a produção e comercialização de produtos tipo carne. Neste sentido, se faz necessário debater sobre a qualidade dos alimentos e a importância do consumo de alimentos mais naturais para a saúde humana e para projetar ações de segurança alimentar mais comprometida, com a perspectiva de território integrador.

A qualidade dos alimentos é apontada pelos entrevistados como uma questão principal a ser valorizada e buscada. Esta qualidade deve estar relacionada à parte higiênica dos alimentos, mas, sobretudo, com sua forma da produção e seus efeitos sobre a saúde humana. “O objetivo é trabalhar com a agricultura camponesa e defendemos a agroecologia, e o verde representa isso (AGENTE SOCIAL: C9).

A alimentação com baixa qualidade nutricional é considerada perigosa para a saúde humana, causadora de doenças no organismo. O processo de industrialização dos alimentos provocou, a nível mundial, a redução nas taxas de mortalidade e natalidade, com o aumento da expectativa de vida e envelhecimento populacional. O aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população têm provocado o surgimento de novas doenças. Em artigo publicado intitulado: “Risco de câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos”, os autores destacaram que “tal modificação, conhecida como transição epidemiológica, foi

caracterizada pela mudança no perfil de mortalidade com diminuição da taxa de doenças infecciosas e aumento concomitante da taxa de doenças crônico-degenerativas, especialmente as doenças cardiovasculares e o câncer” (GUERRA, MOURA GALLO e SILVA MENDONÇA, 2005, p. 02).

As doenças cardiovasculares e o câncer estão mais associados à realidade dos países desenvolvidos. No entanto, esta realidade está muito presente nos municípios do Extremo Oeste Catarinense, como ficou demonstrado na pesquisa de campo realizada junto à Secretaria Regional de Saúde em quadro (ANEXO L).

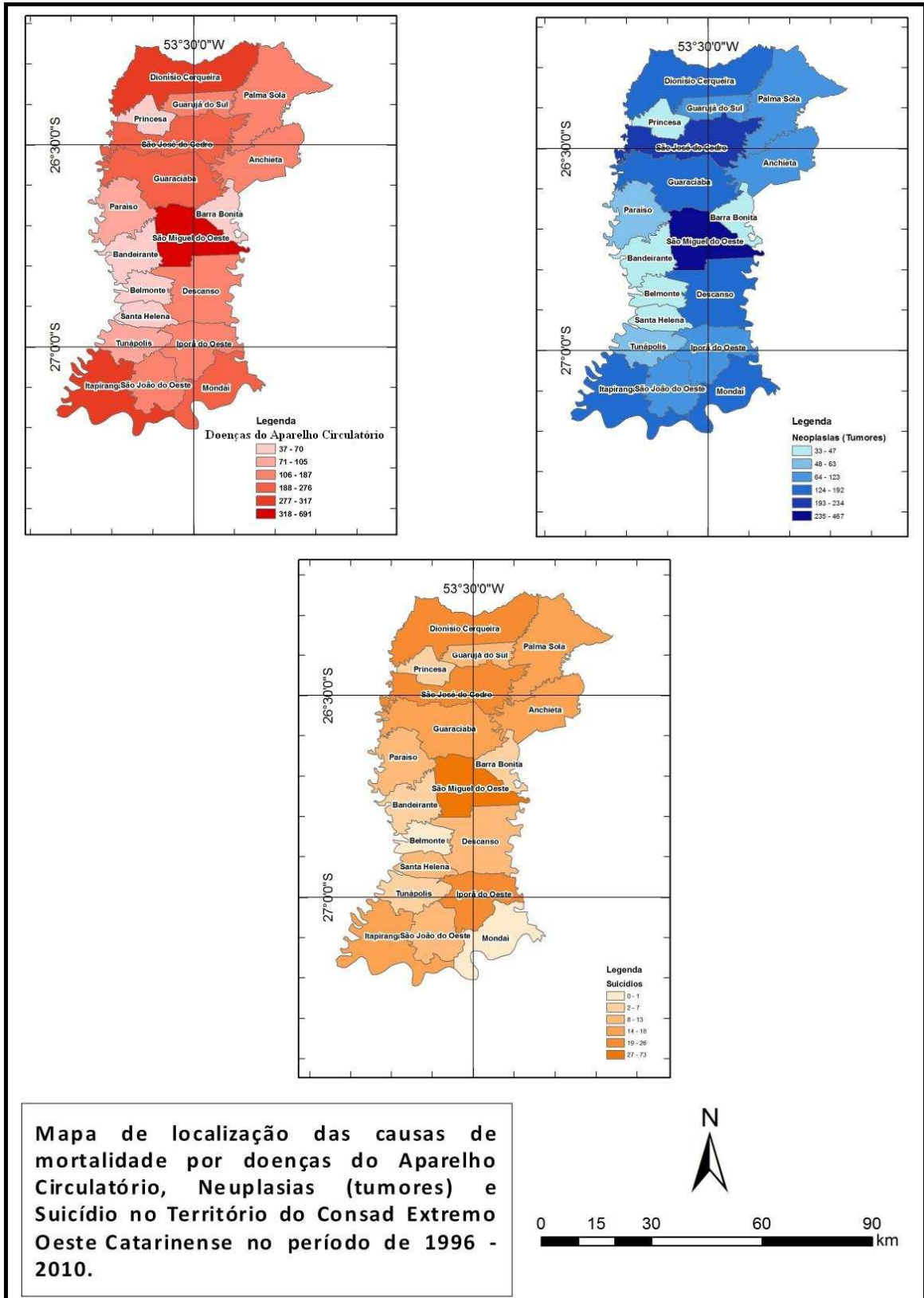
Nos últimos 10 anos, as duas principais causas de mortes foram, em primeiro lugar, as doenças do aparelho circulatório, com 1.197 mortes, em segundo lugar o câncer, com 878 mortes. Tanto as doenças do aparelho circulatório como o câncer tem relação direta com a alimentação inadequada, através do excessivo consumo de gorduras saturadas e proteínas de origem animal.

Entre as mortes associadas ao aparelho circulatório está o derrame, hipertensão e infarto. São doenças que se desenvolvem no corpo humano em função de componentes genéticos associados ao estilo de vida e hábitos de alimentação. A alimentação com excesso de gorduras animais, carboidratos e sal relacionado com uma vida sedentária prejudicam o sistema circulatório e o coração, podendo provocar tais doenças. No mapa 9 é possível observar que onde ocorrem mais mortes por doenças do aparelho circulatório, é nos municípios como São Miguel do Oeste e Itapiranga onde a população esta mais concentrada em áreas urbanizadas.

Por outro lado, no município de São Miguel do Oeste um grupo de mulheres entre 40 e 60 anos de idade relatou que nos últimos 20 anos fazia uso de medicamentos para controlar a hipertensão. No entanto, essas mulheres destacam que mesmo mantendo uma vida sedentária, conseguiram suspender por completo os medicamentos para controlar a hipertensão, em função de uma dieta sem carne.

Quando o sistema imunológico de uma pessoa está enfraquecido, ocorre a multiplicação de células cancerígenas, que formarão um tumor. Os municípios do Extremo Oeste Catarinense têm aumentado os gastos públicos crescentemente para tratar os pacientes com o câncer. A quimioterapia é o tratamento mais utilizado. No que consiste o tratamento à base de quimioterapia?

A quimioterapia é um tratamento que se utiliza de medicamentos fortes para enfraquecer ou diminuir as células cancerosas, mas, ao mesmo tempo, destrói as células saudáveis que, por sua vez, acaba afetando o funcionamento de órgãos como fígado, rins, coração e pulmões. Uma das maneiras de prevenir o aparecimento do câncer é matar de fome as células cancerosas diminuindo o consumo de alimentos que elas necessitam para se multiplicarem.



MAPA 9 – MAPA DAS CAUSAS DE MORTALIDADE POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, NEUPLASIAS (TUMORES) E SUICÍDIO NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO DE 1996 – 2010.

Fonte: Secretária Regional de Saúde de São Miguel do Oeste, dados da pesquisa de campo.

A proteína de origem animal é de difícil digestão porque requer muitas enzimas digestivas. A carne não digerida restante nos intestinos putrefaz-se e provoca maior acumulação de toxinas. As paredes celulares do câncer são cobertas por uma proteína dura. Ao abster-se de comer carne ou comendo menos carne, mais enzimas são liberadas para atacar as paredes de proteína dura das células cancerosas e permite que as células de defesa do corpo destruam as células cancerosas.

Por que isso acontece? A carne passa lentamente através do sistema digestivo humano, porque o sistema digestivo é impróprio para sua digestão por ser muito longo. Esse processo de digestão pode levar dias, período em que os órgãos digestivos se expõem à ação das toxinas da carne, causando doenças.

Os animais herbívoros (elefantes, vacas, ovelhas, lhamas etc) vivem de capim, ervas e outras plantas que, em geral, são alimentos fibrosos e volumosos. A digestão desse tipo de alimento se processa inicialmente na boca, mediante a ação da enzima ptialina, encontrada na saliva. Esses alimentos, para serem digeridos apropriadamente, devem ser bem mastigados e misturados à ptialina. Por essa razão, os herbívoros têm 24 dentes 'molares' e fazem movimentos laterais com as mandíbulas, para triturar os alimentos, ao contrário dos carnívoros, que só articulam movimentos verticais. Eles não têm garras nem dentes afiados e, ao beber água, sorvem-na com a boca, ao contrário dos carnívoros, que o fazem com a língua. Já que seus alimentos não apodrecem rápido, como os dos carnívoros, e tendo em conta que sua digestão lenta não acarreta problemas, seus intestinos são mais longos, ou seja, tem dez vezes o tamanho de seu corpo.

É importante registrar que estudos recentes demonstraram que uma dieta carnívora produz efeitos maléficos aos animais herbívoros (vide caso recente da chamada doença da vaca louca, provocada pela introdução das sobras de animais na alimentação do gado). Dr. William Collins, cientista do Centro Médico de Maisonmedes, em Nova Iorque, descobriu que os animais carnívoros têm "capacidade quase ilimitada para ingerir gorduras saturadas e colesterol". Por outro lado, se 200g de gordura animal forem acrescentados, diariamente, à dieta de um rato, depois de dois meses seus vasos sanguíneos se tornam enrijecidos, devido à gordura, e uma séria doença se desenvolverá: a "arteriosclerose". O sistema dos seres humanos, como o dos ratos, não foi desenvolvido para digerir a carne; por isso, sua ingestão pode causar doenças, como veremos adiante (MITRA, 2006, p. 06).

Entre as causas externas de morte nos municípios do Extremo Oeste Catarinense se destaca o suicídio. Em artigo intitulado: Perfil epidemiológico do suicídio no Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina os autores Schmitt, Lang, Quevedo, Colombo (2008) apontam que o território apresenta coeficientes de

mortalidade por suicídio acima da média nacional e estadual, sendo comparável aos maiores do país.

Com relação às causas de morte por suicídio nos últimos 10 anos nos municípios do Extremo Oeste Catarinense, o coeficiente é de 10 por 100 mil habitantes entre os anos 1980 a 2005. A principal forma empregada para o ato do suicídio conforme gráfico 11 tem sido o enforcamento, seguido do uso de arma de fogo. As causas do elevado número de mortalidade por suicídio precisam ser investigadas, mas há elementos suficientes para apontar o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras e o trabalho concentrado na produção de alimentos de origem animal, como suínos e frangos.

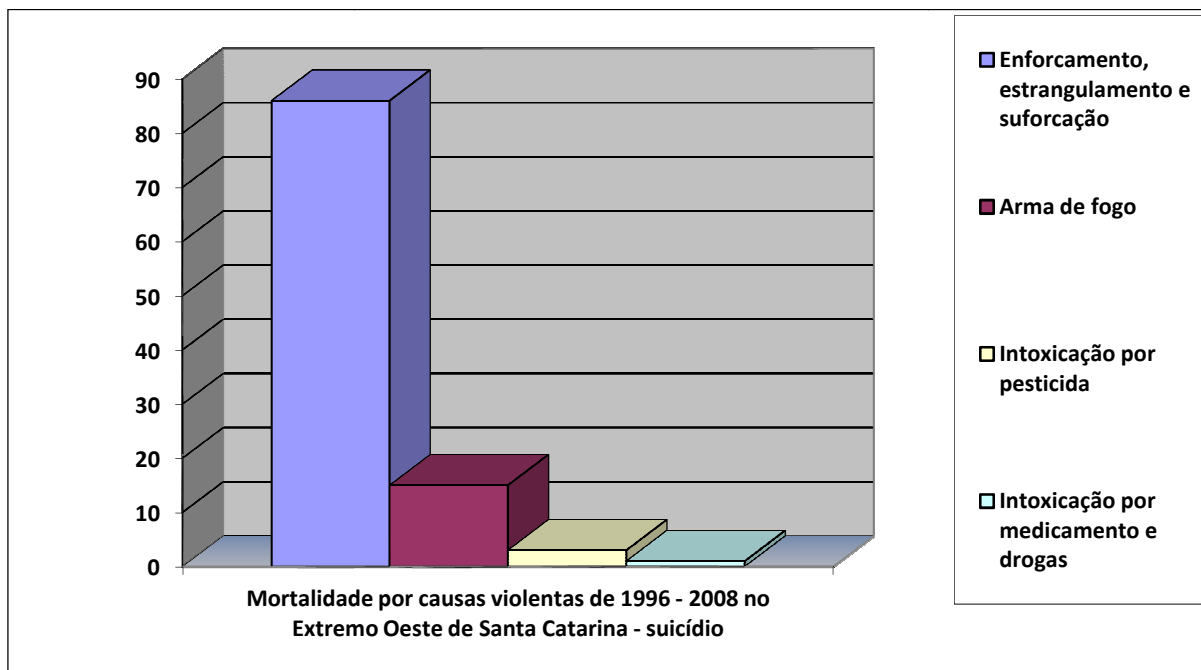


GRÁFICO 11 - MEIOS EMPREGADOS PARA O SUICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO DE 1996 – 2008.

Fonte: Secretária Regional de Saúde de São Miguel do Oeste, dados da pesquisa de campo.

Atuais condições de trabalho em frigoríficos têm sido um tema proibido, como foi a questão da fome no passado. Segundo o Ministério Público do Trabalho, o ambiente de trabalho na indústria frigorífica é incompatível com a saúde e a dignidade humana. O procurador do trabalho em Chapecó/SC, Sandro Eduardo Sardá, destacou que, durante a fiscalização dos frigoríficos da Região Oeste do

Estado de Santa Catarina, foram encontradas situações de trabalho que afetam a manutenção da saúde física e mental dos trabalhadores.

As jornadas de trabalho muitas vezes chegam até 16 horas por dia, e a cada dia de 2006 e 2007 um trabalhador era afastado do trabalho, por depressão ou doença osteomuscular. A condição de trabalho nos frigoríficos é tão degradante que o referido procurador utilizou a expressão “Estão abatendo frangos pelo pescoço e trabalhadores pelos membros superiores”. Os trabalhadores jovens estão sofrendo com doenças que deveriam estar associadas a pessoas em idade avançada, como demonstra o quadro a seguir.

As causas das doenças, em função do trabalho realizado em frigoríficos nos municípios do Extremo Oeste Catarinense, estão relacionadas ao ritmo intenso de trabalho, com atividades fragmentadas associadas à baixa remuneração. O trabalho é muito repetitivo, onde o trabalhador realiza tarefas fixas e pouco variáveis, tornando as tarefas desinteressantes, além da falta de contatos humanos.

JOVENS TRABALHADORES LESIONADOS EM TRABALHOS EM FRIGORÍFICOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA	
DOENÇAS	IDADE EM QUE A DOENÇA SE MANIFESTOU
Lumbago com ciática	22 anos
Cervicalgia	24 anos
Lesões nos ombros	25 anos
Sinovite	27 anos
Sind. Manguito Rotador	28 anos
Transtornos do disco intervertebrado	20 anos
Dor lombar baixa	20 anos
Bursite	23 anos

QUADRO 6 - TRABALHADORES LESIONADOS EM TRABALHOS EM FRIGORÍFICOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA.

Fonte: Sandro Eduardo Sardá (Procurador do Trabalho, Chapecó - SC). 2011.

Os frigoríficos, de 2003 a 2007, realizaram pagamentos relacionados à contribuição previdenciária na ordem de 40 milhões de reais para o Instituto

Nacional do Seguro Social (INSS). Neste mesmo período, o INSS realizou pagamentos aos trabalhadores lesionados no valor de 170 milhões de reais para cobrir os custos com o Sistema Único de Saúde (SUS).

RITMO DAS ATIVIDADES DOS TRABALHADORES NOS FRIGORIFICOS DE CHAPECÓ/SC	
ATIVIDADE	TEMPO DE ATIVIDADE
Cortar e abrir as coxas/sobrecoxas da carcaça:	17 frangos por minuto, com 4 movimentos por frango (3 cortes), total de 68 mov/min; 4.080 mov/hora; 35.000 mov/dia (8h48min).
Retirar coxa/sobrecoxa da nória, com ambas as mãos:	25 peças por minuto, 3 movimentos por peça, total de 75 mov./min; 4.500 hora; 40.000 dia
Desossa de coxa e sobrecoxa com ambas as mãos:	4 peças por minuto, com 11 cortes por peça, mais 9 movimentos, total de 80 movimentos por minuto; 4.800 hora; 42.000 dia.
Separar coxa da sobrecoxa com ambas as mãos:	30 peças por minuto, com 4 movimentos por peça, total de 120 movimentos por minuto; 7.200 hora; 63.000 dia.
Retirar cartilagem de peito na carcaça, na nória, utilizando ambas as mãos	26 peças por minuto, 3 movimentos por peça, total de 78 movimentos por minuto; 4.600 hora; 45.000 dia.

QUADRO 7 - RITMO DAS ATIVIDADES DOS TRABALHADORES NOS FRIGORIFICOS DE CHAPECÓ/SC.

Fonte: Sandro Eduardo Sardá (Procurador do Trabalho, Chapecó - SC), 2011.

A reflexão sobre alimentação natural para a saúde humana e o bem estar animal é importante para desfazer o que chamamos o mito da proteína, que é o mito dos que imaginam que o homem não pode viver sem excesso de proteína.

Uma das questões para refletir é: se comer menos carne poderia ser diminuída a poluição aos ecossistemas e reduzida a fome no mundo? Como uma das maiores preocupações diárias dos homens é com a alimentação, a agricultura é a atividade que responde melhor para sua sobrevivência. Na prática, depois que o homem trocou o uso dos seus músculos para produzir alimentos pelo uso do petróleo os ecossistemas agroalimentares tem sido impactados pela poluição e pelas novas formas de organização.

No Extremo Oeste Catarinense, o uso da terra é a imagem e semelhança da sua população. Os recursos do território estão sendo largamente utilizados na produção de proteína de origem animal, que requer muito mais solo, água e energia do que a produção de grãos e outros vegetais. A produção de suínos e aves tem consumido grande parte da produção de grãos para alimentação dos animais.

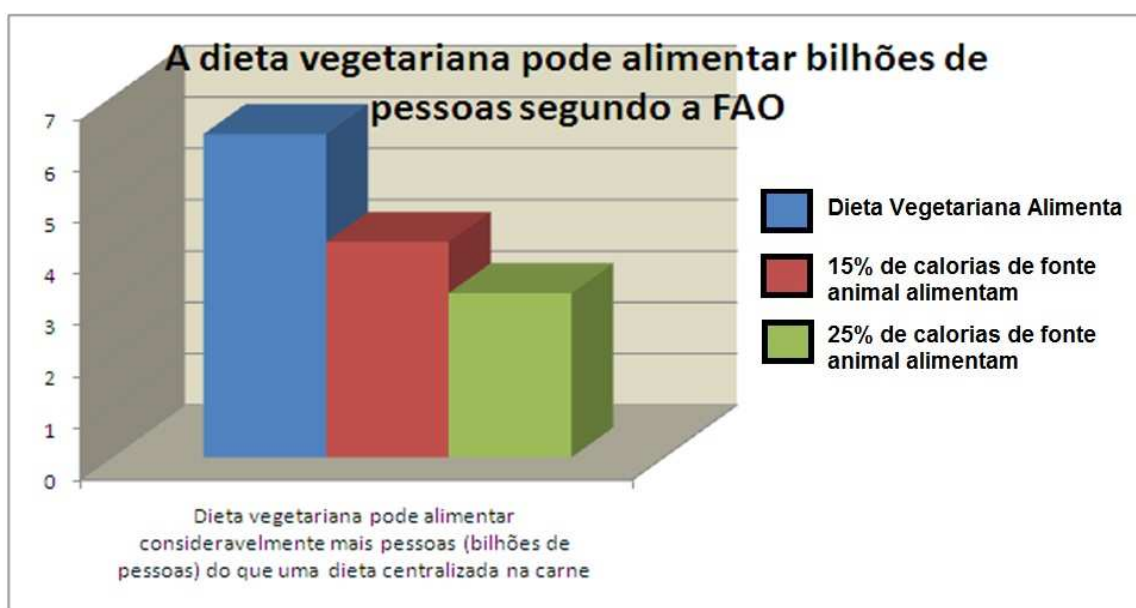


GRÁFICO 12 - DIETA VEGETARIANA PODE ALIMENTAR BILHÕES DE PESSOAS DO QUE UMA DIETA CENTRALIZADA NA CARNE.

Fonte: Organização da Alimentação e da Agricultura - Nações Unidas – FAO, 2007.

“Crescimento econômico pode se traduzir em melhoria da alimentação, o que, para muitos, significa consumir mais proteína animal. Em países como o Brasil, a inclusão da carne como item da cesta da população mais pobre pode ser considerado um indicador de desenvolvimento ou de diminuição da pobreza”. (NASCIMENTO, 2007, p. 13). Então, para o Extremo Oeste Catarinense, a substituição de uma dieta centralizada na carne por uma dieta com grãos e vegetais representaria uma importante estratégia para erradicação da fome e uma redução do processo de degradação ambiental por dejetos de animais.

“Nesse sentido, segundo a noção de qualidade ampla, proposta por Prezotto (1999), a qualidade dos alimentos não estaria relacionada apenas aos aspectos formais, como o sanitário, o legal e o nutricional, mas envolveria também critérios

não formais, como o ecológico, o social e o cultural” (CRUZ, THOMÉ e MENASCHE, 2008, p. 02). A formalização de uma cultura de produção de alimentos com qualidade deve superar os aspectos sanitários mais ligados à produção em grande escala, para atenderem aspectos que sejam vinculados a um território, que possui um modo específico de produção, de uma cultura familiar de pequena escala:

Tal visão de qualidade julga que, para assegurar o cumprimento das exigências sanitárias e, assim, garantir a segurança alimentar, as estruturas devam ter um tamanho mínimo – geralmente muito maiores que a necessidade da escala produtiva da pequena produção - e ser cada vez mais automatizadas, os equipamentos adotados elaborados com materiais que dificultem ou impeçam contaminações e permitam fácil higienização. Ao mesmo tempo em que as exigências legais e normas sanitárias em termos de estrutura e instalações são rígidas, as recentes crises alimentares, ocorridas no âmbito da produção industrial de alimentos, colocam em xeque a validade do sistema de controle de alimentos produzidos em escala industrial, gerando um ambiente de desconfiança da população em relação a esse modo produção (CRUZ, THOMÉ e MENASCHE, 2008, p. 03).

A legislação que se refere à produção de alimentos não faz referência à produção de grande escala e pequena escala. Os critérios técnicos são perfeitamente aplicáveis as duas situações, mas os órgãos de fiscalização tomam a produção de grande escala como única referência, fazendo com que, muitas vezes, os agricultores familiares, para poderem trabalhar, acabam sendo atraídos para a condição de clandestinidade.

Para os entrevistados, a incorporação pelo consórcio do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) está sendo importante para resgatar a agricultura familiar da clandestinidade. O consórcio aderiu aos serviços do SUASA, tornando-se o primeiro consórcio no Brasil a possuir este tipo de serviço, o qual permite que os produtos inspecionados por qualquer instância do sistema SUASA possam comercializar em todo o território nacional.

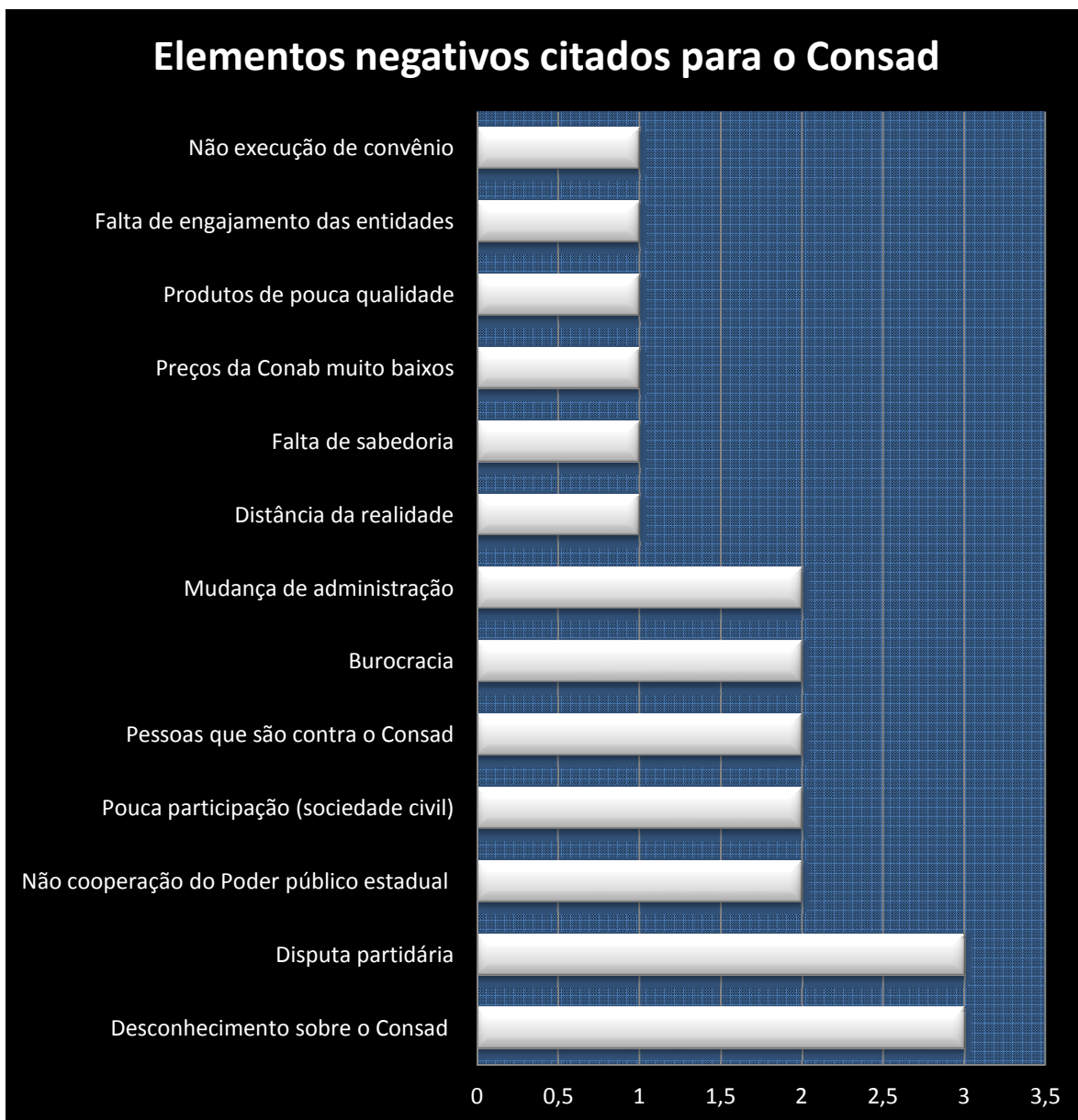


GRÁFICO 13 - ELEMENTOS NEGATIVOS CITADOS PARA O CONSAD EXTREMO (EM %).

Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo.

Do ponto de vista prático, esse novo sistema de inspeção sanitária tem permitido a legalização e implementação de novas agroindústrias. Com a legalização, as agroindústrias estão começando a encontrar facilidade para comercializar seus produtos industrializados nos mercados dos municípios de abrangência do consórcio, impulsionando a geração de postos de trabalhos e de renda entre as famílias envolvidas no processo produtivo.

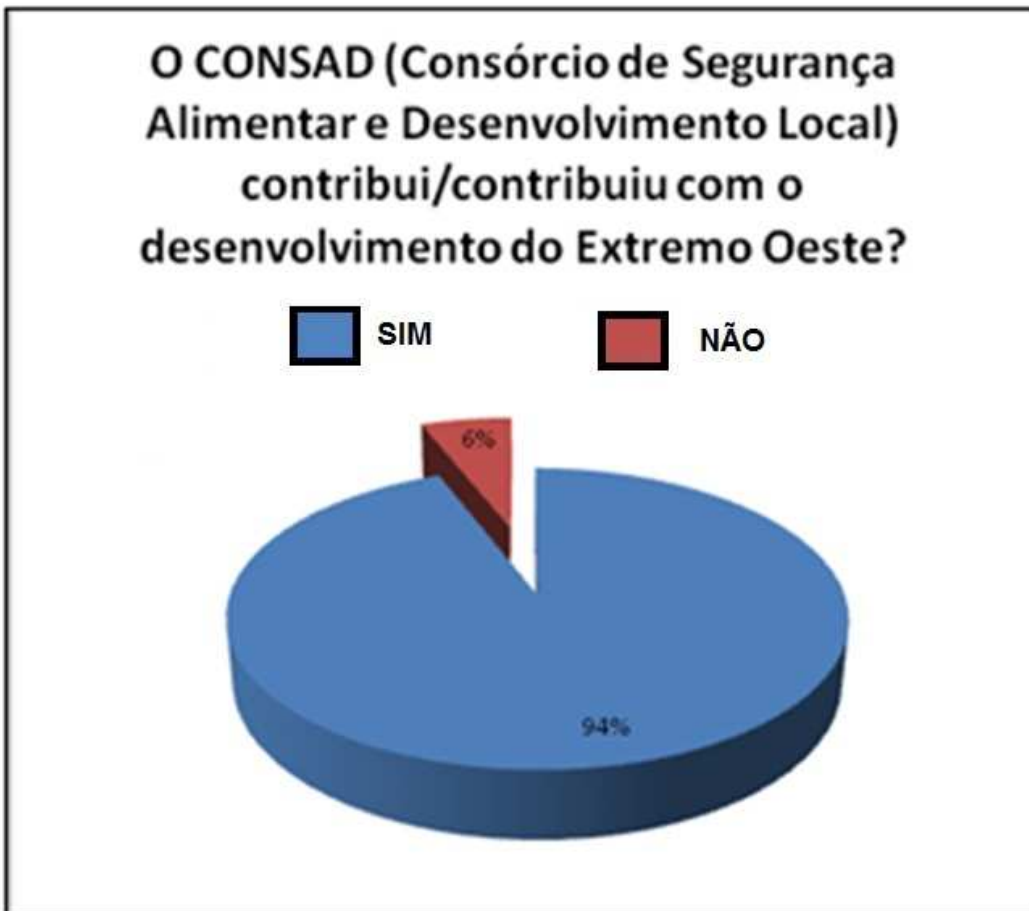


GRÁFICO 14 - OPINIÃO DOS AGENTES SOCIAIS REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO DO CONSAD EXTREMO COM O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO (EM %).

Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo.

A formalização de estruturas de pequena escala de produção é considerada pelos entrevistados como um avanço, porque o decreto que regulamentou a criação do SUASA é de 2006, Lei nº 8.171/1991 (Lei Agrícola), alterada pela Lei nº 9.712/1998, nos artigos 27, 28 e 29, decreto nº 5.741/2006. Embora o acesso a esta política pública tenha chegado muito tempo depois da sua regulamentação, os entrevistados destacam que sem o empenho do consórcio este serviço ainda não teria chegado ao território e por essa razão 94% no (gráfico 14) respondeu de forma positiva com relação à contribuição do CONSAD com o desenvolvimento do Extremo Oeste.

5.5 DO CONSÓRCIO PÚBLICO E COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

A constituição do consórcio é destacada como um fato territorial positivo para 94% dos entrevistados. A superação de dificuldades históricas do território sempre é lembrada [...] se não tivesse criado esse consórcio, não estaríamos onde estamos, dentro das limitações, porque tem tanta coisa pra fazer e não são tantas pessoas que trabalham, certamente precisaria mais pessoas (AGENTE SOCIAL: C12).

Para ampliar a participação da sociedade civil organizada, os entrevistados apontam a necessidade do poder público em destinar um valor para pagamento de despesas de deslocamentos para participação nas reuniões. Esta reivindicação ocorre porque, muitas vezes, as pessoas da sociedade civil dependem de veículos do município para participar das reuniões. Apesar de até o presente momento a sociedade civil ter ocupado dentro do consórcio uma posição de protagonista, a transformação do “CONSAD Extremo” para consórcio público de direito público pode implicar na redução de sua participação.

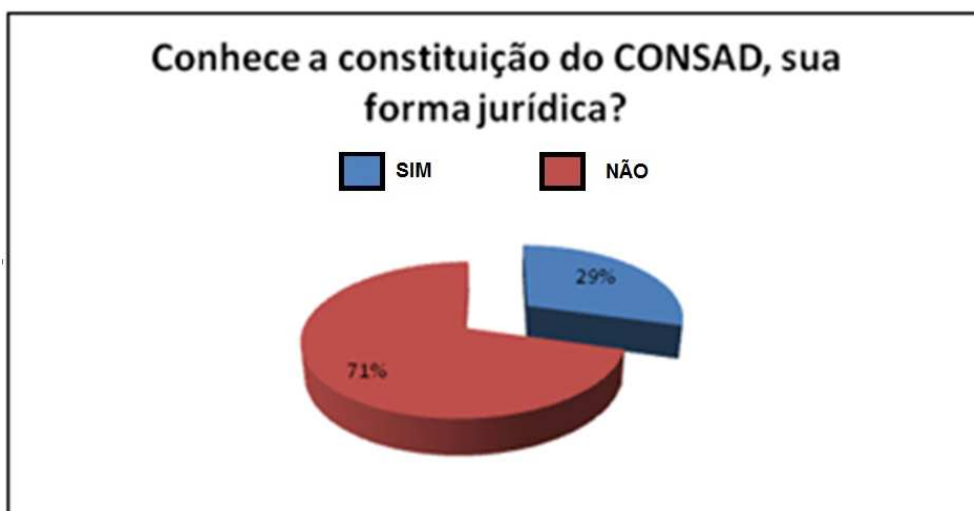


GRÁFICO 15 - OPINIÃO DOS AGENTES SOCIAIS SOBRE A FORMA JURÍDICA DO CONSAD EXTREMO (EM %).

Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo

No consórcio público, a participação da sociedade civil passa a ser consultiva. A deliberação das decisões passa a ser de um colegiado de prefeitos. Quando os

entrevistados foram questionados se conhecia a forma jurídica do consórcio, 71% afirmou não conhecer profundamente o significado da mudança para consórcio público.

Os entrevistados afirmam ter conhecimento desta mudança jurídica do consórcio, mas não das implicações desta migração para o consórcio público, e não sabem se isso vai trazer grandes mudanças. No entanto, são enfáticos em defender uma maior participação da sociedade civil nos processos decisórios, porque o desenvolvimento deve ser analisado de forma combinada entre as administrações e a sociedade organizada para favorecer a cooperação intermunicipal:

Desenvolvimento regional seria que tudo o que acontece dentro de um município deveria favorecer outros municípios, significa fazer as coisas de forma conjunta, evitando as políticas localizadas ou fechadas dentro do município. *Uma coisa para ir para frente deveria ser combinada entre as administrações e os movimentos sociais, também trabalhar mais em conjunto pelos mesmos objetivos, e não cada um puxar as discussões para o seu lado.* Muitos pensam que desenvolvimento é ter muita fábrica no lugar, mas tem que cuidar para não agredir o meio ambiente, e talvez isso deva ser feito em outro espaço. Talvez no Município de Tunápolis não caiba uma determinada fábrica, daí deve ceder para outro município. Esta cooperação deve ajudar a melhorar a renda, a moradia das pessoas, a alimentação. Por exemplo, no Município de Tunápolis tem pessoas que gostariam de vender produtos agroecológicos, mas para isso teria que ter uma combinação com os municípios de São Miguel do Oeste, Itapiranga e outros municípios que poderiam usar os nossos produtos, mas nós não temos chance de levar até estes municípios ou que venham aqui buscar e se alimentar destes produtos que ainda produzimos. Aqui nós podemos produzir muita fruta, eu mesma já tenho mais de 270 árvores novas plantadas nesta pequena agrofloresta neste morro perto de casa, e tenho fruta não só para me alimentar, mas para até sobrar. Desenvolvimento regional tem que combinar uma coisa com a outra, seja na alimentação ou na infraestrutura, estradas (AGENTE SOCIAL: C1).

Para o entrevistado (AGENTE SOCIAL: C6), a princípio, a proposta de consórcio público favorece mais, só que, muitas vezes, os agentes públicos não conseguem compreender de forma clara esta mudança jurídica:

A questão da institucionalização dos CONSADs foi um problema adicional no primeiro ano de implantação dos consórcios. Somente neste ano, com a Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, que reconhece a legalidade dos consórcios e estabelece sua personalidade jurídica de direito público ou privado, viabilizando a cooperação horizontal e para a cooperação vertical, é que muitos problemas de repasse de recursos poderão ser superados. Torna-se, assim, possível a constituição de consórcios entre municípios, entre estados e municípios, ou mesmo entre estados. Alguns exemplos de finalidades dos consórcios públicos são os seguintes: compras conjuntas (de uma licitação vários contratos); agência reguladora regional; escola de

Governo Regional; compartilhamento de equipamentos e de pessoal técnico; serviços conjuntos de abastecimento de água e tratamento sanitário; unidades de saúde consorciais (hospitais, centros clínicos etc.); destinação final de resíduos sólidos (ORTEGA, 2007, p. 295-296).

Então, de um lado, há uma possibilidade maior de promover ações intermunicipais com amparo jurídico, mas traz uma dificuldade maior para as organizações da sociedade civil, porque consideram que nos municípios do CONSAD a sigla partidária é muito forte, e a cada mudança de administração há o risco de se perder a continuidade dos projetos.

O entrevistado (AGENTE SOCIAL: C4) destacou que, desde as primeiras reuniões, todos os municípios foram chamados a participar e a colaborar para fazer a inclusão de toda a população, principalmente das famílias que encontram dificuldades de acesso aos alimentos. E afirmou que os membros do poder público de cada município, independente de posição política, atuaram de forma conjunta para viabilizar projetos, e destacou que os municípios que mais se mobilizaram e superaram as divergências partidárias foram os que mais se beneficiaram deste processo de cooperação intermunicipal:

Hoje nós querer pensar o desenvolvimento local apenas dentro da escala do município não existe mais. Hoje o desenvolvimento é regional e daqui a pouco vai ser a nível nacional e até mundial, porque as demandas, as necessidades e principalmente se olharmos o consumidor, as coisas ultrapassam as fronteiras municipais. A nossa região é grande produtora de alimentos, ou seja, produz mais do que consome, e existe a necessidade de levar o produto a outros mercados consumidores. Hoje, não existe mais distâncias, pois nossos produtos, se queremos, podemos levar para outro lado do mundo num curto espaço de tempo, porque as distâncias não existem mais e a velocidade das transformações são muito grandes, e às vezes os pequenos agricultores familiares ainda não estão preparados para se beneficiar destas mudanças, existindo a necessidade do agricultor se preparar melhor até para entender melhor esta velocidade das mudanças para saber onde está o consumidor. Porque hoje toda a ação você tem que ver o fim dela, não adiante ter um produto muito bom mas não saber para onde este produto vai ser enviado, e principalmente quem vai consumir. Ainda não temos muito claro para onde vai passar este processo de comercialização (ATOR SOCIAL: C6).

Se os agricultores produzirem no município e venderem a produção para comércio local, todo o município vai ir bem, porque o dinheiro vai ficar circulando dentro do município ou do município vizinho, ou seja, é uma troca de mercadoria, onde o agricultor vai usar este dinheiro para comprar no mercado ou lojas e levar para casa produtos do próprio município. Então o desenvolvimento regional é uma forma de trabalhar em conjunto no município, com a produção do município e com a cooperação intermunicipal, com trocas de produtos entre municípios para suprir a falta de um produto, ou o excesso de um produto (AGENTE SOCIAL: C2).

O ambiente externo composto pelo clima, a área de produção de cada município e a própria cultura específica do território são circunstâncias que favorecem a produção de alimentos. Mas a agregação de valor desta produção e a comercialização dos produtos no mercado interno dependem de uma agenda que é política, intermunicipal. Os alimentos produzidos são consumidos pelo agricultor e o excedente é industrializado, comercializado de forma coletiva para o consumo interno do território.

5.6 CONCLUSÃO

A lógica de funcionamento de um sistema local territorial, estruturado através de uma rede horizontal de produção e consumo com o foco na economia solidária é importante para promover a autonomia do território. Ao mesmo tempo, representa uma ação para promover a inclusão social de famílias de agricultores no mercado produtivo, com adoção de práticas de produção mais ecológicas e ambientalmente mais equilibradas quando comparadas às práticas tradicionais de poluição dos recursos naturais.

A problemática ambiental teria que ser compreendida não como algo decorrente, por exemplo, de certas “falhas” ou contradições inerentes ao padrão moderno de produção atual ou como progressiva tomada de consciência dos seus limites, mas sim como uma espécie de núcleo aglutinador de um fato social que é, ao mesmo tempo, produto de um constante processo assimétrico de definição coletiva e de reelaboração dos valores da sociedade. [...] Deste modo, tal espaço de lutas simbólicas tende a gerar conflitos em torno do reconhecimento de certas práticas e modos de pensamento, sendo que o que estará sendo colocado em jogo, neste caso, são as próprias representações sociais (inscricas e articuladas segundo um universo de ações e idéias possíveis) do que significaria o meio ambiente – e, em contrapartida, as relações ontológicas construídas sobre seres humanos e natureza (GERHARDT e ALMEIDA, 2005, p. 03-04).

Por outro lado, os entrevistados destacaram que a crise alimentar não está somente no processo produtivo, mas na distribuição desigual dos alimentos. Neste sentido, o território se fortalece internamente quando evita de drenar os recursos humanos/financeiros e a própria natureza externa para fora do território. A comercialização com outros territórios deve ficar para um segundo momento, porque

consideram que, se o território estabelecer trocas comerciais de alimentos, pode ocorrer que a balança comercial apresente mais compras do que vendas, e isso teria um efeito devastador sobre a segurança alimentar. Neste sentido, o consórcio tem se constituído enquanto:

Uma estrutura que hoje trabalha nas diferentes formas e diferentes escalas, tentando organizar o agricultor e toda a sociedade, para fazer com que cada vez mais tenhamos perto de nós os órgãos públicos, porque eu me lembro que, quando meu pai era agricultor, nos anos 60, 70, para buscar um financiamento rural tinha que ir para São Miguel do Oeste/SC, e quanta coisa tinham que ser buscada em Florianópolis. Hoje você tem estrutura tudo no Município de Itapiranga onde se faz tudo o que precisa dentro do próprio município. As estruturas sociais devem vir cada vez mais próximas do agricultor e da sociedade, para não precisar se deslocar (AGENTE SOCIAL: C3).

A segurança alimentar com autonomia certamente implica numa territorialidade ativa e positiva, capaz de fortalecer relações sociais e fazer com que os grupos sociais desenvolvam a capacidade de se colocar no lugar do outro para melhor utilização dos recursos do território. O “CONSAD Extremo”, na qualidade de mediador, segundo os entrevistados, tem contribuído para elaborar uma agenda de segurança alimentar intermunicipal. Os processos de cooperação, até o presente momento, apresentaram conflitos e avanços, com efeitos positivos sobre o território, mas a migração do consórcio misto para consórcio público de direito público ainda é de domínio da história.

O consórcio público tem sido avaliado como uma necessidade, para evitar conflitos entre interesses divergentes pela presidência, mas não se pode esquecer que os prefeitos ainda não possuem uma real dimensão da capacidade institucional desse consórcio. É neste momento que a sociedade civil tem um papel importante neste processo por ser mais organizada e ter mais densidade social.

6 A PERCEPÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO ALIMENTAR PARA CONSTRUIR PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL DE FORMA INTEGRADA

6.1 INTRODUÇÃO

A implantação do “CONSAD Extremo”, enquanto política pública estruturante de combate à pobreza e exclusão social, que teve início com o Governo Lula (2003), através do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, significou para o território a construção de estratégias para promover a segurança alimentar com inclusão social porque:

Para a construção de um processo de inclusão não basta estar no espaço e ter relações com o mercado, posto que “ambos, através do trabalho de todos, contribuem para a construção de uma contrafinalidade de todos e (...) os define” (Santos, 1987, p. 60). A inclusão se viabiliza pela realização de ações voltadas para o fortalecimento de vínculos com o espaço e, de modo mais eficiente, por uma articulação em rede pelas quais se podem construir vínculos de solidariedade com instituições e lugares (Santos, 1997, p. 215). Colocando desta forma, os vínculos territoriais são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e re-territorialização dominantes ou, construção de territorialidades autôcentradas (HEIDRICH, 2004, p. 62-63).

A exclusão social e territorial pode ser percebida pelo fato do Extremo Oeste Catarinense possuir um número significativo de pessoas pobres, com forte êxodo rural, fruto do modelo de desenvolvimento agrícola concentrado em grandes unidades produtivas. Por outro lado, existe um grande potencial para produção de alimentos, em virtude de que a maior parte dos alimentos consumidos é importada.

A segurança alimentar, enquanto política pública capaz de promover, de forma satisfatória, a produção de alimentos em quantidade e qualidade, depende muito do planejamento realizado para atingir um futuro desejado. O diagnóstico é um elemento importante para orientar o planejamento e traçar as ações estratégicas, de acordo com a realidade do território.

Neste sentido, busca-se identificar a percepção dos agentes sociais sobre as estratégias de inclusão alimentar para construir processos de transformação territorial de forma integrada. Primeiramente, é dado destaque ao cenário político, social e ambiental com seus problemas e desafios encontrados pelo consórcio no início de sua atuação, bem como o horizonte sobre o qual foi construído o Plano Desenvolvimento Estratégico Integrado, para, no segundo momento, identificar as opções estratégicas dos agentes sociais para construir as políticas de segurança alimentar de forma a promover a inclusão social e, ao mesmo tempo, a integração do território.

6.2 A PRODUÇÃO DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS E SUAS POTENCIALIDADES

O território não é constituído apenas pelos seus aspectos naturais, mas é condicionado pela intermediação da imaginação de um determinado mediador particular. O homem, como mediador, através da ação sobre a natureza, utiliza as potencialidades existentes.

Como foi possível observar no contexto histórico e relacional, o Extremo Oeste Catarinense teve seu processo de construção territorial condicionada pela distribuição das terras aos colonos, reguladas pelas empresas colonizadoras, que determinaram o tamanho dos lotes em até 24 hectares. Mas esta realidade foi se modificando com a fragmentação dos lotes de terra, seja por motivos de herança ou pela venda do mesmo com o objetivo de migrar para o Estado do Paraná. Hoje os lotes possuem menos de 10 hectares.

A utilização excessiva do solo, através dos tempos, transformou solos férteis em solos esgotados, necessitando, no presente, de muita correção com produtos químicos para produzir. O espaço urbano oferece os serviços tais como comércio, agropecuários e de equipamentos agroindustriais e agências de crédito para o agricultor produzir e comercializar. O espaço urbano funciona como uma extensão do espaço rural.

As florestas que rodeavam as pequenas comunidades no início da colonização gradativamente foram derrubadas para dar lugar a novas plantações e construções impulsionadas pelas políticas públicas, expansão das cidades e, conseqüentemente, pelas mudanças nos hábitos de consumo.

“A cada mudança de estado, técnica e, por consequência, a cada mudança de territorialidade, a produção territorial é alterada e os problemas a serem enfrentados com relação ao ambiente são mais diversos” (RAFFESTIN, 2009). Por isso, a análise não é sobre a natureza em si, mas sobre os usos que o homem faz da natureza através das técnicas.

O Extremo Oeste-Catarinense considerado como essencialmente rural, caracterizado pelas atividades sócio-econômicas ali desenvolvidas e pela presença de mais de 50% da população no espaço rural (isto considerando os critérios utilizados pelo IBGE), como mostra o gráfico 16.

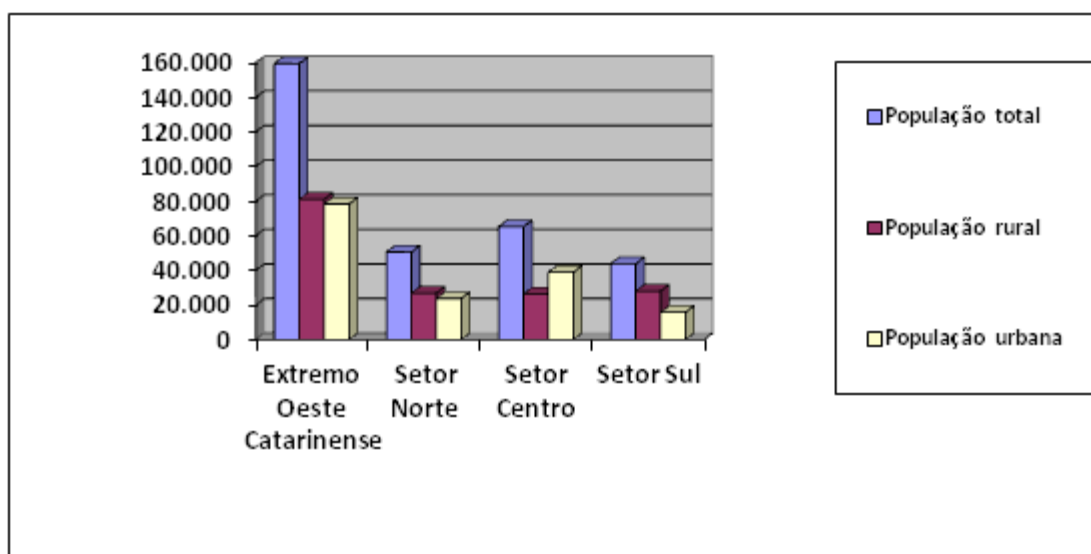


GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE POR SETOR (EM%).

Fonte: IBGE/2000 e ICEPA, 2003.

O setor Centro concentra praticamente 41% da população do território e também possui a maior densidade demográfica (50,64). É a parte do território onde a população urbana (38.893 hab) supera a população rural (26.277 hab), com

destaque para o Município de São Miguel do Oeste, o mais populoso da região (20,27%), e que concentra o setor de prestação de serviços.

Isto demonstra que quanto maior é a densidade demográfica de um município, maior é sua urbanização. Quando comparado ao Estado de Santa Catarina, a taxa de urbanização do Extremo Oeste fica abaixo da média, não chegando a 50%, evidenciando, desta forma, que os municípios possuem características econômicas e modos de vida rural.

Do ponto de vista climático, o território apresenta o clima subtropical úmido, com verão quente. A temperatura média anual é de 18 – 19 graus e a precipitação média anual é de 1.700 a 1.900 mm. Com relação aos solos, 64,7% são de alta declividade – Cambissolos (180.815 ha) e Argissolos (49.880 ha). Já 34,5% dos solos são suavemente ondulados - Latossolos (33.510 ha), Cambissolos (70.300 ha) e Argissolos (19.400 ha).

Como é possível perceber, existe uma predominância de áreas com alta declividade, portanto, não recomendável para ser utilizado com culturas anuais. No entanto, estas áreas são largamente utilizadas com culturas anuais, provocando o desgaste do solo. No relevo acidentado registra-se a presença de solos de forte acidez e baixa disponibilidade de nutrientes e o seu uso exige práticas conservacionistas e uso intenso de fertilizantes.

Os municípios já estão sofrendo, seja do ponto de vista dos impactos ambientais e econômicos os efeitos da falta de adoção de uma prática conservacionista do uso dos solos. Esta situação tem se agravado nos últimos anos com o fenômeno El Niño⁸.

Este evento tem provocado estiagem⁹ em todo o Extremo Oeste de Santa Catarina nos últimos anos. Do ponto de vista prático isto tem provocado deficiência nos estoques de água dos rios e açudes, que por vezes provoca também déficit de umidade no solo.

As estiagens que ocorreram com frequência nos últimos anos provocaram significativas perdas nos cultivos e até perdas totais dessas lavouras. E não é por acaso que os maiores índices de pobreza são verificados no meio rural, onde vivem

⁸ O El Niño é um fenômeno atmosférico oceânico, que tanto na sua fase positiva quanto negativa, afeta os padrões de circulação atmosférica a nível regional e global, ou seja, as águas ficam mais aquecidas que o normal no oceano Pacífico é isto modifica a circulação atmosférica.

⁹ Segundo definição de Castro (2000) estiagem refere-se a um período prolongado de baixa pluviosidade ou sua ausência, em que a perda de umidade do solo é superior a sua reposição.

cerca de 50% da população do território. Embora o território apresente índices de Desenvolvimento Humano Municipal considerado médio-alto, possui 20% da população (32.990 hab.) com renda insuficiente¹⁰, e 46,4% (73.997 hab) consideradas pobres¹¹, como é possível no gráfico 17.

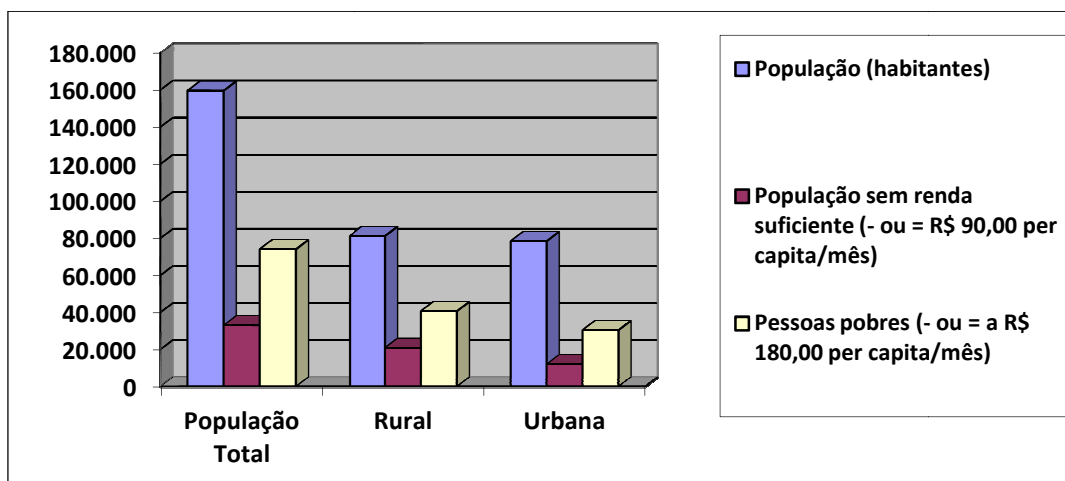
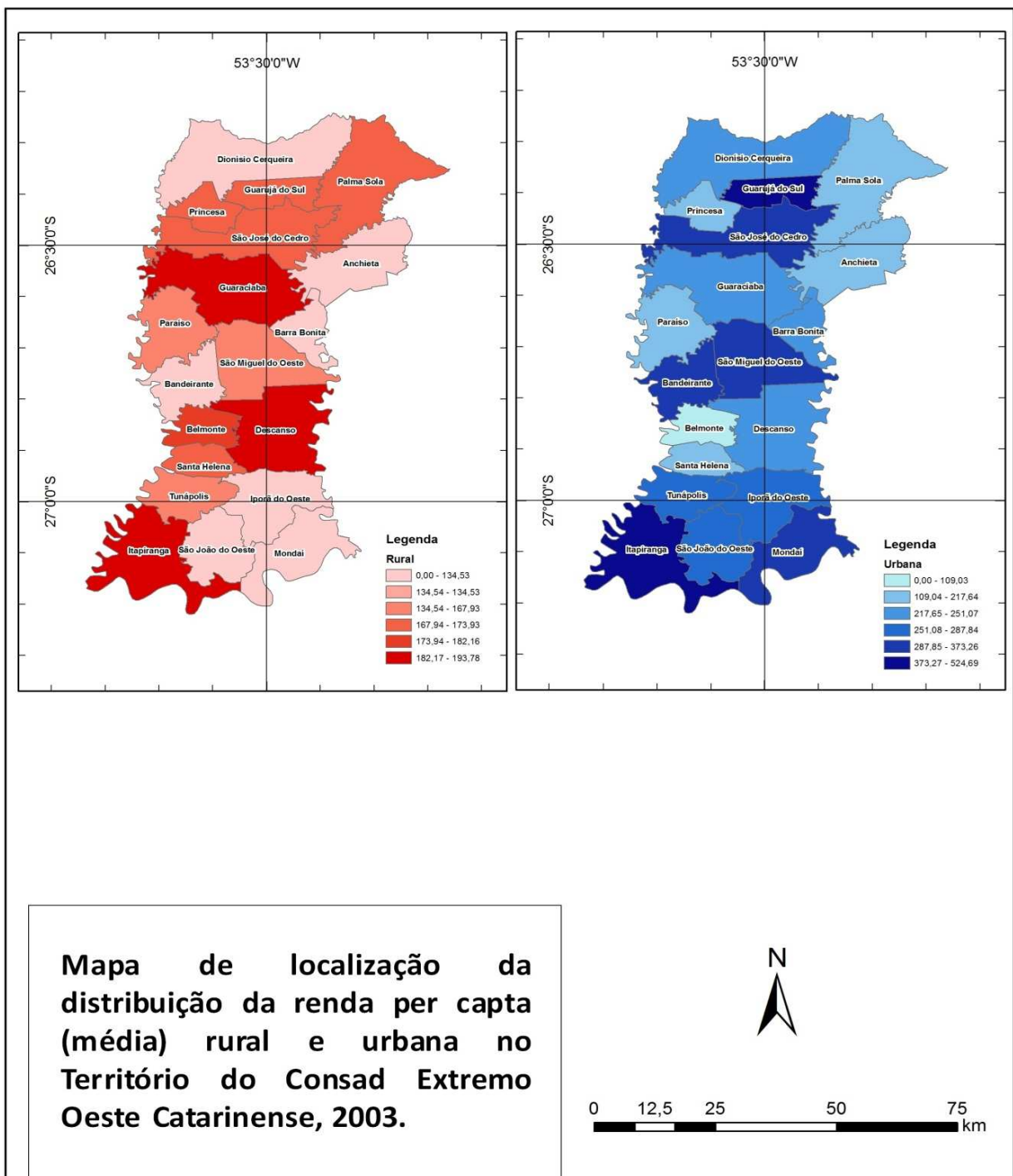


GRÁFICO 17 – POPULAÇÃO SEM RENDA SUFICIENTE E POBRE NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: Diagnóstico da exclusão Social – Mapa da Fome/2003.

¹⁰ População com renda per capita mensal menor ou igual a R\$ 90,00.

¹¹ População com renda per capita mensal menor ou igual a R\$ 180,00.



MAPA 10 – MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PER CAPTA (MÉDIA) RURAL E URBANA NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2003.

Fonte: Icepta 2003.

Estes dados reforçam a necessidade de maiores investimentos no meio rural através de políticas públicas que atendam estas especificidades climáticas e a própria insegurança alimentar.

Quais os desafios que necessitam ser superados para promover a segurança alimentar? São necessários e fundamentais os investimentos em infra-estrutura tais como a melhoria das estradas, mas além da materialidade do território a questão da informação e comunicação é setor estratégico para integrar o território em si e com outras escalas.

Um elemento essencial é a rapidez na comunicação que atualmente tem sido pouco promovido, como é o caso do uso do telefone. “Em 1978, no governo Antônio Carlos Konder Reis, cujo slogan era “encurtar distâncias”, todos os municípios catarinenses se integraram num sistema que operava com DDD/DDI” (LAGO, 2000, p. 324). No entanto, hoje apenas 27,6 % dos domicílios possuem acesso à linha telefônica, ficando bem abaixo da média do Estado que é de 43,8%, fato que começa a ser resolvido com a introdução do celular móvel.

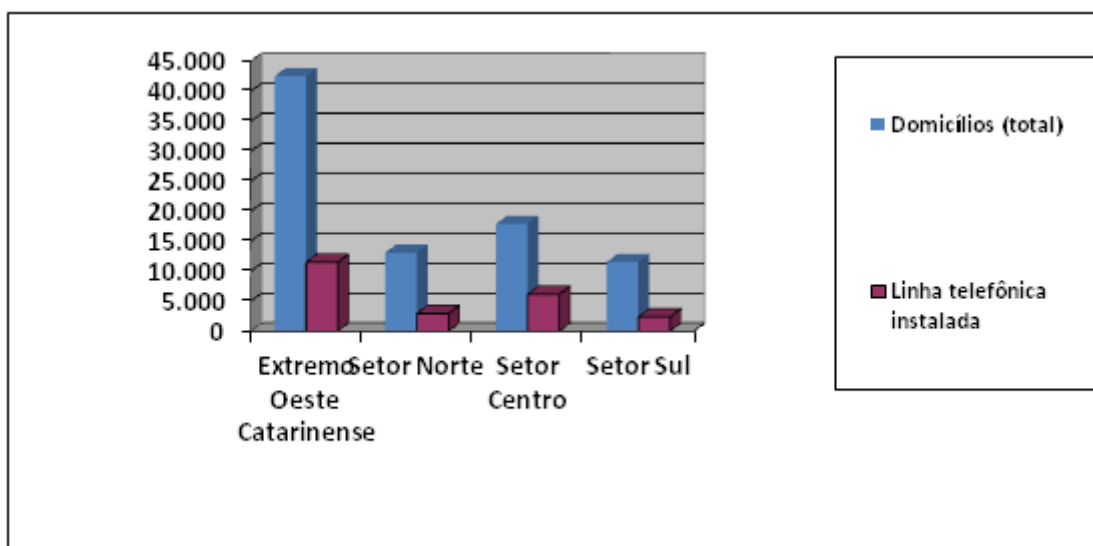


GRÁFICO 18 – LINHAS TELEFÔNICAS INSTALADAS, POR DOMICÍLIOS, NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: ICEPA/2003.

É importante que programas de inclusão digital possam estar à disposição, principalmente para os setores ligados à agricultura familiar. São justamente os mais

pobres que tem menos acesso a comunicação, isto interfere inclusive no cadastramento para as políticas públicas. Até o presente momento a informação foi largamente utilizada para atender aos interesses das grandes empresas transnacionais que atuam no território e influenciam as políticas públicas para a pecuária integradora, principalmente nas atividades da criação de suínos, aves e mais recentemente a bovinocultura de leite.

A população de suínos e aves no período de 1998 a 2001 apresentou um aumento significativo, mas o número de produtores está diminuindo. Muitas propriedades possuem um número de suínos e aves superior à população do município, como mostra o Gráfico 19.

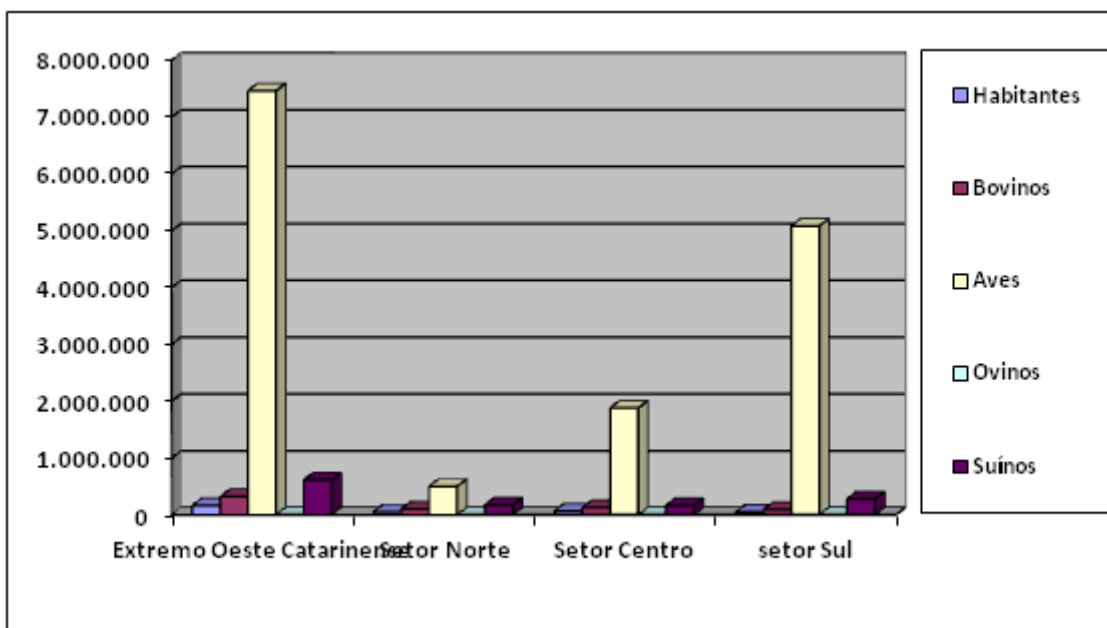


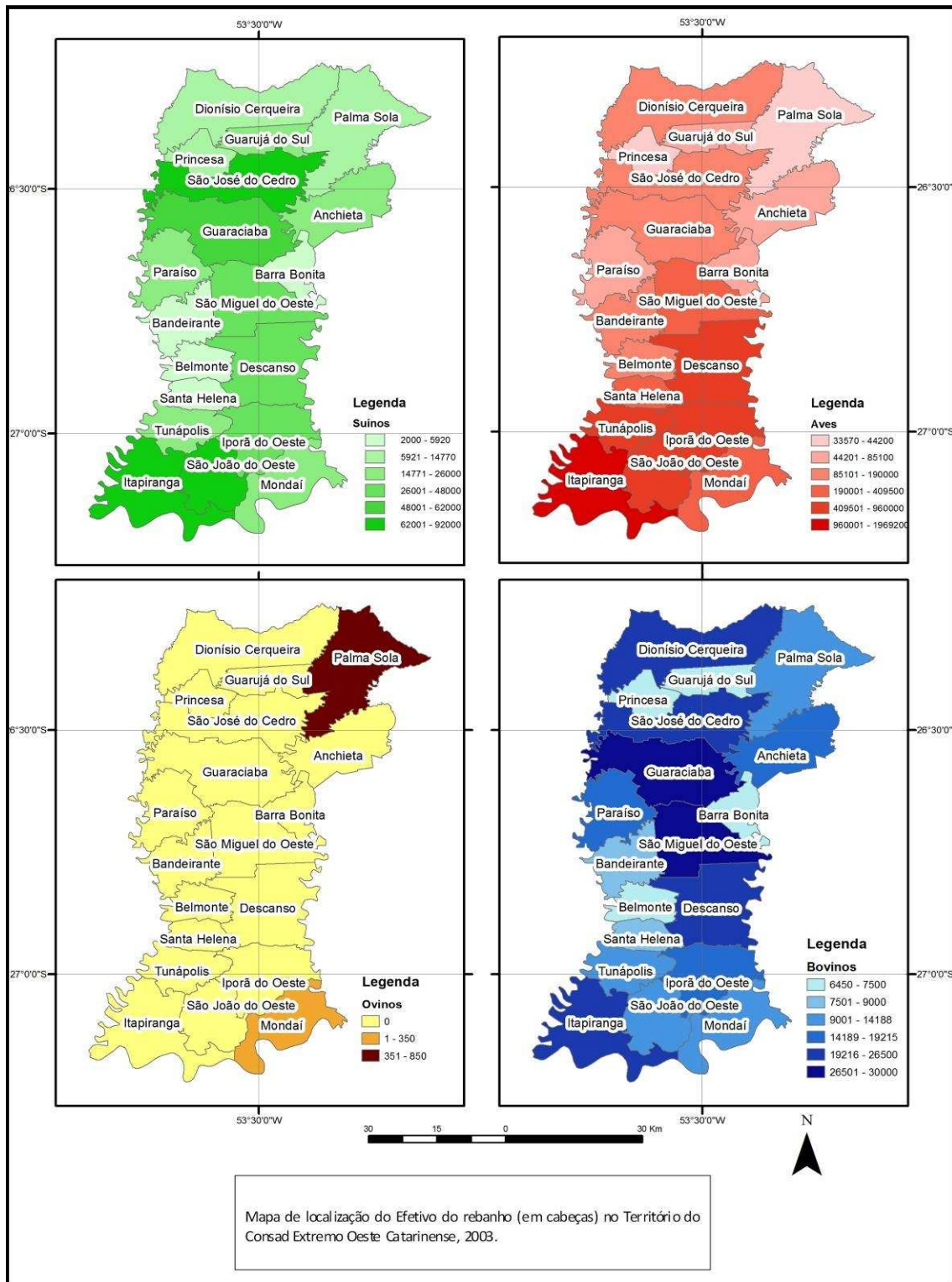
GRÁFICO 19 – COMPARATIVO ENTRE O TOTAL DA POPULAÇÃO E REBANHOS NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: ICEPA, 2003.

Esta atividade ligada ao sistema de integração da produção de carnes tem sido ao longo dos últimos anos responsável pela exclusão de muitos agricultores. Em muitos municípios 90% da arrecadação provém de 10% dos produtores de suínos e aves. Neste caso a pergunta é: o que fazem os 90% restantes dos agricultores? Além da exclusão a atividade da carne tem sido apontada em estudos

da Epagri como uma das principais responsáveis pela contaminação das águas por coliformes fecais no Oeste Catarinense.

A política pública direcionada a promover a especialização produtiva tem dois efeitos imediatos. O primeiro é a exclusão dos agricultores, e a segunda é a existência de uma matriz agrícola produtiva pouco diversificada, fato que tem relação com a perda da biodiversidade e da soberania alimentar e com a existência de um grande número de famílias do território em situação de insegurança alimentar.



MAPA 11 – MAPA DO EFETIVO DO REBANHO (EM CABEÇAS) NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2003.

Fonte: Icepa, 2003.

A política de promoção da especialização produtiva tem um efeito direto na redução da área plantada com produtos destinados para o autoconsumo. “Apresenta resultados expressivos do ponto de vista produtivo, mas pífios sob o aspecto qualitativo e do benefício social” (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 14).

Os benefícios sociais dificilmente ocorrem, em função dos altos custos de produção, resultado do uso intensivo de tecnologias de origem industrial, destinadas a atender uma produção e consumo de commodities (soja e milho), cujos preços são controlados internacionalmente devido ao aumento dos custos dos insumos, como os derivados de petróleo.

“Os custos de produção crescentes com novas tecnologias (royalties), impactos ambientais, através da contaminação dos solos pelo uso intenso de herbicidas, adubos químicos, fungicidas” (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 32). A política de especialização produtiva introduzida a partir da revolução verde teve impacto direto na redução da área plantada com produtos destinados para o autoconsumo, devido à substituição da produção destinada para o autoconsumo pela produção de matéria-prima para as grandes indústrias, onde ocorre a agregação de valor aos produtos dos quais o agricultor não tem participação.

O diagnóstico do CONSAD Extremo identificou que a redução da área plantada com produtos de autoconsumo ocorreu de forma mais agressiva no período entre 1998 e 2002, com o enfraquecimento dos movimentos sociais, que promoveram uma resposta às dificuldades, como é possível perceber através do resgate de sementes crioulas de milho pelos movimentos sociais do campo e pelo Consad:

Os dados em relação ao milho provocaram a citação do caso das sementes de milho crioulo no município de Anchieta, como exemplo de que a mudança da matriz produtiva foi acompanhada da mudança da matriz tecnológica, ocorridas por influência do modelo agrícola: Neste município, em 1970, cerca de 90% do milho produzido era proveniente de sementes crioulas. Em 1990 esse número foi reduzido para cerca de 0,5%. Atualmente, a partir do resgate dessa tecnologia, cerca de 6% da área cultivada com milho está sendo com utilização de sementes crioulas (DIAGNÓSTICO DO CONSAD EXTREMO, 2004, p. 16).

Portanto, a redução da área plantada de produtos destinados ao autoconsumo das famílias agricultoras tem efeito direto sobre a falta de diversificação de produtos e pela existência de fome no meio rural “Essa hipótese do

fluxo de energia da expansão econômica explica por que países com comunidades predominantemente rurais costumam ser pobres, não importando quão grandes ou pequenas sejam as importações e exportações. Também explica por que as economias mais expandidas – as ricas – são sempre muito diversificadas” (VEIGA, 2008, p. 61).

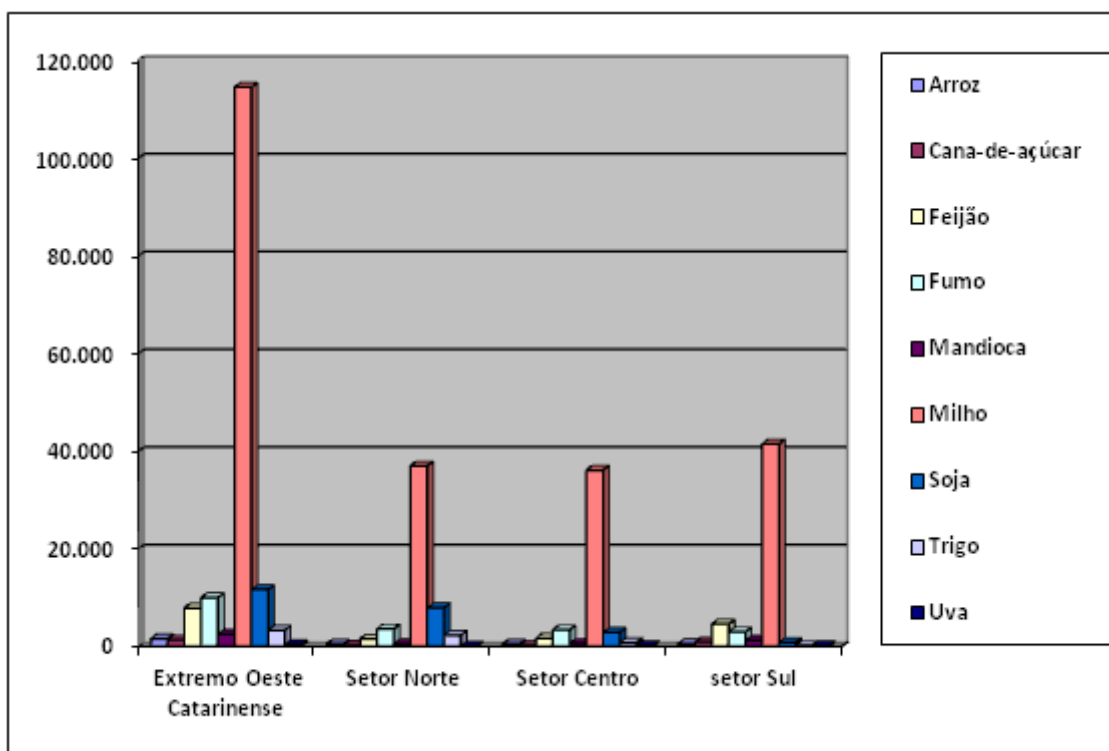
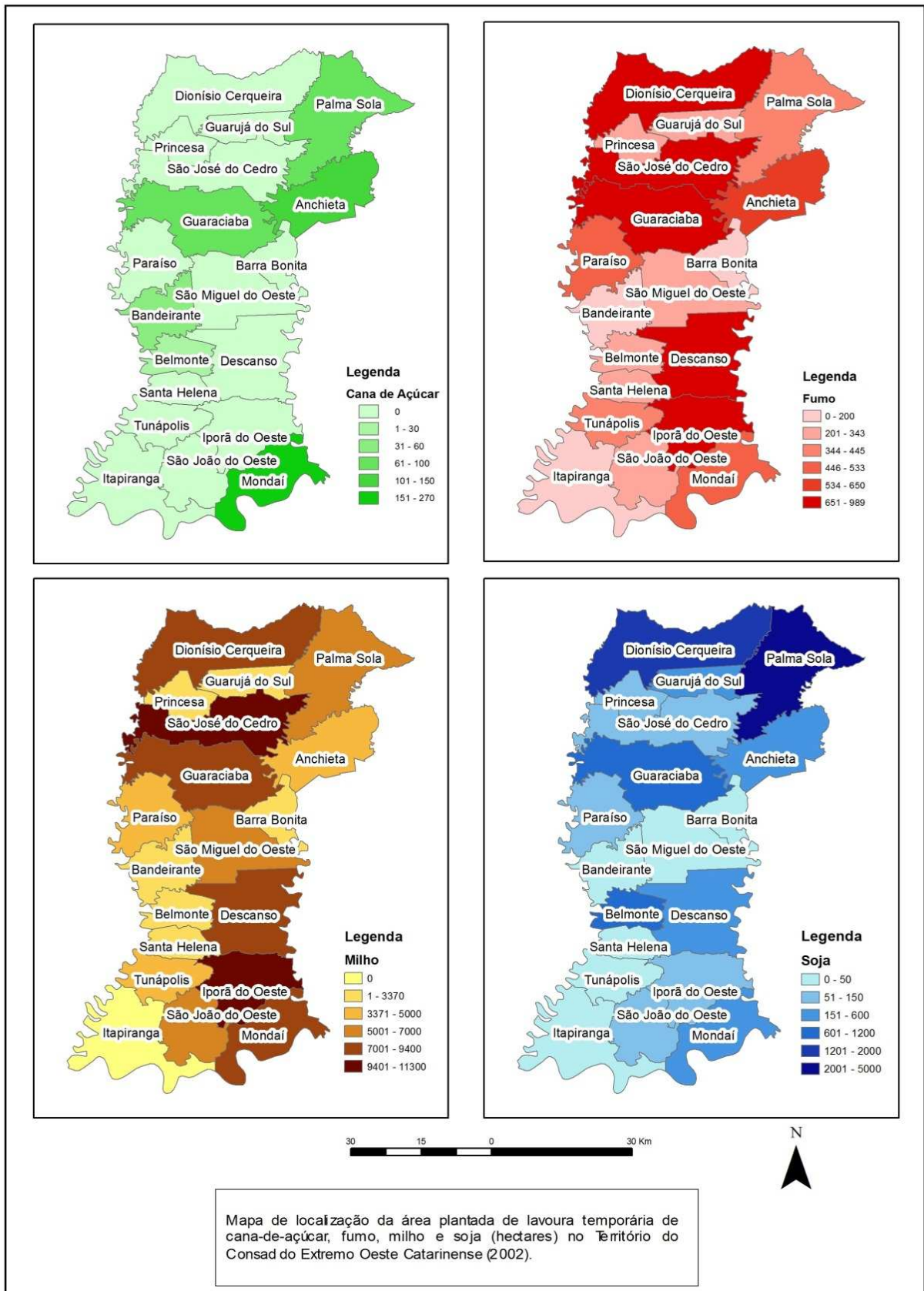


GRÁFICO 20 – ÁREA PLANTADA (Ha) – LAVOURA TEMPORÁRIA E PERMANENTE NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE – 2003.

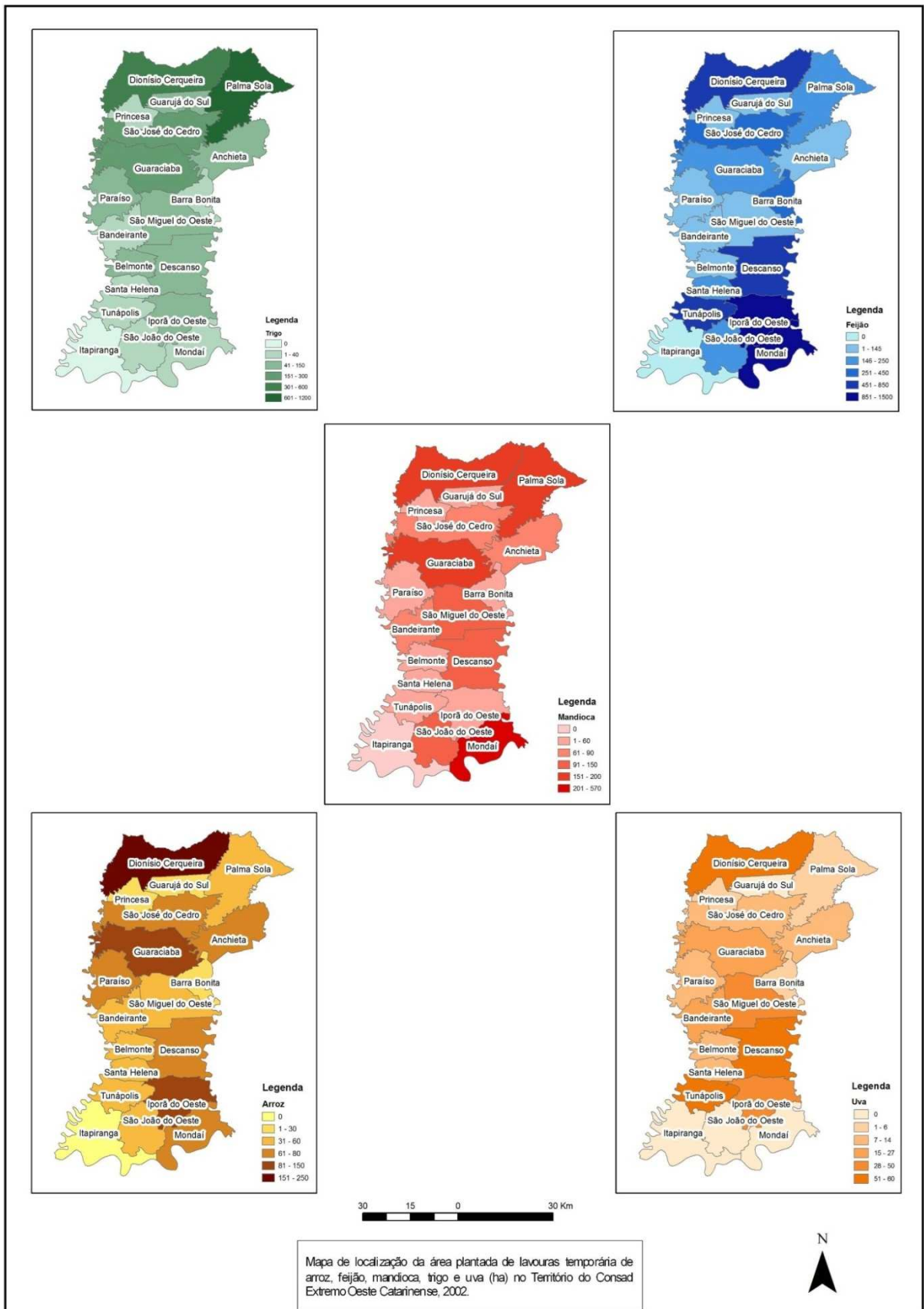
Fonte: ICEPA, 2003.

O resgate de sementes crioulas foi uma alternativa encontrada pelos movimentos sociais para se contrapor ao modelo hegemônico da agricultura científica globalizada. As alternativas estão sendo construídas com investimentos em agroecologia, agroturismo, e principalmente em agroindústrias de pequeno porte, para agregação de valor aos produtos, com destaque aos produtos artesanais, que contribuem para resgatar formas de produção de gerações anteriores e, ao mesmo tempo, valorizar a cultura local, reforçando a identidade em torno dos produtos da agricultura familiar.



MAPA 12 – MAPA DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS (HA) NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE (PRANCHA A), 2002.

Fonte: Icepta, 2003.



MAPA 13 – MAPA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS (HA) NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE (PRANCHA B), 2002.

Fonte: Icepta, 2003.

O reflexo destas iniciativas é o crescimento do número de propriedades com fruticultura orgânica, com destaque para os municípios de Tunápolis, Anchieta, Palma Sola, Dionísio Cerqueira e Mondai. No município de Mondai, os agricultores estão associados a uma cooperativa de produção orgânica e a comercialização também é direcionada para o comércio justo.

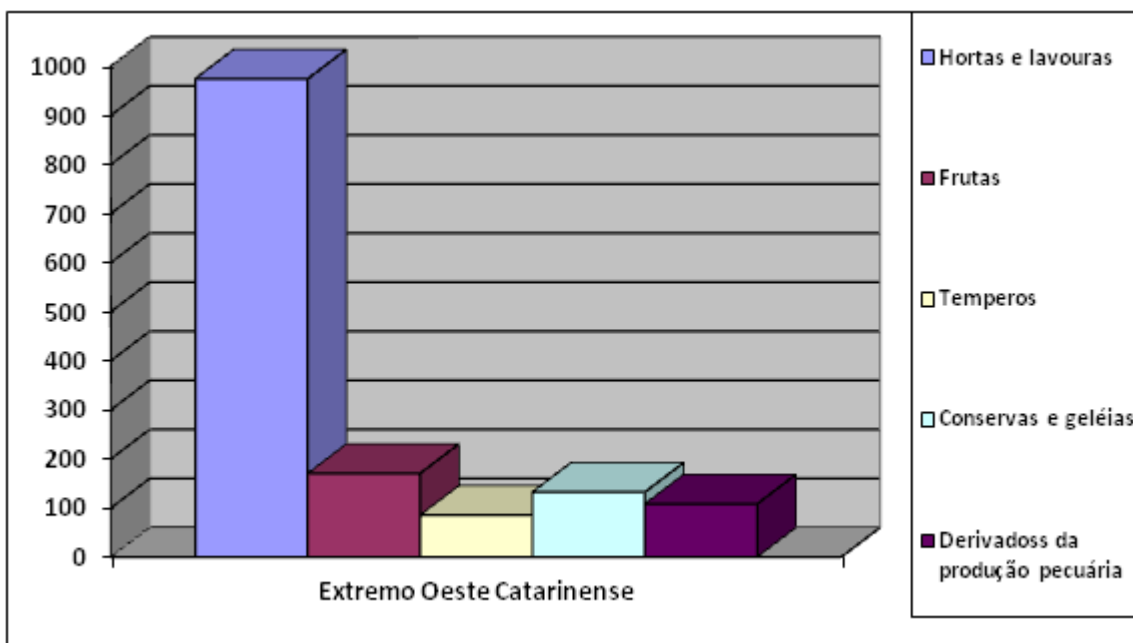


GRÁFICO 21 – NÚMERO DE PRODUTORES QUE TRABALHAM COM A PRODUÇÃO ORGÂNICA NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE E POR SETOR.

Fonte: ICEPA, 2003.

A produção orgânica recentemente foi regulamentada no Brasil, que obriga o agricultor a dar provas para que os produtos sejam considerados orgânicos, através de uma empresa certificadora. Iniciativas para a certificação dos produtos estão em andamento e o crescimento da produção orgânica deve ser superior aos dados apresentados no gráfico anterior, pois, por motivos de erro na coleta de dados, a produção do setor centro não foi computada, mas a tendência é que, nos próximos anos, com as iniciativas do CONSAD Extremo e o fortalecimento da produção orgânica, aumente significativamente a produção no território.

De forma mais geral é possível concluir que, desde o processo de colonização em seus diferentes momentos, se privilegiou um modelo de desenvolvimento centrado no crescimento e concentrador de riqueza, que teve como

consequência a exclusão social. “Num mundo de terríveis desigualdades, é um absurdo pretender que os ricos precisem se tornar mais ricos para permitir que os necessitados se tornem um pouco menos necessitados” (VEIGA, 2008, p. 80).

A concentração da produção e da riqueza decorrente da opção agrícola por um modelo capitalista de produção, através do uso da terra, além de provocar desigualdades e exclusão social no território do Extremo Oeste Catarinense, tem provocado intensa degradação dos recursos naturais (solo, água e vegetação), pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, adubos químicos solúveis e o desmatamento, que afeta a qualidade de vida da população e do próprio sistema como um todo.

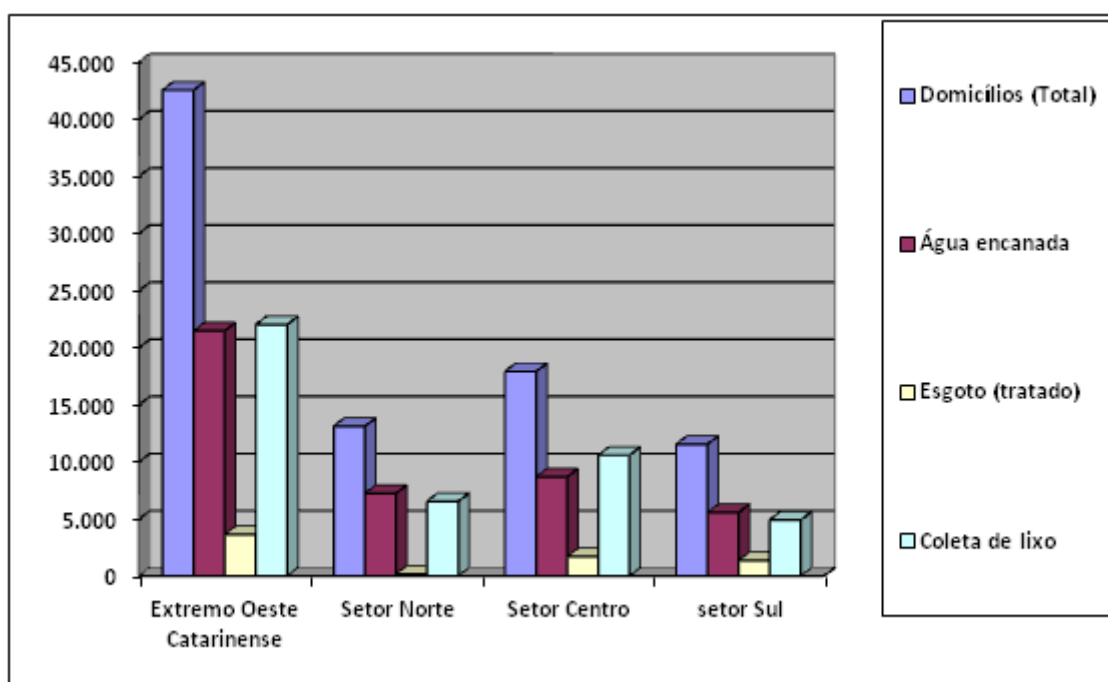


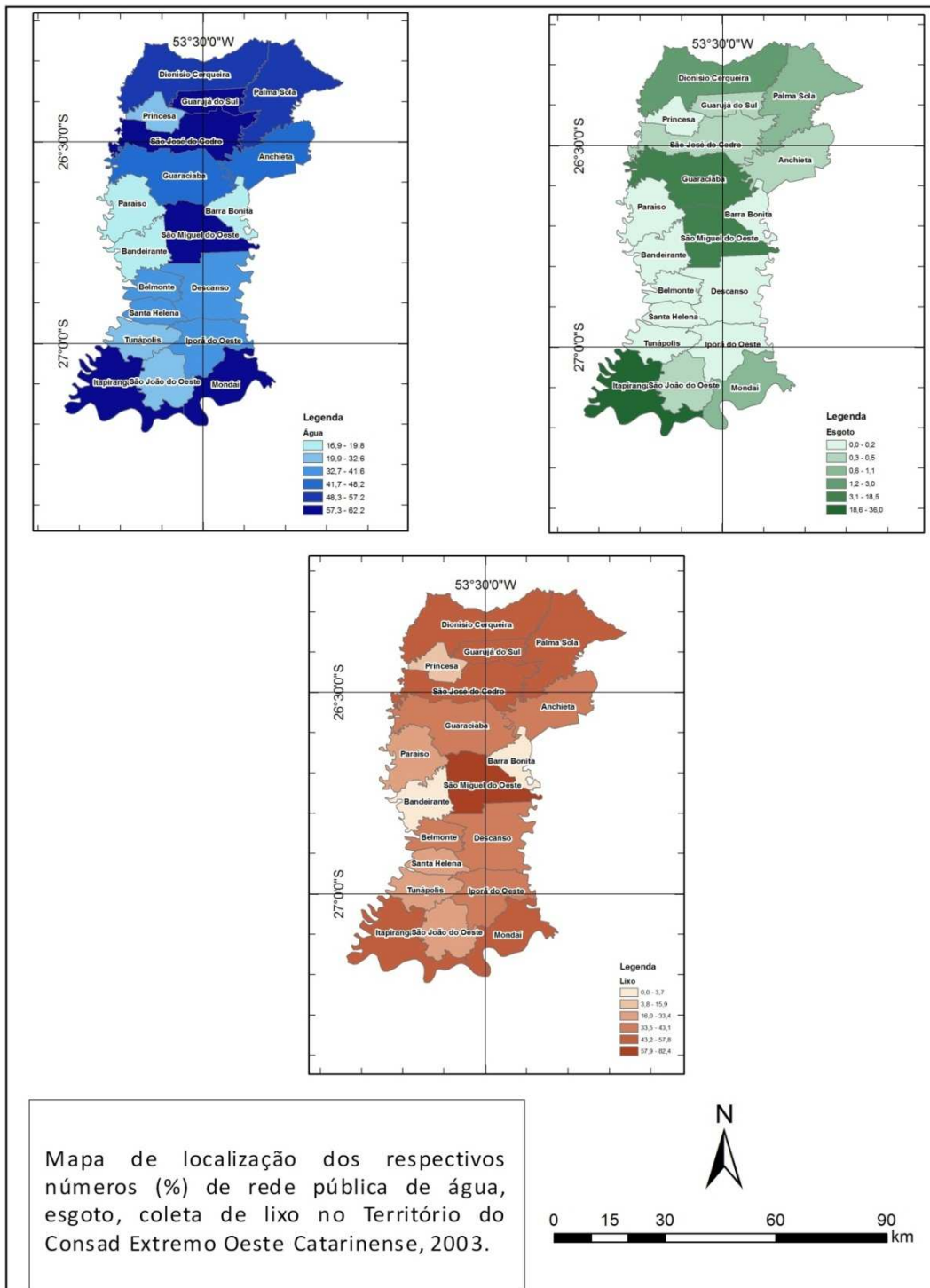
GRÁFICO 22 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS, ÁGUA ENCANADA, ESGOTO E COLETA DE LIXO NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Fonte: ICEPA, 2003.

O gráfico 22 apresenta o retrato de uma realidade que se encontra muito presente nos municípios e necessita de mais investimentos públicos para atender a demanda por estes serviços, pois com relação à infraestrutura básica:

Há ainda um fator que se visualiza na região que está diretamente relacionado com a qualidade de vida das pessoas, que é a infraestrutura básica. Por exemplo, a região possui apenas 50% dos domicílios ligados à

rede pública de água, 52% com coleta de lixo e o mais agravante é o esgoto, em apenas 8,5% dos domicílios, tudo isso acentuado pelo volume de dejetos de animais (poluição das águas) e pela não existência de destino adequado do lixo (DIAGNÓSTICO CONSAD EXTREMO, 2004, p. 47).



MAPA 14 – MAPA DOS RESPECTIVOS NÚMEROS (EM%) DE REDE PÚBLICA DE ÁGUA, ESGOTO E COLETA DE LIXO NO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE, 2003.

Fonte: Icepta, 2003.

Segundo Veiga (2008), é essencial que as políticas públicas enfatizem os aspectos qualitativos nos processos de desenvolvimento. “Maneiras viáveis de produzir meios de vida não podem depender de esforços excessivos e extenuantes por parte de seus produtores, de empregos mal remunerados exercidos em condições insalubres, da prestação inadequadas de serviços públicos e de padrões subumanos de moradia” (VEIGA, 2008, p. 81).

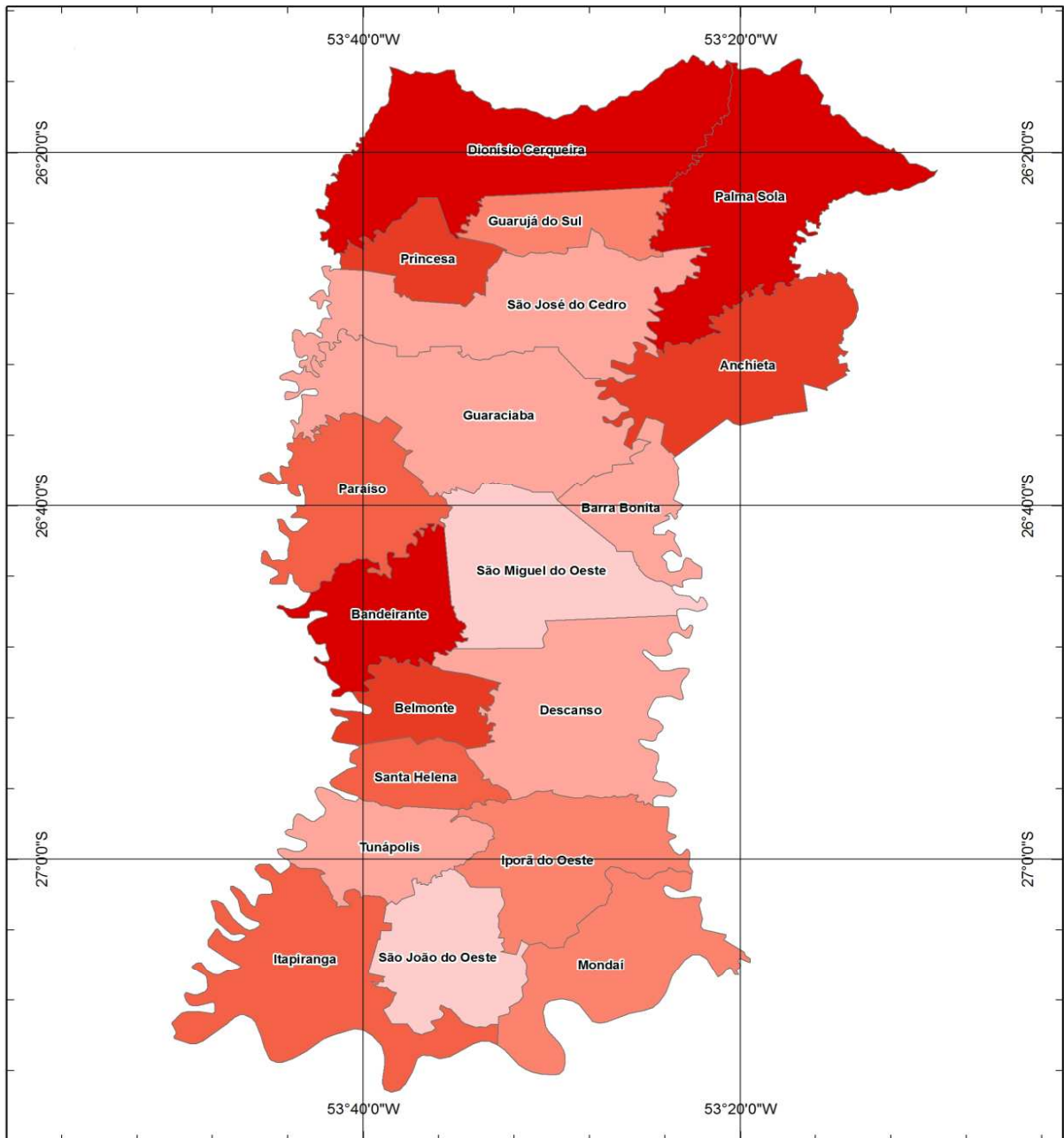
Para projetar, de forma autônoma, o território, com segurança alimentar e desenvolvimento local, é necessário que as políticas públicas sejam articuladas e integradas no território, de forma a garantir uma continuidade das políticas de segurança alimentar. Isto significa promover o acúmulo de capital humano e social integrados com o quadro natural, para atender à população de baixa renda na perspectiva de gerar trabalho e renda.

A conquista da autonomia se faz superando as políticas assistenciais no sentido de construir uma identidade econômica e solidária num contexto histórico relacional dentro de uma visão integradora. “Enfim, para passar do mundo material ao mundo mental das imagens artísticas, das paisagens, é necessário considerar a natureza da imaginação no plano histórico. Assim, podemos analisar e representar o território e a territorialização” (RAFFESTIN, 2009, p. 35).

Por fim, a territorialização do CONSAD Extremo é um processo que se encontra em movimento, mediado por espaços de relações sociais, históricas e relacionais que guardam um saber popular do saber fazer, sob o signo da agricultura familiar, que se constitui um patrimônio pela sua organização política e pelas mobilizações sociais, que se transformaram em lutas pelos movimentos sociais e, ao longo do tempo, têm atuado na construção de programas e projetos sociais para desenvolver o território, e não apenas para o seu crescimento.

6.3 A PRODUÇÃO TERRITORIAL E A SEGURANÇA ALIMENTAR: AS ESTRATÉGIAS DOS ATORES SOCIAIS PARA CONSTRUIR PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL DE FORMA INTEGRADA

A produção de estruturas territoriais para promover a segurança alimentar de forma integrada no território é um processo complexo. A complexidade está associada à capacidade dos agentes sociais compreenderem os problemas que dificultam a promoção da segurança alimentar e, ao mesmo tempo, estabelecer um planejamento para território.



Mapa da fome: População sem renda suficiente (- ou = R\$ 90,00 per capita/mês) nos municípios do Extremo Oeste-Catarinense (2000).

Legenda

População sem renda suficiente

- 10,82 - 13,40%
- 14,78 - 16,89%
- 19,93 - 20,37%
- 22,09 - 24,40%
- 29,22 - 33,62%
- 35,67 - 39,05%



MAPA 15 - POPULAÇÃO SEM RENDA SUFICIENTE (- OU = A R\$ 90,00 PER CAPITA/MÊS) NOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE (2000).

Fonte: Marcos Fiorentin, a partir dos dados do diagnóstico da exclusão Social (2000).

O mapa 15 da fome nos municípios do Extremo Oeste Catarinense apresenta 20,68% da população com renda insuficiente (- ou = A R\$ 90,00 per capita/mês). A população com renda insuficiente é de 25,8% no espaço rural e 15,38% no espaço urbano. O maior índice de população sem renda suficiente está nos municípios de Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Princesa e Anchieta, do setor norte do território, onde a atividade rural é, principalmente, a pecuária extensiva e a plantação de milho e soja para alimentação animal.

A população residente no espaço rural é a mais afetada com a situação de insegurança alimentar, e a reversão desta situação ocorre por meio de ações de trabalho no espaço rural e articulado com as atividades do espaço urbano. “Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade” (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

O planejamento territorial e seus elementos relacionados à promoção da segurança alimentar é uma ferramenta para aperfeiçoar as estratégias de inclusão alimentar. A característica específica de cada território implica em estratégias diferenciadas, que precisam ser modificadas no decorrer do tempo, para superar a falta de política agrícola, as dificuldades de acesso ao crédito e a dificuldade para comercializar os produtos produzidos.

Os produtos que são comercializados em sua maioria, não têm valor agregado, em função da falta de conhecimento e organização dos processos produtivos. A falta de conhecimento inviabiliza empreendimentos em função dos custos elevados do sistema de produção, principalmente para os agricultores que trabalham com o sistema de integração. A não ativação do sistema local territorial está associado à falta de oportunidades de trabalho e a falta de projetos viáveis e articulados em rede de produção e comercialização.

As estratégias sempre devem possuir um caráter estruturante, capaz de incorporar as dimensões sociais, ecológicas e a cultura específica do território. A integração destas dimensões necessita estar acompanhada de uma visão de longo prazo, para superar as antigas políticas públicas imediatistas e o assistencialismo. É importante a ampliação do horizonte estratégico, porque traz a noção de uma dimensão pedagógica capaz de criar as condições para atingir a autonomia na

produção de alimentos, onde os atores sociais são protagonistas das relações sociais e territoriais:

Cada época é uma época. Às vezes podemos dizer podia ter feito isso, mas daqui a 10 anos as outras pessoas vão dizer que hoje nós poderíamos ter feito diferente. Mas de certa forma faltou um plano de desenvolvimento, tanto em nível de poder público e de propriedades, de se pensar o que se quer daqui a 20 anos, até porque as situações e as realidades mudam, o mercado muda, o consumidor muda, e para superar isto falta informação sobre a projeção para onde vai caminhar a questão social, a questão econômica e a questão alimentar. Eu tenho 18 anos de sindicato e se nós olharmos para os últimos 5 anos, as coisas mudaram bastante, pois anos atrás existia muito conformismo, as pessoas tinham seu recurso para tocar a propriedade e se manter e também não havia tantas opções tecnológicas como temos hoje. E me pergunto: E no futuro, quantas inovações tecnológicas nossos filhos e netos irão presenciar? Faltou a questão de um planejamento, pois no passado não existiam entidades de apoio para o agricultor e o agricultor acabava fazendo o que dava no momento. No passado o agricultor saía de sua propriedade somente na época da colheita ou em caso de doença, sendo este um dos poucos momentos que podiam ter acesso a outras informações, e aqui em Itapiranga/SC a energia elétrica chegou em 1975, e quantas coisas mudaram por causa da chegada da luz elétrica (AGENTE SOCIAL: C6).

A escolha das estratégias pelos agentes sociais é realizada tendo como base o contexto territorial existente, com seus problemas e possibilidades. Isso porque o ponto de partida ocorre no tempo presente, mas não está desvinculada dos processos anteriores. A partir das ações do “CONSAD Extremo”, os atores sociais modificaram suas estratégias de atuação, ou seja, abandonaram determinadas práticas de pensar o sistema de produção local e reelaboraram sua participação nas diferentes escalas do processo de desenvolvimento.

O ponto de partida foi o reconhecimento pelos atores sociais de que progresso material, com suas infraestruturas modernas, não garantiu a produção de alimentos e a inclusão dos agricultores no processo produtivo. A distorção interna do território na produção de alimentos descolou a economia do social, tornando a sociedade mais injusta.

As injustiças sociais podem ser percebidas quando as administrações têm a noção de que a economia resolve as distorções no território. As distorções podem ser melhor caracterizadas quando se estuda a questão do emprego. Nos municípios de abrangência do consórcio, as grandes empresas da cadeia produtiva de carnes congeladas para exportação são responsáveis pelo fornecimento de quase a metade

dos empregos. O trabalho nestas grades corporações obedece aos interesses do grande capital internacional, ou seja, a competitividade.

A outra metade dos empregos está vinculada às pequenas empresas de prestação de serviço, pequenas agroindústrias familiares e empreendimentos de economia solidária. O trabalho, nestes setores da economia, tem a preocupação voltada aos interesses do território. Os municípios, de forma isolada, não conseguem resolver os problemas relacionados à pequena escala de produção, porque não aproximam o comércio da pequena indústria familiar e não têm solução para o transporte e a distribuição dos alimentos.

O “CONSAD Extremo” pode ser considerado uma forma de governo intermediária ao município, ao Estado e ao governo federal. O consórcio estabelece uma cooperação integrada entre os municípios consorciados e os representa junto ao Estado de Santa Catarina e ao governo federal. Os municípios consorciados fizeram a adesão ao consórcio com o objetivo concreto de promover a segurança alimentar de forma intermunicipal.

O governo federal possui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse sistema tem como objetivo promover o direito humano à alimentação adequada em todo o território nacional. Este sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo, é representado, no Extremo Oeste Catarinense, pelo consórcio público intermunicipal de segurança alimentar e desenvolvimento local, que faz a implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional, levando em conta a realidade do território.

Os municípios tiveram mais gastos com o programa de rateio (repasses mensais para o consórcio), mas estes gastos são compensados com o aumento da produção e de empregos gerados, pelo simples fato dos atores sociais se reunirem para conversar. Neste caso, a produção do território não é realizada somente com o trabalho, mas também pela quantidade de energia e informação depositada no trabalho material.

Os agentes sociais da sociedade civil e do poder público municipal e estadual promoveram a análise do ambiente desejável para promover a segurança alimentar, estabeleceram um resgate histórico, através da linha do tempo, com a utilização da metodologia “fofa” (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças). Na sequência,

delimitaram os objetivos e as linhas de ação das opções estratégicas priorizadas, o detalhamento das linhas de ação e uma síntese dos passos posteriores a serem desenvolvidos na condução do plano de ação.

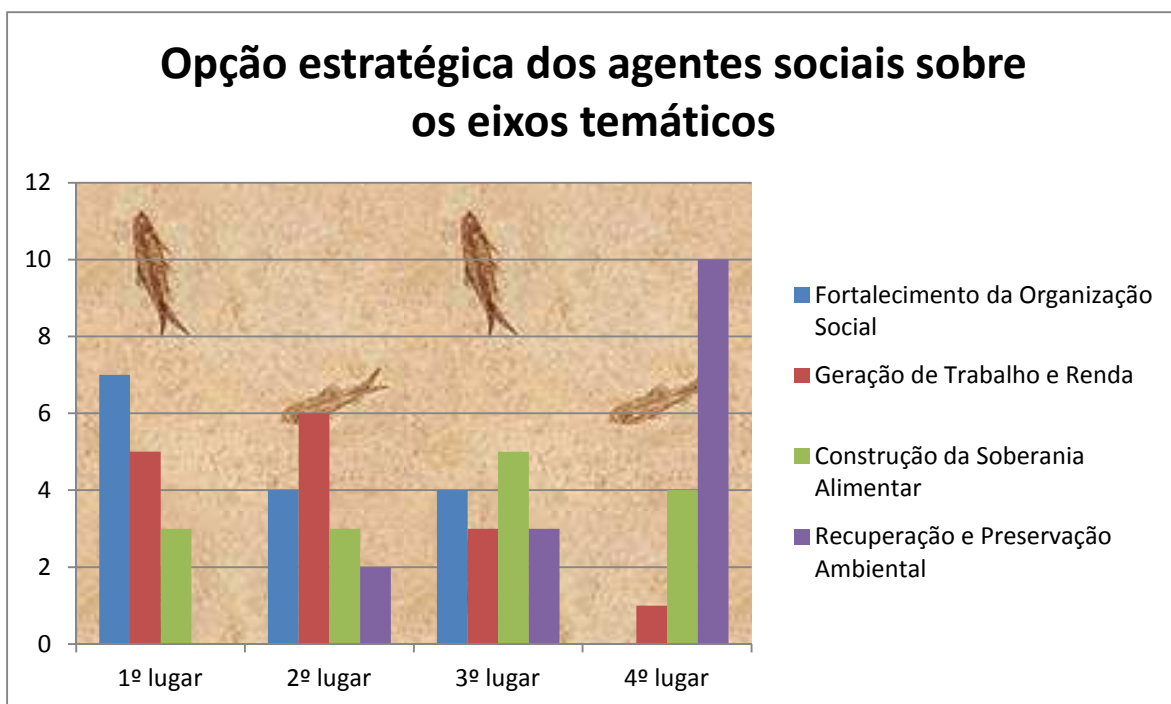


GRÁFICO 23 - OPINIÃO DOS AGENTES SOCIAIS SOBRE AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA COM RELAÇÃO AOS EIXOS TEMÁTICOS PARA PROMOVER A SEGURANÇA ALIMENTAR.

Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo.

Foi solicitado aos entrevistados para organizar em ordem de prioridade os eixos temáticos e assim definir as opções estratégicas para a segurança alimentar e o desenvolvimento local. Como é possível observar no gráfico anterior, os agentes sociais escolheram o *fortalecimento da organização social* como prioridade, principalmente no sentido de construir diferentes formas de organização de grupos sociais excluídos. A *geração de trabalho e renda* ficou em segundo lugar na ordem de prioridade, principalmente para estimular a pequena agroindústria familiar para incentivar a permanência das famílias na agricultura e reduzir os efeitos das grandes agroindústrias sobre o território:

Falta renda para a agricultura familiar. Hoje, na região não existe falta de emprego na cidade e o salário é garantido, mas para o agricultor falta renda. As pessoas do interior vão para a cidade e tiram o emprego dos da cidade, e com o tempo isso vai se transformar em mais violência, mais assaltos. *As grandes empresas falam muito em bem estar animal, mas ninguém fala em bem estar humano. A carne, que é produzida pelas empresas integradoras, está sendo exportada com o sacrifício humano, porque o agricultor integrado não está mais conseguindo honrar seus compromissos e não está sendo pago nem o custo da produção.* Hoje, os produtores de aves estão em duas situações: endividados ou sucateados, porque os agricultores às vezes pensam que estão lucrando, mas eles não contabilizam a depreciação dos equipamentos e da própria mão de obra e a lenha que esta sendo cortada e queimada para aquecer os equipamentos (AGENTE SOCIAL: C2).

A construção da soberania alimentar aparece apenas na terceira colocação na ordem de prioridade. A melhoria da qualidade vida, proporcionada por uma alimentação de qualidade e em quantidade, com a diminuição da dependência externa de alimentos através do consumo de alimentos produzidos no território não aparece como elemento central nas escolhas estratégicas. A diversificação da produção de alimentos com enfoque agroecológico e a construção de novas relações de integração homem com a natureza, impulsionados pela *recuperação e preservação ambiental*, é a última preocupação.

Antes dos entrevistados estabelecerem uma ordem de prioridade para os eixos temáticos, destacaram que era difícil priorizar um ou outro eixo, porque consideravam os quatro eixos estratégicos importantes e não se deveria fazer diferenciação de prioridades. Além de fazer a escolha das prioridades, os entrevistados eram perguntados sobre as escolhas e caminhos que os agentes sociais deveriam se afastar para promover um desenvolvimento mais efetivo do território.

Os agentes sociais destacaram que se deveria afastar das multinacionais, para o produtor utilizar mais os recursos da própria unidade produtiva, e não ficar na situação de dependência. Para isso “[...] o individualismo deve ser afastado das questões de organização e da própria produção e o CONSAD está procurando trabalhar mais coletivamente, mais cooperativamente (AGENTE SOCIAL: P1)”:

Se afastar do Agronegócio: Hoje estas agroindústrias integradoras favorecem apenas um indivíduo que só tenha grandes produções que não levam ao desenvolvimento, enquanto as pequenas agroindústrias favorecem o desenvolvimento de forma coletiva. Por exemplo, aquele agricultor que tem 300 suínos leva ao desenvolvimento, porque ele pode usar o esterco na sua propriedade, tem o leite e a produção de grãos. Mas

aquelas propriedade que possuem uma quantidade enorme de suínos, além de poluir o meio ambiente, deixa outras famílias sem ter o adubo orgânico (AGENTE SOCIAL: C2).

Um foco diferente que o CONSAD deu para a agricultura familiar em relação às grandes agroindústrias. A agricultura familiar e sua organização se tornaram uma grande geradora de emprego, renda e principalmente de produção de alimento para a população brasileira. O CONSAD vem como uma grande esperança, mas se não tiver diretrizes orientadas na sustentabilidade poderemos estar fadados ao fracasso (AGENTE SOCIAL: P1).

Para que ocorra o trabalho coletivo e cooperativo, é proposto o afastamento dos desentendimentos, principalmente aqueles relacionados aos partidos políticos. “Deveria se afastar da *política partidária*, porque isso não pode acontecer, pois gera uma desunião muito grande” (AGENTE SOCIAL: C5). Consideram que as escolhas deveriam ser em torno de um projeto, e não de um partido político, que, na maioria das vezes, defende interesses individuais.

As escolhas e soluções que vêm de fora do território são consideradas fatores negativos. Muitas vezes são realizados investimentos em atividades que não comportam ou não atendem às características do território, porque os projetos que atendem necessidades externas ao território precisam trazer a matéria-prima de fora e inviabiliza a atividade.

As Secretarias de Desenvolvimento Regionais – SDR’s criadas em 2003 pelo governador eleito do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, muitas vezes é citado pelos entrevistados como um problema porque é considerado um cabide de emprego, para políticos que não obtiveram êxito no processo eleitoral, além de apresentar fraca participação dos grupos sociais excluídos nos Conselhos de Desenvolvimento Regional. O Conselho é um órgão técnico e de aconselhamento das ações das Secretarias de Desenvolvimento Regional:

Além dos atores institucionais (prefeitos e vereadores) que são membros natos e corresponde a metade dos 44 membros do conselho, os demais 22 há um predomínio de representação de empresários particularmente das associações comerciais e industriais dos municípios. Os agricultores, suas organizações, trabalhadores em geral, além de indígenas que representa um grupo social importante na região, tem participação restrita ou inexistente CDR. Mesmo aqueles que se apresentam como agricultores/agropecuaristas, em alguns casos são produtores mais estruturados, que não representam agricultores familiares mais carentes de políticas públicas. Para além do Conselho, os Comitês Temáticos (CT) também não registram participação de organizações sociais representante de agricultores familiares, indígenas e grupos sociais em condições sócio-

econômicas desfavorecidas. Mesmo o CT da agricultura é fundamentalmente composto por secretários de agricultura e técnicos da secretaria de agricultura dos municípios. Estas questões evidenciam a seletividade processual que se forja neste arranjo institucional. Além de uma má representação de grupos sociais desfavorecidos o que se põem em questão é a ausência de qualquer representação de alguns grupos, através da própria organização de interesses (ROVER, 2007, p. 177).

A fraca participação dos agentes sociais menos favorecidos nos processos decisórios demonstra uma escolha pela dimensão econômica hegemônica no processo de desenvolvimento. Os próprios atores sociais também fazem a opção pelo econômico e pela materialidade, quando selecionaram a questão da soberania alimentar como terceira opção estratégica. “Eu acho que todas as organizações devem se afastar um pouco do comodismo e de ser apegada ao bem material. Muitos se apegam ao dinheiro, construir no sentido de estrutura, pensam só em buscar projetos e fazer dinheiro, movimentar dinheiro e esquecem de organizar, conscientizar a população” (AGENTE SOCIAL: C7).

Diretriz ou estratégia indicada pelos agentes sociais

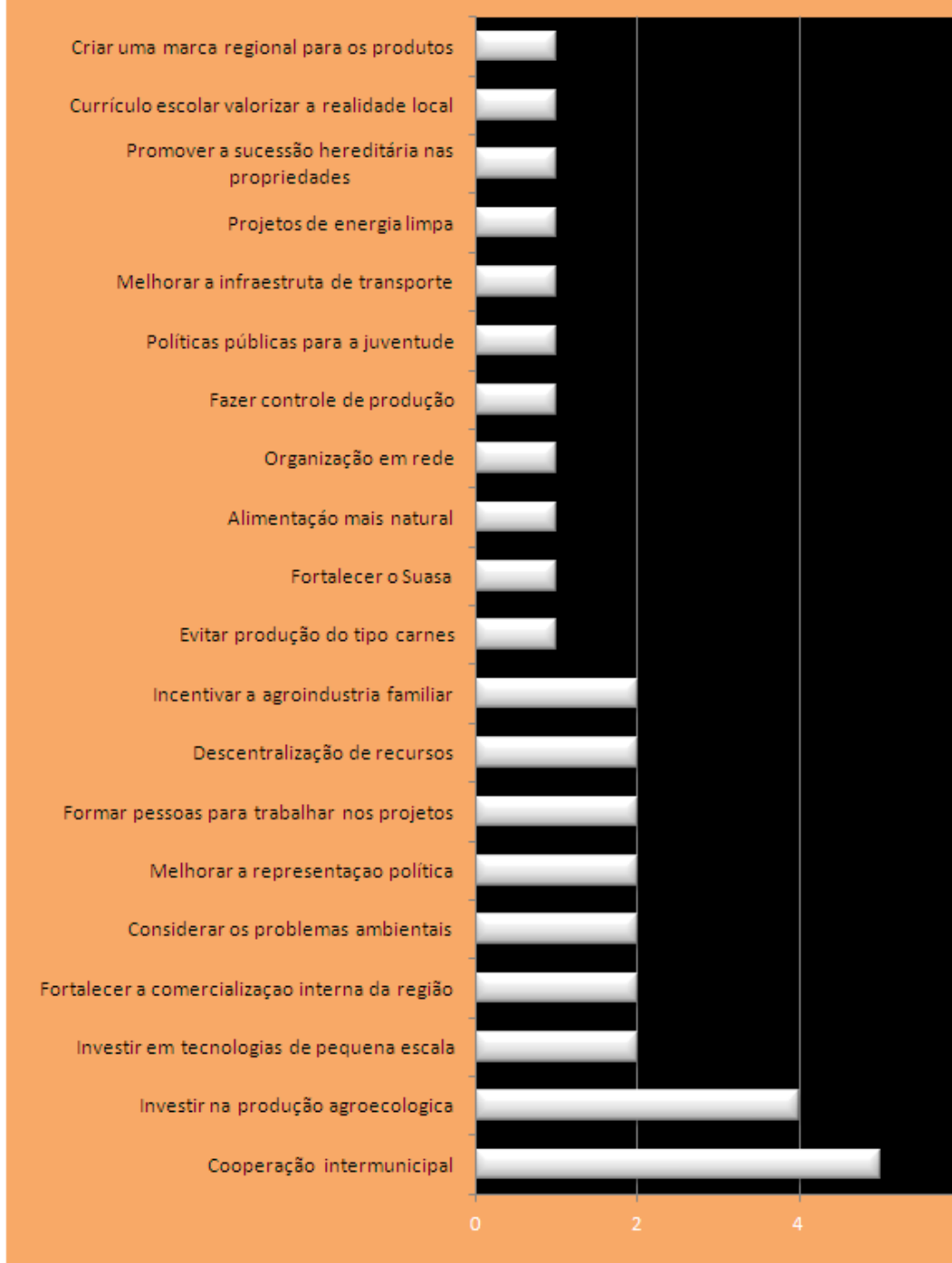


GRÁFICO 24 - DIRETRIZES OU ESTRATÉGIAS INDICADAS PELOS AGENTES SOCIAIS PARA PROMOVER A SEGURANÇA ALIMENTAR.

Fonte: Marcos Fiorentin, dados da pesquisa de campo.

Quando os agentes sociais são questionados sobre as diretrizes e estratégias para atingir uma situação de autonomia na produção e consumo de alimentos, a

cooperação intermunicipal é citada espontaneamente por 15% dos entrevistados. As dificuldades de estabelecer processos de cooperação intermunicipal parecem ter menos importância quando se pensa nos benefícios da construção de uma política pública de segurança alimentar articulada de forma intermunicipal:

As microbacias tiveram uma grande importância e quando o CONSAD foi constituído, em 2004, se começou a pensar mais a nível regional, mas novamente podemos dizer que se tiveram muitas ideias e um trabalho excelente foi feito em cima das políticas de segurança alimentar de forma regionalizada, mas parece que algumas coisas acabam travando quando chega à esfera federal e também durante as trocas de administração nos municípios. Hoje temos muita fé que o SUASA venha para atender ao agricultor, que é uma necessidade, porque as leis são feitas para as grandes agroindústrias, enquanto que o pequeno agricultor familiar acaba deixando as propriedades. O MDA e as Secretarias da Agricultura têm que ficar mais atento às organizações pequenas que estão surgindo, para que novas leis não venham a penalizar novamente estes empreendimentos e o *CONSAD tem uma importância grande na questão destas novas cooperativas de Economia Solidária, porque estão dando um apoio para se discutir questões ligadas a estes setores a nível regional*. Os problemas podem ser sentidos em cada município de uma forma diferente, mas as soluções dependem de um pensamento que é regional, focando no pequeno agricultor (AGENTE SOCIAL: C5).

A preocupação com a qualidade dos alimentos é mencionada por 12% dos entrevistados de forma espontânea. A qualidade do ambiente onde o alimento é produzido deve ser buscada com investimento, divulgação do sistema de produção agroecológico. Os meios de comunicação são destacados como um espaço privilegiado, que antes serviam às grandes agroindústrias, e agora podem ser utilizados para divulgar as experiências em produção agroecológica e superar o discurso da dimensão econômica em detrimento da dimensão ambiental:

Em termos práticos, esta peculiaridade reversa da problemática ambiental faz com que, apesar dos agentes manifestarem suas posições e atuarem discursivamente com base na oposição preservar/utilizar, muito facilmente eles serão levados a atuar mais segundo motivações propostas por outros campos (o que subentende a intervenção alienígena de modos de pensamento e de ação diferenciados), do que propriamente aquelas vinculadas às disposições estruturadas em torno do campo ambiental (GERHARDT e ALMEIDA, 2005, p. 23).

A preservação das condições naturais e a utilização de práticas de produção e consumo de alimentos menos agressivas à saúde humana implica em rever a escala de produção. Os entrevistados sempre destacam a necessidade de se utilizar tecnologias mais simplificadas e mais compatíveis com as características do território em contraposição às tecnologias modernas que vêm de fora do território.

“Precisamos de tecnologias para separar sementes por cor e tamanho, porque eu não posso vender minha linhaça porque os grãos estão misturados, a semente dourada com a marrom” (AGENTE SOCIAL: C1).

Os investimentos em tecnologias de transformação de produtos de pequena escala são fundamentais para as políticas públicas de segurança alimentar. A inversão dos investimentos de uma produção de grande escala para pequena escala exige a construção de estruturas intermunicipais com máquinas e equipamentos que facilite a produção, colheita e secagem dos produtos como o amendoim, gergelim, girassol, linhaça entre outros:

As tecnologias deveriam ser pensadas de forma mais simples e mais baratas, que pudessem ser aproveitadas nas propriedades rurais, principalmente na questão das máquinas e implementos de pequena escala. As universidades, pelo menos as públicas, através de seus cursos técnicos, teriam que destinar para quem está se formando um período para o estudante trabalhar lá na ponta, junto aos pequenos agricultores e empreendimentos de economia solidária no rural e urbano, porque quem está pagando os estudos com impostos são os pequenos produtores que pagam as universidades, e por isso merecem um retorno deste investimento, e por último receber o seu diploma com uma vivência profissional seria um diferencial de qualidade. Se hoje as universidades aplicassem pelo menos 25% para investir em extensão rural seria muito importante (AGENTE SOCIAL: C5).

A educação superior no território é considerada pouco eficiente diante dos desafios da produção em pequena escala. As universidades comunitárias estão tendo um crescimento nas estruturas físicas e no número de acadêmicos. A pesquisa e a extensão, além de possuir um papel residual nas estruturas das instituições, não apresentam resultados práticos para a agricultura familiar, pelo simples fato da pesquisa estar direcionada para atender às grandes agroindústrias.

Atualmente, a maior parte das famílias urbanas e rurais tem filhos estudando nas universidades (Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC e FAI Faculdade). A mensalidade é um recurso financeiro que as famílias acabam drenando para as universidades e é um recurso que deixa de circular no comércio, diminuindo a oferta de emprego neste setor. O estudante, ao final do curso de graduação, acaba migrando para grandes centros econômicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, porque o retorno que as universidades dão através do ensino, pesquisa e extensão para a sociedade é muito lento ou inexistente:

Demorou muito para a universidade chegar à região, pois deveria ter chegado há muito tempo antes, inclusive a Universidade Federal para todos, porque tive que vender minha casa para poder dar faculdade para meus filhos, que tiveram de ir para outros Estados para estudar. A juventude não teve acesso ao estudo, favorecendo o êxodo rural. Eu vim do Município de Romelândia onde hoje praticamente não tem juventude. A juventude sai para trabalhar em São Paulo em churrascaria e passando necessidade e muitos gostariam de voltar se eles pudessem (AGENTE SOCIAL: C4).

As universidades deveriam aceitar as características da pequena propriedade para pensar e desenvolver projetos que possam ser viabilizados em pequenas áreas. Os cursos oferecidos teriam que ser voltados à realidade do território, com disciplinas relacionadas com as necessidades locais onde a universidade está inserida. Os entrevistados demonstram confiança com a presença do Instituto Federal de Educação Tecnológica – CEFET, em função da possibilidade de ser um diferencial que anteriormente não existia para produzir novas tecnologias para a agricultura familiar.

O que significa incentivar a agroindústria familiar? As políticas públicas de segurança alimentar são consideradas um fator estratégico para a reprodução social das famílias agricultoras. A questão da renda tem sido um problema, mas a questão do emprego para segurar o jovem na propriedade rural é considerada um ponto central a ser valorizado pelas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar com o incentivo de pequenas agroindústrias. “Aqui na nossa comunidade, no último mês, saíram 16 jovens, e as pessoas começaram a fazer piadas, porque só ficou a minha família e, realmente me sinto feliz, porque alguém colocou estrutura para que os filhos possam ganhar o seu dinheiro na propriedade” (AGENTE SOCIAL: C3).

Não é uma estrutura que dá grande lucro, mas ela dá condições para continuar, porque se não der condições é obvio que daí o filho do vizinho ganhou uma moto e o pai não consegue dar, o filho vai embora, porque sabe que na cidade ele pode comprar. Mesmo o salário na cidade sendo baixo, mas com a economia que ele consegue fazer, independente de fazer chuva ou sol o dinheiro no final do mês é certo. As pessoas na cidade fazem a sua economia em cima do que eles ganham (AGENTE SOCIAL: C3).

Mas a migração do jovem para a cidade não encontra explicação apenas em bases econômicas. Os entrevistados que possuem relação com o movimento sindical rural têm destacado que o problema não é a falta de renda, mas a relação

dos pais com os filhos. Os filhos vão para a escola técnica agrícola e quando retornam para a propriedade suas ideias aprendidas na escola não encontram aceitação. Os pais não estão acostumados com ideias novas e certamente a ideia do que seja a vida familiar lhe escapa das mãos, e explica a dificuldade de reverter o processo de exclusão:

Podemos refletir sobre diversos ângulos para responder esta questão, mas o ponto principal é que a saída do jovem para a cidade ocorre naquelas propriedades onde os pais não dão uma abertura para os filhos, na medida em que os filhos estudaram em escolas agrícolas e quando volta para casa dos pais querem fazer inovação na organização da produção, mas isto não é bem compreendido pelos pais que preferem permanecer organizando a propriedade como no passado. *E nas propriedades onde os jovens tiveram uma abertura dos pais para fazer a sucessão da propriedade estamos percebendo que os filhos estão permanecendo na propriedade, inovando e agregando mais renda na propriedade* (AGENTE SOCIAL: C6).

O incentivo à agroindústria familiar significa reduzir a burocracia criada para constituição das pequenas unidades produtivas da agricultura familiar, assim como a adoção de leis e regras que são contraditórias entre os órgãos de fiscalização, como o estágio das agroindústrias, as formas como elas se estabelecem e a relação que as mesmas têm com os integrados, que acabam sendo quase escravos das agroindústrias e não integrados na forma como a legislação estabelece “[...] Com relação à legislação do Trabalho, os integrados não têm direito nenhum junto às agroindústrias que possuem os animais e o integrado fica apenas com os prejuízos dessa relação de trabalho e da degradação da natureza, pois na questão ambiental a empresa joga a responsabilidade para o integrado” (AGENTE SOCIAL: P1).

A interpretação da legislação depende muito de quem está interpretando. As interpretações da legislação são diferentes, e isso tem gerado confusão para os órgãos de fiscalização e para os próprios agricultores. “Penso que o Ministério Público, prefeituras, vereadores e as lideranças deveriam participar mais destas discussões, e se o SUASA conseguir fazer todos os atores sociais sentarem juntos para discutir e acordar pontos divergentes será um grande avanço para nossa região” (AGENTE SOCIAL P1).

O Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) tem sido destacado pelos entrevistados como um espaço privilegiado para diminuir a falta de diálogos entre as entidades e instituições que fiscalizam os processos de produção de alimentos e as leis ambientais. “Muitas vezes o agricultor é impedido de

atravessar a vaca dentro do rio para não poluir o rio, mas a parte dos rios do interior é mais limpa que a parte que atravessa a cidade, só que na cidade ninguém fala nada” (AGENTE SOCIAL: P5). Os problemas ambientais produzem perdas econômicas e sociais:

Quando vemos tantas catástrofes naturais a gente se convence que devemos agir dentro de uma condição de gerar equilíbrio no que se refere às questões ambientais. Quando assistimos a chuvas e ventos que destroem as casas e as unidades de produção, e as sucessivas estiagens ano após ano devemos saber que precisamos de um olhar mais ambiental, caso contrário não teremos uma vida tranquila daqui para frente. Essa insegurança traz muitos abalos psicológicos e desdobramentos que perpassam uma geração inclusive. É preciso ter ações ligadas às questões ambientais para a nossa sustentabilidade enquanto pessoas do planeta, e também trabalhar fortemente para que as futuras gerações possam viver aqui neste planeta de forma digna, onde as pessoas trabalham e se enxergam como alguém dentro do planeta (AGENTE SOCIAL: P1).

Para o entrevistado (AGENTE SOCIAL: P1), é necessário substituir estas formas de trabalho relacionadas com a produção de carnes, para novas formas de produzir alimentos a partir de práticas mais naturais e ambientalmente mais justas entre as pessoas e mesmo das pessoas com os animais:

Alimentação mais natural. Existe uma questão cultural com relação ao alimento que precisa ser modificada. Temos ainda uma ideia que se temos um problema de saúde por falta de um consumo alimentar responsável é o outro que tem que resolver. É trabalhado muito pouco com relação à prevenção da saúde e parece que nós não somos responsáveis pelo nosso corpo, pela nossa saúde e delegamos a outros a tarefa de nos curar das doenças. Precisamos ter uma visão muito mais consciente de que é eu mesmo que gero saúde a partir daquilo que me alimento. Então tenho que me alimentar de forma mais equilibrada e responsável, para que não haja estes problemas de saúde, e o correto também seria eu pensar que devo produzir alimentos de forma responsável para que os outros que consomem os produtos obtenham do alimento a energia, pois o alimento é para vida e não para a morte. Muitas vezes da forma que nos instigam a produzir o alimento e a própria questão da carne e as normas e técnicas que vem aí são assustadoras, onde pessoas dizem que não vão consumir a carne que estão produzindo e passam a produzir em separado um suíno ou uma ave que é preparada de outra forma para o seu consumo próprio (AGENTE SOCIAL: P1).

As estratégias de segurança alimentar certamente deveram convergir para relações de trabalho, sociais e ambientais, de forma harmônica e com as mesmas regras. “Uma vez um técnico disse que não se poderia passar com os animais por dentro do rio, mas olhando para o lado estava um trator traçado jogando veneno na

plantação próximo do rio, e por que estes técnicos não questionam as grandes empresas produtoras de venenos?” (AGENTE SOCIAL C2). Esta é uma questão que tem que ser debatida muito fortemente, porque as leis e ordenamentos são feitas sem a participação dos atores sociais.

6.4 CONCLUSÃO

Na percepção dos atores sociais, as estratégias de inclusão alimentar devem convergir com os interesses dos atores sociais do território. Essa vontade de abrangência enquanto território promotor da segurança alimentar está diretamente ligada à construção de um ambiente de solidariedade e de cooperação no território.

A cooperação intermunicipal ocorreu com a presença bastante diversificada de atores sociais. Esses atores sociais, através de projetos de cooperação intermunicipal, têm melhorado as condições em termos da produção de alimentos e sua distribuição, fortalecendo as relações intraterritoriais através da construção de uma rede local de sujeitos capazes de promover a cooperação, a dinamização econômica urbana e rural nos municípios.

A proposta de segurança alimentar construída pelos atores sociais está vinculada às ações dos programas do governo federal e com o objetivo de atender aos pressupostos e às metas do milênio, contidos na Carta da Terra. Cada município tem buscado se integrar neste esforço de promover a segurança alimentar com a construção de novas ferramentas e informações fomentadas pelo consórcio. As informações têm sido importantes para os municípios enfrentarem as deficiências históricas na organização do sistema de produção em rede.

A cooperação intermunicipal e a preocupação com as questões ambientais na produção de alimentos têm sido eleitas como prioridade pelos atores sociais. Os projetos desenvolvidos têm buscado ampliar a consciência dos agricultores familiares para produzir alimentos agroecológicos e os consumidores para consumir este produto diferenciado. O sistema educacional é considerado importante na valorização do espaço rural, onde é sugerida a introdução de matérias relacionadas à agroecologia, o consumo consciente.

Neste processo, os atores sociais têm buscado construir um ambiente de autonomia no processo produtivo, que, ao mesmo tempo, consiga fortalecer a geração de emprego e renda, e também favoreça a permanência dos jovens nas propriedades familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender a experiência do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local dentro de uma perspectiva integradora de território. No início desta pesquisa, evidenciou-se a importância da abordagem integradora de território para o fortalecimento de uma territorialidade ativa e positiva na construção de um sistema local territorial de produção de alimentos com autonomia. A precarização das condições de produção e distribuição de alimentos é associada igualmente a precarização do próprio território, que não consegue fazer usos possíveis de seus recursos móveis e imóveis.

Neste sentido, os consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local têm sido incentivados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, como instrumento para fortalecer a federação e a soberania alimentar. Os consórcios aparecem como um importante instrumento de articulação de políticas públicas intermunicipais de segurança alimentar, de forma mais segura, como sendo capaz de integrar ações entre os municípios, evitando repetir iniciativas isoladas de um único município, porque os problemas da insegurança alimentar fazem parte do contexto de um conjunto de municípios.

O “CONSAD Extremo” tem se constituído numa alternativa de desenvolvimento territorial através da descentralização dos recursos públicos para atender às dificuldades dos municípios na construção de políticas públicas de segurança alimentar e desenvolvimento local, principalmente para a população rural. Este processo tem ocorrido através da combinação de estratégias desenvolvidas a partir do diagnóstico regional, que elegeu os principais projetos intermunicipais de segurança alimentar, tendo como principal financiador o governo federal.

O processo de alienação do território do Extremo Oeste Catarinense ocorre diante do processo de globalização e seus impactos negativos na promoção do desenvolvimento local e, principalmente, seus efeitos sobre a agricultura familiar e na questão da segurança alimentar. Mas este contexto sofreu alterações com a constituição do “CONSAD Extremo”, em 2004. A partir da constituição do consórcio, passou-se a implantar várias políticas públicas de segurança alimentar e de

promoção do desenvolvimento local. Neste sentido, os projetos de desenvolvimento local foram construídos de forma a se complementarem para estruturar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e economia solidária. O consórcio fez uso da economia solidária para valorizar o espaço rural e estabelecer articulação com o espaço urbano, para reduzir a pobreza no território.

A economia solidária foi uma nova maneira de fazer intervenção na realidade dos municípios com uma estratégia de reduzir a pobreza, melhorando o acesso de famílias de baixa renda à alimentação em quantidade e qualidade nutricional. Para tanto, o consórcio está investindo no fortalecimento da produção e comercialização dos alimentos para construir a autonomia alimentar com justiça social. Neste sentido, ocorreu uma nova dinâmica intermunicipal com intervenção através de projetos integradores que resultou na construção das redes de comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária, principalmente com a implantação da Central de Comercialização Regional dos produtos da agricultura familiar e economia solidária.

A central de comercialização, em fase de implantação no Município de São Miguel do Oeste, já está demonstrando, em um curto espaço de tempo, a ampliação dos canais com as rotas de comercialização que estão sendo traçadas no território, procurando ligar todos os municípios com suas cooperativas de comercialização com a Central de Comercialização Regional, criando espaços de venda para atender ao mercado dos municípios, principalmente o mercado institucional da merenda escolar, bem como comercializar o excedente através da integração com outras regiões do Estado de Santa Catarina e com a rota interestadual.

Para viabilizar a produção e a comercialização, foi importante a incorporação pelo consórcio dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA como estratégia de legalização e viabilização das agroindústrias familiares, com integração dos serviços de inspeção municipal, estadual e federal, facilitando a comercialização dos produtos da agricultura familiar em todo o Brasil.

Para as agroindústrias familiares e os empreendimentos de economia solidária rural e urbana esta sendo importante os serviços prestados pelas chamadas Bases de Serviços BSC's, principalmente na elaboração do design, rotulagem, código de barra e a tabela nutricional dos produtos para consolidação das redes solidárias de comercialização em feiras locais, regionais, estadual e

interestadual. Nas feiras esta surgindo, com grande aceitação pela população, a adoção da moeda social como sistema de cambio que apresenta uma tendência de se espalhar pelo comercio local dos municípios com o projeto de implantação do Banco Popular de Desenvolvimento junto a Central de Comercialização Regional de Economia Solidária.

Na avaliação dos agentes sociais entrevistados, o processo de cooperação intermunicipal para agenciar as políticas públicas de segurança alimentar de forma integrada no território é considerado um fato territorial novo. O consórcio é percebido como algo diferente, onde os agentes sociais encontram um espaço privilegiado para relatar os problemas de organização, produção e comercialização dos produtos e, ao mesmo tempo, recebem informações técnicas sobre os mais variados assuntos da conjuntura nacional, estadual, regional e local.

A interrupção de convênios com o Estado de Santa Catarina nos primeiros anos de implantação do consórcio é citado como algo negativo, em função das descontinuidades das ações que vinham sendo desenvolvidas no território. Mas, de modo geral, os agentes sociais consideram que a cooperação intermunicipal é fundamental para o desenvolvimento das políticas de segurança alimentar, e destacam que este processo deveria ter ocorrido em períodos anteriores, para evitar problemas de produção e comercialização vivenciados na atualidade.

A cooperação intermunicipal é percebida como um processo que precisa ser aperfeiçoado ao longo do tempo. A migração de consórcio administrativo meramente consultivo para consórcio público de direito público é compreendida pelos atores sociais como uma necessidade, para evitar conflitos em torno da execução de projetos, mas demonstram preocupação com relação à participação da sociedade civil na tomada de decisões sobre as políticas de segurança alimentar. A migração para consórcio público de direito público parece ser uma manobra jurídica para atender à lei 11.107 de 2005, que trata do novo regime dos consórcios, que favorece a cooperação intermunicipal de forma mais segura, mas, por outro lado, pode diminuir a participação da sociedade civil nos processos decisórios. A participação da sociedade civil dependerá muito dos instrumentos internos criados em cada consórcio para proteger e garantir a participação da sociedade civil.

Os agentes sociais demonstram ter preocupação com relação à produção de alimentos com qualidade, porque consideram que a qualidade não deve estar

associada exclusivamente aos aspectos sanitários e nutricionais. Esta preocupação tem relação principalmente com o uso de venenos na plantação e na poluição ambiental por dejetos de animais. A colonização do Extremo Oeste Catarinense tem 80 anos e, apesar do curto período, os problemas relacionados à poluição dos rios e do solo por agrotóxicos, dejetos suínos e aves apresentam índices de contaminação alarmantes. Os processos hídricos estão poluídos em mais de 90% em função da concentração destas atividades como suinocultura e avicultura.

Apesar das atividades do tipo carne serem grandes geradoras de poluição, o consórcio contraditoriamente tem incentivado este tipo de atividade, descentralizando a cadeia produtiva da carne em pequenas unidades frigoríficas. No capítulo 5.4.2, ficou demonstrado que a produção de alimentos de origem animal significa maior crescimento da poluição ambiental, mais precarização das condições de trabalho em frigoríficos e no aumento de mortes relacionadas ao aparelho circulatório, neoplasias (câncer) e nos maiores índices de suicídio do Brasil.

O Extremo Oeste Catarinense apresenta ricas experiências da agricultura familiar com atividades de produção agroecológica e orgânica, mas também tem muito presente na sua história a produção de produtos de origem animal. Muitas vezes o consumo de carne é tido como um ato imoral, mas, do ponto de vista científico, a “moral” faz parte de um conjunto de “valores” preservados em uma determinada cultura, que pode ser diferente de uma para outra cultura.

Neste sentido, o consórcio deveria incentivar o debate público sobre a produção e o consumo de produtos de origem animal, não pelo prisma da “moral”, mas, principalmente, levando em consideração as implicações da ética como fundamento na elaboração das políticas públicas. Segundo Felipe (2008), as questões éticas devem ir além de questões formais, como a validade universal, generalidade, imparcialidade, para também promover o bem daqueles que são atingidos pelas decisões morais. Às vezes, a redução da produção de produtos de origem animal para uma escala menor e descentralizada em pequenas unidades familiares podem promover a inclusão social de agricultores familiares excluídos dos projetos das grandes agroindústrias, mas continua não encontrando qualquer significado e amparo legal na ética, nas questões ambientais e na saúde humana.

Os problemas ambientais e sociais foram destacados na apresentação das estruturas territoriais encontrados na fase de constituição do consórcio. Para os

agentes sociais do território, questões mais imediatas como organização social e geração de trabalho e renda são consideradas prioridade quando comparadas à questão da segurança alimentar e os cuidados com o meio ambiente. A não adoção da segurança alimentar como princípio basilar explica a dificuldade em construir estratégias mais adequadas de produção de alimentos com qualidade nutricional e com a preservação dos recursos naturais mais efetivos no território.

Na avaliação sobre o futuro das políticas de segurança alimentar, os agentes sociais percebem como estratégia para promover à inclusão social as ações de cooperação intermunicipal. A cooperação é o fato territorial mais marcante da constituição do consórcio. O incentivo à produção agroecológica é a segunda opção estratégica mais citada pelos atores sociais de produção de alimento, compatível com o contexto de formação do Extremo Oeste Catarinense.

É importante considerar que esta pesquisa foi desenvolvida tendo como objeto de pesquisa a experiência Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local. Portanto, é uma experiência recente, cujos desdobramentos precisam ser mais investigados. O que se buscou fazer foi uma reflexão qualitativa da experiência, ainda que represente uma reflexão modesta pela amplitude do que se buscou pesquisar. Para estudos posteriores, seria importante quantificar os resultados qualitativos e quantitativos conquistados por setores com a constituição do consórcio nos municípios.

O consórcio se tornou referência para o Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário na elaboração e execução de políticas públicas de segurança alimentar e desenvolvimento local. Tem recebido delegações dos outros estados brasileiros para conhecer a experiência de cooperação intermunicipal na promoção da segurança alimentar, com geração de trabalho e renda, com o acesso de famílias de baixa renda à alimentação, mas apresentando deficiências com relação à construção de projetos que articulam, de forma integrada, as dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais em suas ações e projetos, demonstrando, desta forma, se tratar de uma experiência em processo de construção, como muito bem definido no título desta pesquisa: Uma perspectiva de território integrador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. (Org). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo, SP: Annablume, 2004.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. Disponível em: <http://cidts.ufsc.br>. Acesso em 19 de março de 2009.
- ALMEIDA, Jalcione. **Por um novo sentido à prática da agricultura**. In: ALTIERI, Miguel, Agroecologia: prefácio, Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- ALVES, Adilson Francelino, CARRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (organizadores). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- AMBROSINI, Larissa. B, FILIPPI, Eduardo E, MIGUEL, Lovois de A. **"SIAL: Análise da Produção Agroalimentar a partir de um Aporte Territorialista e Multidisciplinar"**. Revista IDEAS, v. 2, n. 1, p. 6-31, 2008.
- AMBROSINI, Larissa Bueno; FILIPPI, E. E. "Território": um diálogo multidisciplinar a partir da economia ecológica na legitimação de sistemas de produção territoriais em áreas marginalizadas. In: **V Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas: Las relaciones triangulares entre Europa y las Américas en el siglo XXI**, Bruxelas (Bélgica). 2007.
- AMON, Denise; MENASCHE, Renata. **Comida como narrativa da memória social**. Sociedade e Cultura, Goiânia, 11(1), p.13-21, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Universitária UFPE, 2003.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Lumen, 1995.
- ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: Uma Nova Metodologia**. São Paulo, 2005.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- AUGÉ, M. **Não-lugares**. Campinas: Papirus, 1994.
- ARNS, Carlos Eduardo; PIUCO, Cássia; DOMINGUES, Colmar R; MARTINS, Ronaldo G. **CONSAD do Extremo Oeste de Santa Catarina: Diagnóstico da região. Chapecó/SC**: Aguardando publicação, 2004)

AZEVEDO, Carlos; ZAGO Jr. Guerino. **Do Tear ao Computador: As lutas pela Industrialização do Brasil**. Osasco/SP: Editora Política, 1989.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: COREDES do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://cidts.ufsc.br>. Acesso em 19 de março de 2009.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BECKER, Berta. **Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional á integração competitiva**. In: Espaço e Debates, São Paulo, n. 31, p. 47-56, 1991.

BECKER, Berta. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: Uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(3): 169-182, jul./set. 1991.

BECKER, Dinizar F (in memoriam); WITTMANN (Orgs). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. (Orgs). **Desenvolvimento local-regional: Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: ufs, 1999.

BONNAMOUR, Jacqueline. **Geographie Rurale: Position et Méthode**, Paris: Masson, 1993.

BONNAL, Philipp, MALUF, S, Renato. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: <http://cidts.ufsc.br>. Acesso em 19 de março, 2009.

BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOISIER, Sérgio. Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando?. In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S (Orgs). **Desenvolvimento local-regional: Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 151-185.

BORCHARDT, Ilmar. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis : SDS/Instituto Cepa/SC, 2003. 235p.

BROSE, Markus (Org). **Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo, 2001.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

BURITY, Joanildo A (Org). **Cultura e identidade: Perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRUNO, Jean. **Du développement régional au développement territorial durable vers un développement territorial solidaire pour réussir le développement des territoires ruraux**. Disponível em: <http://cidts.ufsc.br>. Acesso em 19 de março de 2009.

BRUSKY, Bonnie. O cooperativismo de crédito mútuo em Chapecó. In: ABRAMOVAY, Ricardo. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo, SP: Annablume, 2004.

CALLAI, Helena Cepetti. **Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 29 nov 2004.

CANCI, Adriano, ALVES, Antonio Carlos, GUADAGNIN, Clístenes Antônio. **Kit Diversidade: Estratégias para a segurança alimentar e valorização das sementes locais**. São Miguel do Oeste/SC: Editora Gráfica McLee, 2010.

CANCI, Adriano, VOGT, Gilcimar Adriano, CANCI, Ivan José. **A diversidade das espécies crioulas em Anchieta – SC: Diagnóstico, resultados de pesquisa e outros apontamentos para a conservação da agrobiodiversidade**. São Miguel do Oeste/SC: Editora Gráfica McLee, 2004.

NUTRICIONAL, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro**. Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Iná E. de. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2005.

CIMA, Justina; COLLET, Zenaide. **Do latifúndio improdutivo à produção de alimentos: Experiências de Reforma Agrária (Assentamento Conquista na Fronteira)** Florianópolis: MMA/SC, 2003.

CONTERATO, Marcelo Antônio ; GAZOLLA, Marcio ; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. In: SABOURIN, E. e TONNEAU, J.P. (Org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais.** 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, v. 1, p. 47-60.

CORONEL, Daniel Arruda ; FILIPPI, E. E. O desenvolvimento rural nas óticas da CEPAL e do Banco Mundial. In: XLV Congresso da SOBER, 2007, Londrina (PR). Anais do XLV Congresso da SOBER - **Conhecimentos para a agricultura do futuro**, 2007.

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Edusp/Contexto, 1988.

_____. **A dimensão territorial da política. Política e território em tempos de mudanças globais.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Livre Docência, 2005.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. **Das dimensões técnicas às subjetivas: o necessário diálogo sobre a qualidade dos alimentos.** In: 2º Simpósio de Segurança Alimentar, Bento Gonçalves (RS), 2008.

DALLABRIDA, Valdir Roque e BECHER, Dinizar F. **Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, p 176-213, 2003.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O anti-Édipo - Capitalismo e esquizofrenia. Trad. Georges Lamazière.** Rio de Janeiro: 1ª ed Imago, 1976.

DAL SOGLIO, F.K. **A crise ambiental Planetária, a Agricultura e o Desenvolvimento.** Texto escrito para a Disciplina DERAD008 Agricultura e Sustentabilidade, oferecida em 2008/2 pelo PLAGEDER. 2008.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della terra.** Milan/ Italia: Editora Feltrinelli, 1985.

_____. O território: Uma abordagem para pensar a geografia. In: SAQUETT, Marcos Aurelio. **A bordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Sistema Local Territorial (SLOT) Um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino, CARRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (organizadores). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEPONTI, Cidônea M. e ALMEIDA, Jalcione. **Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica.** Porto Alegre, 2008. (aguardando publicação).

DEVES, Otávio D. ; FILIPPI, E. E. A segurança alimentar e as experiências das políticas agroalimentares locais para o fortalecimento da agricultura familiar. In: ALFATER 2008 - **Alimentación, Agricultura Familiar y Territorio** - IV Congreso Internacional de la Red SIAL, 2008, Mar del Plata (Argentina). Ponencias ALFATER 2008 - Alimentación, Agricultura Familiar y Territorio - IV Congreso Internacional de la Red SIAL, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local.** São Paulo, SP: Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos). 1994.

_____. **Da globalização ao poder local: A nova herarquia dos espaços. A Reinvenção do futuro.** São Paulo: Cortez, p. 55-75, 1999.

_____. **O mosaico partido: A economia além das equações.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **A reprodução social – Propostas para uma gestão descentralizada.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo.** Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março de 2002.

DUARTE, Newton. **A crítica de Marx à naturalização do Histórico** - final. Princípios, São Paulo, N 72, p. 69-74, fevereiro/março/abril. 2003.

EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao Projeto de nucleação. Uma identidade em crise.** Unijuí: Editora Unijuí, 1999.

_____. Agricultura de Subsistência para a Comercial na Região do Extremo Oeste Catarinense. In: FONTANA, Airton. **Construindo a Sustentabilidade: Uma perspectiva para o desenvolvimento regional. São Miguel do Oeste.** Editora Gráfica McLee, 2001. p.61 – 70.

EIDT, Valdir. **Sal a gosto.** Jornal Expressão, edição 184. Disponível em: <http://www.jexpressao.com/>. Acesso em 12 de dezembro de 2009.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.**/ Wolfgang Sachs (editor); tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FELIPE, Sônia T. **Ética na Alimentação: O fim da inocência.** Revista Pensata Animal, n 14 ano II. Agosto de 2008, p. 1-13.

FELIPE, Sônia T. **Crítica ao Especismo na Ética Contemporânea: A proposta do princípio da igualdade como princípio da igual consideração de interesses.** Disponível em: www.vegetarianismo.com.br . Acesso em 8 de setembro de 2009.

FERRÃO, João. **Coletividades Territoriais e Globalização: Contributos para uma nova ação estratégica de emancipação.** In: *Inforgo*, 9-10, 1995, 65-75.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e reterritorialização em São Paulo.** São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

_____. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos, SPOSITO, Eliseu Sevério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FILIPPI, E. E. ; AMBROSINI, Larissa Bueno. **O debate contemporâneo sobre o território e o desenvolvimento sustentável: estudos de caso na França e no Brasil.** In: II Congreso de la AERNA - Asociación Hispano-Portuguesa de Economía de los Recursos Naturales y Ambientales, 2008, Palma de Mallorca (Espanha). *Anales del II Congreso de la AERNA*, 2008.

FILHO, Genauto Carvalho de França; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FILHO, Gilberto Montibeller; BINOTTO, Paula A. Caracterização geral da economia regional. Disponível em: <http://www.labsad.ufsc.br>. Acesso em 21 de janeiro de 2009.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FIORENTIN, Marcos. **MST e Desenvolvimento Local: Uma experiência do Assentamento Conquista na Fronteira/SC.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

FIORI, José Luiz. **Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal.** *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 1, p. 76-89. Jan-mar, 1992.

_____. Reforma ou sucata? O dilema estratégico do setor público brasileiro. In: **Em busca do dissenso perdido. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado.** Rio de Janeiro: Insight Editorial, p. 97-119, 1995.

_____. **Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço.** *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 295-311, 1994.

FOULCAULT, Michael. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FONTANA, Airton. **Construindo o Caminho: uma educação orgânica.** Experiência do Assentamento "Conquista na Fronteira" . São Miguel do Oeste: Editora Gráfica McLee, 1999.

_____. (Org). **Construindo a sustentabilidade: Uma perspectiva para o desenvolvimento regional**. São Miguel do Oeste, SC: McLee, 2001.

FRANZEN, Douglas. **Quadro Memórias Vivas**: Entrevista ao Jornal Expressão, 21 de Maio de 2009 (edição 195). Disponível em: <http://www.jexpressao.com/>. Acesso em 21 de maio de 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **A reinvenção do futuro**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1999.

FRITZ, K. ; WAQUIL, P. D. MATTOS, E. **A insegurança alimentar no Rio Grande do Sul: uma análise comparativa entre o rural e o urbano**. In: 4º Encontro de Economia Gaúcha, 2008, Porto Alegre. Anais..., 2008. p. 1-20.

FROEHLICH, José Marcos, MONTEIRO, Rosa Cristina. **Reconstrução social do espaço rural no contexto de transição para a sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br>. Acesso em 18 de fevereiro de 2011.

FLEURY, Lorena C. e ALMEIDA, Jalcione. **Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social**. Revista de Agroecologia, ABA, 2007.

GAZOLLA, Marcio, SCHNEIDER, S. **O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do programa Fome Zero no município de CONSTANTINA/RS**. Sociedade e Desenvolvimento Rural, v. 01, p. 85--102, 2007.

GERHARDT, Cleyton e ALMEIDA, Jalcione. **A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental; uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais**. Revista Ambiente e Sociedade, vol. 8, n.2, 2005.

GIANNETTI, Eduardo. **O Valor do Amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GÓMEZ, Jorge R, Montenegro. **Desenvolvimento em (des) construção: Narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2006.

GRANDO, Paulo Jonas. O Extremo Oeste Catarinense: Características da organização espacial e perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico. In: FONTANA, Airton. (Org). **Construindo a sustentabilidade: Uma perspectiva para o desenvolvimento regional**. São Miguel do Oeste, SC: McLee, 2001.

GUERRA, Maximiliano Ribeiro, MOURA GALLO, Cláudia Vitória e SILVA MENDONÇA, Gulnar Azevedo. **Risco de Cancêr no Brasil: Tendencias e estudos epidemiológicos**. Revista Brasileira de Cancerologia 2005; 51(3): p. 227-234.

HAESBAERT, Rogério. Descaminhos e Perspectivas do Território In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurelio

(Orgs) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR. p. 87-119, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editora da UFF, 1998.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **A condição pós - moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HARVEY, David. **A organizando para a transição anti-capitalista**. Disponível em: <http://fsm10.procempa.com.br>. 2010.

HEREDIA, Beatriz *et al.* **Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: Um estudo sobre as áreas selecionadas**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio, geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

_____. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR. p. 37-66, 2004.

_____; COSTA, Benhur Pinós da. PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (org). **A Emergência da Multiterritorialidade: A ressignificação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

HELLER, A.; FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPEA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. Disponível em: www.ipea.gov.br, n 58, 2010.

IRAI, Wanda Griep, ANJOS Flávio Sacco dos. **Estado e segurança alimentar: Alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. Revista Textos & Contextos, v. 6, n. 2 p. 335-353. jul./dez. 2007. Porto Alegre.

JEAN, Yves. **Faire la géographie sociale aujourd'hui – Les Documents de MRSH de Caen**, n 14, octobre. Ser Rural ao Final do Século XX, 2001.

JUNGLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Gráfica Arco Iris, 2000.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: A transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Minas Gerais: Editora da UFMG, 2002.

LONNEAU, Jean-Philippe, COUDEL, Emilie. **Formation pour le développement territorial durable: pour des connaissances utiles et utilisables**. Disponível em: <http://cidts.ufsc.br>. Acesso em 19 de março, 2009.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do latifúndio á empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

LOUSADA, Paula Ravanelli. **Entrevista: consórcios públicos: um novo instrumento de cooperação federativa**. Disponível em: <http://www.secom.mt.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro, 2007.

LUTZENBERGER, José A. **O absurdo da agricultura moderna**. Disponível em: <http://www.wwivma>. Acesso em: 41 de maio 2004.

MAIA, Claudio M. ; FILIPPI, E. E. ; RIEDL, M. **"Território, Ruralidade e Desenvolvimento Regional"**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 5, p. 190-202, 2009.

MARTINS, J. S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATURARNA, R.H. **Emociones y Lenguaje en Educacion e Política**. Colecion Hachette Comunicacion CED Ediciones Pedagogicas Chilenas, S.ª Santiago do Chile, 1994.

MAY, Tim. **Pesquisa Social; questões; métodos e processos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieiera. **Assentamentos na Metade SUL: reconfigurando o território gaúcho**. In. Anais do XXII Encontro Estadual de Geografia. Rio Grande, 2002, p.93-97.

_____. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos, SPOSITO, Eliseu Sevério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Leonildes Servolo de. **Reforma agrária na Brasil: História e atualidades da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELLO, Márcio Antônio ; FILIPPI, E. E. Mudanças técnicas e poluição ambiental difusa no Oeste de Santa Catarina: uma análise a partir da economia ecológica. In: XLV Congresso da SOBER, 2007, Londrina (PR). Anais do XLV Congresso da SOBER - **Conhecimentos para a agricultura do futuro**, 2007.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. Revista de Nutrição, Campinas, 21, p.145-158, 2008.

_____; WEDIG, Josiane Carine; PACHECO, Pauline Müller. **Somos o que comemos?** Mundo Jovem, Porto Alegre, 389, p. 20, 2008.

MENASCHE, Renata. **Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?** Campos, Curitiba, 5(1), p. 111-129, 2004.

MENEGETTI, Gilmar. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/art18.htm>. Acesso em: 29 nov 1999.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <http://cidts.ufsc.br>. Acesso em 19 de março, 2009.

MITRA, Didi Ananda. **O que há de errado em comer carne**. São Paulo: Publicações Ananda Marga, 2006.

MOREIRA, Antônio Carlos. **Educação Ambiental na Escola: O Que Fazer? Uma perspectiva sócio-espacial**. São Miguel do Oeste/SC: McLee, 2002.

_____. Caminhos a serem construídos para uma sociedade sustentável. In: FONTANA, Airton. **Construindo o Caminho: uma educação orgânica. Experiência do Assentamento “Conquista na Fronteira”**. São Miguel do Oeste: McLee, 1999, p.71 – 83.

_____. **A Reterritorialização do Assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira – SC: Para além da dimensão cultural**. Porto alegre: Editora UFRGS, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia. Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MÜLLER, Ana Luiza ; FIALHO, M. A. V. ; SCHNEIDER, S. **A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do programa de aquisição de alimentos no Rio Grande do Sul**. Sociedade e Desenvolvimento Rural, v. 1, p. 57-83, 2007.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro, Estudos Avançados**. São Paulo, vol 16, número 44, 1-10, 2001.

NASCIMENTO, Ione Santos do. **Vegetarianismo no Brasil. Consumo x Produção de carne**. Disponível em: www.unbcds.pro.br , 2007.

III Confência Nacional de Segurança Alimentar e nutricional. **Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional** – Documento final. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O Campo Brasileiro no final dos Anos 80. A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, p. 46-67, 1994.

ORTEGA, Antonio César. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 275-300, abr/jun 2007.

ORTIZ, Renato. **Um outro território. Globalização e Regionalização das Conições**. São Paulo: UFS, p. 51-72, 1999.

PEC, Alimentação. **Alimentação como direito social**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br>, Acesso em 13 de novembro de 2003.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária**. 1999. 143f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PESSOA, C. C.; Souza, M. de; Schuch, I. **Agricultura Urbana e Segurança Alimentar: Estudo no Município de Santa Maria - RS**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 13(1: 23-37), 2006.

PINTO, Celi Regina e GUAZZELLI, Cesar (org). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

QUIVY, Raymond; Van CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4ª ed., Lisboa: Gradiva, 2005.

TERRA, Comissão da Carta. **A Carta da Terra em Ação**. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>, 2000.

TONNEAU, Jean Philippe, SABOURIN, Eric. **A agricultura Familiar: Interação entre Políticas públicas e Dinâmicas Locais**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba/SC: Unoesc, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Ática, 1993.

_____. A produção das estruturas Territoriais e suas representações. In: SAQUET, Marcos, SPOSITO, Eliseu Sevério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAMBO, A. G. ; FILIPPI, E. E. **"Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re) pensar processos de desenvolvimento na agricultura**

familiar". Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 5, p. 121-148, 2009.

RAMBO, Anelise Graciele. **A contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processo de desenvolvimento territorial e local/regional: A experiência da Coopercana – Porto Xavier**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

RAMBO, Nestor Francisco. **Pequena Propriedade Agrícola Familiar e Pluriatividade: Tentando compreender a relação campo X cidade no Município de Itapiranga/SC**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 375-387, 2001.

REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce. HEIDRICH, Álvaro (Orgs). **Geografia e Educação - Geração de Ambiências**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

RIGO, Clarice. **O contexto ambiental da sub-bacia hidrográfica do Rio Cambuín, São Miguel do Oeste/SC**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004.

RIBEIRO, Wladimir Antonio. **A cooperação federativa e a lei dos consórcios públicos**. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br>. Acesso em 18 de Abril, 2005.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O CAPITAL de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2002.

ROVER, Oscar José. **Redes de Poder e Governança Local: Análise da gestão público-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

RUCKERT, Aldomar A. **A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção**. Scripta Nova Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XI, núm. 245(66), 1 de agosto de 2007.

_____. **Metamorfoses do Território: A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1979.

_____. **Espaço e Sociedade (Ensaio)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

_____. **Responsabilidade social dos geógrafos.** In: jornal de Geografia (ed. Especial). Centro de Ciências Exatas e Naturais das Faculdades Integradas de Uberaba, 1985.

_____. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos.** São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2000.

_____. **Por Uma Outra Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **O País Distorcido: O Brasil, A Globalização e a Cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Laura Maria. **O Brasil: Território e Sociedade no início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Geógrafo, filósofo, revolucionário e brasileiro – Milton Santos na UFRGS.** Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; ano IV, número 41 de junho de 2001.

SANTOS, Roselí Alves dos; MARSCHNER, Walter. Identidade Territorial e Desenvolvimento: A formação de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson Francelino, CARRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (organizadores). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAQUET, Marcos, SPOSITO, Eliseu Sevério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: Edições EST, 2003.

_____. O território interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, p. 121-147, 2004.

_____. **A bordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARDÁ, Sandro Eduardo. **Meio ambiente de trabalho: frigoríficos.** Disponível em: <http://www.prt24.mpt.gov.br/site/index.php/imprensa/noticia/1020>. Acessado em 21 de janeiro de 2011.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público. As tiranias da intimidade.** São Paulo: Cia. Das letras, 1993.

SINGER, Paul. Apresentação. In: ABRAMOVAY, Ricardo. **Laços financeiros na luta contra a pobreza.** São Paulo, SP: Annablume, 2004.

SILVA, José Graziano da. **A dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas: Unicamp, 2002.

SILVA, Pedro Luis B; COSTA, Vera Lúcia C. Descentralização e crise da Federação. In: AFFONSO, Rui de Brito Álves (orgs). **A federação em perspectiva. Ensaios selecionados.** São Paulo: Fundap-Unesp, 2005. P. 261-283.

SOUZA, A. L. ; FILIPPI, E. E. Desenvolvimento rural na perspectiva da relação Estado e Mercado. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER - **Amazônia - mudanças globais e agronegócio: o desenvolvimento em questão**, 2008, Rio Branco (Acre). Anais do XLVI Congresso da SOBER, 2008.

STRIEDER, Roque. **Educar para a iniciativa e a Solidariedade.** Ijuí, RS: Universidade de Ijuí, 2000.

SCHNEIDER, S, RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo . **NAS TEIAS DA ECONOMIA: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento.** Sociedade e Estado, v. 22, p. 249-284, 2007.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S; GAZOLLA, Marcio . O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: Uma análise A partir do Programa Fome Zero no Município de Constantina/RS. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, SCHNEIDER, S. WAQUIL, Paulo Dabdab; KUHN, Daniela Dias; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Microcrédito e capacidade de pagamento dos agricultores familiares: a experiência do Programa RS-Rural no Rio Grande do Sul.** Revista Ensaios (FEE), Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 789-828, 2005.

SCHNEIDER, S e BLUME, R. **Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia.** Revista paranaense de desenvolvimento, n. 107, p. 109-135. Curitiba, jul/dez- 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o Conceito de Território: Um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão/PR. p. 87-119, 2004.

SCHMITT, Ricardo, LANG, Maria Gabriela, QUEVEDO, João, Colombo, Talita. **Perfil epidemiológico do suicídio no extremo oeste do estado de Santa Catarina,**

Brasil. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul vol. 30 número 2, Porto Alegre May/Aug. 2008.

SCHMIDT, W; CERDAN, C. Da política pública à ação pública: o caso da construção do território das encostas da Serra Geral em Santa Catarina. *In:* J. P. Tonneau e E. Sabourin (Orgs.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 81-105.

UEDA, Vanda. O território organizado pelas redes. *In:* HEIDRICH, Álvaro Luiz. COSTA, Benhur Pinós da. PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (org). **A Emergência da Multiterritorialidade: A ressignificação do humano com o espaço.** Porto Alegre; Editora UFRGS, 2008.

VASCONCELOS, Ruth. **O narcisismo e a violência na atualidade. CULTURA e IDENTIDADE: Perspectivas interdisciplinares.** Rio de Janeiro: DP&A, p.161-187, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIANA. Priscila Ramos Netto. **A duplicidade de regimes jurídicos dos consórcios públicos em sua legislação reguladora e a sua incompatibilidade em face do sistema jurídico vigente.** Disponível em: <http://www.rzoconsultoria.com.br>. Acesso em 16 de Janeiro, 2008.

WANDSCHEER, Elvis A. R. & SOUZA, Marcelino de. **Festividades, Alimentação e Identidade Cultural em Silveira Martins/RS.** IV Congresso Internacional de la Red SIAL. Argentina, Mar del Plata, 27-31/10/2008.

WEDIG, Josiane Carine; MARTINS, Viviane Santi; MENASCHE, Renata. **Plantar, criar, comer: classificações da comida e das pessoas no interior de famílias rurais.** *In:* Fazendo Gênero 8, Florianópolis, 2008.

WESZ JR, Valdemar João ; TRENTIN, Iran Carlos Lovis ; FILIPPI, E. E. A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais. *In:* XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza (CE). Anais do XLIV Congresso da SOBER - **Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento**, 2006.



YANNICK, Sencele. **Les territoires du developpemente durable em France: analyse des referentiels de la decentralisation et de leurs traductions locales dans les espaces ruraux.** Disponível em: <http://cidts.ufsc.br>. Acesso em 19 de março, 2009.

YVES, Jean. **Faire la géographie sociale aujourd'hui. Les Documents de MRSH de Caen**, n 14, outubro 2001, p. 111-122.

ZAMBERLAM, Jurandir, FLORÃO, Reni S. **Assentamentos: resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta.** Passo Fundo, RS: Berthier, 1989.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Lista dos atores sociais por setor sorteadas para as entrevistas.

	Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia	
Doutorando Marcos Fiorentin Professora Orientadora Dra Rosa Maria Vieira Medeiros		

SETOR SUL:

Segmento	Nome	Função/Formação	Município
Poder Público	Ilton Pedro Vogt	Ex-prefeito, hoje assessor de deputado	Iporã do Oeste
	Simone Dill Rempel	Assistente Social	Tunápolis
Sociedade Civil	Maria Helena Kerchner	Nutricionista/militante MMC- AMUCAT	Tunápolis
	Leonel Paludo	Sindicato - Fetraf	Iporã do Oeste
	Celso Hammerschmitt	Panificadora rural/Agricultor	Itapiranga
	Ermindo Wergtz	Produtor de peixe/Professor	Iporã do Oeste
	Celina Melchiors	Cooperativa da Agricultura Familiar de/ COOAFI	Itapiranga
	Cornélio Roden	Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Fetaesc	Itapiranga

SETOR NORTE

Segmento	Nome	Função/Formação	Município
Poder Público	Edgar Eloi Anberty	Prefeito Municipal	Princesa
Sociedade Civil	Clari Frare	Presidente da Fetraf	Palma Sola
	Marcio Tidel	Presidente da Cooperativa de São	José do Cedro
	Valdeci Luiz Cella	Presidente do Sindicato MPA -	Anchieta

SETOR CENTRO

Segmento	Nome	Função/Formação	Município
Poder Público	Vânia Sphier	Assistente Social de Paraíso	Paraíso
	Antonio Orso	Agricultor/Vereador	São Miguel do Oeste
	Clair Guihl	Administrativo do CRAS	Guaraciaba
	Adriano Canzi	Extensionista da Epagri	Guaraciaba
Sociedade Civil	Cléria Cobalchini	Pastoral da Criança	São Miguel do Oeste
	Maria Chemin	APP Escola da linha Araçá	Barra Bonita
	Dirlei Bertochi	Sistema Cresol	Bandeirante
	Silvio Antonio Dihel	Agricultor/coordenador do consórcio	Guaraciaba
	Helena Lamb	Padaria	Barra Bonita

APÊNDICE B – Questionário para coleta de dados.

<p>UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</p>	<p>Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia</p>	
<p>Doutorando Marcos Fiorentin Professora Orientadora Dra Rosa Maria Vieira Medeiros</p>		

INSTRUMENTO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM LIDERANÇAS DO TERRITÓRIO DO CONSAD EXTREMO OESTE CATARINENSE

Entrevistado(a):

1 - Do seu ponto de vista quais são as principais marcas históricas do desenvolvimento do Extremo Oeste de SC (refletir sobre desde o início da ocupação do território)

ELEMENTOS POSITIVOS	ELEMENTOS NEGATIVOS

- 2 O que poderia ter sido feito no passado para que o Extremo Oeste fosse mais desenvolvido hoje?
- 3 O que você entende por desenvolvimento regional/territorial?
- 4 Que atores sociais você identifica que contribuem atualmente para o desenvolvimento do território Extremo Oeste de SC? Justifique

ATOR SOCIAL	PORQUE / NO QUE CONTRIBUI?

5 Conhece/conheceu o CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local)?

() Sim () Não

6 Se o CONSAD fosse uma cor, Justifique.....

QUADRO DAS CORES		
Cores	O que lembra	Justifique sua resposta
Branco		
Azul		
Verde		
Vermelho		
Preto		

7. Se conhece, acha que este consórcio contribui/contribuiu com o desenvolvimento do Extremo Oeste?

() Sim () Não

7.1 Se acha que contribui ou contribuiu, indique de que forma.

7.2 Se acha que não contribui, indique porque.

8 Você conhece a constituição do CONSAD, sua forma jurídica?

() Sim () Não

8.1 Você conhece as diferenças entre estes 2 formatos organizativos? () Sim () Não

8.2 Se conhece, você acha que essa mudança pode contribuir mais efetivamente para promover o desenvolvimento do território? Porque?

9 Indique os principais problemas atualmente vividos pelo território Extremo Oeste de SC. (Indicar os três mais importantes)

A. De caráter social

B. De caráter ambiental

C. De caráter econômico

10 Em seu ponto de vista, quais são as principais diretrizes ou opções estratégicas que deveriam ser adotadas para superar os problemas existentes e promover o melhor desenvolvimento do Extremo Oeste Catarinense?

11 Se você tivesse que organizar uma ordem de prioridade de opções estratégicas para o desenvolvimento atual do território, em qual ordem de prioridade colocaria as opções abaixo? Numerar de 1 a 4, da mais importante para a menos.

- a) () Geração de Trabalho e Renda
- b) () Construção da Soberania Alimentar
- c) () Recuperação e Preservação Ambiental
- d) () Fortalecimento da Organização Social

12 De que escolhas ou caminhos os atores sociais do território (organizações, movimentos e instituições) deveriam se afastar para promover um desenvolvimento efetivo do Extremo Oeste de SC?

13 O que você acha que falta para promover um desenvolvimento efetivo do território Extremo Oeste de SC?

- A) Do ponto de vista organizacional (das organizações e movimentos sociais)
- B) Do ponto de vista institucional (leis, regras, ordenamentos, instituições estatais)
- C) Do ponto de vista tecnológico
- D) Do ponto de vista infraestrutural (infra-estruturas para o desenvolvimento).

ANEXOS

ANEXO A – Mapa de localização dos CONSADs no Brasil em 2004



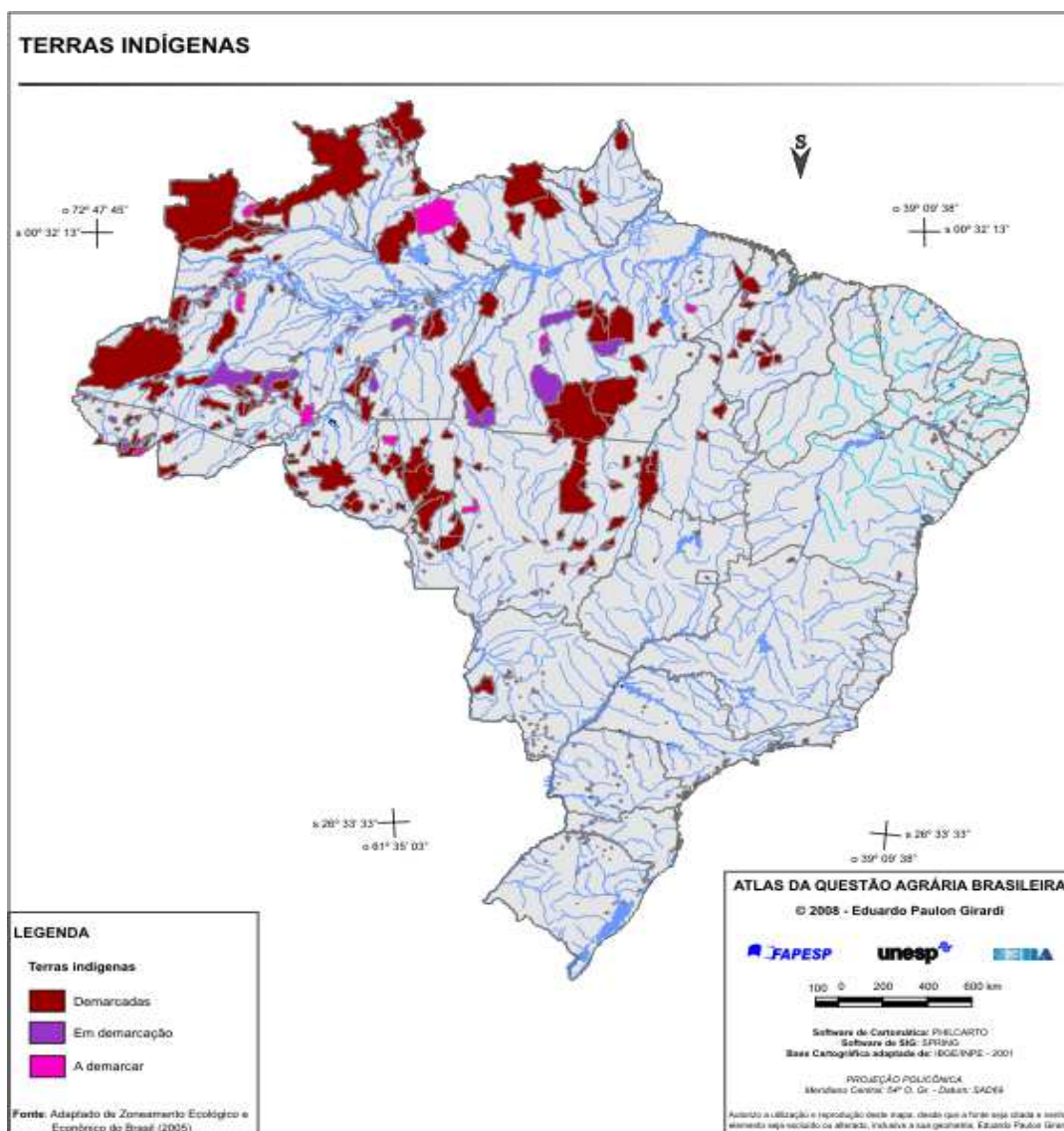
Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2008

ANEXO B - Municípios e respectiva incidência de etnia e religião no território do CONSAD Extremo Oeste-Catarinense.

MUNICÍPIOS	ETNIA	RELIGIÃO
Setor Norte		
Dionísio Cerqueira	Alemães, italianos, portugueses e caboclos	
São José do Cedro		
Palma Sola	Italianos e alemães	
Anchieta	Alemães e italianos	Católica e outras
Guarujá do Sul	Alemães, italianos, caboclos	Católica (maioria)
Princesa	Alemães, italianos e mestiços	
Setor Centro		
São Miguel do Oeste	Alemães (30%)Italianos(62%), Caboclos	
Guaraciaba	Italianos (45%), alemães(45%), outros (10%)	
Descanso	Poloneses	
Paraíso	Italianos, alemães e caboclos	
Bandeirante	Ítalo-germânico (88%)	
Belmonte	Italianos, poloneses e alemães	Católica e outras
Barra Bonita	Italianos (maioria)	
Setor Sul		
Itapiranga	Alemães (91%), brasileiros (7,5%), caboclos(3%), italianos (0,5%), indígenas	católica
Mondai	Alemães, italianos, russo-ucranianos, índios, caboclos	Católica e evangélica
Iporã do Oeste	Alemães, italianos, russo-ucranianos	Católica
São João do Oeste	Alemães (98%)	Católica
Tunápolis	Alemães	
Santa Helena	Alemães e italianos	

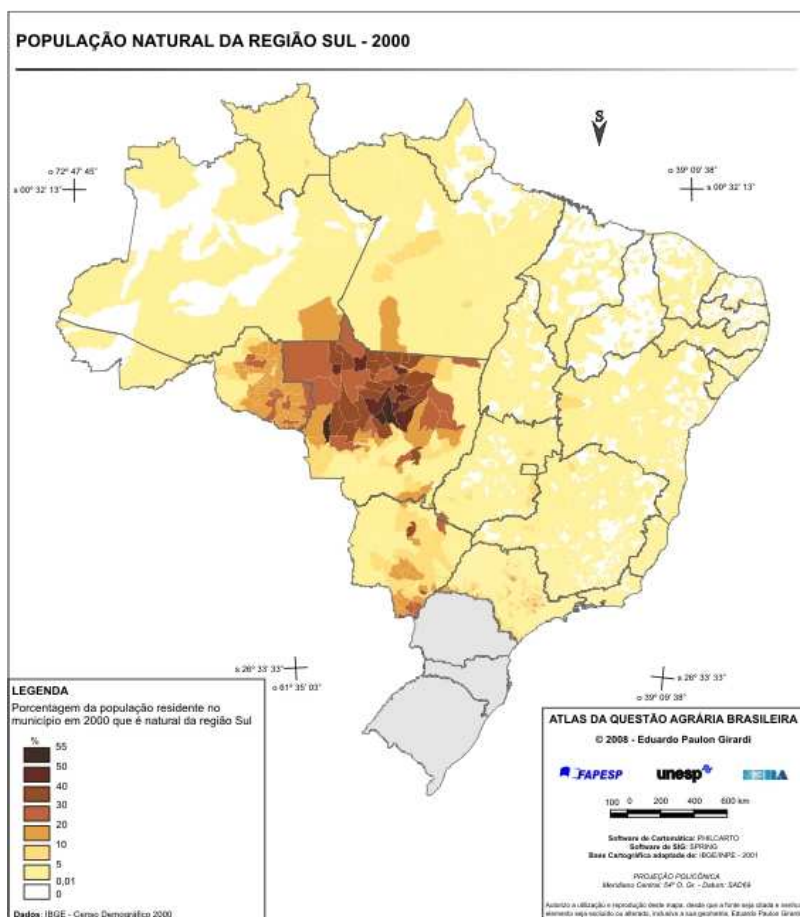
Fonte: Plano Básico de Desenvolvimento Econômico e Ecológico/AMEOSC/1998 e Planos Plurianuais Municipais da Assistência Social (2002-2005).

ANEXO C – Mapa de localização das terras indígenas no Brasil



Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008.

ANEXO D – Mapa de localização da concentração população natural da região sul distribuída no Brasil – 2000.



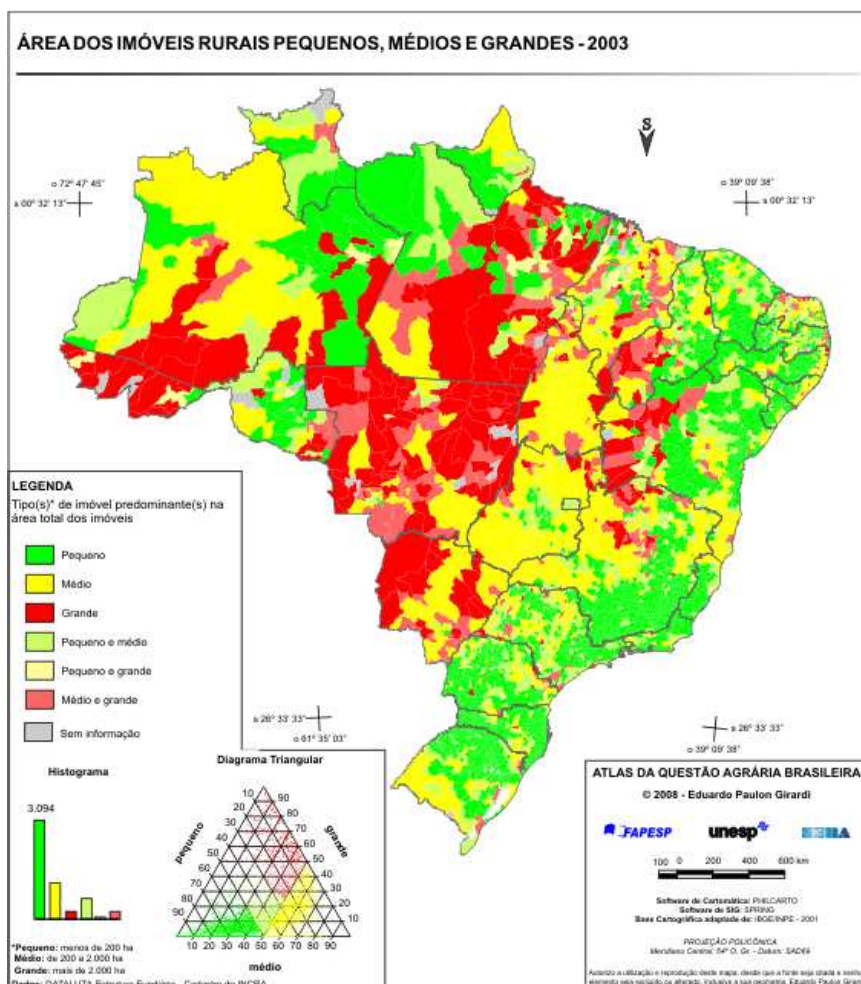
Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008.

ANEXO E – Número de estabelecimentos por condição do produtor e por grupos de área total.

Municípios	Condição do produtor				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Setor Norte					
Anchieta	1.159	983	85	23	68
Dionísio Cerqueira	1.325	1.094	92	49	90
Guarujá do Sul	496	404	64	18	10
Palma Sola	894	777	49	29	39
Princesa	-	-	-	-	-
São José do Cedro	2.080	1.844	106	70	60
Sub-total	5.954	5.102	396	189	267
Setor Centro					
Bandeirante	-	-	-	-	-
Barra Bonita	-	-	-	-	-
Belmonte	481	440	19	11	11
Descanso	1.347	1.225	60	22	40
Guaraciaba	1.639	1.430	101	46	62
Paraíso	809	711	70	10	18
São Miguel do Oeste	2.043	1.748	117	68	110
Sub-total	6.319	5.554	367	157	241
Setor Sul					
Iporã do Oeste	1.077	985	53	18	21
Itapiranga	1.461	1.292	55	72	42
Mondaí	1.327	1.133	110	22	62
Santa Helena	463	406	20	11	26
São João do Oeste	1.033	939	51	25	18
Tunápolis	798	692	60	22	24
Sub-total	6.159	5.447	349	170	193
Total do Território	18.432	16.103	1.112	516	701

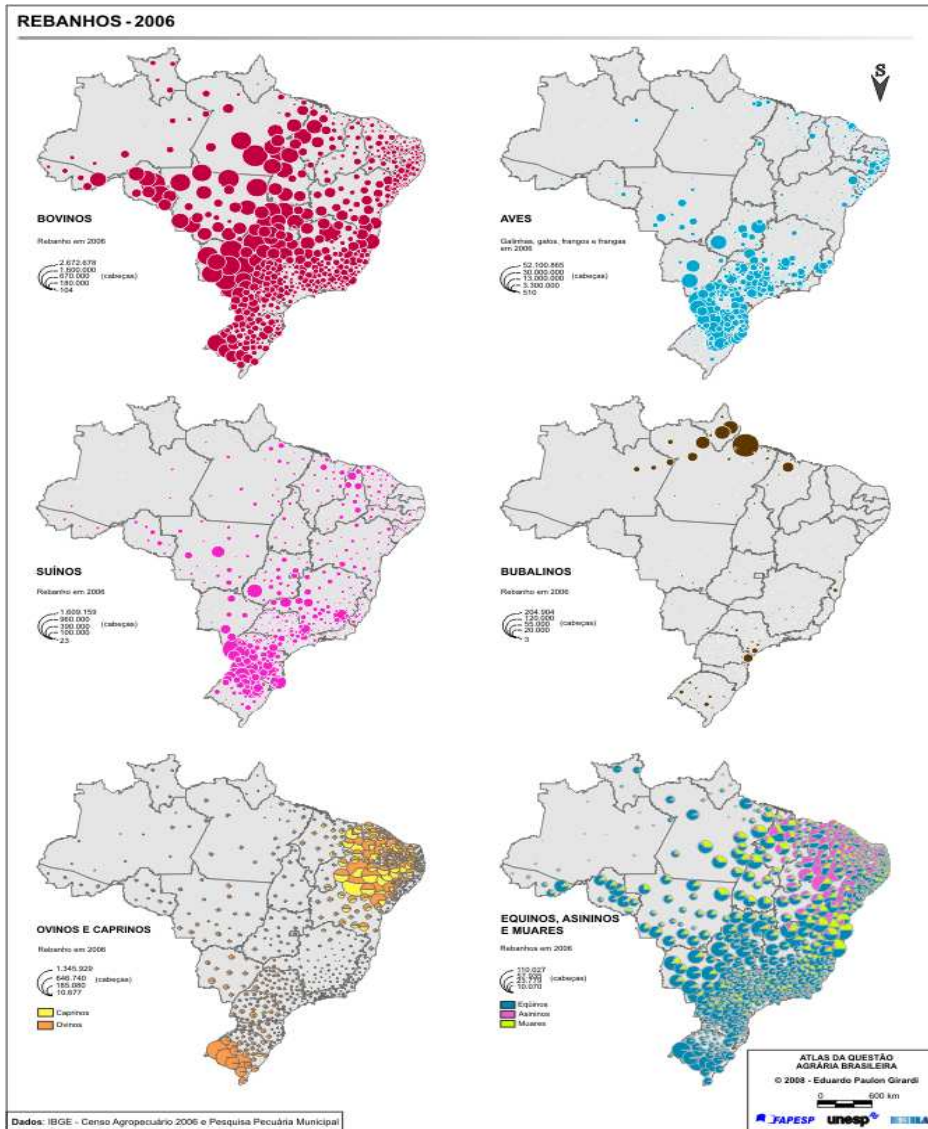
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1996

ANEXO F – Mapa de localização da área dos imóveis rurais pequenos, médios e grandes no Brasil – 2003.



Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008.

ANEXO G – Mapa de localização do rebanho brasileiro – 2006.



Fonte: atlas da questão agrária brasileira, 2008.

ANEXO H – Slogan do “CONSAD Extremo”



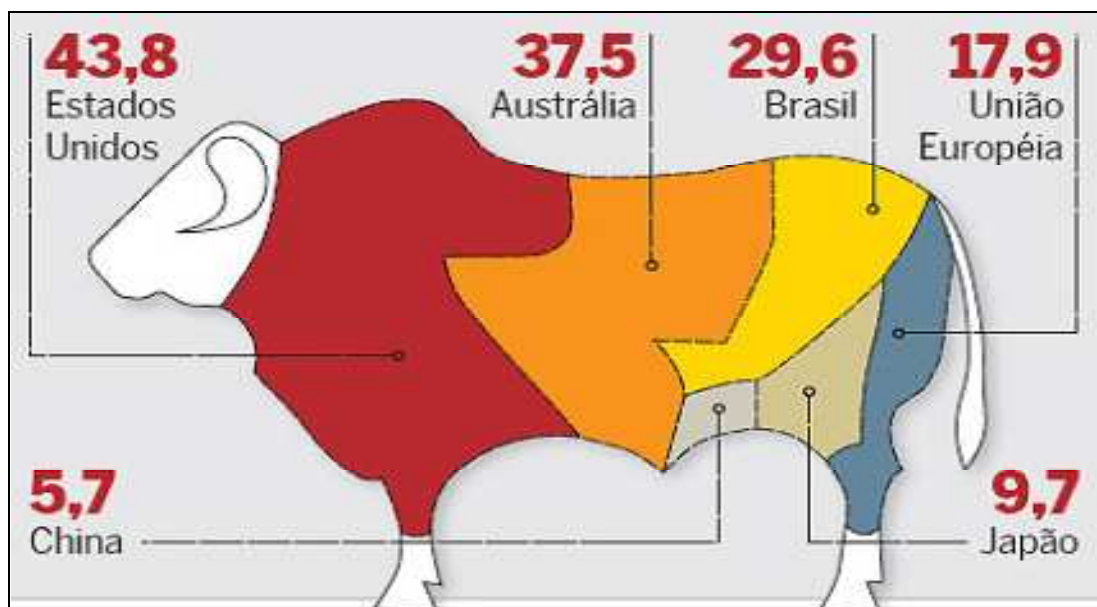
Fonte: CONSAD Extremo, 2004

ANEXO I – Banco de projetos do CONSAD Extremo Oeste-Catarinense que compreende o período de 2004/2010.

BANCO DE PROJETOS DO CONSAD EXTREMO OESTE-CATARINENSE		
PROJETO	ABRANGÊNCIA	VALOR (R\$)
Agricultura Familiar e Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar	(19 Municípios)	570.000,00
PAA - ESTADO	(19 Municípios)	1.813.358,00
Hortas Comunitárias	(19 Municípios)	
	Descanso	9.691,05
	Guaraciaba (02)	18.124,20
	Iporã do oeste	9.691,05
Organização dos Processos de Produção e Consumo Solidário	(19 Municípios)	193.881,25
Capacitação de Agentes de Segurança Alimentar	(19 Municípios)	47.545,00
Pré-Território 2007/2008		
	Bandeirante	108.000,00
	Iporã do oeste	40.000,00
	SMOESTE	140.000,00
	Tunapolis	60.000,00
Cozinha Comunitária		
	Dionísio Cerqueira	95.000,00
CONAB - PAA até 2008	(19Municípios) Associações/Agroindústrias	1.946.687,20
Economia Solidária	Feira Estadual 2008 SMOESTE	72.000,00
TOTAL DE RECURSOS CONVENIADOS ATÉ 2008		5.123.977,75
Projeto de Custeio	(19 Municípios)	60.000,00
Capacitação para o SUASA	(19 Municípios)	104.000,00
Comercialização e Equip. – SENAES/MTE	(19 Municípios)	72.000,00
Desenv. Sustentável de territórios Rurais	(19 Municípios)	153.230,00
Apoio ao Des. de Agroindústrias familiares	(19 Municípios)	160.247,40
CONAB - PAA até 2008	(19 Municípios)	635.269,65
TOTAL DE RECURSOS A SER CONVENIADOS 2009		1.184.747,05

Fonte: CONSAD Extremo Oeste-Catarinense, 2010.

ANEXO J – Consumo de carne mundial, em quilos por ano.



Fonte: Imazon. Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e Instituto FNP, 2007.

ANEXO L – Principais causas de mortalidade nos municípios do Extremo Oeste-Catarinense no período de 2006 – 2008.

Principais causas de mortalidade no Extremo Oeste de Santa Catarina de 1996 - 2008				
Ano do óbito	Doenças do aparelho circulatório	do aparelho	Neoplasias (tumores)	Causas externas
1996		83	59	55
1997		81	55	52
1998		90	54	40
1999		109	63	45
2000		88	69	44
2001		90	65	30
2002		94	68	45
2003		98	61	40
2004		88	84	35
2005		99	69	48
2006		97	75	35
2007		92	71	55
2008		88	85	40
Total		1.197	878	564

Fonte: Secretária Regional de Saúde de São Miguel do Oeste, dados da pesquisa de campo, 2008